



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 167 - SEXTA-FEIRA, 15 DE OUTUBRO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)		3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)		4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)		SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - César Borges - (PR-BA)
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)		2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)		3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
		4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

LIDERANÇA

<p style="text-align: center;">Maioria (PMDB/PP) - 18</p> <p style="text-align: center;">Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Almeida Lima (12) Valdir Raupp (5) Regis Fichtner (15) Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima (12) Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,6,7,9) Neuto De Conto (16)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 1 Francisco Dornelles</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 18</p> <p style="text-align: center;">Líder Aloizio Mercadante - PT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 9 Aloizio Mercadante</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 João Ribeiro</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 29</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner (11) João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 16 Arthur Virgílio</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 13 Antonio Carlos Júnior (14)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,8) Rosalba Ciarlini Efraim Morais</p>
<p style="text-align: center;">PTB - 7</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim Argello - PTB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma</p> <p style="text-align: center;">PDT - 6</p> <p style="text-align: center;">Líder Osmar Dias - PDT</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder Acir Gurgacz</p>	<p style="text-align: center;">PSOL - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder José Nery - PSOL</p> <p style="text-align: center;">PV - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Marina Silva - PV</p> <p style="text-align: center;">PSC - 1</p> <p style="text-align: center;">Líder Mão Santa - PSC</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares Gim Argello Romeu Tuma</p>

Notas:

- Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
- Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
- Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
- Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
- Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.
- Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
- Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
- Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010, conforme Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 4 de maio de 2010.
- Senador Almeida Lima indicado para a 1ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 86/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de junho de 2010).
- Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010.
- Senador Antonio Carlos Júnior passou a exercer a Liderança dos Demócratas, interinamente, enquanto perdurar o afastamento do Senador José Agripino, nos termos do Ofício publicado em 8.7.2010.
- Senador Regis Fichtner indicado para a 3ª vaga de Vice-Líder do Bloco da Maioria (OF. GLPMDB nº 114/2010, lido na sessão deliberativa ordinária de 2 de agosto de 2010).
- Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 5 de agosto de 2010.

EXPEDIENTE

<p>Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata</p> <p>Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	--

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 165ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE OUTUBRO DE 2010	
1.1 – ABERTURA	
1.2 – EXPEDIENTE	
1.2.1 – Comunicação da Presidência	
Recebimento de requerimento do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior. (Requerimento nº 817, de 2010).	47145
1.2.2 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 292, de 2010 (nº 581/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Carlos Alfredo Lazary Teixeira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.....	47146
Nº 293, de 2010 (nº 582/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.....	47183
Nº 294, de 2010 (nº 596/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Marcos Leal Raposo Lopes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.	47200
Nº 295, de 2010 (nº 583/2010, na origem), solicitando autorização da contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até quatrocentos e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução de Perdas Elétricas.	47231
1.2.3 – Comunicações da Presidência	
Deferimento dos Requerimentos nºs 818 e 819, de 2010 , dos Senadores Cristovam Buarque e Aloizio Mercadante, respectivamente, solicitando autorização para desempenho de missão no exterior.	47231
Deferimento, nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009, dos Requerimentos nºs 728, 731 e 743, de 2010.....	47231
1.2.4 – Discursos do Expediente	
SENADOR <i>HERÁCLITO FORTES</i> , como Líder – Críticas ao Presidente Lula que, em viagem a Teresina-PI, fez campanha eleitoral em favor de sua candidata, e agredido verbalmente desafetos políticos.....	47232
SENADOR <i>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</i> – Defesa de um debate que privilegie as ideias e os projetos de cada candidato, no segundo turno das eleições presidenciais. Críticas a posicionamentos adotados pela candidata Dilma Rousseff, em sua campanha eleitoral.	47238
SENADOR <i>ROBERTO CAVALCANTI</i> – Apelo aos candidatos José Serra e Dilma Rousseff para que abordem temas fundamentais para o futuro do País, destacadamente a questão da instabilidade monetária atrelada ao dólar.....	47241
SENADORA <i>FÁTIMA CLEIDE</i> – Relato da campanha eleitoral para o Senado no Estado de Rondônia, agradecendo os votos recebidos por S. Ex ^a e parabenizando os eleitos de sua coligação. Lembrança do transcurso do Dia da Criança e do Dia do Professor, com destaque para os avanços na área de educação durante o Governo Lula.	47244
SENADOR <i>ALVARO DIAS</i> – Elogio à atuação do TCU como órgão fiscalizador. Comentários sobre a recusa, pela direção da Petrobrás, de fornecimento de informações requisitadas pelo TCU. Defesa da adoção das eleições primárias no Brasil e elogio ao candidato José Serra pela sua presença no segundo turno das eleições presidenciais deste ano.....	47247
SENADOR <i>EDUARDO SUPLYCY</i> – Referência ao programa de governo da candidata Dilma Rousseff. Considerações acerca da outorga dos Prêmios	

Nobel da Paz, de Literatura e de Economia de 2010. Cumprimentos a Pelé pela proximidade do seu 70º aniversário. 47250

SENADOR VALTER PEREIRA – Congratulações ao governo e ao povo chileno pela postura diante do drama vivido pelas vítimas do desmoronamento na mina de San José. Concitação às autoridades para que planejem medidas de segurança nas diversas áreas em que se desenvolvem atividades de risco. 47253

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Apelo em favor dos que são soterrados pelo analfabetismo no Brasil, a propósito do resgate de 33 mineiros soterrados em uma mina no deserto do Atacama, no Chile. 47255

SENADOR JOSÉ NERY – Avaliação sobre o primeiro turno das eleições presidenciais. Cumprimentos pelo desempenho de candidatos do PSOL. Expectativa de que o STF valide a aplicação da Lei da “Ficha Limpa” para as eleições deste ano. Posicionamento do PSOL em relação ao segundo turno das eleições presidenciais e ao futuro governo. 47258

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Deferimento dos **Requerimentos nºs 820 e 821, de 2010**, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, solicitando autorização para desempenho de missões parlamentares. 47261

1.2.6 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR ALVARO DIAS – Registro da matéria intitulada “O homem que se diz uma bomba”, publicada na revista **Veja**, edição de 21 de julho último. 47262

SENADOR PAPALÉO PAES – Reflexão sobre a questão das políticas públicas voltadas à juventude brasileira. 47266

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – EMENDAS

Nºs 1 a 21, apresentadas à Medida Provisória nº 507, de 2010. 47271

SENADO FEDERAL

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS

SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 165ª Sessão, Não Deliberativa em 14 de outubro de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Roberto Cavalcanti, Eduardo Suplicy e Valter Pereira.

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 4 minutos e encerra-se às 17 horas e 58 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência recebeu requerimento do Senador Sérgio Zambiasi solicitando licença para se ausentar dos trabalhos da Casa a fim de participar, como Observador Parlamentar, da 65ª Assembléia-Geral das Nações Unidas, em Nova York, no período de 31 de outubro a 9 de novembro do corrente ano.

É o seguinte o Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 817, DE 2010

Senhor Presidente,

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar, na condição de observador parlamentar, da 65ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, EUA, nos termos do art. 40 do Regimento Interno. Requeiro licença dos trabalhos da Casa, no período de 31 de outubro a 9 de novembro de 2010, para desempenhar a mencionada missão.

Para efeito do disposto no art. 39 comunico que estarei ausente do País no mesmo período.

Sala das Sessões, 13 de outubro de 2010. –Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – O **Requerimento nº 817, de 2010**, vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência recebeu as seguintes Mensagens do Presidente da República:

– **Nº 292, de 2010** (nº 581/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Carlos Alfredo Lazary Teixeira*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru;

– **Nº 293, de 2010** (nº 582/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Antonino Lisboa Mena Gonçalves*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia; e

– **Nº 294, de 2010** (nº 596/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor *Marcos Leal Raposo Lopes*, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

São as seguintes as Mensagens:

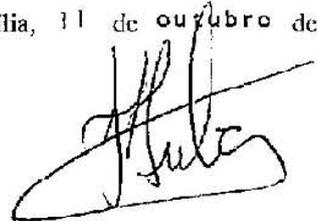
MENSAGEM
Nº 292, DE 2010
(nº 581/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Os méritos do Senhor Carlos Alfredo Lazary Teixeira que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de outubro de 2010.



EM Nº 00432 MRE

Brasília, 4 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA**

CPF.: 268.793.367-87

ID.: 6470 MRE

- 1948 Filho de Nilo Lazary Teixeira e de Nydia Guimarães Pinheiro Teixeira, nasce em 6 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ
- 1972 Ciências Jurídicas da Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- 1975 IRBr, concurso direto
- 1976 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
- 1976 Divisão Consular, assistente
- 1977 Consulado-Geral em Ciudad Presidente Stroessner, Terceiro, Segundo Secretário e Encarregado do Consulado-Geral
- 1979 Segundo Secretário, por merecimento, em 21 de junho
- 1980 Departamento-Geral de Administração, Coordenador Técnico
- 1981 Presidência da República, Cerimonial, Adjunto
- 1982 CAD - IRBr
- 1983 Ordem da Águia Azteca, México, Cavaleiro
- 1983 Primeiro Secretário, por merecimento, em 22 de junho
- 1984 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
- 1984 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Cavaleiro
- 1985 Presidência da República, Secretaria-Geral do CSN, Adjunto
- 1986 Medalha do Pacificador, Brasil
- 1988 Conselheiro, por merecimento, em 16 de junho
- 1989 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
- 1993 Consulado-Geral em Miami, Cônsul-Geral Adjunto
- 1996 Consulado-Geral em Atlanta, Encarregado do Consulado-Geral em missão transitória
- 1996 Divisão de Operações de Promoção Comercial, Chefe
- 2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 2002 CAE - IRBr. A Modernização do Departamento de Promoção Comercial do MRE
- 2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 16 de junho
- 2004 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro
- 2006 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial
- 2008 Presidência da República, Assessor Especial



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUMÁRIO EXECUTIVO



ÍNDICE

<i>ÍNDICE</i>	3
<i>DADOS BÁSICOS</i>	5
<i>PERFIS BIOGRÁFICOS</i>	7
<i>RELAÇÕES BILATERAIS</i>	8
INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA	8
INTEGRAÇÃO FÍSICA	9
INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA	10
VOOS TRANSFRONTEIRIÇOS	11
COOPERAÇÃO AMBIENTAL FRONTEIRIÇA	11
COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL	12
TV DIGITAL	12
COOPERAÇÃO EM TEMAS SOCIAIS	13
COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA	13
PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA	14
COMBATE AO NARCOTRÁFICO	15
PRATICAGEM	15
BIOCOMBUSTÍVEIS	15
PETRÓLEO E GÁS	16
FERROVIA TRANSCONTINENTAL	16
PROJETO DE MINERAÇÃO EM BAYÓVAR	17
OUTROS PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA	17
INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO PERU	18
VENDA DE AERONAVES	18
<i>COMÉRCIO BILATERAL</i>	19
MISSÕES EMPRESARIAIS	20
PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS (PSCI)	20
ACE-58	21
<i>POLÍTICA INTERNA</i>	21
<i>POLÍTICA EXTERNA</i>	23
<i>ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS</i>	28
<i>ANEXO I : CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS</i>	30
<i>ANEXO II: CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PERU</i>	31
<i>ANEXO III: MAPAS DA INTERCONEXÃO VIÁRIA</i>	32
<i>ANEXO IV: INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS</i>	35

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	LIMA
ÁREA:	1.285.216 km ²
POPULAÇÃO (est. Julho/2008):	29,1 milhões de habitantes
IDIOMAS:	Espanhol e quêchua (oficiais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica, protestante
DATA NACIONAL:	28 de julho
SISTEMA POLÍTICO:	República Presidencialista
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Alan García Pérez
CHANCELER:	José Antonio García Belaúnde
PIB (FMI, est. 2009)	US\$ 126,8 bilhões
PIB PER CAPITA (est. FMI, 2009)	US\$ 4.356
PIB (PPP, FMI, 2009)	US\$ 251,4 bilhões
PIB PER CAPITA (PPP, est. FMI, 2009)	US\$ 8.638
UNIDADE MONETÁRIA:	Novo Sol
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Ricardo Ghibellini Hartem
EMBAIXADOR NO PERU:	Jorge D'Escragnolle Taunay Filho

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mil):

BRASIL - PERU	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 (Jan-Jul)
Intercâmbio	656.445	726.833	985.548	1.397.773	2.297.735	2.652.558	3.255.115	1.973.079	1.505.083
Exportações	438.663	491.596	636.164	938.665	1.509.564	1.648.704	2.298.654	1.489.063	1.062.015
Importações	217.782	235.237	349.384	459.109	788.171	1.004.136	956.369	484.016	443.068
Saldo	220.880	256.359	268.780	479.556	721.393	644.568	1.342.285	1.005.047	618.947

INTERCÂMBIO COMERCIAL**PERU - BRASIL**

Valores em US\$ mil

PERU - BRASIL	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	1.509.806	2.399.396	2.814.633	3.310.510	1.793.958
Exportações peruanas para o Brasil (fob)	481.915	803.566	936.336	894.122	504.098
Importações peruanas procedentes do Brasil (cif)	1.027.891	1.595.830	1.878.297	2.416.388	1.289.860
Saldo	-545.976	-792.264	-941.961	-1.522.268	-785.762

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da ALADI

INTERCÂMBIO COMERCIAL**BRASIL - PERU**

Valores em US\$ mil

BRASIL - PERU	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	1.397.773	2.297.735	2.652.559	3.254.690	1.973.079
Exportações brasileiras para o Peru (fob)	938.665	1.509.564	1.648.704	2.298.654	1.489.063
Importações brasileiras procedentes do Peru (fob)	459.109	788.171	1.003.855	956.036	484.016
Saldo	479.556	721.393	644.849	1.342.618	1.005.047

Elaborado pelo MRE/OPR/DIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do MDIC/SECEX - Anceweb.

(1) De modo a melhor permitir a comparabilidade dos dados, as estatísticas do comércio brasileiro foram extraídas do alicweb no mesmo período das estatísticas do Trademap.

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE ALAN GARCÍA PEREZ



- Nasceu em Lima, em 23 de maio de 1949.
- Formou-se advogado pela Universidade Nacional Maior de San Marcos em 1971 e é doutor em Direito Constitucional Comparado na Universidade Complutense de Madri.
- De 1980 a 1985, foi Congressista pelo Departamento de Lima.
- Assumiu a Presidência da República em 1985.
- Ao término do seu primeiro Governo, asilou-se na Colômbia.
- É autor dos livros "El Futuro Diferente", "A la Inmensa mayoría", "El Desarme Financiero", "La Revolución Regional", "La defensa de Alan García" e "El Nuevo Totalitarismo".
- Nas eleições presidenciais de 2001, obteve o segundo lugar, com 4,9 milhões de votos (47%), perdendo para o presidente Alejandro Toledo, que obteve 5,5 milhões de votos (53%).
- Novamente candidato pelo APRA à presidência, em 2006, Alan García derrotou Ollanta Humala, em segundo turno, elegendo-se, pela segunda vez, Presidente da República do Peru.

CHANCELER JOSÉ ANTONIO GARCÍA BELAUNDE



- Nasceu em Lima, em 1948.
- Realizou estudos universitários na Pontifícia Universidade Católica do Peru e na Academia Diplomática do Peru;
- Fez pós-graduação em Política Exterior pela Universidade de Oxford, na Inglaterra;
- Foi professor na Academia Diplomática do Peru e na Universidade San Martín de Porres, onde coordena o Curso de Relações Internacionais;
- Foi Conferencista no Centro de Altos Estudos Nacionais (CAEN), membro do Centro Peruano de Estudos Internacionais (CEPEI) e da Sociedade Peruana de Direito Internacional (SPDI).
- Diplomata de carreira desde 1973. Serviu nas Embaixadas na França, México, Espanha e Estados Unidos e na Missão nas Nações Unidas.
- De 1986 a 1988, foi Embaixador na ALADI.
- Foi Diretor de Assuntos Econômicos do Ministério das Relações Exteriores, Diretor-Secretário da Junta do Acordo de Cartagena (1990-1997) e Assessor do Secretário-Geral da Comunidade Andina (1997-2006).
- Chanceler desde julho de 2006.

RELAÇÕES BILATERAIS

O Presidente Alan García tem manifestado disposição de ampliar as relações com o Brasil. O esforço de aprofundamento das relações bilaterais tem-se expressado no número de encontros de alto nível, seja em visitas bilaterais ou reuniões paralelas a cúpulas, bem como nos acordos e memorandos firmados. Desde 2003, firmaram-se mais de trinta acordos bilaterais e, apenas em 2008, houve três encontros presidenciais.

A Aliança Estratégica entre o Brasil e o Peru, lançada em 2003, baseia-se em projetos econômicos e comerciais destinados a dinamizar a integração bilateral. Em 2006, foram inauguradas a Ponte sobre o Rio Acre, entre Assis Brasil e Iñapari, e lançou-se a construção da Rodovia Interoceânica e da Estrada Tarapoto-Yurimaguas.

O ano de 2009 foi particularmente intenso em número de visitas de alto nível. Em 28 de abril, os dois mandatários encontraram-se em Rio Branco para discutir a agenda de desenvolvimento e integração fronteiriços. Em 16 de abril de 2009, os Chanceleres Amorim e Belaúnde reuniram-se no Rio de Janeiro. Em 14 de agosto, o Ministro Celso Amorim realizou visita de trabalho a Lima, tendo mantido encontros com o Presidente Alan García e com o Chanceler García Belaúnde. Em 11 de dezembro, por fim, o Presidente Lula realizou sua mais recente visita a Lima.

Em 2010, o Presidente Alan García realizou visita de trabalho a Manaus, onde manteve encontro com o Presidente Lula. Na ocasião, foram assinados diversos instrumentos bilaterais, dentre os quais se destaca o Acordo para Suprimento de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil. Está prevista, para dezembro do corrente ano, a realização da II Cúpula Fronteiriça, na cidade de Puerto Maldonado. Na oportunidade, deve ser oficialmente inaugurada a Rodovia Interoceânica Sul.

INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA

O tema da integração energética vem ocupando lugar de destaque na agenda bilateral. A Comissão Mista Permanente em Matéria Energética, criada em 2006, determinou o estabelecimento de Grupo *ad hoc* para elaboração de proposta de convênio bilateral sobre o tema. Nesse contexto, o governo do Peru apresentou lista preliminar de 15 projetos para a construção de hidrelétricas no país, com potencial de geração de energia para exportação ao Brasil. Após análise preliminar, a Eletrobrás considera, atualmente, cinco desses projetos, os quais somam 6,7 gigawatts (GW): (1) Complexo de Paquitzapango; (2) Tambo 40; (3) Tambo 60; (4) Mainique I; e (5) Iñambari.

Dos cinco projetos em estudo, o mais avançado é o da hidrelétrica de Iñambari (2.000 MW). Estão igualmente avançados os estudos para a hidrelétrica de Mainique, que substituiu o projeto originalmente previsto para o Rio Urubamba, cancelado por encontrar-se em sítio arqueológico.

No que tange às linhas de transmissão, prevê-se a construção de linha de alta tensão com cerca de 1.800 km de extensão para interligar os sistemas brasileiro e peruano, a fim de, no curto prazo, facilitar o possível intercâmbio de excedentes de ambos os lados e, no longo prazo, permitir a exportação ao Brasil de energia dos projetos supracitados. Tal proposta interessou, particularmente, ao Presidente Alan García, à luz das dificuldades no fornecimento de energia previstas para os próximos anos. Ademais, existe expectativa de participação de empresas brasileiras, lideradas pela Eletrobrás, nos leilões para construção de usinas hidrelétricas de pequeno e médio porte para atender à demanda interna do Peru no curto e médio prazos (150-360 MW).

Foi assinado, por ocasião da visita do Presidente Alan García a Manaus, Acordo para Fornecimento de Energia Elétrica ao Peru e Exportação de Excedentes ao Brasil. O Acordo estabelece princípios e regras para a participação brasileira em projetos de geração hidrelétrica no Peru, num total de até 7.200 megawatts (5 hidrelétricas). A energia produzida será destinada prioritariamente ao Peru, e os excedentes, definidos por ocasião do estabelecimento das concessões das hidrelétricas, seriam exportados ao Brasil, em contratos de 30 anos e em quantidade fixa, de conformidade com as regras do mercado regulado nacional.

A negociação do Acordo provocou protestos por parte de organizações da sociedade civil peruana, que temem os impactos sociais e ambientais de eventuais obras para construção de hidrelétricas na Amazônia peruana. O lado brasileiro tem procurado contribuir para o diálogo entre governo e sociedade peruanos, mantendo postura transparente e flexível ao longo de toda a negociação do Acordo. Com apoio brasileiro, foram incorporadas ao Instrumento várias referências à sustentabilidade ambiental e social das eventuais obras.

INTEGRAÇÃO FÍSICA

Estão em curso obras de três conexões rodoviárias. As rodovias são a Rodovia Interoceânica Sul (2.586 km; alguns trechos já concluídos), o Eixo Paita-Yurimaguas/Eixo Multimodal do Amazonas/IIRSA Norte (960 km; o trecho Paita-Piura-Olmos já foi inaugurado em 2007) e a Estrada Interoceânica Centro/IIRSA-Centro (867 km), a única das três ainda não licitada.

As obras já licitadas o foram como parcerias público-privadas e contam com a participação de consórcios formados por construtoras brasileiras em diversos trechos.

a) Rodovia Interoceânica Sul

Estima-se que a Rodovia Interoceânica Sul, a mais importante das três conexões, uma vez concluída, poderá ampliar o PIB peruano em até 2%, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região Sul do país.

O Consórcio CONIIRSA (integrado pelas empresas Odebrecht, Graña y Montero, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão) é responsável pela construção dos trechos 2 e 3. O Consórcio InterSur (Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Queiroz Galvão, Upac, Super Concreto e Málaga) venceu as licitações para o trecho 4.

O **primeiro trecho**, que vai de San Juan de Marcona a Urcos, tem extensão de 763 km. Suas obras foram iniciadas em setembro de 2008, com duração máxima prevista de 3 anos. O **segundo trecho**, que vai de Urcos a Puente Inambari, na Amazônia peruana, tem extensão de 300 km; as obras, iniciadas em julho de 2006, têm conclusão prevista para 10 de dezembro de 2010. O **terceiro trecho**, de Puente Inambari a Iñapari, tem extensão de 403 km e também deverá estar concluído até 10 de dezembro vindouro, com a inauguração de ponte sobre o Rio Madre de Dios, em Puerto Maldonado. Em função das obras já realizadas nos trechos 2 e 3, pode-se hoje realizar o trajeto Cusco-Iñapari, na fronteira com o Brasil (Acre), em cerca de 17 horas. O **quarto trecho** da rodovia, que liga Inambari a Azangaro, tem extensão de 305 km e suas estradas já se encontram parcialmente asfaltadas, à exceção de pequeno trecho entre as cidades de Tirio e Majalso, na ligação até Ilo. O **último trecho** da obra, que vai de Matarani ao porto de Ilo, no Pacífico, tem extensão de 820 km. Suas obras foram iniciadas em novembro de 2008, com duração máxima prevista de 3 anos.

b) Rodovia IIRSA Norte - Eixo Paita - Yurimaguas

O trecho terrestre da IIRSA Norte, que liga os portos de Paita (marítimo) e Yurimaguas (fluvial), deverá ser completado até meados de 2010. As obras estão sendo executadas por consórcio formado pelas empresas brasileiras Odebrecht e Andrade Gutierrez e pela peruana Graña y Montero. A construção do porto de Yurimaguas, cujo processo de licitação está por ser programado, deverá atrair grandes empreiteiras brasileiras, sobretudo as que já atuam no Peru. Outro trabalho a ser completado se refere à navegabilidade do Rio Amazonas, no lado peruano, que deverá viabilizar importante via de saída de exportações brasileiras para o Pacífico.

c) Estrada Interoceânica Centro - IIRSA Centro

Em seu último encontro (Lima, 11 de dezembro de 2009), os Presidentes Lula e García determinaram a realização de reuniões técnicas com vistas ao exame de projetos para a construção de estrada entre as cidades de Pucallpa (Peru) e Cruzeiro do Sul (Acre). A rodovia, com extensão aproximada de 200 km (140 km em território peruano), ligaria Pucallpa (capital da Província de Ucayalli) à BR 364, que une Cruzeiro do Sul a Rio Branco e Porto Velho. Pucallpa, por sua vez, possui ligações rodoviárias com as Províncias de Huánaco e Ancash, no Pacífico.

A estrada teria grande impacto econômico, na medida em que permitiria a integração de regiões que, juntas, somam mais de 1 milhão de habitantes (600 mil em Ucayalli, 200 mil em Cruzeiro do Sul e adjacências, 300 mil em Rio Branco). O comércio, ainda incipiente, entre Cruzeiro do Sul e Pucallpa é feito hoje por via fluvial (10 dias de navegação) ou aérea (25 minutos de voo).

No último dia 30 de abril, delegação brasileira manteve o primeiro encontro com autoridades peruanas para tratamento do assunto. Na ocasião, foi apresentado estudo peruano sobre possível traçado da estrada.

INTEGRAÇÃO FRONTEIRIÇA

Desde abril de 2009, foram realizados avanços significativos em matéria de integração fronteiriça. Grupo de Trabalho bilateral sobre o tema de cooperação fronteiriça (GTB) tem-se reunido constantemente e realizado frequentes visitas às cidades da linha de fronteira. A estrutura definitiva do Grupo foi estabelecida por meio de Acordo sobre a criação de Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (ZIF), assinado em dezembro passado. Foi criada Comissão Vice Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF), à qual caberá coordenar o tema, e estabelecidos grupos e subgrupos de trabalho para tratar de temas como comércio, cooperação técnica, meio ambiente, saúde, desenvolvimento fronteiriço e regiões de difícil acesso.

Ademais das medidas e acordos adotados no âmbito do GTB, várias iniciativas adotadas ao longo de 2009 contribuíram para divulgar as oportunidades de comércio fronteiriço. Em maio, realizou-se a “Semana da Amazônia” em Cusco, com mais de 1000 participantes (houve seminários e rodadas de negócios); em junho, delegação brasileira (150 autoridades e empresários do Acre) visitou a cidade de Pucallpa (houve seminários e rodadas de negócios); no final de agosto, foi realizada a Expo-Juruá, em Cruzeiro do Sul (AC), com participação de importante delegação peruana (3 governadores e 150 empresários). Resultado dessas iniciativas, o fluxo de mercadorias que cruzam a fronteira entre Acre e Peru cresceu 50% na comparação entre 2008 e 2009. Esse crescimento tem sido constante nos últimos anos: em 2006, o posto fronteiriço de Assis Brasil realizava uma média de 2 operações de alfandegamento por mês. Em 2008, realizou 2 a 3 por semana. No primeiro semestre de 2009, entre 4 e 5 por semana.

Na visita presidencial de dezembro, em Lima, foram assinados quatro acordos relativos à integração fronteiriça, além de projetos de cooperação técnica para a região de fronteira: (i) Acordo de Localidades Fronteiriças Vinculadas; (ii) Acordo para a Criação de uma Zona de Integração Fronteiriça Brasil-Peru (ZIF); (iii) Acordo de Controle Integrado de Fronteiras; e (iv) Acordo sobre Transporte de Veículos Terrestres.

Realizou-se, 11 de junho corrente, a I Reunião da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF), em conformidade com o estabelecido pelo Acordo para Estabelecimento de Zona de Integração Fronteiriça entre Brasil e Peru (ZIF), assinado em dezembro passado. Na ocasião, os dois Vice-Chanceleres passaram em revista o atual estágio da cooperação nas áreas de fronteira, além de estabelecer futuros compromissos na matéria.

Durante a visita do Presidente García a Manaus, foi assinado instrumento que cria o Comitê de Fronteira Benjamin Constant-Islândia, também no âmbito do Acordo ZIF. Os comitês de fronteira constituem foros bilaterais para tratamento de temas de interesse comum na zona de fronteira, a fim de dar soluções rápidas ou sugerir recomendações para resolução de problemas locais.

VÔOS TRANSFRONTEIRIÇOS

O estabelecimento de vôos transfronteiriços obteve destaque nos últimos encontros presidenciais, tendo sido incluído na Declaração Conjunta do encontro Lula-García de Rio Branco (28 de abril de 2009). Durante a visita do Presidente Lula a Lima, em dezembro passado, foi assinada “Declaração Conjunta Brasil-Peru sobre Vôos Transfronteiriços”, elencando uma série de compromissos, de lado a lado, para a realização dos voos.

Em 1º de abril do corrente ano, a empresa Star Perú realizou vôo inaugural entre as cidades de Rio Branco e Cusco. A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) editou, em agosto passado, portaria que internacionaliza o Aeroporto de Rio Branco, requisito para que a rota passasse a operar com regularidade, o que irá acontecer a partir de 20 de setembro corrente. Ademais, encontra-se em negociação proposta de acordo bilateral de transportes aéreos transfronteiriços, que prevê a adoção de incentivos para a realização dos vôos, por meio da redução de tarifas de embarque.

COOPERAÇÃO AMBIENTAL FRONTEIRIÇA

A cooperação bilateral em matéria de meio ambiente está a cargo do Grupo de Trabalho sobre Cooperação Ambiental Fronteiriça (GCAF), que a partir de junho será parte da estrutura da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça (CVIF). O Grupo tem promovido a aproximação entre órgãos homólogos e constitui foro para discutir temas relativos a ilícitos ambientais.

No quadro das atividades desenvolvidas pelo GCAF, foi realizado, nos dias 1º a 3 de setembro de 2009, em Iquitos, curso de capacitação sobre meio ambiente para técnicos do recém criado Ministério de Meio Ambiente do Peru. Participaram do curso especialistas de diversos órgãos dos dois países, ligados à área ambiental, para intercambiar informações e experiências em temas como desmatamento, gestão ambiental e utilização sustentável de recursos hídricos.

Em 2010, o lado brasileiro apresentou proposta para incluir, na agenda do GCAF, temas relacionados ao impacto ambiental das obras de integração física na fronteira.

COOPERAÇÃO TÉCNICA E EDUCACIONAL

Em termos de cooperação em educação, a partir deste ano, deverá ter início a implementação do projeto que criará a primeira escola pública brasileiro-peruana, na atual Instituição Educativa 1032 “República do Brasil”, cujas aulas em português deverão começar a ser ministradas em 2011. O projeto envolve o Ministério da Educação e a Agência Brasileira de Cooperação do MRE. Já foram doados 20 computadores e 500 livros didáticos em português. Empresas brasileiras estabelecidas no Peru contribuíram para construir uma biblioteca e um laboratório de informática. Estão previstas, ainda, a doação de equipamentos de videoconferência, para permitir o ensino a distância, e o treinamento de docentes peruanos por professores brasileiros.

Na visita do Presidente García a Manaus, foram assinados os seguintes ajustes complementares de cooperação técnica: Fortalecimento do Ordenamento Territorial para a Integração Fronteiriça Brasil-Peru; Fortalecimento Institucional para a Gestão Integrada dos Recursos Hídricos; Fortalecimento das Capacidades para Melhoria da Produção Aquícola no Baixo Javari; Fortalecimento das Capacidades Locais para a Instalação de Sistemas Agroflorestais em Comunidades Fronteiriças; Transferência de Metodologia do Projeto Rondo às Instituições de Ensino Superior do Peru, em Comunidades Fronteiriças dos Dois Países e Implementação de um centro de capacitação industrial com SENATI.

TV DIGITAL

O Peru optou, em abril do ano passado, pelo sistema de TV Digital ISDB –T com inovações brasileiras. Em setembro do mesmo ano, o Ministério das Comunicações do Brasil e o Ministério dos Transportes e Comunicações do Peru firmaram Memorando de Entendimento sobre cooperação bilateral na área de TV digital.

Ainda em setembro, teve lugar o I Fórum Internacional do ISDB-T, em Lima. Na ocasião, Brasil, Argentina, Chile, Japão e Peru firmaram a “Declaração de Lima” em que se comprometeram a cooperar para o desenvolvimento regional da TV Digital, bem como a divulgar o ISDB-T junto a outros países da região. Na ocasião, como primeira atividade de cooperação após a decisão peruana pelo ISDB – T, também se realizou seminário sobre TV Digital organizado pelo Brasil e Japão para técnicos peruanos.

Segundo estimativas da APEX, empresas brasileiras poderão investir entre US\$ 60 milhões e US\$ 100 milhões na instalação de fábricas no Peru para a produção de decodificadores de sinal digital.

“ROAMING” INTERNACIONAL FRONTEIRIÇO

O Acordo para Estabelecimento de Zona de Integração Fronteiriça entre Brasil e Peru (ZIF), assinado por ocasião da visita do Presidente da República a Lima, em dezembro passado, prevê o desenvolvimento e fortalecimento da infraestrutura de integração física e conectividade, incluindo telecomunicações e “roaming” fronteiriço, promovendo empreendimentos públicos e privados. Nesse contexto, em março passado, a Anatel iniciou sua participação no projeto de implementação de “roaming” fronteiriço entre Brasil e Peru.

O projeto consiste na oferta ao usuário visitante de aplicações centradas nas novas tecnologias fornecidas pelo sistema de banda larga móvel, além de utilizar os preços dos serviços cobrados pelos países junto a seus usuários, evitando custos elevados e atingindo inclusive o mercado pré-pago. O objetivo é permitir a utilização do serviço no país estrangeiro, com valores de preços semelhantes aos utilizados na localidade, viabilizando a utilização da rede por qualquer terminal móvel, esteja na modalidade pós ou pré paga. Com isso, espera-se atender à população que vive e trabalha na região de fronteira entre os dois países. Atualmente, os habitantes dessa área enfrentam graves dificuldades de comunicação devido às interferências, à cobrança de chamadas internacionais, ao baixo nível de sinal nas fronteiras e, especialmente, aos preços elevados praticados entre os países.

Foram definidos quatro pontos para operação do sistema: Assis Brasil – Iñapari; Santa Rosa do Purus – Puerto Esperanza; Benjamin Constant – Islândia; Tabatinga – Isla de Santa Rosa. A implementação inicial do projeto ocorrerá nas cidades de Assis Brasil e Iñapari.

COOPERAÇÃO EM TEMAS SOCIAIS

Em novembro de 2006, assinou-se Memorando de Entendimento entre Brasil e Peru sobre Luta contra a Pobreza e a Fome. Dois seminários foram realizados sobre o tema (em 2007 e 2008, ambos em Lima). As perspectivas de cooperação em políticas sociais aumentaram após anúncio feito pelo Presidente García, em novembro de 2007, de ampliação do programa social “Juntos”, que busca transferir renda diretamente às famílias mais pobres do Peru e tem como modelo o Bolsa Família.

O então Ministro do Desenvolvimento Social, Patrus Ananias, realizou missão ao Peru, em janeiro de 2009, com o objetivo de explorar temas e instrumentos para aprofundar a cooperação bilateral, tendo em vista o interesse apresentado pelos dois Chefes de Estado. Na oportunidade, realizou-se apresentação dos programas sociais do MDS, tendo as autoridades peruanas manifestado especial interesse em desenvolver "cadastro único" com apoio na experiência brasileira.

Existem, atualmente, dois projetos de cooperação técnica entre o Ministério da Mulher e Desenvolvimento Social do Peru (MIMDES) e o MDS: (i) fortalecimento institucional do programa peruano de apoio direto aos mais pobres e (ii) gestão descentralizada dos programas sociais. Nesse contexto, conforme acordado na Declaração Conjunta do encontro presidencial em Rio Branco, realizou-se, em outubro de 2009, Conferência Bilateral sobre Temas Sociais, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais em matéria de desenvolvimento social.

COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE DEFESA

A cooperação em matéria de defesa ganhou nova dimensão com a assinatura do Acordo-Marco, em 2006. Embora o acordo ainda aguarde aprovação do Congresso, desde então, os dois países têm mantido encontros regulares em foros especializados, como reuniões entre altos comandos das forças armadas, exercícios e operações militares conjuntas e encontros do Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa entre Brasil e Peru.

Em dezembro de 2007, realizou-se a I Reunião de Vice-Ministros do Mecanismo "2+2" (MRE e MD), instituído pelo Acordo de 2006. Têm igualmente sido realizadas reuniões entre os Comandos das Forças Armadas, a última das quais congregou o Estado-Maior de Defesa do Brasil e o Comando Conjunto das Forças Armadas do Peru, em Lima, em outubro de 2008.

A segunda reunião do Mecanismo 2+2 ocorreu em 13 de março de 2009, ocasião em que se tratou de projetos de cooperação como a recuperação da fábrica de munições do exército (FAME) por meio de acordo governamental ou de *joint venture* com empresa nacional e a participação peruana no sistema brasileiro de controle e vigilância da Amazônia (CINDACTA IV-SIVAM).

PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA

Em 25 de agosto de 2003, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia. O instrumento prevê cooperação para estabelecimento de sistema conjunto de monitoramento da região amazônica, tanto em matéria de segurança como de proteção de meio ambiente. No Brasil, a cooperação está a cargo tanto do Ministério da Defesa (vigilância e segurança, no âmbito do CINDACTA IV), como da Casa Civil da Presidência da República (meio ambiente, no âmbito do SIPAM).

No caso do SIPAM, o Brasil tem procurado atender aos pleitos peruanos de fornecimento de séries históricas de estações hidrológicas de fronteira, assim como informações sobre qualidade de água e especificações dos equipamentos usados nas medições hidrológicas brasileiras.

Em 2008, grupo de trabalho sobre sensoriamento remoto e hidrologia, criado para maior troca de informações, elaborou projeto para desenvolvimento de um Sistema Regional de Informação para o Monitoramento Ambiental da região amazônica. O projeto, que se pretendia originalmente apresentar ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, para inclusão no "Programa Bens Públicos Regionais", previa o desenvolvimento conjunto de sistema, sobre plataforma de software livre, que permitisse o intercâmbio seletivo de informações relativas ao meio ambiente da bacia amazônica - especialmente hidrologia e sensoriamento remoto. A ausência de um terceiro país participante - condição imposta pelo BID - impossibilitou o envio do projeto ao Banco. Desde então, o projeto não avançou.

No que se refere à integração do Peru ao CINDACTA IV - SIVAM, a cooperação prevê estabelecer, inicialmente na cidade de Pucallpa, as facilidades técnicas que permitam ao lado peruano intercambiar, em tempo real, os dados de radar na faixa de fronteira comum, com a finalidade de vigiar e controlar o espaço aéreo naquela zona, com ênfase nas atividades ilícitas. A empresa Atech, responsável pela implementação do Projeto SIVAM, vem desenvolvendo o projeto de intercâmbio de dados de radar entre Brasil e Peru. Segundo a empresa, para que o intercâmbio tenha início, faltam, ainda, capacitação de técnicos peruanos e acordo operacional entre Brasil e Peru, que autorize o início da cooperação.

COMBATE AO NARCOTRÁFICO

A V Reunião da Comissão Mista Antidrogas Brasil-Peru foi realizada nos dias 27 e 28 de março de 2006, em Brasília. Aguarda-se a convocação pela parte peruana da VI Reunião, para 2010.

PRATICAGEM

O governo peruano tem-se queixado, nos últimos anos, da cobrança de preços elevados pelo serviço de praticagem no Rio Amazonas. Em 2006, a Marinha do Brasil concedeu tratamento nacional às embarcações peruanas e colombianas em matéria de praticagem. Embarcações com arqueação bruta superior a 2000 toneladas devem utilizar prático brasileiro. Verificou-se, no entanto, que os preços cobrados de embarcações brasileiras e peruanas permaneciam assimétricos.

Em novembro passado, a Marinha do Brasil comunicou que se encontra em andamento acordo para contrato de prestação de serviço de praticagem entre as empresas NAVIERA MAYNAS S.A., do Peru, e UNIPLOT (União dos Práticos da Bacia Amazônica Oriental), do Brasil, pelo qual se prevê reajuste do preço do serviço de praticagem em torno de 1%, em relação aos valores cobrados em 2008.

MISSÃO DE COOPERAÇÃO EM TRANSPORTES FLUVIAIS

Em conformidade com os compromissos firmados pelo Acordo de Cooperação em Matéria de Transportes Fluviais nos Rios Amazônicos, assinado em dezembro passado, o lado peruano enviou proposta de termos de referência para realização de missão bilateral, composta por especialistas em navegação (melhoramento da navegabilidade em rios amazônicos), transporte (desenvolvimento de transporte fluvial), praticagem e serviços aduaneiros fluviais.

A primeira fase da missão ocorreu de 2 a 10 de agosto passado, percorrendo as cidades peruanas de Pucallpa, Yurimaguas, Iquitos e Paita; a segunda, de 13 a 21 de outubro, ocorrerá no Brasil, passando por Porto Velho, Manaus, Santarém e Tabatinga. Participam da missão, do lado brasileiro, representantes do Itamaraty, da Receita Federal, do DNIT, do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Aquaviários e do Comando da Marinha do Brasil.

Em relação a praticagem, o lado brasileiro observou que, caso o lado peruano utilizasse comboios de balsas, ao invés de embarcações tradicionais, para percorrer as hidrovias amazônicas, não seria necessário o uso dos serviços de práticos. Ademais, a utilização de comboios reduziria os custos de transportes de cargas, sendo mais apropriados ao comércio fluvial.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Em 2006 foi assinado Memorando de Entendimento entre os Ministérios de Minas e Energia do Brasil e de Energia e Minas do Peru, criando a Comissão Mista Permanente em Matéria Energética, Geológica e de Mineração. A I Reunião da Comissão ocorreu em agosto de 2007, ocasião na qual foi apresentado ao lado peruano projeto de Memorando de Entendimento sobre cooperação bilateral na área de biocombustíveis.

O assunto só foi retomado em janeiro de 2009, quando o lado peruano transmitiu o interesse de seu Ministério da Agricultura na experiência brasileira de

produção de biocombustíveis. No encontro entre Ministros de Minas e Energia, ocorrido no Rio de Janeiro, em agosto passado, não houve, porém, avanços no tema.

PETRÓLEO E GÁS

A PETROBRAS atua no Peru por meio da Petrobras Energia Peru, que detém direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural em diversas regiões. A empresa brasileira é a segunda maior produtora de petróleo do Peru, com cerca de 14,5 mil barris de óleo equivalente por dia. As relações na área petrolífera estão amparadas pelo Memorando de Entendimento entre as estatais peruanas e a Petrobras, assinado em 2006, e pelo Memorando de Entendimento entre a Petrobras e a Petroperu para projetos petroquímicos e produção de fertilizantes, assinado em março de 2007.

Os ativos da empresa no Peru concentram-se na região de Talara (lote 10), na costa norte do Peru; na região de Marañón (lote 117), junto à fronteira com a Colômbia; e na região de Canisca, na província de Cusco (lotes 57, 58 e 110).

Em relação ao lote 58, cabe ressaltar a grande repercussão na imprensa local do anúncio em novembro de 2009, pelo Presidente Alan García, da descoberta, pela PETROBRAS, de jazidas de gás natural que poderiam chegar a 5 trilhões de pés cúbicos (TCF). O anúncio pode trazer significativos dividendos ao Governo de García – que nos últimos meses viu-se submetido a acalorado debate público sobre as reais reservas de gás do país e a possível contradição entre a garantia de oferta futura ao mercado interno e os contratos de exportação. Quando indagada, a PETROBRAS tem preferido manter-se em silêncio, em razão de não haver ainda concluído as análises técnicas quanto ao volume preciso de gás no referido lote.

O Presidente Alan García assinou, em maio de 2009, contrato cedendo ao consórcio liderado pela empresa norte-americana Kuntur os direitos para a construção do Gasoduto Andino do Sul, estimado em US\$ 1,3 bilhão. O projeto está orientado ao fornecimento de gás não só para o futuro pólo petroquímico a ser instalado no país, mas também para as populações locais das regiões do Cusco, Arequipa, Puno e Moquegua. Participa do consórcio, além da Kuntur, a Odebrecht. A PETROBRAS também havia demonstrado interesse em participar em consórcio com as empresas norte-americanas Kuntur Transportadora de Gás e Energy Transfer. Entretanto, devido aos altos custos e à possibilidade de concorrência com outro projeto de gasoduto, o Gasoduto Costero Gassur, a PETROBRAS ainda analisa a viabilidade de sua participação.

FERROVIA TRANSCONTINENTAL

O projeto da Ferrovia Transcontinental foi apresentado pelo Peru em julho de 2007. Consiste na construção de ferrovia conectando Porto Velho a Bayóvar, no litoral norte do Peru. O investimento total é estimado em US\$ 10,5 bilhões. O projeto seria financiado por um consórcio internacional composto por diversas empresas. A ferrovia se interligaria à rede da Ferronorte (empresa controlada pela ALL), operadora que detém concessão para construir ferrovia ligando o Sudeste a Porto Velho. O projeto possibilitaria a exportação de produtos brasileiros, sobretudo a soja do Centro-Oeste, por porto no Pacífico, e, ao mesmo tempo, a importação de produtos peruanos, como fertilizantes fosfóricos. Em setembro de 2008, a Câmara dos Deputados aprovou a Medida Provisória 427/08, que reformula a Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias - e inclui novas ferrovias no Plano Nacional de Viação (PNV). Prevê, ademais, a Estrada de Ferro 354, ligando o litoral norte fluminense à fronteira com o Peru, passando por Paracatu, Brasília, Porto Velho e Rio Branco, e totalizando 4.400km.

PROJETO DE MINERAÇÃO EM BAYÓVAR

Foi assinado, em abril de 2005, contrato entre autoridades peruanas e a Companhia Vale do Rio Doce para a exploração do fosfato de Bayóvar, no Departamento de Piura. O objetivo é produzir concentrados e fertilizantes para o abastecimento do mercado peruano e exportação a terceiros países, podendo fazer do país andino base de exportação para a América Latina. Poderão ser investidos até US\$ 480 milhões. Serão gerados cerca de dois mil empregos diretos e três mil indiretos. A produção média anual prevista no projeto é de 3,9 milhões de toneladas de fosfato por ano, com vida útil de 27 anos. A expectativa é de que a produção e a exportação de fosfato se iniciem ainda este ano, e de que, entre 2012 e 2013, a companhia já esteja com planta de produção de fertilizantes no país, provavelmente na própria região de Piura, onde está a mina de fosfato, próximo de onde vai ser instalado porto para o escoamento da produção pelo Oceano Pacífico. Segundo a companhia, o porto será construído a 40 km da unidade de fosfato. Em julho de 2007, anunciou-se a conclusão dos estudos de viabilidade do projeto e da construção de porto marítimo em Bayóvar, cuja concessão foi outorgada à Vale do Rio Doce em 2005. Em setembro de 2008, foi lançada a pedra fundamental do projeto. Em 26 de março de 2009, a Odebrecht Peru assinou contrato para a construção do porto, com início de operações previsto para o segundo semestre de 2010.

OUTROS PROJETOS DE INFRA-ESTRUTURA

A Odebrecht é a principal construtora do Projeto Olmos, empreendimento multimodal de transposição do rio Huancabamba para irrigação de terras assoladas pela seca, na região de Lambayeque. O projeto inclui a construção do túnel Transandino e da represa de Limón, e o aproveitamento do potencial hidrelétrico criado. Quando concluído, o empreendimento permitirá a habilitação de 100 mil hectares para cultivo (33 mil hectares imediatamente após a conclusão) e a geração de cerca de 100 mil empregos. O custo do projeto é de US\$ 247 milhões, US\$ 55 milhões dos quais estão sendo financiados pelo Brasil, por meio do PROEX.

A obra de construção do Túnel Transandino, primeira etapa do Projeto Olmos, vem sendo implementada dentro do cronograma previsto pela Odebrecht. No entanto, em março passado, a Ministra Mercedes Aráoz, do Ministério de Economia e Finanças (MEF) do Peru, questionou os direitos de exploração privada das etapas subsequentes do referido projeto, argumentando que a exploração deveria ser feita por meio de concessão pública. A construtora Odebrecht adquiriu o direito de explorar as demais etapas do projeto, que inclui, entre outros, a venda de lotes de terra a serem irrigados e da água a ser fornecida a esses lotes, com vistas à geração de fundos suficientes para compensar o déficit da primeira fase do projeto. O Presidente do Conselho de Ministros (PCM), Javier Velásquez, tem defendido o projeto na forma como está negociada. Ademais, o Parlamento chegou a aprovar moção de apoio à exploração das etapas seguintes pela iniciativa privada. A resistência ao projeto parece restrita à Ministra Aráoz e a um grupo técnico do MEF. Encontra-se em curso negociação entre o MEF e a Odebrecht para que se alcance solução satisfatória para o caso.

A Camargo Corrêa venceu a licitação pública para construção da Represa Tronera Sul e do Túnel Transandino, no valor de cerca de US\$ 171 milhões. A licitação equivale à primeira etapa do Projeto Especial de Irrigação e Hidroenergia do Alto Piura. A empresa vencedora deverá construir túnel de 13,5 km, para derivar 335 hectômetros cúbicos de água do rio Huancabamba, bem como represa e mecanismo de derivação de água para irrigação do Vale Alto Piura. A segunda

etapa do projeto, a se licitada posteriormente, prevê a construção de duas usinas hidroeletricas, com capacidade total de 300MW.

INVESTIMENTOS BRASILEIROS NO PERU

De acordo com a Agência de Promoção do Investimento Privado (PROINVERSION), o estoque do Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Peru, em 2009, foi de US\$ 18,8 bilhões. Segundo a mesma fonte, o Brasil passou de décimo, em 2008, para oitavo maior investidor no país, com 2,59% do total (US\$ 487,2 milhões, contra US\$ 384 milhões em 2008). Para o Banco Central do Brasil e a Câmara Binacional de Comércio e Integração Peru – Brasil (CAPEBRAS), o estoque de investimento brasileiro no Peru estaria em torno de US\$ 1,5 bilhão.

As principais empresas brasileiras no Peru respondem pela geração de cerca de 17 mil empregos diretos. Além da Petrobrás e das construtoras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão, merece destaque a construção, pela Dedini, de duas usinas processadoras de etanol, com plantações em área de 200 mil hectares na região de Lambayeque, cuja irrigação será garantida pelo Projeto Olmos.

Sublinhe-se, ainda, a atuação da Gerdau, que adquiriu o controle acionário da Siderperú e anunciou, em setembro de 2008, investimentos adicionais da ordem de US\$ 1,3 bilhão para a produção de aço. A Votorantim, desde 2004, investiu cerca de US\$ 300 milhões na aquisição e ampliação da fábrica de zinco de Cajamarquilla. No setor de bebidas, merece destaque a atuação da AMBEV, que, desde 2005, investiu mais de US\$ 100 milhões em instalações na região de Lima.

Outras empresas brasileiras têm interesse econômico no Peru, incluindo o Banco do Brasil, a Vega Upaca Relima (limpeza urbana), a Marcopolo (montagem de veículos), a H. Stern e a Natura. Recentemente, a SABESP anunciou a possibilidade de investir na área de saneamento básico na região de Lima e Callao (projeto "Água para Todos") e a Perkons venceu licitação no valor de US\$ 8 milhões para instalar aparelhos de controle de velocidade e administrar o trânsito em Callao.

VENDA DE AERONAVES

Existe interesse, por parte do Governo brasileiro, de venda da aeronave de alerta antecipado "R-99". O Governo peruano vem negociando com a Embraer a compra da referida aeronave (com eventual financiamento do BNDES), além de sistemas de Comando e Controle produzidos pela empresa brasileira.

Por fim, em encontro entre representantes da Embraer e o Ministro da Defesa do Peru, ocorrido em outubro passado, a autoridade peruana revelou interesse na aquisição de aeronaves modelo A-29 (Super Tucanos). A compra buscaria suprir questões emergenciais, principalmente a necessidade de apoio aéreo na região do Vale dos Rios Apurímac e Eñe (VRAE), onde atuam forças remanescentes do "Sendero Luminoso". Em novembro passado, a Embraer apresentou ao lado peruano proposta ao fornecimento de lote de aeronaves Super Tucanos. O Governo peruano tenciona comprar 12 aeronaves desse modelo, solicitando a entrega de duas em regime emergencial.

A definição das compras de aeronaves brasileiras, no entanto, depende, ainda, de decisão do Presidente Alan García. Representante da Embraer informou que as duas aeronaves solicitadas em regime emergencial encontram-se prontas, à espera da decisão peruana.

COMERCIO BILATERAL

O intercâmbio comercial entre Brasil e Peru cresceu de US\$ 724 milhões em 2003 para US\$ 3,25 bilhões em 2008.

No ano passado, em virtude da crise econômica, o fluxo comercial caiu para US\$ 1,93 bilhão. As exportações brasileiras para o Peru totalizaram US\$ 1,49 bilhão (-35,3%), e as importações, US\$ 484 milhões (-49,4%). O saldo do comércio bilateral foi de US\$ 1 bilhão para o Brasil nesse período, mantendo histórico de superávit.

No primeiro quadrimestre de 2010, a corrente de comércio foi de US\$ 766 milhões, um aumento de 48,7% em relação ao ano anterior. As exportações aumentaram 34,1%, passando de US\$ 385 milhões para US\$ 517 milhões, enquanto as importações subiram 92%, de US\$ 129 milhões para US\$ 249 milhões.

O Brasil tem exportado para o Peru, sobretudo, óleos brutos de petróleo, terminais portáteis de telefonia celular, caminhões, tratores rodoviários e escavadoras. O Peru tem exportado para o Brasil, especialmente, cobre, sulfetos de minério de zinco, prata, zinco não-ligado e chumbo refinado.

A III Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Brasil-Peru foi realizada em Lima, em março de 2010. Na ocasião, foram identificadas oportunidades de crescimento do comércio bilateral nos segmentos de software e de franquias de empresas da área de alimentação. Os setores de metal-mecânica – conversão de veículos para gás, dentre outros – e madeira e móveis foram destacados pelos Governos como os segmentos com potencial para o início de integração de cadeias produtivas.

Em relação ao comércio de produtos agrícolas, o Peru enviou lista com 6 produtos tidos como prioritários para exportar ao Brasil: cebola, couve-flor, amaranto, kiwicha, quinoa e pêssego. O Ministério da Agricultura (MAPA), de acordo com portaria de 2005, exigiu que os produtos passassem por Análise de Risco de Pragas (ARP), feita pelo Departamento de Sanidade Vegetal (DSV) desse Ministério. A ARP da couve-flor já está pronta para publicação; quanto à cebola, a Parte peruana solicitou reação brasileira a documento que propõe a exclusão da exigência de testes para duas pragas como pré-requisito para a exportação de bulbos de cebola ao Brasil. O *Servicio Nacional de Sanidad Agraria* (SENASA) alega que as pragas também estariam presentes em território brasileiro, o que é contestado pelo MAPA, que continua analisando o tema. Em relação aos outros produtos, as ARPs encontram-se em estágio inicial.

Do lado brasileiro, existe grande interesse na exportação de carne “in natura” para o Peru. Em 2006, o Brasil encaminhou às autoridades peruanas proposta de Certificado Zoossanitário para a exportação desse produto. O lado peruano rejeitou a proposta brasileira e solicitou fosse atestada a vacinação do rebanho contra a peste suína clássica. Uma vez que a vacinação contra essa enfermidade é proibida no País, o Brasil afirmou não poder atender ao requisito peruano. Em agosto de 2009, o Brasil remeteu nova proposta de Certificado, também não aceita pelo Peru, por não cumprir os requisitos peruanos no que concerne à doença triquinelosis (nada foi dito sobre peste suína clássica). Em março de 2010, nova proposta de Certificado Sanitário Internacional foi enviada para análise do SENASA, que solicitou ao MAPA a remessa de informação que sustente a condição de país livre de triquinelosis. Com relação à peste suína clássica, o SENASA solicita a sustentação

ou a avaliação corresponde das zonas declaradas livres dessa enfermidade, considerando que o Brasil somente teria previsto certificar a opção de zona livre.

MISSÕES EMPRESARIAIS

Em 2008, São Paulo sediou a Semana do Peru no Brasil e a ExpoPeru 2008. O evento, que conjugou apresentações culturais e um extenso programa de encontros empresariais, foi encerrado por encontro entre os Presidentes Lula e Alan García. De maneira análoga, Lima sediou a Semana do Brasil no Peru e a ExpoBrasil 2009, que se encerrou com a visita do Presidente da República ao país, em 11 de dezembro.

Em agosto passado, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Miguel Jorge, realizou visita de trabalho ao Peru, encontrando-se com o Presidente Alan García e com diversos Ministros do Governo peruano. Acompanhou o Ministro, em sua visita, comitiva formada por empresários brasileiros de diversos setores.

Por ocasião da visita do Presidente da República a Lima, foi constituído o Conselho Empresarial Brasil-Peru, que congrega importantes empresários de ambos os países e visa à intensificação do intercâmbio comercial e à promoção de novos investimentos. Os capítulos nacionais serão formados por empresas e entidades brasileiras e peruanas de grande destaque. Entre os convidados para integrar o capítulo brasileiro estão os Presidentes das seguintes empresas: Embraer, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht, Queiroz Galvão, Petrobrás, TAM, OAS, CSN, Braskem, Vale e Votorantim.

Também durante a visita do Presidente da República a Lima, ocorreu Seminário Empresarial. Cerca de 350 empresários dos dois países, além de políticos e técnicos, discutiram as perspectivas de crescimento do comércio e dos investimentos geradas pela conclusão da Rodovia Interoceânica-Sul.

Durante a visita do Presidente García a Manaus, está previsto encontro entre líderes dos dois capítulos do Conselho Empresarial, com vistas à preparação da ExpoPeru, em novembro próximo, em São Paulo.

PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS (PSCI)

Brasil e Peru assinaram, em fevereiro de 2006, o Memorando de Entendimento para Promoção de Comércio e Investimentos, que prevê ações no âmbito do Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI) brasileiro. A I Reunião do Grupo Executivo de Trabalho (GET) ocorreu em novembro de 2006. Desde então, o Grupo já realizou mais quatro reuniões, nas quais foram discutidos os principais entraves ao comércio bilateral, além de iniciativas e estratégias para incrementar o intercâmbio e reduzir as assimetrias observadas. Mencionem-se, dentre as iniciativas brasileiras, a entrega de guias sobre exportação ao Brasil e de catálogos de importadores brasileiros, além da disponibilização eletrônica de trabalhos sobre a oferta exportável peruana. Realizaram-se, ainda, seminários "Como Exportar para o Brasil" em Lima e Arequipa.

Entre 25 e 28 de maio passado, realizou-se, nas cidades de Tacna, Arequipa, Puno e Cusco, nova rodada de seminários no âmbito do PSCI, com participação de técnicos da Receita Federal, MAPA e INMETRO, entre outros.

ACE-58

O Acordo MERCOSUL-Peru (ACE-58) foi firmado em 30 de novembro de 2005 e está vigente entre Brasil e Peru desde 2 de janeiro de 2006. A representação do Peru na Comissão está a cargo do Ministério de Comércio Exterior e Turismo (MINCETUR). A Comissão Administradora só se reuniu uma vez, em 2006, embora o acordo preveja reuniões ordinárias anuais. Está prevista, para os dias 1 e 2 de julho próximo, a II Reunião da Comissão Administradora do ACE-58.

O interesse peruano em reunir-se com o MERCOSUL parece haver arrefecido ante o pleito do bloco em solicitar compensações pela assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) Peru-EUA. Tal Acordo prevê concessões em condições mais favoráveis dos que as outorgadas ao MERCOSUL, tais como cronogramas de liberalizações mais acelerados, e condições de acesso mais favoráveis em matéria de Zonas Francas e Banda de Preços— mecanismo que permita tarifas móveis adicionais às tarifas fixas, em função da flutuação de preços agrícolas no mercado internacional.

O Brasil tem defendido junto aos demais sócios do MERCOSUL a construção de uma agenda positiva para as conversas com o Peru, com ênfase no aprofundamento (aceleração de cronogramas de desgravação) e na ampliação do alcance do ACE-58 (negociação em matéria de serviços, o MERCOSUL enviou uma proposta inicial em 2008), bem como sobre o tratamento de questões sanitárias de interesse peruano. A nova abordagem trata de retirar a ênfase negativa ao termo “compensações”.

POLÍTICA INTERNACIONAL

Eleito em segundo turno contra o candidato nacionalista Ollanta Humala, em julho de 2006, Alan García tem como grande desafio superar os baixos índices de aprovação de seu governo. Apesar dos bons resultados econômicos, baseados em crescimento sustentado do PIB e controle da dívida pública, a popularidade do governo tem sido baixa, oscilando entre 20% e 30%. Segundo pesquisa nacional do Instituto Ipsos Apoyo Opinión y Mercado, realizada em outubro passado, o Presidente Alan García baixou dois pontos percentuais em sua taxa de aprovação, passando de 28% para 26%, com 67% de desaprovação. O Governo, como um todo, ficou com 22% de avaliações positivas e 71% de negativas, ao passo que o Judiciário teve, respectivamente, 15% (desaprovação de 77%) e o Legislativo, 12% (desaprovação de 81%). Os motivos da aprovação/desaprovação presidencial também variaram pouco. Os argumentos a favor de García foram liderados pelo item “construção de estradas, hospitais, obras de água e esgoto”, seguido de “porque mudou com respeito ao seu primeiro Governo” e “pela promoção de investimentos privados”. Os quesitos negativos continuaram a ser, em ordem decrescente, o “não cumprimento de promessas”, a inflação, o desemprego e a corrupção.

Nas últimas eleições parlamentares, realizadas em 2006, o partido governista, o APRA, elegeu 36 dos 120 deputados do Congresso peruano. O bom resultado, no entanto, não garantiu maioria, fato que obrigou o governo de Alan García a aliar-se com a União Nacional, de Lourdes Flores, e com parte da bancada fujimorista. O Partido Nacionalista, de Ollanta Humala, foi o segundo mais votado, com 23 parlamentares eleitos.

O início do mandato de Alan García foi marcado pela divulgação de pacote político-econômico abrangente e pelo lançamento do “Plano de Reforma dos

Programas Sociais", com objetivo de fomentar as exportações, promover a retomada do crescimento econômico, e melhorar os indicadores sociais do país. No entanto, não obstante as iniciativas na área social, registram-se constantes greves e bloqueios de estradas no país, organizados, sobretudo, por sindicatos de trabalhadores rurais, cocaleiros, mineradores e metalúrgicos. Nesse contexto, destacam-se a greve geral de julho de 2008, que atingiu todo o território peruano, e o recente "Paro Amazônico", greve de comunidades indígenas na região da selva peruana, que provocou bloqueios de estradas e conflitos com forças de segurança. Paralisações na região de Cusco também têm interrompido com frequência o trânsito nessa área.

Menos de um ano após uma ampla reforma ministerial (outubro de 2008), o Presidente Alan García anunciou novo gabinete em 11 de julho de 2009. Diante do quadro de instabilidade causado pelas paralisações nas regiões amazônica e serrana, o Presidente Alan García designou o Presidente do Congresso da República, Javier Velásquez Quesquén, para chefiar a Presidência do Conselho de Ministros, em substituição a Yehude Simon. Ademais do novo Primeiro Ministro, o mandatário peruano empossou seis novos Ministros (Defesa, Interior, Trabalho, Agricultura e Comércio Exterior e Turismo). Nove foram reconduzidos e Mercedes Aráoz foi deslocada do Comércio Exterior para o Ministério da Produção. Cerca de um mês antes da reforma ministerial, a Ministra da Mulher e do Desenvolvimento Humano, Carmen Vildoso, havia renunciado, anunciando publicamente sua discordância com o modo como a crise gerada pelo "Paro Amazônico" foi conduzida pelo Governo.

OS PAROS AMAZÔNICO E ANDINO

O "Paro Amazônico", greve de comunidades indígenas peruanas pela derrogação de decretos legislativos emitidos no âmbito do Tratado de Livre Comércio com os EUA, transformou-se em um dos conflitos sociais mais graves dos últimos anos, após a morte de 34 pessoas, entre indígenas e policiais, nas proximidades da cidade de Bágua. A onda de violência iniciou-se, em 5 de junho de 2009, com a tentativa da Polícia Nacional Peruana de desbloquear a estrada "Fernando Belaúnde Terry".

Comissão Especial criada para investigar os acontecimentos foi formada por representantes das comunidades indígenas, de ONGs e de Ministérios e governos regionais amazônicos. O relatório produzido destaca as precárias condições de subsistência dos nativos daquela região e chama a atenção para o trabalho de ONGs como a AIDSESP, liderada por Alberto Pizango, que teriam lutado para auxiliar os povos indígenas nas negociações com o Governo peruano. De acordo com o relatório, a multiplicidade de atores (lideranças indígenas, congressistas, diretores de ONGs etc) e a exacerbação do conflito pelos meios de comunicação seriam os elementos a explicar porque houve tamanha violência nos conflitos de Bágua.

Após duas semanas de conflito, o Congresso peruano derogou os decretos legislativos 1.090 (Lci Florestal e da Fauna Silvestre) e 1.064 (novo regime jurídico para atividades agrícolas). Apesar disso, Alberto Pizango, que se encontra asilado na Nicarágua, tem feito declarações conclamando os povos indígenas peruanos a reiniciar os protestos do Paro Amazônico e a rechaçar as propostas de negociação do Governo.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2011

O cenário político peruano já começa a se movimentar para as eleições de 2011. Em pesquisa divulgada em maio, o Instituto Ipsos Apoyo y Opinión apontou o Prefeito de Lima, Luis Castañeda, na liderança das intenções de voto, com 22% das preferências. Em segundo lugar, aparece Keiko Fujimori, filha do Ex-Presidente

Alberto Fujimori, com 18%, seguida por Ollanta Humala e Alejandro Toledo, ambos com 13%, e Jaime Bayly, com 5%. Dado o estágio prematuro das disputas e as muitas indefinições dos potenciais candidatos e eventuais alianças, os números da pesquisa devem ser encarados com cautela.

SEGURANÇA INTERNA

Em abril deste ano, integrantes do *Sendero Luminoso* perpetraram ataque contra soldados das Forças Armadas peruanas. Os militares foram vítimas de ataque a bomba, seguido de ataque com armas leves, que deixou saldo de 13 mortos, na região do Vale dos Rios Apurímac e Ene (VRAE). O último atentado havia sido em outubro de 2008, quando doze militares e sete civis morreram em uma emboscada na mesma região. As ações de remanescentes do Sendero Luminoso nessa região têm sido constantes desde o fim da década de 1990. Há poucas informações sobre o número exato de senderistas, com estimativas variando entre 200 e 400.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa do Governo de Alan García considera prioritárias as relações com o Brasil e o Chile, além dos EUA. O Presidente peruano tem afirmado que aprofundará o processo de convergência da CAN com o Mercosul e com a União Européia. A integração física no eixo Pacífico-Atlântico, com a conclusão da Rodovia Interoceânica Sul, tem recebido especial atenção do governo.

Há sinais, entretanto, de certa diluição do compromisso peruano com a concertação sul-americana, como constatado na disposição do Peru de atuar individualmente quando houver dificuldades para alcançar posição comum regional, sobretudo em negociações comerciais. Embora tenha indicado que priorizará a consolidação da UNASUL, assinalou que o desenvolvimento desse organismo deveria obedecer a uma "natural gradualidade" de iniciativas, com ênfase na integração física regional, comercial e energética.

RELAÇÕES COM A ARGENTINA

Após longo hiato de dezesseis anos, a Presidente Cristina Kirchner realizou importante visita de Estado ao Peru, em 22 e 23 de março de 2010, veiculada como verdadeiro "relançamento" das relações entre os dois países. Apesar de não ter usado a expressão "perdão", como era esperado pelos peruanos, a mandatária argentina frisou que sua visita era também um ato de "desagravo e reparação histórica" pelos incidentes de venda de armas ao Equador, na gestão Menem, em meio ao conflito do Cenepa. Além das questões políticas, foram tratados temas como cooperação técnica, sociais e econômico-comerciais e assinados mais de 150 acordos, em áreas tão diversas como permissão de residência para nacionais e cooperação espacial. Quanto à parte comercial, a visita marcou a formação do Comitê Binacional Empresarial Peruano-Argentino, que tem por objetivo facilitar o comércio e investimentos entre os dois países.

RELAÇÕES COM O CHILE

O relacionamento com o Chile é tópico da maior relevância estratégica para o Peru. Registrou-se, nos últimos anos, crescente interdependência econômico-comercial, caracterizada, especialmente, pelo aumento do investimento chileno no Peru. Persistem, no entanto, tradicionais suspeitas que imperam no imaginário político e, especialmente, em setores nacionalistas de ambos os lados.

Na esfera política, nota-se esforço de ambas as partes para evitar que diferendo marítimo entre os dois países contamine a aproximação econômico-comercial. O Peru reivindica área de 35 mil km² sobre o Oceano Pacífico em que poderia exercer os direitos de Zona Econômica Exclusiva. Em janeiro de 2008, o governo peruano conduziu o caso à Corte Internacional de Justiça, apresentando suas memórias em março de 2009. Com a notificação da demanda peruana perante a Corte Internacional de Justiça, iniciou-se, formalmente, litígio jurídico sobre a demarcação de fronteiras. Em março de 2010, o Chile entregou sua contra memória à demanda peruana. Espera-se que a decisão final somente ocorra no prazo de quatro a sete anos.

Apesar do diferendo marítimo, o Governo peruano vem logrando manter, até o momento, sua política de "cordas separadas" entre a área política e a área econômico-comercial (na qual os entendimentos são excelentes).

Em 2 de março, poucos dias após o trágico terremoto que se abatera sobre o Chile, o Presidente García visitou Santiago, quando levou ajuda humanitária e prestou solidariedade ao povo chileno. Pouco mais de uma semana depois, García compareceu à posse de Sebastián Piñera, buscando estabelecer canais de diálogo mais fluidos com o novo presidente. Logo após a posse de Piñera, o Governo chileno publicou informe de página inteira, nos principais jornais do Peru, agradecendo de forma enfática a ajuda prestada por esse país, assim como as manifestações de solidariedade para com seu povo.

Em 17 de maio, os dois Presidentes se encontraram à margem da Cúpula América Latina e Caribe – União Européia, em Madri, dando um passo adicional em direção a uma "convergência cautelosa" entre os dois países. O resultado mais visível dessa aproximação parece ser o efetivo encapsulamento da questão na Haia à esfera jurídica.

RELAÇÕES COM A COLÔMBIA

Há grande simpatia entre os Governos colombiano e peruano. Verifica-se tendência de ambos os países se enxergarem como contraponto ideológico ao bloco composto por Venezuela, Equador e Bolívia. Desde que voltou ao poder, em 2006, Alan García tem feito prova de inclinações políticas, principalmente em economia.

RELAÇÕES COM O EQUADOR

O relacionamento Peru - Equador normalizou-se após a solução da disputa fronteiriça, em outubro de 1998. Em 1º de junho de 2007, os Presidentes Alan García e Rafael Correa mantiveram encontro na cidade fronteiriça de Tumbes, Peru. Na ocasião, acordaram diversos compromissos, com ênfase nos esforços comuns de integração fronteiriça e no fomento da confiança recíproca. Ressalte-se, também, a prorrogação do Plano Binacional de Desenvolvimento Fronteiriço até 2014, o estabelecimento de um mecanismo 2+2 e a assinatura de convênio entre as petroleiras estatais Petroecuador e Petroperú.

Em 25 de outubro de 2008, os dois mandatários encontraram-se pela segunda vez na fronteira entre seus países, na cidade equatoriana de Machala, onde presidiram "Reunião Binacional de Gabinete de Ministros". O objetivo da iniciativa era avaliar o cumprimento dos compromissos advindos dos Acordos de Brasília, que completavam 10 anos.

A demanda peruana na corte da Haia em relação à questão marítima com o Chile tem recebido atenção no Equador, na medida em que o país também é signatário dos acordos de 1952 e 1954. Os Presidentes Rafael Correa e Michelle Bachelet, em março de 2008, reiteraram, em comunicado conjunto, a vigência dos Acordos de 1952 e 1954 como marcos para a fixação do limite marítimo com o Peru.

RELAÇÕES COM A VENEZUELA

As relações entre Peru e Venezuela têm sofrido importante desgaste nos últimos anos, sobretudo a partir das críticas proferidas pelo Presidente Hugo Chávez à assinatura do Tratado de Livre Comércio (TLC) Peru-EUA. A crise culminou com a retirada dos Embaixadores e com a saída da Venezuela da CAN. Somente em janeiro de 2007 os Presidentes Alan García e Hugo Chávez dispuseram-se a normalizar as relações bilaterais, com a designação de novos Embaixadores em Lima e Caracas. O Peru manifestou, ainda, desejo de que a Venezuela retornasse à CAN.

A iniciativa de reaproximação, no entanto, não prosperou, sobretudo em função de críticas feitas por Alan García ao fechamento da rede televisiva RCTV pelo governo venezuelano e à presença das chamadas "Casas de ALBA" no Peru. O Governo venezuelano negou ter vínculos com as Casas, que seriam instituições com fim declarado de prestar ajuda humanitária.

RELAÇÕES COM A BOLÍVIA

As relações entre Peru e Bolívia têm sido tradicionalmente afetadas pela histórica aspiração boliviana de reintegração dos territórios litorâneos. O relacionamento bilateral desgastou-se, particularmente, com as críticas do presidente Evo Morales à assinatura do TLC Peru-EUA, por um lado, e com a assinatura do Acordo Militar Bolívia-Venezuela (maio de 2006), por outro. A aproximação entre os Governos boliviano e venezuelano tem repercutido negativamente nos meios políticos peruanos, destacando-se as críticas de autoridades peruanas às "Casas de ALBA".

Em maio de 2009, o Presidente Evo Morales dirigiu duras críticas ao Presidente García, em função da concessão de asilo a Jorge Torres, que foi Ministro do Desenvolvimento Econômico do ex-Presidente Gonzalo Sánchez de Lozada (2002-2003).

As relações sofreram novo desgaste com declarações de autoridades peruanas de que haveria apoio "internacional" aos protestos feitos por grupos indígenas na região Amazônia peruana, em junho do ano passado. Em julho de 2009, os Chanceleres David Choquehuanca e García Belaunde encontraram-se à margem das reuniões de Cúpula do Mercosul, em gesto que marcou reaproximação bilateral e possibilitou o retorno do Embaixador peruano a La Paz, no começo de agosto.

A despeito dessa recente evolução, o Presidente Evo Morales tem-se pronunciado na imprensa insistindo que as relações entre os dois países só melhorarão quando Lima expulsa os ex-Ministros do Governo de Gonzalo Sánchez que se encontram asilados em Lima.

RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos são, em conjunto com o Brasil, a prioridade máxima da política externa peruana, principalmente, em matéria de investimentos, comércio e

auxílio no combate às drogas. Além de importante destino das exportações peruanas, os EUA respondem pelo maior volume de investimentos diretos externos no país: desde 1999, os EUA investem no Peru cerca de US\$ 2 bilhões por ano.

No âmbito comercial, destaca-se o TLC firmado entre os dois países. Em dezembro de 2007, o Congresso norte-americano aprovou o Tratado, que já havia obtido a aprovação do Legislativo peruano. Em 1º de fevereiro de 2009, o TLC entrou em vigor.

O Presidente Alan García visitou Washington, em 1º de junho corrente. Na ocasião, o mandatário peruano criticou o que chamou de outros modelos político-econômicos presentes na América Latina, em referência aos países “bolivarianos”. Defendeu, ainda, a abertura econômica por meio de Tratados de Livre Comércio, os quais teriam permitido, em sua visão, enfrentar a crise financeira internacional e promover o emprego em seu país.

RELAÇÕES COM A CHINA

A China é o segundo parceiro comercial do Peru, atrás dos Estados Unidos. As exportações peruanas para a China somaram, em 2008, cerca de US\$ 3,8 bilhões; já as importações atingiram, no mesmo ano, a cifra de US\$ 3,6 bilhões.

Em 1º de março de 2010, entrou em vigor o Tratado de Livre Comércio (TLC) firmado entre China e Peru, abarcando comércio de bens, serviços, defesa comercial, medidas sanitárias, solução de controvérsias e propriedade intelectual. Com o TLC, espera-se aumento dos investimentos chineses no Peru, especialmente nos setores de energia e infraestrutura.

Durante a visita do Presidente Hu Jintao a Lima, em novembro de 2008, China e Peru decidiram estabelecer uma “Aliança Estratégica”, com vistas a aprofundar as relações bilaterais, ampliar a cooperação e incrementar o fluxo comercial.

RELAÇÕES COM OS PAÍSES ÁRABES

O Chanceler Antônio García Belaunde realizou, em abril passado, périplo de seis dias por países do Golfo, como Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Kuwait, Bahrein e Catar. O périplo revela o interesse do Peru em aumentar seus contatos políticos e especialmente econômicos em área até então de pequena expressão para sua diplomacia. A visita tem ainda grande caráter simbólico, na medida em que é a primeira feita por um Chanceler peruano à região.

A visita poderá concorrer para o aumento dos investimentos daqueles países no Peru. O maior projeto em andamento é a construção de um terminal no Porto de Callao, financiado por Dubai e executado pela brasileira Odebrecht, investimento que soma cerca de US\$ 600 milhões. O sentido dessa visita pode ser melhor compreendido no contexto da estratégia peruana de reafirmar o compromisso do Peru com os países árabes, em vista da III Cúpula ASPA que, terá Lima como sede, em fevereiro de 2011.

UNASUL E CAMPANHA PERUANA SOBRE DESARMAMENTO REGIONAL

O Peru mantém posturas ambíguas em relação à União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Embora tenha indicado que priorizará a consolidação da UNASUL, o Presidente peruano assinalou que o desenvolvimento desse organismo deveria obedecer a uma “natural gradualidade” de iniciativas, com ênfase na integração física regional, comercial e energética.

Desde o encontro presidencial da UNASUL que discutiu a questão da utilização de bases colombianas pelas Forças Armadas dos EUA (Bariloche, 28/8/09), o Presidente Alan García vem impulsionando campanha contra o suposto "armamentismo" que estaria em curso na América do Sul. Essa visão tende a confundir os necessários processos de modernização das Forças Armadas da região com corridas às armas.

Alan García propôs a celebração de um "pacto de não-agressão", ademais de uma redução nos gastos militares na região. A primeira sugestão evoluiu, num segundo momento, para a proposta de "Protocolo de Paz e Segurança". A proposta peruana com relação à UNASUL poderia ser vista como uma valorização do foro sul-americano pela política externa do Peru, país que, até então, se mantinha relativamente distante da organização.

Em 10 de maio, o Congresso Nacional peruano, mediante Resolução Legislativa, aprovou, por unanimidade, o Tratado Constitutivo da Unasul.

CELAC

O Governo peruano tem, há anos, reiterado seu desconforto com a criação de novas instâncias multilaterais regionais. O fato de o mandatário peruano, não ter comparecido à Cúpula da Unidade Latino Americana e do Caribe foi interpretado como sinal de que o Peru não atribuía grande importância ao evento. Declarações de Belaunde defendendo a OEA como o foro permanente para o diálogo entre todos os países do continente americano e afirmações de que o Presidente Garcia não teria participado do encontro no México porque "há coisas mais urgentes a fazer no país" demonstram claramente o pouco entusiasmo peruano com projetos de integração que entende oriundas de Caracas.

PARTICIPAÇÃO PERUANA NA MINUSTAH

O Peru é o 6º maior contribuinte de tropas para operações de manutenção da paz da América do Sul e o 50º maior do mundo. O Presidente Garcia tem reiterado o compromisso de seu país com o Haiti.

O Peru participa do Mecanismo 2 x 9 (Vice-Ministros de Defesa e Relações Exteriores dos países latino-americanos participantes da MINUSTAH). Em 2008, o Peru anunciou, com a Argentina, a criação de contingente de engenharia binacional para atuar no Haiti.

Em maio passado, assinou-se Memorando de entendimento pelo qual o Peru designa um oficial para integrar o Estado-Maior do Batalhão Brasileiro no Haiti (BRABATT), a exemplo do que ocorrera com oficiais da Bolívia e do Paraguai.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O Peru tem apresentado bons indicadores macroeconômicos ao longo do Governo de Alan García, com crescimento sustentado do PIB em patamares elevados e manutenção da dívida pública sob controle. Os bons resultados obtidos em 2008, no entanto, não se repetiram no ano passado, sobretudo, por conta da desaceleração econômica decorrente dos efeitos da crise internacional sobre a economia peruana.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística e Informática, em 2009, a economia peruana se expandiu 1,12%, acima das expectativas de analistas e bancos, que projetavam crescimento de 0,9%, mas muito abaixo dos valores de 2008 (9,8%). Os setores que registraram maior contração durante o ano foram: manufatureiro, pesqueiro, comércio e transportes. O investimento privado reduziu-se em 24,5% no ano de 2009. Estima-se, para 2010, que este retomaria o rumo positivo, porém cauteloso, por tratar-se de ano pré-eleitoral.

A taxa de juros é a mais baixa da região, mantendo-se em 1,25% desde setembro de 2009. A demanda interna aumentou 4,6% em dezembro, com retração anual de 2,6%. Registrou-se, entre 2008 e 2009, melhora na renda per capita peruana, que passou de US\$ 8.500 (PPP) para US\$ 8.638 (PPP).

As reservas internacionais alcançaram o montante de US\$ 33,13 bilhões, com um aumento de aproximadamente US\$ 2 bilhões. O déficit fiscal ficou em 1,6% do PIB em 2009. Esta posição se deve, por um lado, à menor arrecadação, fruto da diminuição da atividade econômica, e, por outro, ao incremento da demanda pública.

De acordo com a Agência de Promoção do Investimento Privado (PROINVERSION), o estoque do Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Peru, em 31 de dezembro de 2009, foi de US\$ 18,8 bilhões, registrando crescimento de 4,5%, com relação ao ano anterior (US\$ 18 bilhões).

COMÉRCIO EXTERIOR

Em 2009, as exportações totais peruanas caíram 13,1%, e encerraram o ano com US\$ 26,63 bilhões. A queda dos preços internacionais de commodities e a contração da demanda norte-americana explicam grande parte desta contração.

As importações foram reduzidas em 27,7%, totalizando US\$ 21,6 bilhões. A queda se deveu à retração das compras de matérias primas e produtos intermediários (-31,3%), seguidas de bens de capital e materiais de construção (-26,7%) e de bens de consumo (-13,6%). No período em análise, os Estados Unidos mantiveram a liderança como principal fornecedor do mercado local, com participação de 19,6% das importações totais, seguido de China (14,9%), Brasil (7,7%), Equador (4,8%) e Chile (4,6%).

ACORDOS DE LIVRE COMÉRCIO

Outro aspecto importante no cenário econômico peruano são os acordos de livre comércio, que fazem parte da estratégia do Governo de Alan García de ampliação de mercados, atração de investimentos externos e desenvolvimento do comércio exterior do país.

Concluíram-se as negociações dos acordos de livre comércio com Estados Unidos, Canadá e China. O Peru negocia, ademais, acordos similares com Japão, Coreia do Sul, Cingapura, México, Tailândia e com a Área de Livre-Comércio da Europa (EFTA).

O Presidente García indicou que tenciona rever, parcialmente, os termos do ACE-58 com o Mercosul.

Em 27 de fevereiro passado, o Ministro de Comércio Exterior e Turismo do Peru, Martín Pérez, anunciou o término das negociações do tratado de livre comércio Peru-UE após nove rodadas de negociação. O acordo foi assinado em 18 de maio, durante a Cúpula América Latina e Caribe – União Européia em Madri.

ANEXO I - CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1826: O Peru, sob o Governo de Simon Bolívar, designa José Domingos Cáceres como seu primeiro Encarregado de Negócios no Rio de Janeiro.

1828: Retirada de Domingos Cáceres do Rio de Janeiro após a assinatura do Tratado de Piquiza entre o Peru e a Bolívia. No Tratado, as duas repúblicas comprometiam-se a não estabelecer relações com o Brasil até que o Império celebrasse a paz com as Províncias Unidas (Argentina) na guerra Cisplatina.

1829: Duarte da Ponte Ribeiro é designado como primeiro Encarregado de Negócios do Império brasileiro em Lima.

1841: São negociados em Lima por Duarte da Ponte Ribeiro os dois primeiros tratados bilaterais: de paz, amizade, comércio e navegação; e de limites e extradição. Os tratados acabariam não sendo ratificados pelo Império.

1851: Missão de Duarte da Ponte Ribeiro a Lima. Assinatura da Convenção Especial de Comércio, Navegação e Limites com o Peru, que define a fronteira pelo rio Javari e pela linha Tabatinga-Apapóris, com base no uti possidetis, e concede ao Peru o direito de livre navegação pelo rio Amazonas.

1867: Brasil rompe relações diplomáticas com o Peru, em razão de apoio peruano ao Paraguai, na Guerra da Tríplice Aliança.

1869: Restabelecimento das relações diplomáticas Brasil- Peru.

1876: É assinado o Acordo de Livre Navegação do Rio Iça ou Putumayo.

1879: Início da Guerra do Pacífico, envolvendo o Chile contra o Peru e a Bolívia sobre reservas de salitre (nitrato) do Atacama. O Brasil permanece neutro.

1904: Novo Tratado de Limites bilateral ratifica a linha Tabatinga-Apapóris como limite.

1909: Assinatura do Tratado de Limites e Navegação bilateral, pelo qual é negociado o restante da fronteira com o Peru, correspondente ao território do Acre.

1922: Entra em vigor do Tratado de Extradição bilateral.

1925: Ata de Washington, firmada pelo Brasil, Colômbia e Peru, assegura a linha Tabatinga-Apapóris também como fronteira Brasil-Colômbia.

1942: Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil, Argentina, Chile e EUA são garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre o Peru e o Equador.

1981: Presidente João Figueiredo vai ao Peru (primeira visita de um Presidente brasileiro). Assinatura do Acordo sobre Interconexão Rodoviária.

1987: Criação do Grupo de Trabalho Binacional sobre Cooperação Amazônica e Desenvolvimento Fronteiriço (GTB).

1995: Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.

1998: Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador.

2003: Presidente Lula visita Lima. São assinados o Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica MERCOSUL-Peru (ACE-58) e o Memorando de Entendimento em Matéria de Proteção e Vigilância da Amazônia, bases da "aliança estratégica" com o Peru.

2005: Inauguração, em Puerto Maldonado, da pedra fundamental que marca o início das obras da Rodovia Interoceânica entre Brasil e Peru.

2006: Inauguração da ponte sobre o Rio Acre, primeira entre o Brasil e o Peru, conectando as cidades de Inapari e Assis Brasil, em Janeiro.

2006: Presença do Presidente Lula na posse do mandatário peruano, em julho.

2006: Presidente Alan García visita o Brasil, em novembro.

2008: Presidente Lula visita Lima, em maio, por ocasião da Cúpula ALC-UE.

2008: Visita do Presidente Alan García para participar da abertura da Semana do Peru em São Paulo.

2009: Segunda reunião do Comitê Permanente de Coordenação e Consulta 2+2, em Lima, em março, com participação do Secretário-Geral, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães.

2009: Peru anuncia a adoção do padrão ISDB-T de televisão digital.

2009: Encontro entre o Senhor Presidente da República e o Presidente Alan García, em Rio Branco, em 28/4.

2009: Visita do Senhor Presidente da República a Lima, em 11/12.

ANEXO II: CRONOLOGIA HISTÓRICA DO PERU

1535: É fundada Ciudad de los Reyes, hoje Lima. Rica em prata, ouro e mercúrio, a colônia é elevada a Vice-Reinado do Peru

1821: Declaração de independência por José de San Martín.

1824: Derrota final dos espanhóis, imposta pelas tropas de Antonio José Sucre.

1879 – 1884: Guerra do Pacífico - o Peru perde para o Chile o controle das jazidas de nitrato no deserto de Atacama e na província de Tarapacá.

1924: Haya de la Torre funda a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).

1963: Fernando Belaúnde Terry, da Ação Popular (AP), é eleito presidente e inicia a reforma agrária.

1968: Belaúnde é deposto pelo general nacionalista Juan Velasco Alvarado, que expropria empresas petrolíferas dos Estados Unidos (EUA).

1975: Alvarado é deposto pelo general conservador Morales Bermúdez, que devolve o poder aos civis em 1979.

1980: Belaúnde reelege-se presidente. O grupo Sendero Luminoso (inspirado nas idéias do líder comunista chinês Mao Tsé-Tung) inicia atividades terroristas em Ayacucho.

1985: Alan García (APRA) torna-se presidente e decreta moratória da dívida externa.

1990: A inflação chega a 7.600%, e aumentam as greves e o terror senderista.

1990: Vargas Llosa perde as eleições presidenciais para o independente Alberto Fujimori.

1992: Fujimori fecha o Congresso, em abril, e suspende as garantias constitucionais, no episódio conhecido como autogolpe.

1992: O líder máximo do Sendero Luminoso, Abimael Guzmán, é capturado, julgado e condenado à prisão perpétua.

1993: Nova Constituição prevê a reeleição presidencial e a pena de morte para terroristas. Surgem denúncias de violação de direitos humanos. Fujimori é reeleito.

2000: Escândalos políticos levam Fujimori a anunciar a redução de seu mandato para um ano, em setembro. Aproveitando viagem ao Japão, Fujimori renuncia. O Congresso não aceita a renúncia e destitui Fujimori por "incapacidade moral".

2001: Após disputar segundo turno com García, Alejandro Toledo vence, em junho, as eleições presidenciais, com 53,1% dos votos.

2006: Nas eleições parlamentares, em abril, o APRA obtém o maior número de assentos, com 36 deputados eleitos. O Partido Nacionalista, de Ollanta Humala, elege 23 parlamentares. O partido elege a deputada mais votada, Keiko Fujimori, filha de ex-presidente.

2006: Alan García, do APRA, torna-se presidente, em julho, pela segunda vez, após derrotar Ollanta Humala, da "Unión por el Perú", no segundo turno.

2008: Em janeiro, o Peru conduziu o caso de diferendo marítimo com o Chile à CIJ.

2008: Ocorre greve geral em todo o território peruano, em julho.

2008: O Presidente Alan García lança em Dezembro pacote de medidas anti- crise, que tem como um dos pilares centrais o aumento do gasto público para reativação da economia peruana.

2009: O TLC Peru-EUA entra em vigor, em fevereiro.

2009: Entra em vigor o TLC Peru-Chile, em março.

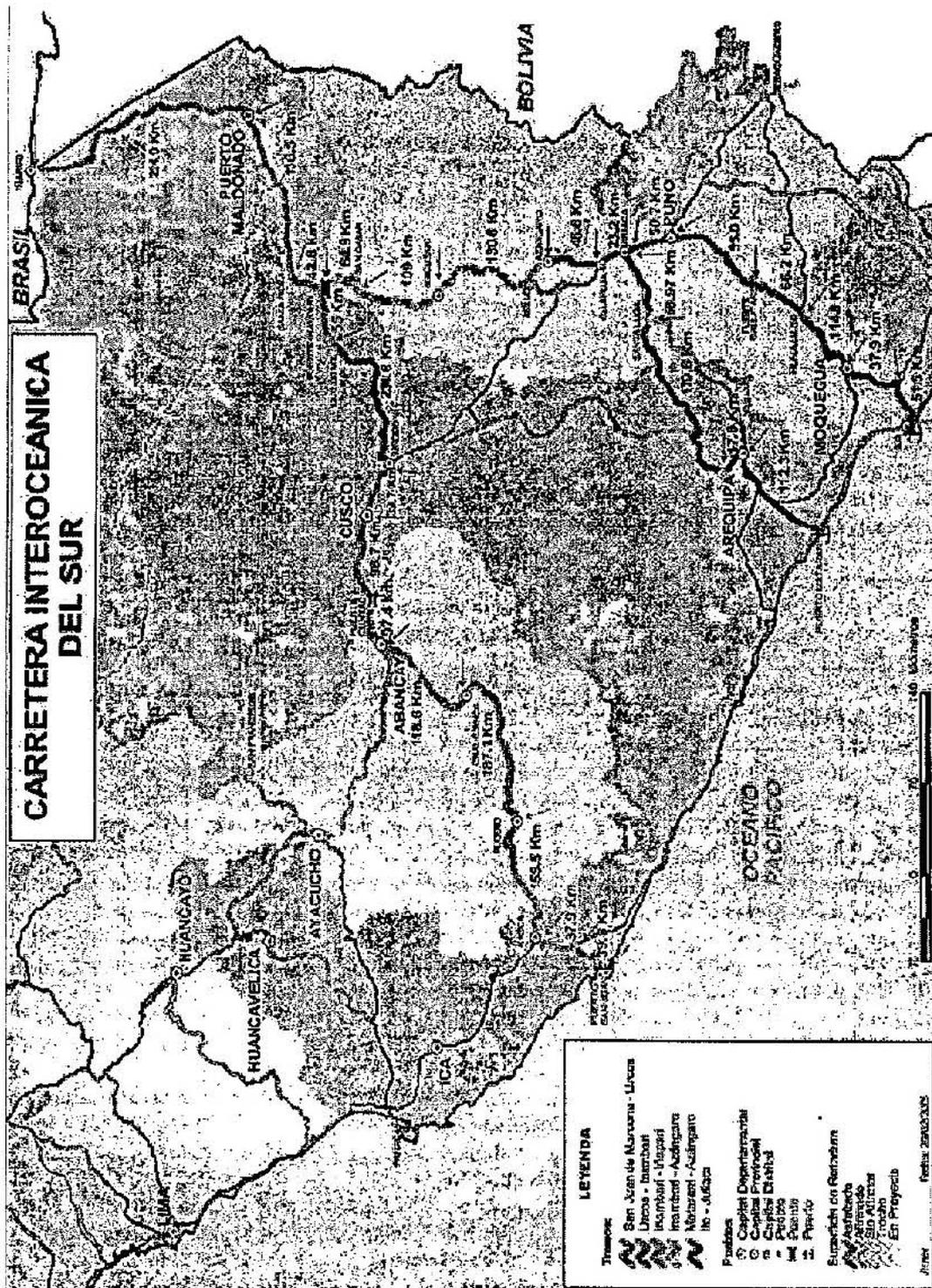
2009: Em abril, a Corte Suprema peruana condenou o ex-Presidente Alberto Fujimori a 25 anos de prisão por violações de direitos humanos.

2009: Em abril, integrantes do movimento Sendero Luminoso perpetraram ataque contra soldados das Forças Armadas peruanas. O ataque deixou saldo de 13 mortos.

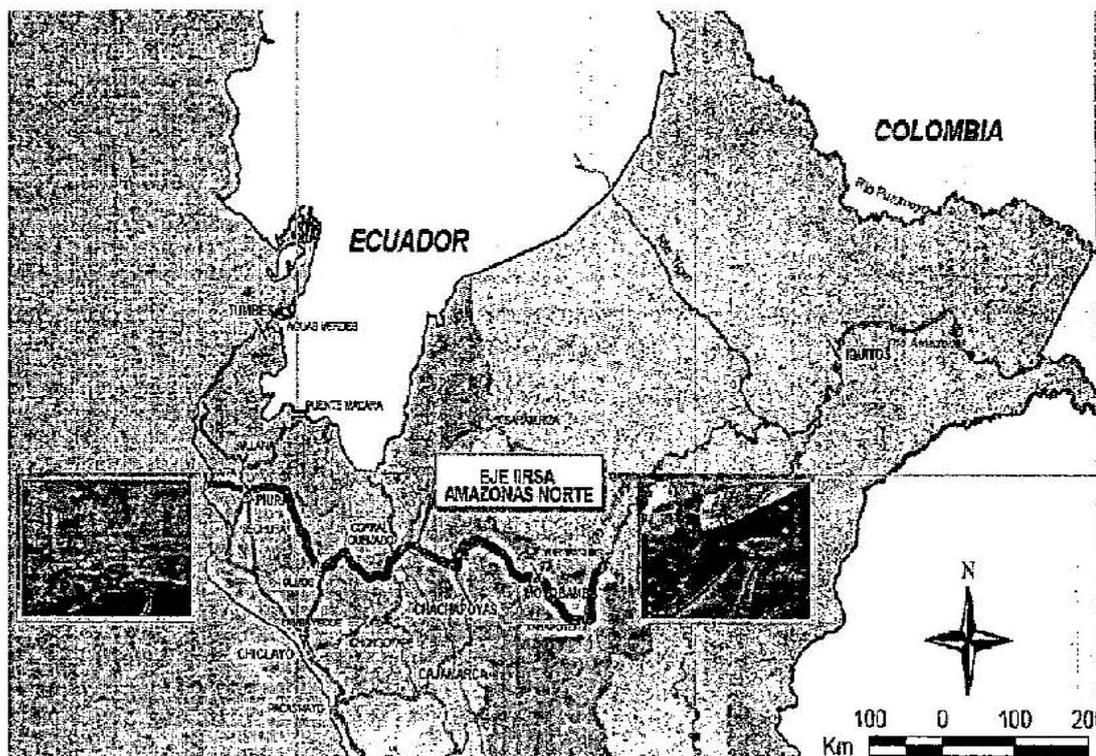
2009: Durante o mês de junho, comunidades indígenas da região da selva peruana organizaram uma greve pela derrogação de decretos legislativos emitidos no âmbito do Tratado de Livre Comércio com os EUA. O "Paro Amazônico" transformou-se em um dos conflitos sociais mais graves dos últimos anos, após as mortes de 34 pessoas, entre indígenas e policiais, nas proximidades da cidade de Bagua.

2009: Diante da crise política agravada pelo "Paro Amazônico", o Presidente Alan García designou novo Presidente do Conselho de Ministros e seis novos Ministros de Estado, em julho.

ANEXO III MAPAS DA INTERCONEXÃO VIÁRIA



EIXO PAITA – YURIMAGUAS



ANEXO IV: INDICADORES ECONÔMICOS E COMERCIAIS

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
PERU**

DADOS BÁSICOS	
Nome Oficial	República do Peru
Superfície	1.285.218 Km ²
Localização	América do Sul
Capital	Lima
Principais cidades	Lima, Callao, Arequipa, Tumbuco, Chiclayo, Piura, Iquitos, Chimbote, Huaracayo, Cuzco
Idioma oficial	Espanhol
PIB a preços correntes (estimativa 2009)	US\$ 126,7 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 4.260
Moeda	Novo Sol

Elaborado pelo MRE/DIRD/C Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	27,9	28,3	28,8	29,2	29,6
Densidade demográfica (hab/Km ²)	21,7	22,0	22,4	22,7	23,0
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	79,4	92,3	107,3	127,5	126,7
Crescimento real do PIB (%)	6,8	7,7	6,9	9,8	0,9
Variação anual do índice de preços ao consumidor ⁽²⁾ (%)	1,6	2,0	1,3	6,8	2,8
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	14,2	17,4	27,8	31,3	33,2
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽³⁾	28,9	28,5	32,2	35,9	33,5
Câmbio (Ns / US\$)	3,43	3,20	3,00	3,14	2,89

Elaborado pelo MRE/DIRD/C Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report April 2010.

(1) 2009: estimativa EIU
 (2) 2009: dado real.
 (3) 2008: estimativa EIU

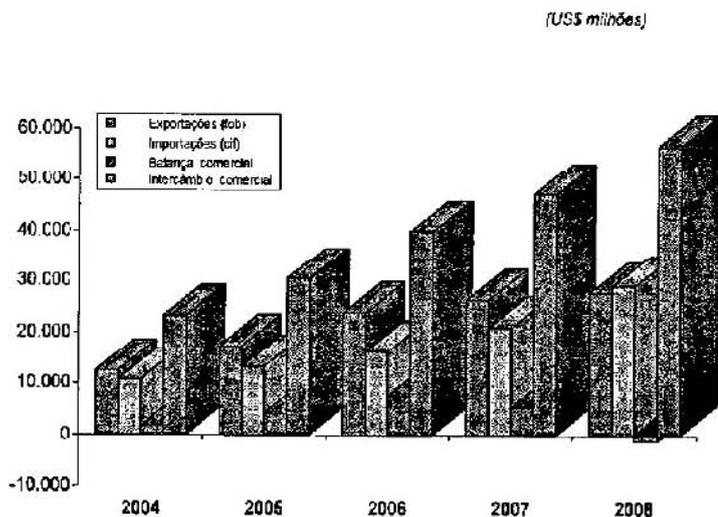
BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)			
	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	8.366	3.090	3.680
Exportações (fob)	27.850	31.329	35.015
Importações	19.599	28.439	31.035
B. Serviços (líquido)	1.928	1.929	770
Receita	3.943	3.637	2.654
Despesa	4.270	5.669	3.924
C. Renda (líquido)	-8.418	-8.144	-5.038
Receita	1.557	1.014	1.109
Despesa	9.985	9.958	6.147
D. Transações correntes (líquido)	-7.495	-2.803	-1.965
E. Transações correntes (A+B+C+D)	1.505	-4.180	-373
F. Conta de capitais (líquido)	-134	-121	-59
Investimentos diretos (líquido)	5.333	4.073	24.252
Portfólio (líquido)	3.435	956	-2.049
Outros	-513	-2.681	-2.003
H. Erros e Omissões	-322	42	1.210
I. Saldo EXERCÍCIO	10.343	3.457	1.072

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD April 2
 (1) Última posição disponível em 12/05/2010

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)						
	2004	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾
Exportações (fob)	12.469	17.291	23.744	26.361	27.823	16.738
Importações (cif)	10.753	13.208	16.254	20.996	25.126	17.098
Balança comercial	1.716	4.083	7.490	5.365	1.306	(356)
Intercâmbio comercial	23.202	30.497	39.998	47.357	56.952	33.936

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2010.
 (1) Os dados não coincidem necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.
 (2) janeiro-setembro
 (3) Última posição disponível em 12/05/2010

COMÉRCIO EXTERIOR DO PERU 2004 - 2008



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2010.

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - fob)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total	2009 (1)	% do total
EXPORTAÇÕES								
Estados Unidos	5.722	24,1%	5.153	19,5%	5.580	20,1%	2.939	17,6%
China	2.277	9,6%	3.352	12,7%	4.251	15,3%	2.762	16,5%
Canadá	1.609	6,8%	1.998	7,6%	2.317	8,3%	1.748	10,4%
Japão	1.227	5,2%	1.973	7,5%	1.942	7,0%	678	3,9%
Chile	1.429	6,0%	1.562	5,9%	1.621	5,8%	955	5,7%
Brasil	812	3,4%	973	3,7%	1.172	4,2%	872	5,2%
Espanha	775	3,3%	1.078	4,1%	1.072	3,9%	463	2,8%
Alemanha	615	2,6%	956	3,6%	1.004	3,6%	637	3,8%
Venezuela	413	1,7%	689	2,6%	870	3,1%	589	3,5%
Itália	770	3,2%	831	3,2%	851	3,1%	428	2,6%
República da Coreia	550	2,3%	954	3,6%	822	3,0%	573	3,4%
Colômbia	508	2,1%	581	2,2%	665	2,4%	438	2,6%
Países Baixos	752	3,2%	585	2,2%	623	2,3%	284	1,7%
Equador	328	1,4%	375	1,4%	480	1,7%	313	1,9%
México	392	1,7%	340	1,3%	426	1,6%	289	1,7%
Bélgica	110	0,5%	308	1,2%	361	1,3%	209	1,2%
Reino Unido	338	1,4%	249	0,9%	275	1,0%	170	1,0%
Bolívia	191	0,8%	232	0,9%	265	1,0%	167	1,0%
França	190	0,8%	215	0,8%	253	0,9%	143	0,9%
Índia	103	0,4%	129	0,5%	218	0,8%	147	0,9%
SUBTOTAL	19.200	80,9%	22.426	85,1%	25.085	90,2%	14.997	89,6%
DEMAIS PAÍSES	4.544	19,1%	3.935	14,9%	2.738	9,8%	1.741	10,4%
TOTAL GERAL	23.744	100,0%	26.361	100,0%	27.823	100,0%	16.738	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2010. Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) Janeiro-setembro

(2) Última posição disponível em 05/03/2010

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cif)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total	2009 (1)	% do total
IMPORTAÇÕES								
Estados Unidos	2.690	16,5%	4.244	20,2%	6.803	23,4%	3.936	23,0%
China	2.278	10,3%	2.233	10,6%	3.048	10,5%	1.765	10,3%
Brasil	1.668	10,3%	1.839	8,8%	2.529	8,7%	1.463	8,7%
Equador	68	0,2%	1.544	7,4%	1.373	4,6%	1.367	8,0%
Chile	945	5,8%	1.041	5,0%	1.469	5,0%	944	5,5%
Argentina	784	4,8%	1.145	5,5%	1.444	5,0%	992	5,8%
México	656	4,0%	813	3,9%	1.298	4,5%	897	5,2%
Japão	565	3,5%	707	3,4%	1.080	3,7%	419	2,5%
Colômbia	997	6,1%	896	4,2%	940	3,2%	645	3,8%
Alemanha	836	5,3%	716	3,4%	833	2,8%	469	2,7%
República da Coreia	408	2,5%	527	2,5%	792	2,7%	545	3,2%
Itália	245	1,5%	368	1,8%	675	2,3%	271	1,6%
Venezuela	565	3,5%	374	1,8%	491	1,7%	180	1,1%
Espanha	267	1,6%	314	1,5%	409	1,4%	219	1,3%
Canadá	284	1,7%	320	1,6%	399	1,4%	299	1,7%
Angola	61	0,4%	338	1,6%	385	1,3%	284	1,5%
Índia	152	0,9%	237	1,1%	323	1,1%	231	1,4%
Rússia	74	0,5%	144	0,7%	324	1,1%	174	1,0%
SUBTOTAL	13.743	84,6%	17.957	85,5%	25.123	86,2%	15.091	88,3%
DEMAIS PAÍSES	2.511	15,4%	3.039	14,5%	4.008	13,8%	2.007	11,7%
TOTAL GERAL	16.254	100,0%	20.996	100,0%	29.129	100,0%	17.098	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD April 2010. Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

(1) Janeiro-setembro

(2) Última posição disponível em 12/05/2010

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR		2008 (1)	Part. % no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)			
Minérios, escórias e cinzas	0.443	31,7%	
Cobre e suas obras	3.096	10,4%	
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	2.946	9,9%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	2.349	7,9%	
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, alimentos para animais	1.717	5,8%	
Vestuário e seus acessórios, de malha	1.429	4,8%	
Café, chá, mate e especiarias	851	2,9%	
Eslamó e suas obras	767	2,5%	
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos comestíveis	619	2,1%	
Frutas, cascas de cítricos e de melões	603	2,0%	
Subtotal	23.810	80,0%	
Demais Produtos	5.947	20,0%	
Total Geral	29.757	100,0%	
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)			
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	4.111	16,8%	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	3.647	14,0%	
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	2.826	10,9%	
Máquinas, aparelhos e material elétricos	2.267	8,7%	
Ferro fundido, ferro e aço	1.498	5,8%	
Plásticos e suas obras	1.313	5,0%	
Cereais	903	3,5%	
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	773	3,0%	
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	558	2,1%	
Adubos ou fertilizantes	529	2,0%	
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	444	1,7%	
Instrumentos e aparelhos de ótica/fotografia	411	1,6%	
Produtos químicos orgânicos	307	1,2%	
Borracha e suas obras	378	1,5%	
Produtos farmacêuticos	307	1,2%	
Produtos diversos das indústrias químicas	301	1,2%	
Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria	240	0,9%	
Algodão	238	0,9%	
Produtos químicos inorgânicos	239	0,9%	
Subtotal	21.370	82,1%	
Demais Produtos	4.645	17,9%	
Total Geral	26.015	100,0%	

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

(1) O Peru não informou dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores/exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

(2) última posição disponível em 12/05/2010

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU ⁽¹⁾	2005	2006	2007	2008	2009
(US\$ mil, fob)					
Exportações (fob)	938.668	1.509.564	1.648.704	2.298.654	1.489.063
Variação em relação ao ano anterior	47,6%	60,8%	9,2%	39,4%	-35,2%
Pa-1 (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	0,4%	0,5%	0,5%	0,6%	0,5%
Peru (%) no total das exportações brasileiras	0,8%	1,1%	1,0%	1,2%	1,0%
Importações (fob)	469.109	783.171	1.003.856	956.928	1.484.018
Variação em relação ao ano anterior	31,4%	71,7%	27,4%	-4,7%	49,4%
Pa-1 (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	0,3%	0,3%	0,5%	0,8%	0,5%
Peru (%) no total das importações brasileiras	0,6%	0,9%	0,8%	0,6%	0,4%
Intercâmbio Comercial	1.397.774	2.292.735	2.652.560	3.255.582	1.973.079
Variação em relação ao ano anterior	41,8%	64,4%	15,4%	22,7%	-39,4%
Pa-1 (%) no total do intercâmbio brasileiro com a América do Sul	0,4%	0,5%	0,5%	0,6%	0,3%
Peru (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	1,0%	0,9%	0,9%	0,7%
Balança Comercial	479.559	726.393	644.849	1.341.726	1.005.047

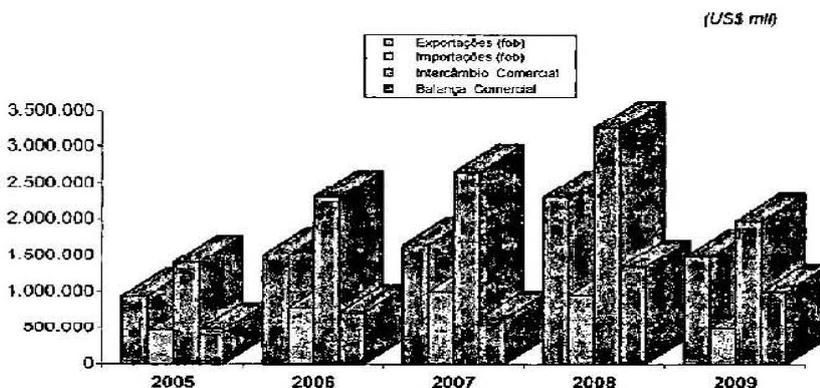
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do UNCTAD/ITC/TradeMap.

(1) As divergências observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações peruanas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferenças metodológicas de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-PERU ⁽¹⁾	2 0 0 9 (US\$ mil, fob) (jan-abr)	2 0 1 0 (jan-abr)
Exportações	385.436	517.202
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-39,6%	34,2%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a América do Sul	15,4%	15,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,9%	1,0%
Importações	129.744	249.070
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-58,5%	92,2%
Part. (%) no total das importações brasileiras da América do Sul	2,5%	3,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,4%	0,5%
Intercâmbio Comercial	514.179	766.272
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-48,3%	48,7%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-América do Sul	4,2%	4,9%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,6%	0,7%
Balança Comercial	256.691	258.132

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
 (1) As divergências observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações peruanas e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes diferentes e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU 2005 - 2009



Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU	2 0 0 7 (US\$ mil - fob)	% no total	2 0 0 8 (US\$ mil - fob)	% no total	2 0 0 9 (US\$ mil - fob)	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Combustíveis, óleos e ceras minerais	296.680	18,0%	383.903	16,7%	269.540	18,1%
Óleos brancos de petróleo	222.970	13,5%	350.776	15,7%	257.723	18,6%
Caldreiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	241.855	14,7%	329.494	14,3%	205.440	13,8%
Máquinas e aparatos para a fabricação de metais e de ferro	36,1	0,0%	175	0,0%	18.826	1,3%
Outras partes de aparelhos // filtrar ou depurar líquidos etc	1.790	0,1%	2.402	0,1%	13.053	0,9%
Outros niveladores	114.584	6,8%	18.428	0,8%	8.622	0,6%
Outros carregadores/pis-carregadores, de carregamento frontal	11.802	0,7%	27.231	1,2%	7.162	0,5%
Outras escavadoras com capacidade carga 20 t e mais	28.895	1,6%	22.432	1,0%	5.434	0,4%
Veículos automotores, tratores, suas partes e acessórios	318.585	18,2%	489.239	21,3%	188.068	12,8%
Chassis / motor diesel / cabina / carga 20 t e mais	66.973	4,0%	108.474	4,9%	50.458	3,4%
Chassis / motor para veículos para transporte de mais de 10 pessoas ou para carga	63.007	3,8%	78.688	3,5%	27.858	1,9%
Corpo para veículos automotores e transporte de mais de 10 pessoas ou para carga	66.848	4,0%	79.918	3,6%	17.577	1,2%
Trafelores autômatos // semibarraque	48.900	3,0%	60.341	2,7%	14.220	1,0%
Automóveis com motor de explosão 1500 cc e mais	27.903	1,6%	42.727	1,9%	13.544	0,9%
Ferro fundido, ferro e aço	180.171	9,1%	244.598	10,6%	167.909	11,3%
Produtos semi-fabricados de ferro/aço não ligados, ca. bob. >= 0,25 t	18.326	0,9%	8.545	0,4%	81.738	5,6%
Outros ferros e ligas de outros tipos de aços	27.781	1,4%	46.781	2,1%	18.029	1,3%
Barra de ferro/aço, laminada a quente, desafiada	122.074	6,2%	93.321	4,1%	9.063	0,6%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes	170.776	10,4%	240.218	10,5%	108.561	7,3%
Terminais portáteis de telefonia celular	99.940	5,6%	130.414	5,8%	27.154	1,8%
Transformador de elétricos líquido, pot>=1000KVA	2.494	0,1%	12.388	0,5%	8.420	0,6%
Cartões inteligentes / smart cards	2.972	0,2%	6.041	0,3%	5.001	0,3%
Plásticos e suas obras	69.819	4,2%	79.748	3,5%	93.319	6,3%
Polipropileno, sem carga, em forma primária	19.918	1,0%	20.177	0,9%	28.282	1,9%
Obras de ferro fundido ferro ou aço	24.682	1,5%	36.677	1,6%	68.540	4,6%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	62.000	3,2%	64.315	2,8%	50.592	3,4%
Borracha e suas obras	30.605	1,9%	36.231	1,6%	32.292	2,2%
Óleos essenciais e resínidos, produtos de perfume	17.506	1,1%	24.949	1,1%	23.910	1,6%
Produtos farmacêuticos	18.878	1,1%	23.611	1,0%	21.266	1,4%
Resina, fita e películas de filme fotográfica	10.989	0,6%	12.056	0,5%	12.133	0,8%
Cereais	646	0,0%	14.595	0,6%	13.366	0,9%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	12.041	0,7%	16.855	0,7%	13.106	0,9%
Produtos diversos das indústrias químicas	14.129	0,9%	16.378	0,7%	12.624	0,9%
Mel, melão, melite, melaleuca, colchico	10.985	0,6%	14.607	0,6%	14.136	0,9%
Carne e miudezas comestíveis	7.971	0,5%	15.927	0,7%	11.787	0,8%
Produtos químicos orgânicos	14.267	0,8%	17.358	0,8%	11.721	0,8%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes e suas partes	10.928	0,7%	16.828	0,7%	11.011	0,7%
Alumínio e suas partes	14.992	0,9%	14.773	0,6%	10.743	0,7%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	12.181	0,7%	16.838	0,7%	10.523	0,7%
Subtotal	1.504.766	81,3%	2.120.766	82,3%	1.352.285	90,8%
Demais / Produtos	143.939	7,7%	177.868	7,7%	138.778	9,2%
TOTAL GERAL	1.648.704	100,0%	2.298.634	100,0%	1.491.063	100,0%

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
 Grupos de produtos listados em ordem decrescente, sendo que base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU (US\$ mil - tot)	2007	% do total	2008	% do total	2009	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Cobre e suas obras	418.139	41,7%	414.783	43,3%	191.908	39,6%
Cátodos de cobre refinado/seus elementos em forma bruta	378.152	37,7%	339.756	35,6%	188.438	38,9%
Fios de cobre refinado	38.543	3,8%	74.831	7,8%	2.478	0,5%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas	112.647	11,2%	117.936	12,3%	67.625	14,0%
Prata em formas brutas	112.628	11,2%	117.920	12,3%	67.568	14,0%
Minérios, escórias e cinzas	258.813	25,8%	158.061	16,5%	163.399	33,1%
Sulfetos de minérios de zinco	250.465	25,0%	158.061	16,5%	63.470	13,1%
Chumbo e suas obras	70.675	7,0%	93.131	9,7%	29.977	6,1%
Chumbo refinado, eletrolítico, em lingotes	64.028	6,4%	81.818	8,6%	17.759	3,7%
Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais	0	0,0%	0	0,0%	23.359	4,8%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	11.090	1,1%	19.783	2,1%	16.529	3,4%
Produtos químicos inorgânicos	3.739	0,4%	28.356	3,0%	15.750	3,2%
Vestúário e seus acessórios, de malha	1.111	0,1%	9.090	0,9%	15.419	3,2%
Fibras sintéticas artificiais descontínuas	9.909	1,0%	13.655	1,4%	70.470	14,2%
Zinco e suas obras	63.634	6,3%	43.366	4,5%	7.520	1,5%
Zinco não fuso, contendo 99,99% eletrolítico, em lingotes	37.087	3,7%	35.007	3,6%	7.018	1,4%
Plásticos e suas obras	11.709	1,2%	13.976	1,5%	6.312	1,3%
Subtotal	887.297	98,4%	912.056	95,3%	444.368	91,6%
Demais Produtos	16.558	1,6%	44.409	4,7%	23.949	4,9%
TOTAL GERAL	1.003.855	100,0%	955.926	100,0%	468.316	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU (US\$ mil - tot)	2009	% do total	2010	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Cadeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	59.866	15,6%	97.660	18,9%
Veículos automotores, veículos e suas partes e acessórios	51.469	13,4%	80.408	15,5%
Ferro fundido, ferro e aço	11.185	2,9%	64.482	12,5%
Plásticos e suas obras	18.409	4,8%	48.916	9,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	30.115	7,8%	34.854	6,7%
Combustíveis minerais, óleos minerais, ceras minerais	48.601	12,6%	34.145	6,6%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	9.497	2,5%	19.945	3,9%
Borracha e suas obras	9.589	2,5%	12.897	2,5%
Óleos essenciais e resinosos, produtos de perfumaria	6.573	1,7%	7.626	1,5%
Produtos farmacêuticos	8.034	2,1%	8.937	1,7%
Produtos químicos orgânicos	3.012	0,8%	6.921	1,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	51.664	13,4%	6.222	1,2%
Celcosos, polinas e artefatos semelhantes e suas partes	3.500	0,9%	6.000	1,2%
Extratos tanânicos e taninais, taninos e derivados	3.817	1,0%	5.895	1,1%
Produtos diversos das ind. químicas	3.141	0,8%	5.522	1,1%
Subtotal	318.582	82,0%	437.330	84,0%
Demais Produtos	66.873	17,0%	79.872	15,4%
TOTAL GERAL	385.435	100,0%	517.202	100,0%

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - PERU (US\$ mil - tot)	2009	% do total	2010	% do total
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Cobre e suas obras	42.567	32,0%	123.751	49,7%
Minérios, escórias e cinzas	1.041	0,8%	55.652	22,3%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	28.943	22,3%	19.205	7,7%
Produtos químicos inorgânicos	4.873	3,8%	8.114	3,3%
Vestúário e seus acessórios, de malha	5.392	4,2%	7.904	3,2%
Fibras sintéticas ou artificiais descontínuas	3.611	2,8%	5.102	2,1%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	6.376	4,9%	6.350	2,4%
Plásticos e suas obras	2.554	2,0%	3.857	1,5%
Extratos tanânicos e taninais, taninos e derivados	1.840	1,4%	3.409	1,4%
Chumbo e suas obras	17.549	13,5%	3.184	1,3%
Subtotal	114.551	88,3%	235.408	94,5%
Demais Produtos	15.193	11,7%	13.662	5,5%
TOTAL GERAL	129.744	100,0%	249.070	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-abr/2010.

Aviso nº 708 - C. Civil.

Em 11 de outubro de 2010.

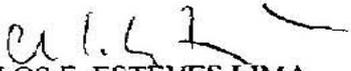
A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS ALFREDO LAZARY TEIXEIRA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Peru.

Atenciosamente,


CARLOS E. ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, interino

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

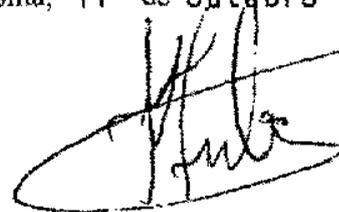
MENSAGEM
Nº 293, DE 2010
(nº 582/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Os méritos do Senhor Antonino Lisboa Mena Gonçalves que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 11 de outubro de 2010.



EM No 00433 MRE

Brasília, 04 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES

CPF.: 075.938.807-53

ID.: 3253 MRE

1947 Filho de Zózimo da Costa Menna Gonçalves e Ozilda Lisboa Menna Gonçalves, nasce em 3 de fevereiro, em Niterói/RJ

1967 Língua Inglesa pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal Fluminense/RJ

1968 Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa, Professor

1968 CPCD, IRBr

1970 Terceiro Secretário em 3 de fevereiro

1970 Divisão da Europa Ocidental, assessor

1971 Embaixada em Ancara, Terceiro Secretário e Encarregado de Negócios

1972 Divisão da Europa Ocidental, Auxiliar

1973 Segundo Secretário em 1º de janeiro

1973 Departamento da Europa, Auxiliar

1974 Consulado-Geral em Milão, Cônsul-Adjunto e Encarregado do Consulado-Geral

1977 Embaixada em La Paz, Segundo e Primeiro Secretário

1979 Primeiro Secretário em 2 de março

1979 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente e Chefe, substituto

1983 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil

1983 Direito pela Universidade de Brasília/DF

1983 Conselheiro em 21 de dezembro

1984 Departamento de Promoção Comercial, assessor

1984 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Oficial

1985 Embaixada em Washington, Conselheiro

1988 Embaixada em Caracas, Conselheiro e Encarregado de Negócios

1988 GT Brasil-Venezuela sobre cooperação para a construção da rodovia BR-174, Caracas, Chefe de delegação

1989 CAE, IRBr, O Sistema Brasileiro de Controle das Exportações de Material de Emprego Militar. Origem evolução e reflexões sobre possíveis aperfeiçoamentos

1990 XXII Período de Sessões da Comissão Econômica para a América Latina, Caracas, Chefe de delegação

1990 Secretaria de Informações do Exterior, Secretário, substituto

1993 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

1993 Ministro de Segunda Classe em 24 de junho
1993 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor Especial
1994 Embaixada em Washington, Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios
1994 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Comendador
1995 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Comendador
1996 Ordem do Mérito das Forças Armadas, Brasil, Comendador
1999 Departamento das Américas, Diretor-Geral
1999 Ordem Sol del Perú, Peru, Grande Oficial
1999 Ordem Nacional do Mérito, Paraguai, Grande Oficial
2000 Ministro de Primeira Classe em 28 de junho
2000 Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, Caracas, Chefe de delegação
2001 VI Reunião da Comissão de Vizinhança Brasil-Colômbia, Rio de Janeiro, Chefe de delegação
2001 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grã-Cruz
2001 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2002 Ordem Nacional ao Mérito, Equador, Grã-Cruz
2002 Reunião do Conselho de Cooperação Amazônica, Santa Cruz de la Sierra, Chefe de delegação.
2002 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2003 Medalha da República Oriental, Uruguai, Comendador
2003 Ordem Águila Azteca, México, Faixa (equiv. Grã-Cruz)
2003 Embaixada em La Paz, Embaixador
2005 Ordem do Mérito Aeronáutico, Bolívia, Grande Oficial
2006 Embaixada em Estocolmo, Embaixador
2006 Ordem Cóndor de los Andes, Bolívia, Grã-Cruz
2006 Embaixada na Letônia, Embaixador Cumulativo
2009 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial



JOSÉ BORGES DOS SANTOS JUNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
REPÚBLICA DA COLÔMBIA
INFORMAÇÕES BÁSICAS**



Brasília, 16 de setembro de 2010

REPÚBLICA DA COLÔMBIA

DADOS BÁSICOS.....	2
POLÍTICA INTERNA E EXTERNA	3
RELAÇÕES BRASIL-COLÔMBIA.....	6
COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS	9
CRONOLOGIA HISTÓRICA	11
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL - COLÔMBIA	13

DADOS BÁSICOS

Nome Oficial:	República da Colômbia
Capital:	Santa Fé de Bogotá
Área:	1.038.700 km ²
População:	47 milhões de habitantes (Censo 2007)
Idioma oficial:	Espanhol
Etnias (Censo de 2005):	Afrocolombianos (10,6%), Indígenas (3,4%); Etnia não-declarada (84,1%)
Principais religiões:	90% católicos romanos
Sistema político:	República Presidencialista
Chefe de Estado e de Governo:	Presidente Juan Manuel Santos
Chanceler:	María Angela Holguín
Embaixador do Brasil na Colômbia:	Valdemar Carneiro Leão Neto
Embaixador da Colômbia no Brasil:	Maria Elvira Pombo
PIB (2009 – estimativa EIU, preços correntes):	US\$ 233,9 bilhões
PIB per capita (2009 - estimativa EIU, preços correntes):	US\$ 5.052
PIB PPP (2009):	US\$ 407,5 bilhões
PIB per capita PPP (2009 - estimativa FMI):	US\$ 8.801
Unidade monetária (julho 2010):	Peso colombiano (US\$ 1,00 = Col\$ 1.872)

POLÍTICA INTERNA E EXTERNA

No dia 20 de junho de 2010, Juan Manuel Santos, candidato pelo “Partido de la U”, sagrou-se vencedor, ante Antanas Mockus, do Partido Verde, no segundo turno das eleições presidenciais da Colômbia. Os 9.004.221 de votos (cerca de 70% dos votos válidos – na Colômbia o voto não é obrigatório) foram um recorde, batendo a histórica marca de Uribe (7.300.000 de votos). O candidato vitorioso recebeu o apoio dos Partidos Conservador (1º turno), Liberal e Cambio Radical (2º turno).

O novo Presidente chega à Casa de Nariño com ampla maioria no Congresso (cerca de 80% de apoio parlamentar). A oposição é conformada, em sentido estrito, pelo Pólo Democrático Alternativo e por alguns congressistas do Partido Liberal que não aderiram à “Unidad Nacional” de Santos. A ampla maioria que apóia o Governo poderá ser de especial importância para levar adiante complexas reformas que o Governo deseja, especialmente nos setores de justiça, polícia, processo eleitoral, sistema de saúde, ordenamento territorial, reforma agrária e sistema de arrecadação.

Em seu terceiro dia de governo, Santos se reuniu com Hugo Chávez em Santa Marta, a fim de reconstruir as relações com a Venezuela. O resultado do encontro foi o restabelecimento das relações e a criação de cinco comissões, três das quais de importância crucial para a Colômbia: segurança nas fronteiras, retomada do comércio e pagamento dos atrasados comerciais. Pragmático, mesmo depois dos logros obtidos em Santa Marta, continuou insistindo em um “otimismo cauteloso” nas relações com o país vizinho. Para a opinião pública colombiana, porém, a reunião não poderia ter sido mais bem sucedida: todo o espectro político, inclusive a oposição não pouparam elogios à ação presidencial.

No quinto dia de governo, teve de enfrentar seu primeiro desafio de ordem pública: o atentado com carro-bomba à sede da Rádio Caracol. Santos não fez acusações, nem ordenou a seus Ministros que o fizessem. Reiterou, sim, a conhecida posição do Governo colombiano de que, a fim de que haja diálogo, os grupos ilegais devem primeiro renunciar a prática do terrorismo. A atuação do Presidente foi bem vista pela mídia local.

Em 17 de agosto, a Corte Constitucional colombiana declarou inexecutável o acordo militar entre Colômbia e Estados Unidos, por não haver sido aprovado pelo Legislativo. A reação do Governo foi serena: enquanto o Ministro de Defesa, Rodrigo Rivera, declarou que acatava a decisão, Santos afirmou que “ia estudar se valia a pena ou não levar o acordo ao Congresso”. A atitude do Governo face à decisão da Corte parece haver conquistado até mesmo os setores mais recalcitrantes da oposição.

O resultado concreto do bem-sucedido início de Governo de Santos reflete-se num índice de aprovação de 84%, muito mais representativo do que aquele que recebeu durante o processo eleitoral (70%).

CONJUNTURA ECONÔMICA

De acordo com dados do Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas (DANE), a economia colombiana cresceu 0,4% em 2009. Apesar de consideravelmente menor que o registrado em anos anteriores, seguindo a tendência acima referida, o crescimento econômico de 2009 superou as expectativas dos analistas, que o esperavam nulo, em decorrência da crise internacional e da marcada diminuição das exportações para os dois principais parceiros comerciais da Colômbia (Estados Unidos, -8,4%; e Venezuela, -33,5%). As atividades econômicas que dinamizaram o crescimento econômico em 2009 foram a mineração (crescimento de 11,3%) e a construção civil (crescimento de 12,8%). Por sua parte, a indústria manufatureira apresentou significativa queda (-6,3%).

Em julho, o DANE divulgou os resultados econômicos do primeiro trimestre de 2010. A economia colombiana cresceu 4,4%, acima das expectativas dos analistas de mercado, que previam crescimento de 3,7%.

Analistas de mercado e do próprio DANE têm revisto para cima as previsões de crescimento da economia colombiana para 2010, com uma expectativa média de crescimento ao redor de 4,2%, frente as previsões iniciais de 3,5%. Os investidores internacionais parecem confiar no futuro da economia colombiana. Michael Geoghegan, executivo do Banco HSBC, cita a Colômbia em grupo que comporia “os novos BRICS”, os CIVETS: Colômbia, Indonésia, Vietnã, Egito, Turquia e África do Sul.

Segundo o Departamento Administrativo Nacional de Estatísticas (DANE), e a Direção Impostos e Aduanas Nacionais (DIAN), as exportações colombianas no primeiro semestre de 2010 chegaram a US\$ 19,2 bilhões, enquanto as importações atingiram US\$ 18,2 bilhões.

Os resultados acima indicam que, no primeiro semestre, as exportações colombianas cresceram 24,3% em relação ao primeiro semestre de 2009. Apesar do aumento das exportações totais, a pauta colombiana continua pouco diversificada, com os cinco primeiros produtos exportados representando 60% do total das exportações. Os principais produtos vendidos ao exterior no primeiro semestre de 2010 foram: óleos crus de petróleo (31,7% do total); hulhas térmicas (14,7% do total); Ouro (4,8% do total); demais cafés (4,4% do total); Fueloils (4% do total) e Ferro-níquel (2,6%). Os principais destinos das exportações colombianas foram: Estados Unidos, China, Equador, Países Baixos e Venezuela, posicionando-se o Brasil em sétimo lugar.

A principal origem das importações colombianas foram os EUA (27,3%), seguido pela China (12%); pelo México (9,2%); pelo Brasil (6,3%) e pela Alemanha (4%).

Como resultado do ritmo inferior de crescimento das importações, no primeiro semestre de 2010, a Colômbia garantiu superávit comercial de US\$ 1,9 bilhão - 165% superior ao superávit o primeiro semestre do ano anterior (US\$ 746,5 milhões).

O petróleo permanece como a maior fonte de divisas e representa cerca de 27% do total das exportações. O volume produzido pelo país, que acompanhava tendência de declínio das reservas desde 1999, recuperou-se a partir de 2006, com a mudança da estruturação societária das sociedades de exploração e o conseqüente re-ingresso de empresas estrangeiras.

A Ecopetrol, controlada pelo Estado, responde por 65% da produção nacional de petróleo. A produção de petróleo na Colômbia atingiu 780.000 barris diários (bdp) em maio de 2010, frente a 653.000 bdp no mesmo mês de 2009. O diretor da Agência Nacional de Hidrocarbonetos, Armando Zamora, estima que até o final do ano a cifra de 800.000 bdp poderá ser alcançada, com o que país atingiria o limite de sua capacidade de produção atual.

A matriz energética registra elevada participação das fontes não-renováveis. Em 2005, estas representaram cerca de 74% da oferta interna de energia, distribuída em petróleo e derivados (43%), gás natural (21%) e carvão mineral (9,5%), enquanto as hidroelétricas e os recursos da biomassa, somados, proporcionaram um quarto da oferta de energia do país.

RELAÇÕES BRASIL-COLÔMBIA

Brasil e Colômbia vêm-se aproximando cada vez mais nos últimos anos, tanto do ponto de vista político como econômico-comercial.

Apenas em 2009, o Presidente Uribe visitou o Brasil em 4 ocasiões: no dia 17 de fevereiro, realizou sua primeira visita de Estado ao país; no dia 15 de abril, encontrou-se com o Presidente Lula no Rio de Janeiro às margens do Foro Econômico Mundial para a América Latina; no dia 6 de agosto, manteve encontro com o Presidente Lula, como parte do périplo que fez pela América Latina para esclarecer temas referentes ao acordo militar da Colômbia com os EUA; por fim, no dia 19 de outubro, compareceu, ao lado do Presidente Lula, ao Encontro Empresarial Brasil-Colômbia, organizado pela FIESP em São Paulo.

O Presidente Lula visitou Bogotá no dia 7 de agosto de 2010 para participar da cerimônia de posse do Presidente Juan Manuel Santos. Na mesma ocasião, o Ministro Celso Amorim manteve reunião de trabalho com a Chanceler Maria Ángela Holguín.

O Presidente Santos deverá intensificar a vertente comercial e de investimentos da diplomacia colombiana em relação ao Brasil, no marco de política de estímulos à industrialização e à diversificação da economia colombiana – até hoje essencialmente baseada na exportação de commodities e manufaturados de baixo valor agregado.

A importância conferida ao Brasil restou clara com a opção pelo país como destino da primeira viagem internacional do novo mandatário colombiano, em setembro último. Cumprindo extensa agenda de trabalho, o Presidente Santos encontrou-se com diversas autoridades – inclusive com os Presidentes do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal. Ao fim da visita, foram assinados os seguintes atos:

1 - Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Intercâmbio Técnico para o Fortalecimento dos Processos de Beneficiamento e Transformação de Borracha Natural na Colômbia”

2 - Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Trabalhos de Biologia e Epidemiologia para o Controle de Monília e de Escova Vassoura de Bruxa em Sistemas Agroflorestais com Cacau”

3 - Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Centro de Formação Profissional Colombo-Brasileiro”

4 - Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto “Capacitação Técnica em Cultivo de Seringueiras em Zonas de Escape e de Não-Escape”

5 - Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis

6 - Acordo sobre Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Colombianos entre as Localidades Fronteiriças Vinculadas

7 - Declaração de Intenções entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa da República da Colômbia Relativa à Participação da Colômbia no Programa KC-390

8 - Carta dos Ministros das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e da República da Colômbia ao Presidente Executivo do Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF

MECANISMOS BILATERAIS DE DIÁLOGO POLÍTICO E ECONÔMICO

Além das visitas presidenciais, também é intensa a realização de missões de autoridades governamentais, no âmbito dos diferentes foros bilaterais existentes.

Na “Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia”, foro em nível de Vice-Ministro de Relações Exteriores, são discutidas, anualmente, questões relativas às populações que vivem nas áreas fronteiriças.

O Mecanismo Permanente de Diálogo de Altos Funcionários prepara as reuniões da Comissão Bilateral, órgão em nível de Chanceleres, cujas reuniões anuais repassam os principais temas da agenda bilateral.

O Grupo de Trabalho de Meio Ambiente trata de temas como ordenamento pesqueiro e cooperação em resíduos sólidos; a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral se encarrega de temas como harmonização de informações estatísticas e integração da cadeia produtiva; e o Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica envolve áreas de saúde, meio-ambiente, energia e pecuária.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O programa de cooperação bilateral é tradicional, envolvendo áreas de saúde, meio-ambiente, energia e pecuária.

Nos dias 3 a 5 de junho de 2009, realizou-se, em Bogotá, a VI Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica Brasil-Colômbia. Foram discutidos projetos relacionados à proteção à propriedade industrial; Meio Ambiente; Agricultura; Saúde e Formação Profissional. Assinou-se, na ocasião, o Projeto “Cooperação para o fortalecimento do sistema e do processo de proteção da

propriedade industrial na Colômbia”. Foi dada ênfase a novos projetos de cooperação nas áreas de desenvolvimento sustentável, energia e infraestrutura, tidas como prioritárias pelos Governos de ambos os países quando da assinatura do Memorando de Entendimento que deu origem à Comissão Bilateral Brasil-Colômbia.

Durante a visita do Presidente Santos ao Brasil em setembro, foram assinados novos ajustes complementares para execução de quatro projetos, com destaque para a criação de centro de formação profissional binacional em Leticia.

COOPERAÇÃO ENERGÉTICA

Há elevado potencial para a cooperação energética entre Brasil e Colômbia, tendo em conta, sobretudo, as semelhanças no tocante à política de biocombustíveis. Ambos produzem álcool basicamente a partir da cana-de-açúcar, possuem vastas extensões agricultáveis ou recuperáveis a partir da pecuária de extensão e cultivos decadentes e, ademais, têm forte interesse em reduzir a dependência dos recursos energéticos não-renováveis.

As coincidências no plano político se estendem ao setor empresarial. Além dos acordos e parcerias celebrados entre a Petrobras e a Ecopetrol na área de biocombustíveis¹, empresas e associações privadas e não-governamentais dos dois países vêm estreitando contatos com vistas à promoção do comércio e dos investimentos no agronegócio, com particular interesse no campo sucro-alcooleiro.

Durante a visita do Presidente Santos ao Brasil em setembro de 2010, foi assinado o “Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis”. O Presidente colombiano expressou especial interesse em intensificar a cooperação com o Brasil no que se refere à tecnologia de veículos “flex-fuel”.

LIBERTAÇÃO DE SEQUESTRADOS EM PODER DAS FARC

Em fevereiro de 2009 e março e abril de 2010, o governo brasileiro participou, por meio da prestação de apoio logístico, de operações da Cruz Vermelha para a libertação de seqüestrados políticos em poder das FARC. Em todas as operações, o objetivo de liberar reféns foi alcançado com sucesso e a participação brasileira foi reconhecida, pelos diferentes atores envolvidos – tanto do governo quanto da oposição e, ainda, por familiares dos seqüestrados, integrantes das FARC e do Comitê Internacional da Cruz Vermelha

COOPERAÇÃO EM DEFESA

Depois dos Estados Unidos, a Colômbia é o país com presença de maior número de militares brasileiros em atividades diversas, tais como cursos de capacitação e de intercâmbio de informações. Além disso, várias empresas

¹Em outubro de 2006, Petrobras e ECOPETROL subscreveram dois acordos de cooperação para o desenvolvimento conjunto de negócios na área de biocombustíveis e distribuição de derivados de petróleo. As duas empresas comprometeram-se a desenvolver uma unidade fabril, na região de Barrancabermeja, para a produção de 70 mil litros/dia de biodiesel, a partir da mamona.

brasileiras de material e serviços de defesa são fornecedoras regulares das Forças Públicas colombianas.

Em 18 de julho de 2008, durante visita do Presidente Lula a Bogotá, foi assinado Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa, cujo Decreto Legislativo de aprovação foi promulgado em 30/10/09. Sua entrada em vigor aguarda a conclusão dos trâmites internos colombianos.

Importante parceria entre a Embraer e a Força Aérea Colombiana (FAC) envolve, entre outros aspectos, a capacitação para a modernização da frota de 14 aeronaves Tucano (versão anterior ao Super-Tucano), adquiridas pela FAC no início dos anos 1990 e também a participação da FAC no desenvolvimento da aeronave KC-390, avião de transporte militar da EMBRAER, e no incremento do nível tecnológico da indústria colombiana, de maneira que possa se tornar fornecedora de partes e peças do KC-390.

DROGAS E ILÍCITOS TRANSNACIONAIS

Brasil e Colômbia vêm realizando, regularmente, reuniões da Comissão Mista Antidrogas. A última foi no Rio de Janeiro, em abril de 2008. Estão sendo acordadas datas para nova reunião no primeiro trimestre de 2011.

Os temas de maior interesse tratados pela Comissão Mista Antidrogas Brasil/Colômbia são:

- 1) Harmonização do controle de precursores e substâncias químicas essenciais que podem ser utilizadas para a fabricação de cocaína.
- 2) Identificação de rotas do narcotráfico que envolvam os dois países.
- 3) Lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.

Por ocasião da visita do Presidente Santos, foi assinado Acordo de Cooperação entre o Departamento de Polícia Federal e a Polícia Nacional Colombiana.

COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS

A assinatura, em dezembro de 2003, do Acordo de Complementação Econômico (ACE 59 – CAN-Mercosul) proporcionou incremento considerável no volume do comércio bilateral. No entanto, ainda há amplo espaço para o crescimento do intercâmbio.

Em 2009, as exportações brasileiras para a Colômbia apresentaram decréscimo de 21,53% em relação a 2008, totalizando US\$ 1,8 bilhão – 1,18% do total das exportações brasileiras no ano (em 2008 esse valor era de 1,16%). Já as vendas colombianas para o Brasil caíram 31,52% em relação a 2008, atingindo US\$ 567 milhões (aproximadamente 1,8% das exportações totais da Colômbia). O déficit colombiano com o Brasil reduziu-se, de US\$ 1,4 bilhão em 2008, para US\$ 1,2 bilhão em 2009.

Em 2009, os principais produtos exportados pela Colômbia para o Brasil foram: carvão mineral, PVC e pneus. Do lado brasileiro, os principais produtos exportados

em 2009 foram: milho, derivados do petróleo, celulares, veículos aéreos e preparações para bebidas.

De janeiro a julho de 2010, registrou-se aumento de 89 % nas importações brasileiras da Colômbia (de US\$ 544,5 milhões), em relação ao mesmo período de 2009. Já as exportações brasileiras aumentaram em 16,5% em relação a 2009, perfazendo o total de US\$ 1,1 bilhão. Desse modo, acentuou-se a tendência, já registrada no ano passado, de redução do déficit comercial da Colômbia em relação ao Brasil. O saldo comercial do Brasil diminuiu em aproximadamente 12,3% até julho (total de US\$ 618,7 milhões), enquanto o intercâmbio entre os dois países aumentou em 32,7% (total de US\$ 1,7 bilhão), comparado ao mesmo período de 2009.

A confiança que o Brasil tem na economia da Colômbia se reflete na importante presença de empresas brasileiras naquele país. Atualmente, estão presentes na Colômbia: Azaléia Calçados, Busscar de Colômbia, Gerdau, Grupo Tigre, Grupo Synergy, MPX Energia, Natura, Odebrecht, Superpolo S.A., Tramontina Produtos Metalúrgicos, Petrobrás, Vale, Votorantim e WEG Motores Elétricos.

Mas a relação está longe de ser apenas de uma via. Ao contrário, já há várias empresas colombianas presentes no Brasil, tais como o Grupo Carvajal; a Ecopetrol (que assinou seis contratos com a ANP para exploração de petróleo no Brasil), a Integral de Servicios Tecnicos (IST - também no ramo petrolífero) e a Interconexión Eléctrica S.A. (ISA - detentora das ações ordinárias da Companhia de Transmissão Elétrica Paulista).

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (US\$ milhões, fob). Fonte: MDIC

BRASIL COLÔMBIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 Jan. julho
Intercâmbio	747	850,1	1.186,8	1.549,9	2.387,7	2.765,4	3.124,4	2.368,9	1.707,7 (+32,7%)
Exportações	638,5	751,6	1.043,5	1.412,1	2.139,8	2.338,6	2.295,0	1.801	1.163 (+16,5%)
Importações	108,4	0,98	143,2	137,7	247,9	426,7	829,2	567,9	544,5 (+89%)
Saldo	530	653,1	900,2	1.274,4	1.891,9	1.911,8	1.465,8	1.233,1	618,7 (-12,9%)

CRONOLOGIA HISTÓRICA

- 1810:** Independência da dominação espanhola
- 1821:** Fundação formal da Grã-Colômbia, a partir do Congresso de Cúcuta
- 1829:** Venezuela declara-se independente da Grã-Colômbia
- 1830:** Equador declara-se independente da Grã-Colômbia. Morre Simón Bolívar
- 1903:** Independência do Panamá, apoiada pelos EUA
- 1948:** “Bogotazo”, revolta pelo assassinato do liberal Jorge Gaitán
- 1964:** Criação das “Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia” (FARC)
- 1965:** Fundação do Exército de Libertação Nacional (ELN) e do M-19
- 1969:** Criação do Pacto Andino (depois, Comunidade Andina de Nações - CAN)
- 1986:** O M-19 depõe armas e se torna partido, a Aliança Democrática M-19
- 1994:** CAN adota tarifa externa comum
- 2000:** “Plano Colômbia”, com apoio dos EUA
- 2002:** FARC seqüestram Senadora e candidata presidencial Ingrid Betancourt
- 2002:** Uribe eleito; Colômbia quarto recipiendário de ajuda norte-americana
- 2004:** Congresso aprova emenda à Constituição para permitir reeleição
- 2005:** Congresso aprova Lei para a desmobilização dos paramilitares
- 2006:** Presidente Álvaro Uribe é reeleito, em primeiro turno
- 2006:** Anunciado fim do desarmamento dos paramilitares
- 2006:** Explosão na Escola Superior de Guerra interrompe negociações de paz
- 2006:** Corte Suprema ordena prisão de parlamentares envolvidos com paramilitares
- 2007:** Resistências ao TLC no Congresso dos EUA; renovadas preferências tarifárias unilaterais (ATPDEA) norte-americanas
- 2008:** Ataque a acampamento das FARC em território equatoriano; libertação da senadora Ingrid Betancourt e outros seqüestrados; morte de dirigentes das FARC
- 2008:** Congresso inicia tramitação de proposta de referendo para mudança constitucional (segunda reeleição)
- 2009:** Libertação de 6 reféns das FARC (políticos e militares), com apoio logístico brasileiro
- 2010:** Libertação de 2 reféns das FARC (militares) e devolução dos restos mortais de 1 militar morto em cativeiro, com apoio logístico brasileiro.
- 2010:** Corte Suprema considera inexecutável a proposta de referendo para a segunda reeleição (fevereiro).
- 2010:** Eleição de Juan Manuel Santos à Presidência da República (junho).
- 2010:** Posse do Presidente Juan Manuel Santos (7 de agosto).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL - COLÔMBIA

1907: Celebrado, em Bogotá, Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia, usando como base de demarcação, entre outras, a linha Tabatinga-Apapóris

1925: A Ata de Washington, entre Brasil, Colômbia e Peru, assegura o reconhecimento da linha Tabatinga-Apapóris como fronteira entre o Brasil e a Colômbia

1972: Assinado Acordo Básico de Cooperação Técnica entre Brasil e Colômbia

1981: O presidente Figueiredo realiza a primeira visita de um Chefe de Estado do Brasil a Colômbia

1981: O presidente da Colômbia, Julio Cesar Turbay Ayala, visita o Brasil

2003: Visita, em 7 de março, do presidente colombiano Álvaro Uribe a Brasília

2003: Visita, em 27 de junho, do presidente Luis Inácio Lula da Silva, a Medellín, por ocasião da XIV Reunião do Conselho Presidencial Andino

2003: Visita, em 25 de julho, do chanceler Celso Amorim a Bogotá

2003: Visita (16-17/out), do Secretário-Geral das Relações Exteriores a Bogotá

2004: Visita, em 10 de março, da Chanceler colombiana, Carolina Barco, a Brasília.

2004: Encontro dos Presidentes (21/jun), na I Rodada de Negócios Brasil-Colômbia

2005: Visita, em 19 de janeiro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Leticia

2005: Visita, nos dias 25 e 26 de julho, do Chanceler Celso Amorim a Bogotá

2005: Visita (24/set), do Presidente Álvaro Uribe a Salvador, para a II Conferência Mundial do Café

2005: Visita, no dia 14 de dezembro, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Bogotá

2005: VIII Reunião da Comissão de Vizinhança (Brasília, dezembro)

2006: Visita, em 25 de abril, do presidente Álvaro Uribe a Brasília

2006: Visita, nos dias 6 e 7 de setembro, da Chanceler Maria Consuelo Araújo ao Brasil

2006: IX Reunião da Comissão de Vizinhança (Bogotá, outubro)

2007: Visita, no dia 21 de agosto, do Chanceler Fernando Araújo Perdomo a Brasília.

2007: Assinados: 1) Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Implementação de Bancos de Leite Humano na Colômbia"; 2) Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus Territórios; 3) Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Implementação de um Programa de Aproveitamento de Material Reciclável para a Área Urbana do Vale de Aburrá"; 4) Ajuste Complementar para Implementação do Projeto "Capacitação Técnica em Sistemas de Produção de Ovinos e Caprinos".

2007: X Reunião da Comissão de Vizinhança (São Paulo, novembro).

2008: Visita, nos dias 19 e 20 de julho, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Colômbia - Bogotá e Leticia.

2008: Assinados, durante a visita presidencial: 1) Protocolo sobre cooperação econômica e comercial entre Brasil e Colômbia; 2) Ajuste Complementar para implementação do Projeto "Intercâmbio de Experiências sobre Gestão Ambiental Urbana"; 3) Ajuste Complementar para implementação do Projeto "Destinação Adequada do Lixo Coletado junto à População em Situação de Vulnerabilidade em Bogotá"; 4) Ajuste Complementar para implementação do Projeto "Intercâmbio de Conhecimento sobre Processamento da madeira"; 5) Ajuste Complementar para implementação do Projeto "Intercâmbio de Conhecimentos sobre a Implementação de Tecnologias Limpas na Produção de Gado na Colômbia"; 5) Memorando de Entendimento para a Cooperação no Combate da Fabricação e o Tráfico de Ilícitos de Armas de fogo, munições, acessórios, explosivos e outros materiais relacionados; 6) Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa.

2008: Visita, nos dias 13 e 14 de agosto de 2008, do Chanceler Jaime Bermúdez Merizalde ao Brasil.

2008: XI Reunião da Comissão de Vizinhança (Bogotá, setembro).

2009: Visita, nos dias 16 e 17 de fevereiro, do Presidente Álvaro Uribe ao Brasil.

2009: Atos assinados, por ocasião da visita presidencial: 1) Memorando de Entendimento para o Estabelecimento da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia; 2) Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Cooperação para o Fortalecimento do Sistema e do Processo de Proteção da Propriedade Industrial na Colômbia"; 3) Ajuste

Complementar de Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia Espaciais.

2009: III Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 11 e 12 de março, em Tabatinga.

2009: Encontro Presidencial, no dia 15 de abril, à margem do Fórum Econômico Mundial para a América Latina, no Rio de Janeiro.

2009: I Reunião da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, co-presidida pelos chanceleres, no dia 08 de junho, em Cartagena.

2009: I Reunião da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral Brasil-Colômbia, no dia 19 de junho, em Brasília.

2009: Visita do Presidente Uribe ao Brasil, no dia 6 de agosto em Brasília, como parte de périplo sul-americano

2009: XII Reunião da Comissão de Vizinhança e Integração Brasil-Colômbia, dias 18 e 19 de agosto, Rio de Janeiro

2009: Reunião de Seguimento da Comissão Bilateral Brasil-Colômbia, no dia 2 de outubro, em Brasília

2009: I Reunião do Mecanismo Permanente de Diálogo de Altos Funcionários, no dia 2 de outubro, em Brasília

2009: Visita do Presidente Uribe ao Brasil para participar, ao lado do Presidente Lula, do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia, organizado pela FIESP, no dia 19 de outubro, em São Paulo.

2010: IV Reunião do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente Brasil-Colômbia, nos dias 8 a 10 de março, em Letícia.

2010: Visita do Presidente Lula à Colômbia, no dia 7 de agosto, em Bogotá, para participar da cerimônia de posse do Presidente Juan Manuel Santos.

2010: Visita do Presidente Juan Manuel Santos a Brasília e São Paulo, em 1 e 2 de setembro.

Aviso nº 709 - C. Civil.

Em 11 de outubro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor ANTONINO LISBOA MENA GONÇALVES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Colômbia.

Atenciosamente,



CARLOS E. ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, interino

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

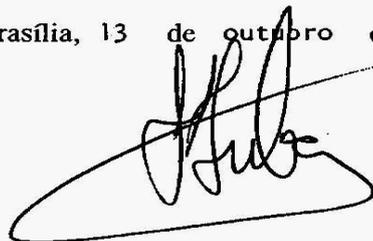
MENSAGEM
Nº 294, DE 2010
(nº 596/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, com o art. 39 da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **MARCOS LEAL RAPOSO LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Os méritos do Senhor Marcos Leal Raposo Lopes que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de outubro de 2010.



EM No 00440 MRE

Brasília, 11 de outubro de 2010.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **MARCOS LEAL RAPOSO LOPES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e curriculum vitae de **MARCOS LEAL RAPOSO LOPES** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCOS LEAL RAPOSO LOPES**

CPF.: 610.875.217-34

ID.: 5073 MRE

1958 Filho de Alberto Raposo Lopes e Heloisa Sylvia Leal Raposo Lopes, nasce em 7 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

1982 CPCD - IRBr

1983 Terceiro Secretário em 15 de dezembro

1984 Divisão de Transmissões Internacionais, assistente

1985 Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos, assessor

1985 Delegação junto à ALADI, Montevidéu, Terceiro e Segundo Secretário

1987 Segundo Secretário em 17 de dezembro

1988 Embaixada em Paris, Segundo Secretário

1991 Embaixada em Nova Delhi, Segundo Secretário

1993 CAD - IRBr

1994 Departamento de Integração Latino-Americana, Coordenador Executivo, substituto

1995 Divisão de Visitas, Subchefe

1995 Primeiro Secretário, por merecimento, em 23 de junho

1995 Ordem do Mérito da República Italiana, Itália, Oficial

1995 Ordem Infante D. Henrique, Portugal, Oficial

1995 Ordem do Mérito, Alemanha, Cruz do Mérito 1ª Classe

1996 Cerimonial, assessor

1996 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial

1997 Embaixada em Roma, Primeiro Secretário

2001 Conselheiro, por merecimento, em 29 de dezembro

2002 Coordenadoria-Geral de Planejamento de Pessoal, Coordenador-Geral

2002 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro

2005 Embaixada no Cairo, Conselheiro e Ministro-Conselheiro

2006 Medalha do Pacificador

2007 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador

2007 CAE - IRBr - Cooperação com os Países Árabes - O Potencial da Liga dos Estados Árabes como Parceira do Brasil

2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho

2007 Cerimonial da Presidência da República, Assessor

2009 Cerimonial da Presidência da República, Chefe

2010 Ministro de Primeira Classe em 29 de junho

**ADRIANO SILVA PUCCI**

Diretor, interino, do Departamento do Serviço Exterior

SUMÁRIO EXECUTIVO



ÍNDICE

ÍNDICE	2
DADOS BÁSICOS	3
PERFIS BIOGRÁFICOS	4
Felipe Calderón – Presidente da República	4
Patricia Espinosa Cantellano – Chanceler	4
RELAÇÕES BRASIL- MÉXICO	5
Comércio Bilateral	5
Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE)	7
Investimentos Bilaterais	8
Relações com o Brasil em Matéria de Energia	9
Questões Consulares	9
Cooperação Bilateral.....	10
Ciência e Tecnologia.....	10
Cooperação Técnica.....	11
POLÍTICA INTERNA	11
Segurança Pública.....	12
O massacre de Tamaulipas	14
POLÍTICA EXTERNA	14
ECONOMIA	16
ENERGIA	17
Petróleo e Gás Natural	17
Repercussão do Acidente da BP no Golfo do México.....	18
Biocombustíveis	18
ANEXO I PERFIS ECONÔMICO-COMERCIAIS DO MÉXICO	20
ANEXO II: CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO	32
ANEXO III: CRONOLOGIA HISTÓRICA DO MÉXICO	34
ANEXO IV: ACORDOS EM VIGOR	35

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Unidos Mexicanos
ORGANIZAÇÃO DO ESTADO	República Presidencialista
ÁREA	1.964.375 km ²
POPULAÇÃO (2010-estimativa)	112 milhões de habitantes
COMPOSIÇÃO ÉTNICA	Eurameríndios (60%), ameríndios (30%), europeus ibéricos (9%) e outros (1%)
DATA NACIONAL	16 de setembro (independência)
PIB (2010)- estimativa	US\$ 1 bilhão
PIB PPP (2009)	US\$ 1.659,8 bilhões
PIB per capita (2010)-estimativa	US\$ 8.889
PIB PPP per capita (2009)	US\$ 14.917
UNIDADE MONETÁRIA	Peso Mexicano
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Felipe Calderón
CHANCELER	Patricia Espinosa Cantellano
REPRESENTANTE DO MÉXICO NO BRASIL	Embaixador Alejandro de la Peña Navarrete
REPRESENTANTE DO BRASIL NO MÉXICO	Embaixador Sérgio Augusto de Abreu e Lima Florencio Sobrinho
MAIORES CIDADES	Cidade do México, Guadalajara, Netzahualcóyotl, Monterrey, Puebla, Juarez

Balança Comercial Bilateral (US\$ milhões FOB):

BRASIL ⇒ MÉXICO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010 Jan- Jul
Exportações	2.342	2.741	3.947	4.063	4.440	4.260	4.281	2.676	2.675
Importações	580	533	703	843	1.309	1.979	3.125	2.783	2.783
Intercâmbio comercial	2.922	3.274	4.650	4.906	5.749	6.239	7.406	5.459	5.458
Superávit/Déficit Brasil	+1.762	+2.208	+3.244	+3.220	+3.130	+2.281	+1.156	-107	-108

PERFIS BIOGRÁFICOS

Felipe Calderón – Presidente da República

- Nasceu em 18 de agosto de 1962, em Morelia, Michoacán.
- É advogado formado pela Escola Livre de Direito da Cidade do México (1987).
- Fez estudos de Mestrado em Economia no Instituto Tecnológico Autônomo do México (ITAM) e tem Mestrado em Administração Pública pela Universidade de Harvard.
- Foi Presidente nacional do Partido da Ação Nacional (PAN) de 1996 a 1999.

↳ Diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento – Banobras – e de Secretário de Energia do governo Vicente Fox.

- Venceu as eleições presidenciais em 5 de setembro de 2006. Seu mandato expira em 1º de dezembro de 2012.

Patricia Espinosa Cantellano – Chanceler

- Nasceu na Cidade do México em 21 de outubro de 1958.
- É formada em Relações Internacionais pelo Colégio de México e pós-graduada em Direito Internacional pelo Instituto Universitário de Altos Estudos Internacionais em

Genebra.

- Diplomata de carreira, foi Embaixadora na Alemanha entre 2001 e 2002.
- Assumiu o cargo de Secretária de Relações Exteriores do México em 1º de dezembro de 2006.

RELAÇÕES BRASIL- MÉXICO

As relações bilaterais atravessam, atualmente, momento bastante favorável, caracterizado por visível vontade política de ambos os lados de intensificar a cooperação em diversas áreas. As bases para a retomada do relacionamento bilateral foram lançadas com a posse do Presidente Felipe Calderón, em dezembro de 2006.

O Presidente Lula esteve seis vezes no México desde sua eleição: em dezembro de 2002 na Cidade do México, como Presidente-eleito; em setembro de 2003, novamente na Cidade do México, para visita de trabalho; em janeiro de 2004, em Monterrey, para participar da Cúpula Extraordinária das Américas; em maio de 2004, em Guadalajara, para a III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia; em agosto de 2007, para sua primeira visita de Estado àquele país, a convite do Presidente Calderón e, finalmente, em fevereiro de 2010, para participar da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, seguimento da Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

Em 2006, o então Presidente-eleito Felipe Calderón esteve em Brasília, em visita que objetivou estabelecer os primeiros contatos pessoais com o Presidente Lula e outras autoridades brasileiras, com a intenção de aprofundar o diálogo e a cooperação entre o Brasil e o México. Calderón voltou ao Brasil, em visita de Estado, em agosto de 2009, ocasião em que deixou claro que pretendia alterar a tradicional resistência mexicana à maior aproximação comercial com o Brasil.

Cabe destacar ainda a realização, em 5 de maio de 2010, da II Reunião Interparlamentar Brasil-México, ocorrida em Brasília. Tratou-se, entre outros temas, do Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE).

A visita mais recente de autoridade mexicana ao Brasil foi realizada no último dia 4 de agosto, quando a Secretária de Relações Exteriores, Embaixadora Patrícia Espinosa, esteve em Brasília e manteve reuniões com o Ministro Celso Amorim e com a Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, no contexto de preparação para a 16ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança o Clima (COP-16), que se realizará em Cancún, entre 29 de novembro e 10 de dezembro.

Comércio Bilateral

As relações econômico-comerciais entre Brasil e México continuam muito aquém do potencial das duas maiores economias da América Latina, representando apenas cerca de 2% do comércio total de cada parceiro. Os dois países adotaram trajetórias distintas no plano da política comercial. Enquanto o Brasil diversificou seus parceiros comerciais, o México - apesar da existência de vários acordos de livre comércio -, na prática, atrelou-se fortemente à economia norte-americana.

Brasil e México firmaram, em 2002, o Acordo de Complementação Econômica nº53 (ACE-53), que estabelece preferências tarifárias fixas para cerca de 800 produtos. Foi assinado, no mesmo ano, o ACE-55 (MERCOSUL-México), exclusivo para o setor automotivo, que abrange o comércio de veículos leves e pesados, ônibus, carrocerias e autopeças. Esses acordos conformam grande parte do comércio bilateral: no caso brasileiro, 85% das exportações ocorrem ao abrigo de acordos de preferência tarifária.

O comércio Brasil-México cresceu mais de 150% no período de janeiro de 2003 – quando o fluxo de comércio bilateral registrava US\$ 2,9 bilhões – a dezembro de 2008, com crescimento em ambas as direções, tendo a corrente de comércio entre os dois países atingido US\$ 7,4 bilhões, com superávit de US\$ 1,1 bilhão para o Brasil. Em 2009, em razão da crise financeira, o comércio bilateral caiu para US\$ 5,4 bilhões, com déficit para o Brasil de US\$ 107 milhões, o primeiro dos últimos doze anos. Esse déficit pode ser explicado pelo fato de que as importações brasileiras diminuíram em ritmo menos acelerado (- 10,9%) do que as exportações brasileiras para aquele país (- 37,5%), como resultado dos diferentes graus de impacto da crise sobre as duas economias. Nos sete primeiros meses de 2010 – e sinalizando processo de recuperação da economia –, as trocas comerciais foram de US\$ 4,1 bilhões, com déficit de US\$ 108 milhões para o Brasil.

Com base nos dados de 2009, os automóveis (US\$ 532,9 milhões, cerca de 20% do total) continuaram a ser o item mais importante da pauta de exportação brasileira, seguidos por produtos semi-manufaturados de ferro e de aço (US\$ 76,9 milhões ou 2,88%); partes de veículos automotores (US\$ 75,1 milhões ou 2,81%); e telefones celulares (US\$ 69,1 milhões ou 2,58%). Os principais produtos importados pelo Brasil do México, em 2009, continuaram a ser os automóveis (US\$ 910,3 milhões ou 32,71%); seguidos pelo ácido tereftálico (US\$ 318 milhões ou 11,4%) e por telefones celulares (US\$ 105,4 milhões ou 3,79%).

O intercâmbio bilateral tem como característica a concentração. Os dez principais produtos comercializados correspondem a 57% das exportações mexicanas ao Brasil e a 37% das exportações brasileiras para o México. Há marcante prevalência de manufaturas: dos 50 principais produtos exportados pelo Brasil ao México, 28 são manufaturas (17 são máquinas e aparelhos mecânicos e elétricos e 11, material de transporte) e dos 50 principais produtos exportados pelo México ao Brasil, 30 são manufaturas (22 são máquinas e equipamentos e oito, material de transporte). Essa concentração ocorre também quanto ao tipo de empresa (93,9% do valor dos produtos são exportados por grandes empresas) e à origem dos produtos exportados pelo Brasil (80% dos produtos provêm de oito estados brasileiros, sobretudo do Centro-Sul).

Esse retrato de concentração, além do reduzido espaço atualmente ocupado pelo comércio bilateral, sinaliza o potencial que a relação Brasil-México oferece, em termos quantitativos e qualitativos, sobretudo no momento positivo que vive o diálogo político de alto nível.

Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE)

Os Presidentes Lula e Calderón, durante a visita de Estado do mandatário mexicano ao Brasil em agosto de 2009, "instruíram suas respectivas autoridades competentes a se reunirem prontamente para definir os termos e o calendário de uma negociação com o objetivo de que a relação econômica bilateral corresponda às potencialidades de seus mercados, com pleno apego ao marco jurídico-constitucional de ambos os países. A esse respeito, solicitaram a suas equipes que explorassem todas as opções que permitissem ampliar o comércio e o investimento, incluindo a possível negociação de um acordo de livre comércio".

Após reunião bilateral em setembro de 2009, seguida de troca de informações e videoconferências, os Presidentes anunciaram, durante a reunião de trabalho bilateral que mantiveram à margem da Cúpula da Unidade, em fevereiro de 2010, o "início de um processo formal de trabalho para avaliar e determinar as áreas de oportunidades, alcances, benefícios e sensibilidades de um Acordo Estratégico de Integração Econômica (AEIE)".

Em maio de 2010, em reunião bilateral realizada na Cidade do México, foram acordados os termos de referência para a negociação do AEIE. Decidiu-se, entre outros pontos, que:

- a) o acordo será amplo e incluirá, além de tarifas, temas como serviços, investimentos, compras governamentais, propriedade intelectual;
- b) terá cobertura integral, com o exame de todos os produtos, serviços e demais temas comerciais;
- c) serão reconhecidas as sensibilidades de ambos os países e será outorgado tratamento especial aos setores vulneráveis;
- d) não há prazo determinado para a conclusão das negociações e se adotará o princípio segundo o qual "nada estará acordado até que tudo esteja acordado";
- e) o acordo deverá transcender o marco comercial para incluir aspectos de cooperação e intercâmbio tecnológico; e
- f) um dos objetivos será uma arquitetura que promova a integração e o desenvolvimento da América Latina e do Caribe.

Acordou-se, ainda, a realização de uma série de reuniões e videoconferências entre as delegações a respeito de temas específicos, ao longo dos meses de julho e agosto.

Conforme acordado nessa reunião, durante o mês de junho e início de julho, realizaram-se, em Brasília, as seguintes reuniões temáticas dos grupos de negociação previstos nos termos de referência:

- 1) Acesso a mercados, Regras de Origem, Aduanas, Problemas e Barreiras de Acesso a Mercados - Mecanismo Ágil (17 e 18/06/10);
- 2) Serviços e Investimentos (24 e 25/06/10);
- 3) Salvaguardas Bilaterais (preferenciais), Cooperação em Matéria de Políticas de Concorrência e Medidas contra Práticas Desleais de Comércio, Obstáculos Técnicos ao Comércio, Compras Governamentais, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, e Propriedade Intelectual (5, 6 e 7/07/10).

Tais reuniões aprofundaram o intercâmbio de informação iniciado no em 2009 e propiciaram a discussão a respeito do escopo da negociação em cada tema.

Realizou-se, na Cidade do México, entre 30/08 e 03/09/10, nova rodada de encontros técnicos bilaterais sobre os vários temas previstos nos termos de referência. As

discussões permitiram novas trocas de informações sobre as legislações nacionais e a identificação de pontos de interesse e sensibilidades de ambos os países nos temas a negociar.

As negociações do AEIE enfrentam forte oposição de segmentos do setor privado mexicano, notadamente dos setores agropecuário e, com menos ênfase, de alguns setores industriais. Parte da argumentação dos opositores tem a ver com a chamada "fadiga dos acordos de livre comércio": após assinar acordos de livre comércio com 44 países, o México continua fortemente dependente das exportações (85%) e das importações (50%) dos EUA. Esses segmentos pedem que o Governo mexicano, antes de negociar outros acordos comerciais, "coloque o empresariado nacional em igualdade de condição com seus parceiros estrangeiros". Essa argumentação perde força quando se observa que a arrecadação tributária mexicana atinge apenas 10% do PIB.

Ademais, a questão do desconhecimento a respeito da economia brasileira gera mitos e preconceitos que acabam por criar ambiente desfavorável para o país nas negociações. Um mito recorrente – e de difícil justificativa, dado o acesso generalizado à informação – é classificar a agricultura brasileira como altamente subsidiada, comparando-a à da União Européia. Esses equívocos de percepção alimentam, no imaginário de parte do empresariado mexicano, a visão do Brasil como país que não evoluiu em suas práticas e políticas econômicas, mantendo-se ainda na condição de país "protecionista". Apenas alguns dos pontos alegados encontram algum respaldo na realidade, como a complexidade dos sistemas tributário e jurídico.

A recente nomeação de Bruno Ferrari – figura próxima ao Presidente Calderón – para a Secretaria de Economia, favorece o aprofundamento das relações comerciais com o Brasil, onde residiu por seis anos. Trata-se de formulador e ativo promotor da atual política de diversificação do comércio mexicano e do fluxo de investimentos.

À luz de dificuldades do lado mexicano derivadas i) de resistências de seu setor privado à negociação de acordo de livre comércio amplo com o Brasil e ii) de problemas políticos internos do atual Governo, não foi possível, até o momento, formalizar o lançamento das negociações do Acordo Estratégico de Integração Econômica. Há expectativa de que se possa lançar a negociação brevemente.

Investimentos Bilaterais

No campo dos investimentos bilaterais, o intercâmbio entre Brasil e México apresenta maior volume. Os investimentos mexicanos no Brasil são da ordem de US\$ 17 bilhões de dólares, com destaque para o setor de telecomunicações (Grupo Slim), fazendo do País o segundo principal destino dos investimentos mexicanos no exterior. Os investimentos brasileiros no México, por sua vez, são da ordem de US\$ 1 bilhão e deverão quadruplicar, nos próximos anos, com investimentos da Braskem e da Gerdau.

Consórcio formado pela Braskem e pela mexicana IDESA venceu licitação feita pelo Governo do México e pela PEMEX para fornecimento de 66 mil barris diários de gás etano a serem utilizados como matéria-prima no complexo petroquímico que será construído em Coatzacoalcos, no Estado de Veracruz. O investimento previsto para o desenvolvimento do novo complexo petroquímico, segundo a empresa, será de US\$ 2,5 bilhões, o maior já registrado por uma empresa brasileira no México. O contrato para a realização do empreendimento, com vigência de 20 anos, conta com 60% de capital acionário da Braskem. Estima-se que as operações gerarão cerca de 3 mil empregos diretos e indiretos permanentes e, durante a fase de construção, prevê-se a criação de 6 a 8 mil empregos. Deverá

representar redução de importações anuais mexicanas da ordem de US\$ 1,5 a 2 bilhões, além de importante avanço tecnológico no setor petroquímico do país.

A Gerdau está presente no México desde 2007, quando adquiriu, por US\$ 259 milhões, a siderúrgica Tultitlan (SIDERTUR), com capacidade para produzir 310 mil toneladas de aço laminado por ano. A empresa brasileira também adquiriu, em 2008, 49% do capital da siderúrgica "Aceros Corsa" por cerca de US\$ 100 milhões. Ambas as siderúrgicas estão localizadas no entorno da Cidade do México. Além dessas aquisições, a Gerdau pretende investir, até 2015, cerca de US\$ 600 milhões na construção de nova siderúrgica no México.

A Construtora Norberto Odebrecht participa das obras do Projeto Hidroagrícola de Michoacán, que inclui a construção de barragem para a formação de reservatório (81 milhões de m³), casa de força para aproveitamento hidrelétrico (4,5 MWh), canal de irrigação (35,5 km, com vazão de 12.5 m³/seg) e tecnificação de áreas de plantio. Prevê, ademais, a criação do Centro de Desenvolvimento Agrícola Sustentável (CeDAS), que contará com convênio de cooperação com a EMBRAPA, para a transferência de tecnologia das bem-sucedidas experiências desenvolvidas em regiões do semi-árido brasileiro. A expectativa das autoridades locais, assim como da própria construtora, é que o projeto, uma vez finalizado, seja exemplo de integração dos componentes econômico, ambiental e social, com possibilidade de que venha a ser reproduzido em outras regiões.

Relações com o Brasil em Matéria de Energia

Em agosto de 2007, durante visita do Presidente Lula, Brasil e México assinaram Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética, dedicado ao fomento do desenvolvimento tecnológico em matéria de exploração e produção de petróleo e gás natural. O Memorando criou Grupo de Trabalho para discutir formas de cooperação em matéria energética, cuja primeira reunião foi realizada em Brasília, em 2008. Houve, em 2009, uma segunda reunião desse GT. Ao abrigo do referido Memorando, também foi criado GT em biocombustíveis.

Em agosto de 2009, por ocasião de sua viagem ao Brasil, o Presidente Felipe Calderón visitou as instalações do CENPES, onde conheceu projetos sobre biocombustíveis e exploração de petróleo em águas profundas – tecnologia que o México não domina. Na ocasião, o Presidente Calderón defendeu a formação de aliança energética entre o Brasil e o México, tanto nos setores de petróleo e gás natural como na área de biocombustíveis. Expressou o interesse em concretizar acordos de cooperação e uma aliança entre as duas empresas.

Questões Consulares

O Consulado-Geral na Cidade do México foi aberto em março de 2009. Existem ainda propostas de criação de três novos consulados honorários brasileiros naquele país, nas localidades de Monterrey, Cancún e Tapachula. O primeiro recebeu anuência recentemente; o segundo e o terceiro estão sob apreciação da Chancelaria mexicana.

Segundo estimativas, há aproximadamente 14.000 brasileiros residentes no México, dos quais aproximadamente 1.000 estariam em situação migratória irregular. Com a introdução, em 2005, da exigência de vistos para brasileiros que viajam ao México, o número de nacionais do Brasil deportados ou impedidos de entrar naquele país diminuiu significativamente, o que fez o Brasil cair da primeira para a sétima posição entre os países com maior número de denegações de entrada por parte das autoridades migratórias mexicanas. A medida resultou em visível decréscimo no fluxo de brasileiros indocumentados que utilizam o território mexicano para migrar aos EUA. Cabe lembrar, ademais, que o México adotou, recentemente, política segundo a qual, caso o estrangeiro detenha visto norte-americano, fica dispensado da obtenção de visto mexicano.

Em cumprimento do compromisso presidencial acordado quando da visita do Presidente Calderón ao Brasil, em 2009, ocorreu na Cidade do México a III Reunião de Cooperação Consular entre Brasil e México. Entre os principais temas debatidos estiveram: a revisão de convênios e acordos, temas consulares e de facilitação imigratória, proteção e atenção a comunidades nacionais no exterior. Decidiu-se, igualmente, dar impulso à cooperação entre repartições consulares de ambos os países no exterior.

A IV Reunião de Cooperação Consular entre Brasil e México está prevista para o primeiro trimestre de 2011. A intenção dos dois países é dar continuidade às recentes iniciativas de cooperação na área consular estabelecidas entre os dois governos, para intercâmbio de informações, experiências e boas práticas. Entre os principais temas objeto da cooperação bilateral merece destaque a cooperação entre os Consulados do Brasil e do México em Nova Iorque e Chicago, para intercâmbio de boas práticas na esfera de atendimento ao público, relacionamento com as respectivas comunidades e a prestação de serviços de segunda geração, tais como assistência médica, trabalhista e educacional.

Em resposta à recente chacina em Tamaulipas, na qual foram vitimados cidadãos brasileiros originários de Minas Gerais e do Pará, o Consulado-Geral e a Embaixada do Brasil no México atuaram junto às autoridades mexicanas, com o objetivo de identificar as vítimas brasileiras, obter a liberação dos corpos para repatriação, e esclarecer as circunstâncias do crime. Nesse sentido, contou-se com o apoio da Polícia Federal, que enviou peritos ao México para apoiar as autoridades locais no processo de identificação.

Cooperação Bilateral

Ciência e Tecnologia

O Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o México foi firmado em 1974, mas foi a partir da II Reunião da Comissão Binacional, em julho de 2009, que a cooperação científica e tecnológica bilateral recebeu maior impulso. Os resultados apresentados pelo Grupo de Trabalho para Assuntos Científicos e Tecnológicos daquela Comissão tornaram possível a assinatura de acordos interinstitucionais nas áreas de nanotecnologia, biotecnologia, agropecuária, espaço e saúde, durante a visita do Presidente Felipe Calderón ao Brasil. Merece destaque a assinatura dos Protocolos de Intenções para a criação de Centros Bilaterais Virtuais de Nanotecnologia e Biotecnologia, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia do México (CONACYT).

O Centro Brasil-México de Nanotecnologia entrou em funcionamento logo após a visita do Presidente do México ao Brasil em 2009. Já a implantação do Centro Brasil-México de Biotecnologia tem avançado mais lentamente, e ainda não se concretizou.

Cooperação Técnica

Como resultado da realização da III Reunião do Grupo de Trabalho de Cooperação Técnica, no México, de 13 a 17 de julho de 2009, foram elaborados 18 projetos de cooperação (10 do Brasil e 8 do México), nas áreas de saúde, educação técnica, formação profissional, recursos hídricos, estatística, geografia e agricultura. Os respectivos ajustes complementares foram assinados por ocasião da visita do Presidente Felipe Calderón ao Brasil.

Cinco projetos, nas áreas de saúde (bancos de leite humano, cooperação entre o Ministério da Saúde e a Secretaria da Saúde do México), recursos hídricos (cooperação entre a Agência Nacional de Águas - ANA/Comissão Nacional da Água do México - CONAGUA), educação profissional (cooperação entre SENAI, SENAC e o Colégio Nacional de Educação Profissional e Técnica - CONALEP) já foram iniciados. Quatro projetos entre o INEGI e o IBGE deverão, ainda, ser revisados por ambas instituições para a assinatura dos respectivos acordos de implementação. Os projetos que prevêem o envolvimento da EMBRAPA estão aguardando que o México (Instituto Nacional de Investigações Florestais, Agrícolas e Pecuárias - INIFAP) responda às propostas de datas para dar início às primeiras atividades previstas.

POLÍTICA INTERNA

Eleito em 2006, pelo Partido da Ação Nacional (PAN), o Presidente Calderón iniciou seu mandato com a promessa de melhorar a quantidade e a qualidade dos empregos no país. Essas expectativas foram frustradas pela crise econômica internacional, pela epidemia de gripe suína e por onda de violência sem precedentes. Nas eleições de julho de 2009, o eleitorado reagiu, dando ao Partido Revolucionário Institucional (PRI) triunfo que o recolocou na condição de principal força política mexicana, quadro ratificado nas recentes eleições de 4 de julho. O PRI, portanto, apresenta-se, desde já, como favorito às eleições presidenciais de 2012, e detém a maior bancada na Câmara dos Deputados (237 assentos, contra 143 do PAN e 71 do Partido Revolucionário Democrático - PRD).

Diante da possibilidade de reconquista da Presidência por parte do PRI, forças de direita e de esquerda, representadas pelo PAN e pelo PRD, constituíram aliança tática para a disputa das eleições de 4 de julho. Apesar da vitória priista em 9 das 12 disputas estaduais, as vitórias da aliança PAN-PRD em Oaxaca, Puebla e Sinaloa sinalizaram ser possível articular plataforma comum para futuras disputas.

O PAN vive o desgaste de quase quatro anos no poder, marcados pela crise econômica e pelo aumento na violência no país. O partido vê, na aliança com o PRD, perspectivas mais favoráveis no cenário eleitoral de 2012 e a possibilidade de viabilizar propostas do Presidente Calderón, como a diversificação comercial.

Para as forças de esquerda, o desafio é a reconstrução da unidade, com vistas ao pleito de 2012. Derrotado, em 2006, com André Manuel Lopez Obrador, o PRD saiu enfraquecido das eleições de 2009, precisamente por não ter sido capaz de montar palanque com os outros dois partidos de esquerda com representação parlamentar, o Partido do Trabalho (PT) e a Convergência. No mês de julho, os três principais partidos de esquerda anunciaram acordo para disputar as eleições estaduais de 2011 e postular candidatura única para 2012. Nesse contexto, a posição de López Obrador - crítico da aliança com o PAN e confiante em sua capacidade de mobilização popular, como em 2006 - representa importante variável. Ainda no campo da esquerda, aparece o nome do governador do Distrito Federal, Marcelo Ebrard (PRD), visto como administrador competente, confiável e conciliador, sendo capaz de manter diálogo construtivo com o PAN e o Presidente Calderón.

Com a recente retomada de sua força eleitoral, o PRI, tradicionalmente detentor de poder nas esferas estadual e municipal, procura desde já mobilizar sua estrutura com vistas a 2012, e subir o tom contra o Presidente Calderón em temas como a segurança pública e a economia. Segundo pesquisas de opinião, o PRI conta com três nomes que se destacam no cenário para 2012: o Governador do Estado México, Enrique Peña Nieto, a presidente do Partido, Beatriz Paredes, e o Presidente do Senado, Manlio Fabio Beltrones. Atualmente, esses nomes apresentam perspectivas eleitorais mais favoráveis do que seus homólogos do PAN ou do PRD.

O Presidente Calderón, por sua vez, parece buscar papel mais ativo na articulação política rumo a 2012, por meio de ajustes em sua equipe de trabalho. Durante o mês de julho, foram substituídos o Secretário de Governo (Ministro do Interior) e o Chefe do Escritório da Presidência (Secretaria-Geral da Presidência).

Em meio aos desafios da economia e da violência, o México comemorou, em 15 de setembro, o bicentenário de sua independência e o centenário da Revolução Mexicana. O Governo procurou fazer das comemorações uma oportunidade de conciliação nacional, mas enfrentou forte oposição de grupos insatisfeitos com as políticas do Presidente Calderón, sobretudo quanto ao alto custo das festividades (aproximadamente US\$ 50 milhões), visto que o país ainda recupera-se dos efeitos da crise econômica mundial.

Segurança Pública

O Presidente Calderón, ao tomar posse, elegeu o tema da segurança pública como prioridade junto à população. No entanto, passados quase quatro anos e aproximadamente 28 mil mortos, o problema segue ganhando intensidade e complexidade, com inevitável desgaste para o Governo. As atividades criminosas tornaram-se mais intrincadas e abrangentes, misturando-se a outro problema crônico que aflige o México: as migrações. O recente massacre de Tamaulipas demonstrou claramente esse panorama.

O combate à criminalidade no México possui hoje três grandes desafios. Na fronteira sul, trata-se de tentar diminuir a permeabilidade, que permite a passagem de drogas rumo aos mercados interno e, principalmente, norte-americano, além de configurar rota obrigatória para os migrantes, sobretudo os centro-americanos. Na fronteira norte, a polícia mexicana, em conjunto com as Forças Armadas, trabalha para combater os narcotraficantes que exportam drogas aos Estados Unidos, importam armamentos e, mais recentemente, exploram imigrantes que atravessam a região rumo ao território estadunidense. No restante do

país, o esforço concentra-se em combater o crescimento dos cartéis, que cada vez mais se imiscuem na sociedade, e mesmo no funcionalismo público.

Segue grande a desconfiança com relação à eficácia do Governo contra o crime organizado e o narcotráfico, mesmo com o emprego das Forças Armadas. Dados recentes indicam que 95% das mortes ligadas ao narcotráfico permanecem sem solução. Têm sido freqüentes os seqüestros e assassinatos de políticos e jornalistas, sobretudo nas áreas de atuação mais intensa dos cartéis.

As dificuldades encontradas pelo Governo mexicano para combater as ações criminosas têm gerado intenso debate, sobretudo quando surge a comparação entre México e Colômbia. A situação também tem causado constrangimento nas relações bilaterais com os Estados Unidos: recente pronunciamento da Secretária de Estado Hillary Clinton comparando a situação atual do México com a Colômbia dos anos 1980 causou desconforto no país, fazendo-se necessária a intervenção do próprio Presidente Obama, que foi obrigado a divergir publicamente da Secretária de Estado.

Para alguns críticos mexicanos, a comparação feita por Hillary Clinton demonstrou que alguns setores do Governo norte-americano ainda trabalham com o conceito do “Estado em colapso” – concepção veementemente rechaçada pelo Governo mexicano -, ao analisar a situação do país. A Secretária de Relações Exteriores do México, Patricia Espinosa, veio a público dizer que é preciso ser cuidadoso ao comparar a situação do México com a da Colômbia ao avaliar o narcotráfico, e lembrou que as FARC surgiram com agenda política, ao passo que, no caso mexicano, só se pode falar em delinquência organizada.

Há, no México, temor que a comparação com a Colômbia sirva para legitimar escalada ainda maior da violência como única forma de combate ao tráfico. Para a opinião pública mexicana, vai crescendo a consciência de que colocar mais tropas nas ruas não é suficiente para conter a onda de violência e, menos ainda, para criar as condições sociais adequadas para o desenvolvimento da sociedade mexicana. Esse argumento é defendido pelo Presidente Calderón, que aponta que, além das ações repressivas, é necessário dar maior ênfase a políticas sociais, para reduzir a desigualdade e a exclusão.

O México tem insistido publicamente no argumento de que importante parcela da responsabilidade pela escalada de violência relacionada ao narcotráfico e ao crime organizado cabe aos EUA, tendo em vista ser o vizinho do norte o maior mercado mundial de drogas e origem do tráfico ilícito de armas (estima-se que haja 15 milhões de armas ilegais no México). EUA e México mantêm cooperação bilateral em matéria de combate à delinquência organizada, sob o programa chamado “Iniciativa Mérida”, que prevê o treinamento de policiais mexicanos e o fornecimento de equipamentos, com orçamento inicial de US\$ 400 milhões. Apesar dessa cooperação, não interessa ao México a presença militar norte-americana no país, a exemplo do que ocorre na Colômbia.

O Brasil está atento às possibilidades de cooperar com o México em matéria de segurança pública. Em recente visita ao México, o Secretário Executivo do Pronasci, Ronaldo Teixeira, apresentou o programa durante a 1ª Conferência Mundial da Juventude, realizada na cidade de León, e em palestra no Instituto de Investigações Sociais da Universidade Autônoma do México (UNAM). Entrevistou-se, igualmente, com o Subsecretário de Prevenção e Participação Cidadã da Secretaria de Segurança Pública (SSP), Monte Alejandro Rubido García, a quem ofereceu cooperação do Brasil para a solução de alguns dos graves problemas de segurança pública existentes no México. No atual contexto, a proposta poderia

contribuir para aproximar Brasil e México, compartilhando experiências em tema estratégico e prioritário do ponto de vista dos dois Governos.

O massacre de Tamaulipas

No último dia 24 de agosto, em um rancho no estado de Tamaulipas, norte do país, foram encontrados os corpos de 72 imigrantes de diferentes nacionalidades, possivelmente assassinados pelo grupo criminoso "Los Zetas". Os corpos foram encontrados pela Marinha mexicana graças à denúncia de um imigrante equatoriano que sobreviveu ao massacre. O crime causou consternação interna e constrangimento externo, pois, entre os mortos, estavam imigrantes salvadorenhos, equatorianos, hondurenhos, guatemaltecos e brasileiros.

O México enfrenta o grande desafio de ser, ao mesmo tempo, país de origem, trânsito e destino de migrantes. Aponta-se, com frequência, a incongruência entre os veementes pleitos mexicanos em favor dos direitos de seus nacionais nos EUA e o quadro de omissão com respeito aos migrantes do sul em seu próprio território. Diante do massacre de Tamaulipas e das críticas domésticas e internacionais, o Governo mexicano foi obrigado a reagir de imediato e a manifestar a intenção de corrigir esse desequilíbrio.

De fato, a fronteira sul do México é extremamente porosa, permitindo a entrada, no território mexicano, de migrantes procedentes, sobretudo, da América Central, para atravessar todo o território mexicano e, finalmente, chegar aos EUA. Esses migrantes vivem situação extremamente precária, submetendo-se ao arbítrio e à perseguição tanto por parte de autoridades locais como do crime organizado, como foi o caso em Tamaulipas.

Nos dias que se seguiram ao massacre, o Governo mexicano anunciou convênio interinstitucional para a proteção aos migrantes em seu território, como forma de contra-arrestar os efeitos negativos do ocorrido, e prevenir futuras tragédias. O convênio prevê atuação conjunta da Secretaria de Governo, da Secretaria de Segurança Pública, da Procuradoria-Geral da República e da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

O episódio também ensejou a intensificação do combate aos cartéis em diferentes partes do país. Foram anunciadas, com grande repercussão na mídia local, as prisões de dois grandes chefes do narcotráfico mexicano: Edgar Valdez Villareal, conhecido como "La Barbie", e Sergio Villarreal Barragán, conhecido como "El Grande".

POLÍTICA EXTERNA

Os principais desafios da política externa mexicana, para os próximos anos, seguem três linhas. A primeira diz respeito à diversificação das opções diplomáticas e comerciais, com o estabelecimento de acordos para contrabalançar a dependência econômico-comercial em relação aos Estados Unidos e fortalecer o papel mexicano nos organismos multilaterais e regionais. A segunda envolve a tentativa de corrigir assimetrias no interior do NAFTA. Por fim, as questões migratórias com os Estados Unidos, juntamente com as atividades criminosas transfronteiriças, demandam significativos esforços por parte das autoridades mexicanas.

Conforme explicitado no Plano Nacional de Desenvolvimento 2007-2012 (PND), do governo Calderón, o México deve “diversificar, ampliar e fortalecer as relações diplomáticas, comerciais e econômicas com todos os países e regiões”. Nesse contexto, o México firmou acordo de livre comércio com a União Européia. Com a República Popular da China, o México possui relacionamento bilateral estruturado, no plano comercial e de cooperação, e o país asiático recentemente manifestou interesse na assinatura de TLC. Com a Índia, busca-se fortalecer a Associação Privilegiada entre os dois países, assinada em 2007.

Juntamente com países de seu entorno, o México participa do Projeto Mesoamérica, nova denominação recebida, em 2008, pelo Plano Puebla Panamá (PPP), concebido para promover a integração regional e que, em oito anos, obteve apenas resultados discretos. Sob a nova concepção, o Projeto Mesoamérica apresenta-se como mecanismo de diálogo e coordenação, que articula esforços de cooperação, desenvolvimento e integração entre os nove países envolvidos. A ênfase atual se dá em três dimensões: infra-estrutura, energia e comércio. Há interesse em articular, futuramente, os esforços dessa iniciativa aos da IIRSA

No contexto da diversificação de suas parcerias estratégicas, o México tem feito esforços para aprofundar relações com os países da Comunidade Andina e do MERCOSUL, em especial o Brasil.

Nesse esforço de diversificação, o México tem evitado embates ideológicos com países como Cuba, Bolívia e Venezuela. Esse cuidado refletiu-se na forma da manifestação de satisfação com o anúncio da libertação de presos políticos em Cuba, e do fim da greve de fome de Guillermo Fariñas.

Com respeito ao tema de Honduras, o México, embora reconheça as ações de 28 de junho de 2009 como golpe de Estado, reconheceu a validade das eleições de novembro como elemento de retorno de Honduras à normalidade democrática e, mais recentemente, normalizou suas relações diplomáticas com o país centro-americano. O México coincide com o Brasil quanto à necessidade do regresso de Manuel Zelaya a Honduras, em contexto de pleno respeito a todos os seus direitos civis e políticos. Compartilha, igualmente, a preocupação brasileira quanto aos indicadores pouco favoráveis publicados, no Relatório da Comissão de Alto Nível da OEA, sobre a situação de graves violações aos direitos humanos, e sobre a presença de participantes do golpe contra Zelaya no atual Governo hondurenho. O Governo mexicano, entretanto, tem procurado valorizar a disposição de Porfirio Lobo em prol da normalização do país.

O México sediou a Cúpula da Unidade América - Latina e Caribe, em fevereiro de 2010, realizada em Cancun – iniciativa de seguimento da CALC. Em paralelo ao evento, foi organizada a Cúpula México-Caricom, com vistas a fortalecer os vínculos e a integração do país com a região caribenha.

No plano multilateral, o México é membro do “Uniting for Consensus” e se opõe ao projeto de resolução do G-4 para a reforma do Conselho de Segurança. O país propôs, na 59ª AGNU, projeto de resolução que criaria apenas novos assentos não-permanentes reelegíveis. O país tem postura ativa na obstrução da reforma do CSNU. Como ambos os países ocupam atualmente cadeiras de membros não-permanentes do Conselho, Brasil e México têm procurado estabelecer canais de diálogo e coordenação em temas afetos ao Conselho. O México presidiu o CSNU durante parte do ano de 2009 e, mais recentemente, no último mês de junho. Nesse período, temas críticos foram discutidos, como a imposição de novas sanções ao Irã – o México votou a favor – e o ataque israelense à flotilha humanitária que se dirigia a Gaza – que o Tlatelolco energicamente condenou.

Há poucos meses, a Chanceler Patricia Espinosa assumiu a coordenação dos trabalhos preparativos da preparação da Conferência das Partes da Convenção sobre Mudança do Clima das Nações Unidas (COP-16), que ocorrerá em Cancún, entre 29 de novembro e 10 de dezembro de 2010. A Chanceler mexicana tem atuado ativamente no sentido de maximizar as chances de êxito da Conferência. Este foi seu principal interesse durante a visita de trabalho ao Brasil no último dia 4 de agosto.

A questão do NAFTA constitui desafio fundamental para o México. Desde sua entrada em vigor, em 1992, as vendas norte-americanas ao México triplicaram, ao passo que os produtos mexicanos ganharam espaço de somente 3% no mercado estadunidense. O ingresso da China na OMC, ocorrido nesse ínterim, explica parcialmente esse quadro, pois muitas empresas norte-americanas passaram a buscar fornecedores no país asiático, em detrimento do espaço originalmente destinado ao México dentro do NAFTA. O quadro da qualidade e da quantidade de empregos no país sofreu gradual processo de deterioração, acelerado em virtude da crise econômica de 2008, o que gera profundo sentimento de frustração com os resultados da associação para o México. O país tenta, até agora sem êxito, a revisão do Tratado.

O principal relacionamento bilateral mexicano continua a ser com os Estados Unidos, país com o qual compartilha fronteira de mais de 3.000 km e para o qual destina 85% de suas exportações. Nesse contexto, o tema das migrações aparece como o mais crítico. O Presidente Calderón visitou os Estados Unidos, no mês de maio, ocasião em que rejeitou publicamente a aprovação da Lei SB 1070, do Estado do Arizona, que criminaliza a imigração ilegal. Tem-se que esse tipo de legislação, em estudo por outros estados norte-americanos, acarrete violações dos direitos humanos, aumento na discriminação contra a população de origem mexicana e exposição negativa da imagem do México. Desde a aprovação da Lei SB 1070, são cada vez mais freqüentes os episódios de fronteira envolvendo imigrantes mexicanos.

Em diferentes ocasiões, o Presidente Obama já se manifestou sobre o tema da legislação norte-americana em matéria de imigração, considerando-o fundamentalmente falho, e defende reforma ampla que beneficie os 11 milhões de imigrantes ilegais atualmente no país. Devido à polarização gerada pelo tema, em cenário pré-eleitoral, e ao enfraquecimento político vivido pelo presidente norte-americano, a aprovação dessa reforma não parece provável, dada a posição republicana de que, antes de discutir qualquer reforma, faz-se necessário inibir os fluxos migratórios na fronteira.

Quanto ao tema do comércio de armas, sobretudo na região da fronteira, os Estados Unidos já indicaram que não têm a intenção de modificar sua legislação nessa matéria, objeto de grupos de interesse ligados à fabricação, comercialização e porte de armas no país.

ECONOMIA

Após a fase mais aguda da crise econômica, em 2009 (retração de 7% do PIB, a maior verificada na América Latina no ano passado), a economia mexicana apresentou, no primeiro semestre de 2010, discretos sinais de recuperação. O PIB cresceu 4,3% e a estimativa para o ano é de 4,1%. As exportações cresceram 38%, e as importações, 34,5%. Apesar desses sinais positivos, cabe lembrar que esses números têm como ponto de partida o debilitado quadro de 2009. Ademais, parcela significativa dessas estatísticas diz respeito a

fatores externos – sobretudo o aumento das importações norte-americanas –, e não a crescimento consistente do mercado interno. Segundo analistas, a sustentabilidade futura do mercado interno mexicano dependerá da realização de reformas estruturais, como a fiscal, a energética e a trabalhista.

A crise financeira reacendeu no México o debate a respeito da opção adotada pelo país na década de 1990, no sentido de abrir amplamente sua economia, com forte ênfase no NAFTA. A abertura econômica e a integração ao mercado norte-americano geraram forte dependência externa e, no plano interno, distribuição assimétrica dos avanços regionais e setoriais obtidos com a abertura: no setor agropecuário, por exemplo, contrastam o norte, com propriedades que utilizam técnicas avançadas de produção, e o sul, com áreas pobres e de baixa produtividade. Já a dependência externa da indústria automotiva é emblemática: no processo de recuperação econômica ocorrido no primeiro semestre de 2010, a produção de veículos cresceu 79% com respeito a 2009, resultando em incremento de 86% nas exportações (mais de 80% das quais no âmbito do NAFTA), que contrasta com retração de 3,3% no mercado interno.

Na visão do Presidente Calderón, é necessário adotar estratégia comercial que vá além da simples assinatura de acordos de liberalização comercial que, em grande medida, colocaram muitas empresas mexicanas em situação de vulnerabilidade. Sob sua ótica, a qualidade da parceria deverá prevalecer sobre a mecânica típica das operações no âmbito de um tratado de livre comércio. No caso do Brasil, o cálculo mexicano diz respeito às perspectivas brasileiras, prognosticadas como muito superiores às das economias desenvolvidas, em 2010 e 2011, ademais do reconhecimento do caráter fortemente complementar das duas economias.

ENERGIA

A economia mexicana é fortemente dependente do setor de petróleo. Sétimo maior produtor mundial e terceiro nas Américas, o México tem no setor 15% de suas exportações e 40% do total da receita do Estado.

A matriz energética mexicana segue amplamente baseada nos combustíveis não-renováveis, sendo o petróleo responsável por 55% do consumo energético e o gás natural, por 33%. Nota-se, entretanto, crescente interesse do Governo em estimular a substituição de combustíveis fósseis por fontes renováveis de energia, como os biocombustíveis. Nesse contexto, a área de bioenergia pode constituir importante vertente de cooperação bilateral com o Brasil, dada a experiência brasileira no setor e a necessidade mexicana em diversificar sua matriz energética.

Petróleo e Gás Natural

De acordo com o *Oil and Gas Journal* (OGJ), o México tem 10,4 bilhões de barris de petróleo de reservas comprovadas, sobretudo sob a forma de variedades de óleo pesado. A maior concentração de reservas está localizada na área *offshore* ao sul do país, especialmente no Golfo de Campeche. Na região norte, estão localizadas importantes reservas em terra.

Em média, o México produziu 3,0 milhões de barris diários de petróleo em 2009 (87% dos quais sob a forma de óleos crus e condensados), em comparação com os 3,18 milhões de barris diários produzidos no ano anterior. Caso se mantenha a tendência de queda da produção, o México deixará de ser, no médio prazo, país exportador. O país exportou 1,23 milhão de barris diários de óleo cru em 2009, em comparação com 1,4 milhão em 2008. A maior parte das exportações segue para os Estados Unidos. Com relação ao gás natural, em janeiro de 2010, o México tinha 13,2 trilhões de pés cúbicos (TPC) de reservas comprovadas.

A empresa Petróleos Mexicanos (PEMEX), criada em 1938 com a nacionalização do setor, tem amplo monopólio, incluindo extração, refino, distribuição e revenda de gasolina. A empresa possui quatro subsidiárias nas áreas de exploração e produção, gás e petroquímica básica, petroquímica e refino. A PEMEX é responsável por 40% das receitas do Estado, o que torna a questão do declínio da produção mexicana um risco para o equilíbrio fiscal do governo mexicano. A empresa possui, igualmente, o monopólio de exploração e produção de gás natural no país.

No setor de *downstream*, o México possui seis refinarias, todas operadas pela PEMEX, com capacidade de refino de 1,54 milhões de barris diários. A maior instalação é a de Salina Cruz, com capacidade de refino de 334 mil barris diários. Há planos para a construção de pelo menos mais uma refinaria, com vistas a reduzir a importação de produtos refinados.

Repercussão do Acidente da BP no Golfo do México

O Governo mexicano realiza, no momento, esforço para a exploração de petróleo em águas ultra-profundas. No início de julho, chegou ao México, proveniente da Coreia do Sul, a plataforma *Petrorig 3*, a primeira a ser utilizada pelo país para esse tipo de perfuração. A plataforma tem capacidade para perfurar lâminas d'água de 2.100 metros de profundidade.

O esforço inicia-se, contudo, em meio ao acidente com a plataforma *Deep Water Horizon*, da British Petroleum (BP), em águas norte-americanas do Golfo do México. Nesse contexto, começaram a surgir, no país, críticas à segurança na exploração em águas profundas. A área de Exploração e Produção da PEMEX, no entanto, informou que o acidente da BP não deverá atrasar os planos de exploração da companhia. Consultores na área de energia acreditam que o México apresenta atraso superior a dez anos na exploração de jazidas em águas profundas, que permitiria mitigar os riscos de queda em sua produção global. Contudo, o México tem seu próprio precedente negativo, sob a forma do acidente na plataforma *Ixtoc-1*, em 1979.

Biocombustíveis

A produção local de etanol à base de milho – principalmente para exportação para os EUA – encontra-se em seus estágios iniciais, em fazendas localizadas no norte do país, mas sofre pesada oposição de movimentos sociais, que temem o aumento dos preços da *commodity*. Ademais, a produção de etanol a partir do milho tem-se mostrado viável apenas se auxiliada por expressivos subsídios governamentais, fato tanto mais grave em um país onde o milho é a base da dieta local.

Da mesma forma, há diversas dificuldades para a produção local de etanol a partir da cana-de-açúcar, entre elas a falta de conhecimentos técnicos e a grande atomização da estrutura fundiária local. A produção nacional de açúcar é deficitária, estando concentrada em um grande número de engenhos de pequenas dimensões e de baixo nível tecnológico. Não obstante, o Governo mexicano lançou, em 2009, iniciativa que pretende estimular a produção interna do combustível: a PEMEX lançou licitação para adquirir 176 milhões de litros de etanol durante o ano de 2010, que serão utilizados em programas-piloto, nas regiões metropolitanas do Distrito Federal, Guadalajara e Monterrey, misturados à gasolina em proporção entre 7 e 8%.

ANEXO I - PERFIS ECONÔMICO-COMERCIAIS DO MÉXICO

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS MÉXICO

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Estados Unidos Mexicanos
Superfície	1.964.375 Km ²
Localização	Sul da América do Norte
Capital	Cidade do México
Principais cidades	Cidade do México, Guadalajara, Monterrey
Idioma oficial	Espanhol
PIB a preços correntes (2010 - estimativa EIU)	US\$ 1.000 bilhões
PIB "per capita" (2010)	US\$ 8.889
Moeda	Peso mexicano

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report September 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2006	2007	2008	2009	2010 ⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	106,2	107,4	108,7	110,0	111,2
Densidade demográfica (hab/Km ²)	54,1	54,7	55,3	56,0	56,6
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	952,5	1.025,6	1.089,9	874,9	1.000,0
Crescimento real do PIB (%)	4,9	3,3	1,5	-6,6	4,6
Variação anual do Índice de preços ao consumidor (%)	4,1	3,8	6,5	3,6	4,4
Reservas Internacionais (US\$ bilhões)	76,3	87,2	95,3	99,9	116,2
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	167,9	162,5	192,8	204,0	204,5
Câmbio (Ps / US\$)	10,88	10,87	13,54	13,06	12,67

Elaborado pelo MRE/PRD/C - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da The Economist Intelligence Unit, Country Report September 2010
(1) Estimativa EIU

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)	2007	2008	2009 ⁽¹⁾
A. Balança comercial (líquido - fob)	-10.074	-17.260	-4.678
Exportações	271.875	291.343	229.707
Importações	281.949	308.603	234.385
B. Serviços (líquido)	-6.455	-6.755	-7.789
Receita	17.609	18.480	15.423
Despesa	24.064	25.235	23.212
C. Renda (líquido)	-18.221	-17.250	-14.289
Receita	7.876	7.315	4.922
Despesa	26.097	24.565	19.211
D. Transferências unilaterais (líquido)	26.400	25.447	21.504
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-8.350	-15.618	-5.252
F. Conta de capitais (líquido)	0	0	0
G. Conta financeira (líquido)	19.905	24.308	18.526
Investimentos diretos (líquido)	19.272	21.795	3.820
Portfólio (líquido)	13.529	4.841	15.253
Outros	-12.896	-2.328	-547
H. Erros e Omissões	-1.305	-758	-7.584
I. Saldo (E+F+G+H)	10.250	7.732	5.690

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Information Financial Statistics, September 2010.
(1) Última posição disponível em 09/09/2010

COMÉRCIO EXTERIOR ⁽¹⁾ (US\$ milhões)	2005	2006	2007	2008	2009 ⁽²⁾	2010 ⁽³⁾
Exportações (fob)	214.233	249.925	271.875	291.343	229.703	63.887
Importações (cif)	244.001	281.664	310.144	339.464	257.823	64.673
Balança comercial	-29.768	-31.739	-38.269	-48.121	-28.040	-786
Intercâmbio comercial	458.234	531.589	582.019	630.807	487.606	128.560

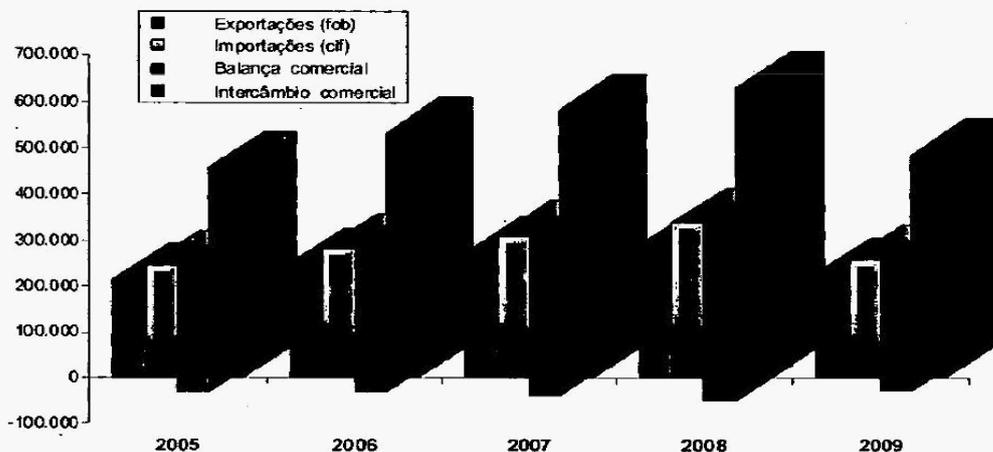
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2010.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferenças metodológicas de cálculo.

(2) Última posição disponível em 09/09/2010.

**COMÉRCIO EXTERIOR DO MÉXICO
2005 - 2009**

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, September 2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)	2007	% no total	2008	% no total	2009⁽¹⁾	% no total	2010⁽¹⁾⁽²⁾	% no total
EXPORTAÇÕES								
Estados Unidos	223.133	82,1%	233.523	80,2%	185.181	80,6%	48.369	75,7%
Canadá	6.491	2,4%	7.102	2,4%	8.244	3,6%	4.824	7,6%
Alemanha	4.104	1,5%	5.008	1,7%	3.210	1,4%	917	1,4%
Espanha	3.690	1,4%	4.233	1,5%	2.508	1,1%	669	1,0%
Brasil	2.010	0,7%	3.387	1,2%	2.438	1,1%	805	1,3%
Colômbia	2.943	1,1%	3.032	1,0%	2.491	1,1%	557	0,9%
Países Baixos	1.905	0,7%	2.488	0,9%	1.695	0,7%	461	0,7%
Venezuela	2.333	0,9%	2.310	0,8%	1.418	0,6%	328	0,5%
Japão	1.913	0,7%	2.046	0,7%	1.601	0,7%	691	1,1%
China	1.895	0,7%	2.045	0,7%	2.208	1,0%	1.106	1,7%
Reino Unido	1.563	0,6%	1.749	0,6%	1.243	0,5%	289	0,5%
SUBTOTAL	261.979	92,7%	266.904	91,6%	212.237	92,4%	59.017	92,4%
DEMAIS PAÍSES	19.896	7,3%	24.439	8,4%	17.546	7,6%	4.870	7,6%
TOTAL GERAL	271.875	100,0%	291.343	100,0%	229.783	100,0%	63.887	100,0%
IMPORTAÇÕES								
Estados Unidos	153.420	49,5%	166.468	49,0%	123.677	48,0%	40.907	63,3%
China	32.718	10,5%	38.159	11,2%	35.782	13,9%	3.710	5,7%
Japão	17.977	5,8%	17.911	5,3%	12.537	4,9%	2.150	3,3%
República da Coreia	13.924	4,5%	14.903	4,4%	12.055	4,7%	2.746	4,2%
Alemanha	11.757	3,8%	13.866	4,1%	10.700	4,2%	2.465	3,8%
Canadá	8.753	2,8%	10.387	3,1%	8.034	3,1%	1.315	2,0%
Malásia	5.248	1,7%	5.125	1,5%	4.439	1,7%	1.011	1,6%
Brasil	6.133	2,0%	5.701	1,7%	3.845	1,5%	777	1,2%
Itália	6.097	2,0%	5.741	1,7%	3.461	1,3%	706	1,1%
Espanha	4.214	1,4%	4.461	1,3%	3.304	1,3%	839	1,3%
SUBTOTAL	260.240	83,9%	282.723	83,3%	217.834	84,5%	56.626	87,6%
DEMAIS PAÍSES	49.904	18,1%	56.741	18,7%	39.989	15,5%	8.047	12,4%
TOTAL GERAL	310.144	100,0%	339.464	100,0%	257.823	100,0%	64.673	100,0%

Elaborado pelo MR/BDPROIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da FM/ Direction of Trade Statistics, September 2010.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2009.

(1) Última posição disponível em 09/10/2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2 0 0 9	% no total
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões - fob)		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	60.615	26,4%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	33.842	14,7%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	30.474	13,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	29.334	12,8%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	8.625	3,8%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	6.135	2,7%
Plásticos e suas obras	4.676	2,0%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	4.142	1,8%
Produtos hortícolas, raízes, tubérculos, comestíveis	3.761	1,6%
Obras de ferro fundido, ferro e aço	3.198	1,4%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.488	1,1%
Subtotal	187.290	81,6%
Demais Produtos	42.347	18,4%
Total Geral	229.637	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões - cif)		
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	54.746	23,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	37.102	15,8%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	18.491	7,9%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	15.761	6,7%
Plásticos e suas obras	12.735	5,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	8.551	3,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.282	2,3%
Ferro fundido, ferro e aço	5.185	2,2%
Papel e cartão, obras de pasta de celulose	3.993	1,7%
Produtos farmacêuticos	3.878	1,7%
Borracha e suas obras	3.119	1,3%
Cereais	3.029	1,3%
Alumínio e suas obras	2.901	1,2%
Carnes e miudezas comestíveis	2.718	1,2%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.697	1,2%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	2.611	1,1%
Brinquedos, jogos, artigos para divertimento	2.270	1,0%
Subtotal	185.069	79,0%
Demais Produtos	49.316	21,0%
Total Geral	234.385	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados da UNCTAD/ITC/TradeMap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO⁽¹⁾ (US\$ mil - fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações (fob)	4.073.738	4.458.202	4.260.441	4.281.325	2.675.888
Variação em relação ao ano anterior	2,9%	9,4%	-4,4%	0,5%	-37,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o NAFTA	14,1%	14,1%	13,3%	12,7%	13,3%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	3,4%	3,2%	2,7%	2,2%	1,7%
Importações (fob)	843.568	1.310.320	1.979.284	3.125.389	2.783.547
Variação em relação ao ano anterior	19,9%	55,3%	51,1%	57,9%	-10,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras do NAFTA	5,7%	7,6%	8,8%	9,7%	11,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	1,1%	1,4%	1,6%	1,8%	2,2%
Intercâmbio comercial	4.917.306	5.768.522	6.239.725	7.406.714	5.459.435
Variação em relação ao ano anterior	5,5%	17,3%	8,2%	18,7%	-26,3%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o NAFTA	11,3%	11,8%	11,4%	11,2%	12,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	2,6%	2,5%	2,2%	2,0%	1,9%
Balança comercial	3.230.170	3.147.882	2.281.157	1.155.936	-107.659

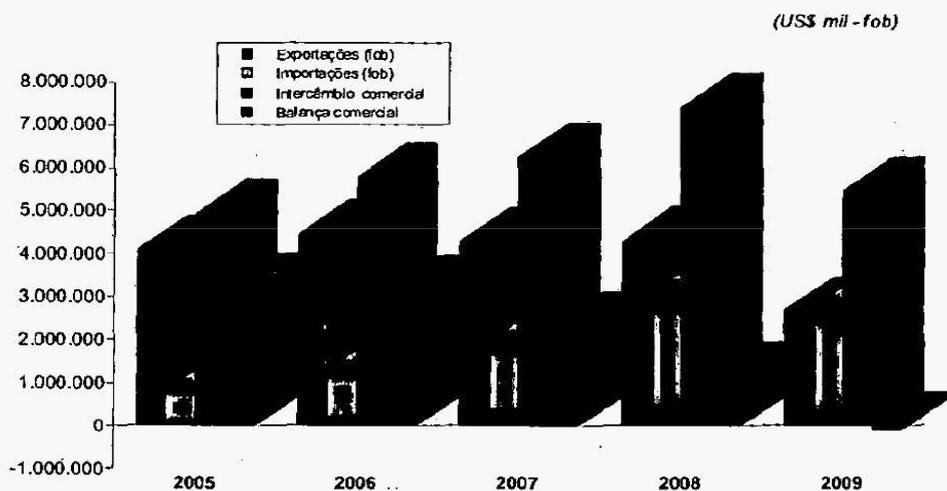
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcoveb.

(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL / MÉXICO (US\$ mil, fob)	2009 (jan-jul)	2010 (jan-jul)
Exportações	1.414.342	2.050.736
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-41,6%	45,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o NAFTA	13,0%	14,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	1,7%	1,9%
Importações	1.457.422	2.069.679
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-13,4%	42,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do NAFTA	10,5%	11,3%
Part. (%) no total das importações brasileiras	2,2%	2,1%
Intercâmbio Comercial	2.871.764	4.120.415
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-30,0%	43,5%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro com o NAFTA	11,6%	12,8%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	1,9%	2,0%
Saldo Comercial	-43.080	-18.943

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcoveb.

**INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-MÉXICO
2005 - 2009**



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Alcoveb.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO						
(US\$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES (por principais grupos de produtos e principais produtos)						
Veículos automóveis, tratores, ciclos	1.597.005	37,5%	1.359.579	31,8%	701.651	26,2%
Automóveis com motor a explosão, cilindrada até 1500 cm3	807.862	19,0%	624.084	14,6%	358.633	13,4%
Outros veículos automóveis com motor a explosão, carga <= 5T	205.976	4,8%	151.360	3,5%	98.450	3,7%
Automóveis com motor a explosão, cilindrada até 1000 cm3	65.858	1,5%	42.584	1,0%	75.797	2,8%
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	100.286	2,4%	122.642	2,9%	75.149	2,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	739.234	17,4%	835.937	19,5%	486.217	18,2%
Motocompressor hermético, capacidade <4700 frigorías/hora	57.215	1,3%	71.451	1,7%	64.102	2,4%
Outros motores diesel/semidiesel, para veículos automóveis	62.898	1,5%	86.241	2,0%	54.771	2,0%
Outras máquinas e aparelhos mecânicos com função própria	3.881	0,1%	6.856	0,2%	27.554	1,0%
Outros virabrequins	0	0,0%	0	0,0%	20.328	0,8%
Blocos de cilindros e cabeçotes para motores diesel/semidiesel	12.982	0,3%	17.938	0,4%	12.811	0,5%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	172.834	4,1%	199.205	4,7%	189.417	7,1%
Terminais portáteis de telefonia celular	21.310	0,5%	48.977	1,1%	69.142	2,6%
Partes de outros motores/geradores/grupos eletrog.	8.908	0,2%	21.995	0,5%	41.462	1,5%
Ferro fundido, ferro e aço	369.716	8,7%	400.159	9,3%	131.703	4,9%
Outros produtos semimanufaturados de ferro/aço, C<0,25%	122.840	2,9%	185.289	4,3%	76.958	2,9%
Produtos semimanufaturados, de outras ligas de aço	26.368	0,6%	18.764	0,4%	11.044	0,4%
Ferro fundido bruto não ligado, peso <=0,5% de fósforo	40.697	1,0%	72.044	1,7%	6.310	0,2%
Ferrosilício	27.975	0,7%	34.155	0,8%	5.900	0,2%
Borracha e suas obras	191.838	4,5%	201.953	4,7%	128.954	4,8%
Outros pneus novos para ônibus ou caminhões	105.885	2,5%	111.379	2,6%	67.066	2,5%
Pneus novos para automóveis de passageiros	46.121	1,1%	35.906	0,8%	28.782	1,1%
Produtos farmacêuticos	90.328	2,1%	94.289	2,2%	86.465	3,2%
Produtos químicos orgânicos	113.650	2,7%	124.174	2,9%	58.747	2,2%
Plásticos e suas obras	50.851	1,2%	39.530	0,9%	50.889	1,9%
Pelos, exceto a peleteria, e couros	37.853	0,9%	47.129	1,1%	34.693	1,3%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	4.2455	1,0%	40.374	0,9%	34.557	1,3%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	19.721	0,5%	13.835	0,3%	30.206	1,1%
Subtotal	3.426.385	80,4%	3.356.164	78,4%	1.933.499	72,3%
Demais Produtos	835.056	19,6%	925.161	21,6%	742.389	27,7%
TOTAL GERAL	4.260.441	100,0%	4.281.325	100,0%	2.675.888	100,0%

Elaborado pelo IREDEPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Anceel.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base as vendas apresentadas em 2009

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO						
(US\$ mil - fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES (por principais produtos e grupos de produtos)						
Veículos automóveis, tratores, ciclos	599.865	30,3%	1.115.179	35,7%	1.039.705	37,4%
Automóveis com motor explosão, cilindrada até 1500 cm3	517.288	26,1%	820.189	26,2%	805.579	28,9%
Automóveis com motor explosão, cilindrada >3000cm3, até 6 passageiros	5.891	0,3%	158.318	5,1%	104.862	3,8%
Outras partes e acessórios para tratores e veículos automóveis	27.497	1,4%	34.740	1,1%	27.018	1,0%
Outros veículos automóveis, com motor diesel para carga <=5T	24.756	1,3%	32.192	1,0%	21.292	0,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	328.283	16,6%	567.655	18,2%	425.993	15,3%
Terminais portáteis de telefonia celular	8.069	0,4%	87.495	2,8%	105.452	3,8%
Aparelhos transmissores/receptores de sistema troncalizado	0	0,0%	43.069	1,4%	53.792	1,9%
Circuitos impressos com componentes elétricos	15.869	0,8%	34.576	1,1%	22.780	0,8%
Outros aparelhos receptores de radiodifusão com aparelhos de som p/automóveis	19.685	1,0%	27.236	0,9%	20.389	0,7%
Produtos químicos orgânicos	329.382	16,6%	456.998	14,6%	358.429	12,9%
Ácido tereftálico e seus sais	263.898	13,3%	373.267	11,9%	318.097	11,4%
Acetato de vinila	22.730	1,1%	31.693	1,0%	7.200	0,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	210.803	10,7%	270.532	8,7%	206.192	7,4%
Outros motores de explosão, p/veic cap. 87, sup. 1000 cm3	51.478	2,6%	41.285	1,3%	36.011	1,3%
Refrigeradores combinados com congeladores, porta externa separada	5.317	0,3%	17.080	0,5%	10.216	0,4%
Plásticos e suas obras	104.680	5,3%	113.286	3,6%	91.011	3,3%
Tereftalato de polietileno em forma primária	27.327	1,4%	33.126	1,1%	12.522	0,4%
Copolímeros de acrilonitrila-butadieno-estireno, sem carga	11.386	0,6%	21.705	0,7%	9.486	0,3%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	35.844	1,8%	86.952	2,8%	70.427	2,5%
Ferro fundido, ferro e aço	21.628	1,1%	17.682	0,6%	63.055	2,3%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	49.655	2,5%	72.227	2,3%	61.388	2,2%
Vidro e suas obras	27.069	1,4%	60.988	2,0%	60.597	2,2%
Chumbo e suas obras	9.639	0,5%	35.892	1,1%	55.422	2,0%
Subtotal	1.716.848	86,7%	2.797.291	89,5%	2.432.219	87,4%
Demais Produtos	262.436	13,3%	328.098	10,5%	351.328	12,6%
TOTAL GERAL	1.979.284	100,0%	3.125.389	100,0%	2.783.547	100,0%

Elaborado pelo IREDEPRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Anceel.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base as vendas apresentadas em 2009

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
MÉXICO**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - MÉXICO	2009	%	2010	%
(US\$ mil - fob)	(jan-jul)	do total	(jan-jul)	do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	425.277	30,1%	580.212	28,3%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	282.491	20,0%	487.085	23,8%
Ferro fundido, ferro e aço	34.679	2,5%	166.919	8,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	128.042	9,1%	96.157	4,7%
Borracha e suas obras	74.140	5,2%	85.139	4,2%
Produtos químicos orgânicos	35.863	2,5%	81.576	4,0%
Produtos farmacêuticos	50.691	3,6%	45.616	2,2%
Plásticos e suas obras	36.419	2,6%	32.703	1,6%
Ferramentas, artefatos de cutelaria, de metais comuns	11.240	0,8%	29.021	1,4%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	20.064	1,4%	27.327	1,3%
Pele, exceto a peloteria, e couros	19.961	1,4%	23.981	1,2%
Sementes e frutos oleaginosos, grãos	22.535	1,6%	23.548	1,1%
Minérios, escórias e cinzas	3.163	0,2%	22.956	1,1%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	19.900	1,4%	20.056	1,0%
Subtotal	1.164.465	82,3%	1.722.296	84,0%
Demais Produtos	249.877	17,7%	328.440	16,0%
TOTAL GERAL	1.414.342	100,0%	2.050.736	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	518.678	35,6%	687.830	33,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	252.987	17,4%	364.164	17,6%
Produtos químicos orgânicos	208.982	14,3%	179.529	8,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	107.589	7,4%	159.304	7,7%
Ferro fundido, ferro e aço	31.758	2,2%	79.883	3,9%
Plásticos e suas obras	46.221	3,2%	67.358	3,3%
Pérolas, pedras preciosas, semipreciosas	3.389	0,2%	52.096	2,5%
Chumbo e suas obras	22.431	1,5%	50.939	2,5%
Zinco e suas obras	8.352	0,6%	45.780	2,2%
Vidro e suas obras	34.805	2,4%	45.194	2,2%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	38.136	2,6%	43.628	2,1%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	29.359	2,0%	42.616	2,1%
Subtotal	1.302.687	89,4%	1.818.321	87,9%
Demais Produtos	154.735	10,6%	251.358	12,1%
TOTAL GERAL	1.457.422	100,0%	2.069.679	100,0%

Elaborado pelo MRE/DP/DIRIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SEC/EX/ALC/eweb.
Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jul/2010.

ANEXO II: CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-MÉXICO

- 1810 Estabelecimento de relações consulares entre o Brasil e o México.
- 1822-1824 Primeiras conversações sobre o estabelecimento de relações diplomáticas.
- 1830 Estabelecimento de relações diplomáticas em nível de Encarregados de Negócios.
- 1831 Celebração do Tratado de Aliança, Paz e Amizade Brasil-México.
- 1832-1835 Missão de Duarte da Ponte Ribeiro como Encarregado de Negócios no México.
- 1910 Entrada em vigor da Convenção de Arbitramento.
- 1914-1917 Período em que a Legação do Brasil representou os interesses dos EUA no México.
- 1922 As representações diplomáticas dos dois países são elevadas ao nível de Embaixada.
- 1922 José Vasconcelos chefia Missão Especial ao Centenário da Independência do Brasil.
- 1930-1938 Missão de Alfonso Reyes como Embaixador no Brasil – expansão das relações culturais.
- 1938 Entrada em vigor do Tratado de Extradicação.
- 1960 Declaração Conjunta sobre Matéria Comercial.
- 1969 Declaração conjunta sobre Relações Econômicas.
- 1970 Acordo sobre Transportes Aéreos.
- 1975 Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.
Convênio de Cooperação Turística.
- 1979 Convênio de Amizade e Cooperação.
- 1979 Acordo Básico de Cooperação Industrial.
- 1982 Convênio de Cooperação Cultural e Educacional.
- 1990 Convênio de Cooperação em Matéria de Promoção de Co-Investimentos.
- 1995 Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente.
- 1996 Acordo sobre Serviços Aéreos.
- 1997 Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e a Farmacod dependência.
- 2000 Vicente Fox visita o Brasil na condição de Presidente Eleito do México.
Acordo sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns.
- 2002 Visita oficial do Presidente Vicente Fox ao Brasil.
- 2003 Visita oficial do Presidente Lula ao México.
- 2005 Suspensão do Acordo Brasil-México sobre Isenção de Vistos em Passaportes Comuns.

- 2006 Visita do Secretário de Relações Exteriores, Luiz Ernesto Derbez, ao Brasil.
- 2006 Felipe Calderón visita o Brasil na condição de Presidente Eleito do México.
- 2007 I Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília.
Visita do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao México.
Visita do Presidente Lula ao México.
- 2008 Participação da Chanceler Patricia Espinosa na Reunião preparatória da CALC e na CALC.
Encontro entre o Presidente Lula e o Presidente Calderón quando da realização da CALC, em Sauípe.
- 2009 II Reunião da Comissão Binacional Brasil-México, em Brasília.
- 2010 Encontro de trabalho entre o Presidente Lula e o Presidente Calderón quando da realização da Cúpula da Unidade da América Latina e Caribe, em Cancún (fevereiro).

ANEXO III: CRONOLOGIA HISTÓRICA DO MÉXICO

- 1810 Primeira tentativa de independência por parte do México (16 de setembro).
- 1821 Consolidação da Independência do México.
- 1836 Independência da região hoje conhecida como Texas.
- 1845 Anexação da região do atual Texas pelos EUA, durante a “Guerra do México”.
- 1845 A derrota mexicana na “Guerra do México” resulta na perda de mais territórios para os EUA.
- 1857 Revolução Liberal: Benito Juárez assume o poder.
- 1857-1861 Guerra Civil.
- 1863 Os franceses invadem o México: Maximiliano I é coroado Imperador.
- 1863-1867 Reinado de Maximiliano I.
- 1876 Porfirio Díaz assume o poder e governa como ditador.
- 1876-1910 Período ditatorial, o “Porfiriato”.
- 1910 Início da Revolução Mexicana (20 de novembro).
- 1917 Promulgada a Constituição dos Estados Unidos Mexicanos.
- 1934-1940 Lázaro Cárdenas empreende reformas políticas.
- 1938 Nacionalização do petróleo.
- 1981-1982 Recessão e queda nos preços do petróleo: crise da economia mexicana.
- 1982 Crise de endividamento do México.
- 1988 Carlos Salinas de Gortari é eleito Presidente da República.
- 1990 Início do programa de privatizações da economia mexicana.
- 1992 Primeiros protestos pela reforma agrária em Chiapas.
- 1993 Assinatura do Acordo constitutivo do NAFTA.
- 1994 Entrada em vigor do NAFTA (1º de janeiro).
- 1994 Levante do “Exército Zapatista de Libertação Nacional-EZLN”, em Chiapas.
- 1995 Ernesto Zedillo assume a PR; crise econômica e manifestações do EZNL.
Reformas políticas reduzem a capacidade do PRI para se manter no poder.
- 1998 Criação do Instituto Federal Eleitoral (IFE).
- 2000 Eleição de Vicente Fox (PAN), que põe fim à hegemonia de mais de 70 anos do PRN-PRI.

- 2005 Felipe Calderón é escolhido pelo PAN como candidato à Presidência.
- 2006 Felipe Calderón é eleito Presidente; seu adversário, Andrés Manuel López Obrador, se recusa a aceitar a derrota.
O IFE confirma a eleição de Calderón, que toma posse em 2 de dezembro.
- 2009 México mergulha em profunda crise derivada da recessão mundial, queda dos preços do petróleo e do declínio da produção petrolífera, do aumento da criminalidade e do aparecimento da gripe A/H1N1.

ANEXO IV: ACORDOS EM VIGOR

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos sobre Cooperação para Prevenir e Combater o Tráfico de Migrantes e de Pessoas, bem como para Atenção e Proteção a Suas Vítimas	23/2/2010	25/3/2010
Programa Executivo de Cooperação Cultural 2007-2010	29/11/2007	29/11/2007
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação Energética	8/6/2007	8/6/2007
Acordo o Estabelecimento da Comissão Binacional	28/03/2007	28/03/2007
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Relação aos Impostos sobre a Renda.	25/09/2003	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Demonstração e Divulgação do Sistema Eleitoral Brasileiro de Votação e Apuração Eletrônicas na Cidade do México".	13/05/2003	-
Acordo Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica.	24/07/2002	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Saúde.	05/02/2001	-
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica em Matéria de Censos e Pesquisas Estatísticas.	27/04/1999	27/04/1999
Ajuste Complementar sobre Cooperação Técnica.	27/04/1999	27/04/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica em Matéria de Sanidade Animal.	13/11/1997	13/11/1997
Acordo de Cooperação para o Combate ao Narcotráfico e à Farmacod dependência.	18/11/1996	25/11/1997
Acordo sobre Serviços Aéreos.	26/05/1995	18/07/1996
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	8/5/1992	9/4/1992
Acordo de Cooperação na Área de Meio Ambiente.	10/10/1990	6/7/1995
Memorandum de Entendimento para o Aproveitamento das Referências que se Outorgam aos Dois Países em Licitações Públicas Internacionais.	10/10/1990	10/10/1990
Acordo-Quadro de Cooperação Fazendária-Financeira.	10/10/1990	15/5/1992

Título do Acordo	Celebração	Entrada em vigor
Convênio de Cooperação em Matéria de Promoção de Co-Investimentos.	10/10/1990	10/10/1990
Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica Bilateral.	30/ 3/1984	30/ 3/1984
Protocolo em Matéria de Apoio Financeiro ao Comércio Bilateral.	30/ 3/1984	30/ 3/1984
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Industrial.	30/ 3/1984	30/ 3/1984
Programa de Trabalho sobre Cooperação Econômica e Comercial	29/ 4/1983	29/ 4/1983
Convênio Geral de Cooperação entre a SIDERBRÁS e a SIDERMEX.	26/ 4/1983	26/ 4/1983
Convênio Complementar ao Acordo pelo qual se criou a Comissão Mista Brasil-México, entre o Consider, do Brasil, e a CCIS, do México, de 24/07/74.	17/ 1/1978	18/ 1/1978
Acordo sobre Sanidade Animal.	17/ 1/1978	18/ 1/1978
Acordo Básico de Cooperação Industrial.	17/ 1/1978	28/ 2/1979
Convênio de Amizade e Cooperação	17/ 1/1978	21/ 2/1979

Aviso nº 723 - C. Civil.

Em 13 de outubro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS LEAL RAPOSO LOPES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto aos Estados Unidos Mexicanos.

Atenciosamente,



CARLOS E. ESTEVES LIMA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, interino

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 295, de 2010** (nº 583/2010, na origem), pela qual o Presidente da República solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, no valor de até quatrocentos e noventa e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América, de principal, entre as Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada a financiar, parcialmente, o Programa Corporativo das Empresas de Distribuição da Eletrobrás e de Melhoria da Qualidade dos Serviços e de Redução de Perdas Elétricas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Os Senadores Cristovam Buarque e Aloizio Mercadante apresentaram os **Requerimentos nºs 818 e 819, de 2010**, respectivamente, solicitando licença para se ausentarem dos trabalhos da Casa a fim de participarem da XXVI Sessão Plenária do Parlamento do MERCOSUL, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

A Presidência defere os presentes Requerimentos, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

São os seguintes os Requerimentos deferidos:

REQUERIMENTO Nº 818, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para comparecer, como Parlamentar do Mercosul – Legislatura 2007-2010, à XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, na sede do Parlamento, na cidade de Montevidéu – Uruguai, no período de 18 a 19/10 do corrente ano, conforme cópia do documento anexo.

Comunico, ainda, a Vossa Excelência, para fins do disposto no art. 39, I, do Regimento Interno, que estarei ausente do País nesse período para esse fim.

Sala das Sessões, 11 de outubro de 2010. – Senador **Cristovam Buarque**.

OF.P/88/2010

Brasília, 7 de outubro de 2010

Senhor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, solicito a Vossa Excelência que autorize o deslocamento da delegação de senadores brasileiros que participarão de XXVI Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul, nos pró-

ximos dias 18 e 19 de outubro de 2010, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Trata-se, Senhor Presidente, de dar continuidade aos trabalhos do Parlamento do Mercosul, previstos para acontecer uma vez por mês, conforme determina o Protocolo de Constituição do Parlamento do Mercosul.

Assim, solicito a Vossa Excelência as providências necessárias ao deslocamento da delegação de senadores brasileiros, relacionados em quadro anexo, entre os dias 17 a 20 de outubro de 2010, bem como a liberação de passagens aéreas, cobrindo os trechos indicados no referido quadro, e diárias para cobertura de despesas com hospedagem e alimentação na capital uruguaia, onde acontecerá a referida Sessão do Parlamento do Mercosul.

Solicito, também, que autorize a liberação de ponto, diárias e passagens aéreas, conforme quadro anexo, para os Consultores Maria Cláudia Drummond e Francisco Eugênio Arcanjo, que acompanharão a delegação parlamentar brasileira, formada por senadores e deputados, para prestar-lhes o necessário apoio logístico exigido pelo Parlamento do Mercosul.

Por oportuno, encareço a Vossa Excelência que autorize a cobertura jornalística de tão importante evento por equipe de profissionais da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal.

Na oportunidade, certo da atenção de Vossa Excelência às solicitações que ora lhe encaminho, renovo-lhe os meus sinceros votos de estima e consideração.

Atenciosamente, Deputado **José Paulo Toffano**, Presidente.

REQUERIMENTO Nº 819, DE 2010

Senhor Presidente,

Sendo membro titular da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa, no dia 19 de outubro de 2010, quando participarei da XXVI Sessão do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Comunico, ainda, que atendendo o disposto no artigo 29 inciso I, estarei ausente do País no período de 17 a 19 de outubro do corrente ano. – **Aloizio Mercadante**, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário que foram deferidos, nos termos do Ato da Mesa nº 2, de 2009, os seguintes Requerimentos:

- **nº 728, de 2010**, do Senador Inácio Arruda, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do

Senado nºs 332, de 2009, e 134, de 2010. Deferido o Requerimento, as matérias passam a tramitar em conjunto e vão à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

- **nº 731, de 2010**, do Senador Romero Jucá, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 54, de 2006, e 77, de 2009 - Complementares. Deferido o Requerimento, as matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania.

- **nº 743, de 2010**, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 325, de 2006, e 458, de 2009. Deferido o Requerimento, as matérias passam a tramitar em conjunto e vão às Comissões de Assuntos Sociais e de Agricultura e Reforma Agrária, cabendo a esta última a decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Existem vários oradores inscritos. Tem a preferência, por acordo, pela Liderança do Partido Democratas, o Senador Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, chegou ontem a Teresina, com duas horas e meia de atraso, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, pelo visto, permanece ainda lá. A primeira questão que se coloca é se o Presidente foi fazer campanha ou se o Presidente foi no exercício das suas funções de mandatário chefe da Nação brasileira.

Essa linha tênue que separa o objetivo da viagem que serve apenas para driblar a Justiça Eleitoral não pode mais continuar no Brasil. O Presidente usa a estrutura que o cargo lhe confere, desce em Teresina com alguns Ministros de Estado e Governadores eleitos e segue direto para um palanque, onde vai defender os candidatos da sua preferência.

A frouxidão nesta legislação precisa de uma atenção melhor. Hoje pela manhã, Sua Excelência participa de uma solenidade com Ministros, onde assina ordens de serviços.

Mas vamos por partes. Ontem, Sua Excelência, num empolgado discurso em frente à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, faz agressões ao candidato a Presidente José Serra, ao ex-Presidente Fernando Henrique, ao candidato a Governador do Estado Sílvio Mendes, a mim e ao Senador Mão Santa. Uma verdadeira metralhadora giratória, de onde se esperava, na qualidade de Presidente da República ou cabo eleitoral da sua candidata, mais um pouco de equilíbrio por parte de Sua Excelência. Agradece ao povo do Piauí pela derrota minha e do Mão Santa – é um direito que

lhe assiste – e diz que nós prejudicamos muito o Governo dele.

Aí existem meias verdades. Quero lembrar que fui inclusive condecorado por Sua Excelência, mais de uma vez. Como é que Sua Excelência, o Presidente da República, condecora malfeitores, condecora quem prejudica o Governo? Aliás, ao receber essas condecorações, está escrito nos atos que fiz jus a todas elas pelos relevantes serviços prestados ao País. Daí por que essa empolgação que Sua Excelência demonstra em palanque ao agredir as pessoas tem um viés mais grave.

Sua Excelência chegou ao Piauí e recebeu, em ato contínuo, o resultado da pesquisa CNT/Sensus, que mostra, Sr. Presidente, que a diferença entre a sua candidata e o ex-Senador Serra diminuiu bastante. Se verificarmos apenas os votos válidos, Dilma tem 52% contra 47% de José Serra.

Mas o impressionante é que, em todas as regiões do Brasil, Dilma caiu e Serra subiu. Vejamos: Dilma, no Norte e no Centro-Oeste, tinha 48%, caiu para 40%; Serra tinha 38% e passou para 45%. No Nordeste, Dilma tinha 66% e passou para 60%; Serra tinha 24% e passou para 32%. No Sudeste, Dilma tinha 52% e passou para 43%; Serra tinha 36% e passou para 44%. No Sul, Dilma tinha 40,7% e passou para 36,3%; Serra tinha 45,5% e passou para 56%. A margem de erro é de 2,2% para mais ou para menos.

Aliás, esse é um dos institutos preferidos de Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, o que justifica, Senador Alvaro Dias, o nervosismo e o tom agressivo com que tratou todos lá no Piauí. Aquela soberba da vitória antecipada, da comemoração de primeiro turno, que não aconteceu, vê-se transformada na diminuição galopante da diferença entre Serra e sua candidata.

Agora, lamento que o Presidente Lula vá ao meu Estado para agredir as pessoas.

Quero dizer que respeito o resultado das urnas e estou na minha posição de cumprir, em toda a plenitude, o meu mandato, até o último dia. Aliás, entrei no Senado da República na mesma data em que Sua Excelência assumiu a Presidência. E vamos aí, juntos. Vamos para casa, os dois.

Evidentemente, o impacto que vou sofrer é bem menor do que o do Lula. Ele vai voltar para São Bernardo; vai perder... Aliás, o Presidente Itamar Franco levanta isso de maneira pedagógica. Vai perder os puxa-sacos, os helicópteros, os aviões, as mordomias; vai voltar a ser um cidadão comum. Como a nossa vida de Senador não nos proporciona grandes mordomias, nenhuma alteração de vida, vou voltar à

minha casa, vivendo nas mesmas condições em que vivi até agora.

E me parece que o Presidente Lula, realmente, começou a ser vítima da síndrome do “tá chegando a hora”. Senador Alvaro Dias, o tal do “tá chegando a hora”, quando bate num homem que passa esse tempo todo no poder, deve ser terrível. Deve ser terrível! Aquela sensação de que o capim vai começar a crescer à sua porta; de que aqueles amigos que o cercavam não eram amigos dele, mas da sua caneta; que a fidelidade daquelas pessoas não era à figura do Presidente da República, mas ao cargo que ele exerce; e que elas, de uma maneira muito rápida, passarão a prestar as homenagens ao próximo ocupante do Palácio, seja lá quem for. Aliás, o Senado já tem prova disso. Nós, aqui no Senado, conhecemos muito bem como essas coisas acontecem.

Mas o Presidente Lula no Piauí subestimou também a inteligência e a paciência dos piauienses. Ele vai lá, mostra um grande amor pelo Piauí e hoje promete assinar, pela quinta vez, ordem de serviço para a construção da BR-020. A BR-020, Senador Geraldo Mesquita, é a única obra começada por Juscelino Kubitschek, há mais de 50 anos, que não foi concluída; é a estrada que liga Fortaleza a Brasília. Neste Governo, ele e o Governador do seu partido, o ex-Governador, anunciaram, pelo menos sete vezes, em sete anos seguidos, o reinício dessas obras. E elas estão, Senador Alvaro Dias, paralisadas.

Depois anunciou a construção do trecho rodoviário ligando Bertolândia a Eliseu Martins, a BR-135. E aí eu queria não só mostrar à Nação, mas deixar nos Anais da Casa, Senador Alvaro Dias, um fato interessante. O Presidente Lula, há cerca de 40 dias, vetou no Orçamento da União os seguintes recursos para o Piauí – se o Mão Santa aqui estivesse, diria: “Atentai bem!” –: construção da Barragem de Atalaia no Município de Sebastião Barros; sistema de controle das enchentes do rio Poti, em Teresina; construção do trecho rodoviário Bertolândia e Eliseu Martins – é para essa que ele dá ordem de serviço, sem haver recursos no Orçamento –; construção do trecho rodoviário, divisa Piauí/Bahia, São Raimundo Nonato, da BR-020 – é essa famosa que ele também vetou no Orçamento –; construção do trecho Gilbués/Santa Filomena; construção das eclusas da barragem da Boa Esperança; construção do trecho rodoviário Piripiri/Matias Olímpio – BR-222; implantação do perímetro irrigado dos tabuleiros litorâneos do Piauí na sua segunda etapa; implantação do perímetro irrigado no platô Guadalupe na sua segunda etapa.

Aí vem mais: manutenção da BR-020, manutenção da BR-135, manutenção da BR-316, manutenção

da BR-343, manutenção da BR-222, manutenção da BR-230, manutenção da BR-402, manutenção da BR-404, manutenção da BR-407. Construção das eclusas da barragem da Boa Esperança. E por aí afora.

O Presidente da República vetou todas essas obras e agora vai ao Piauí para assinar uma ordem de serviço fajuta – fajuta! –, eleitoreira e justificar uma ida à capital do meu Estado, com o objetivo de pedir voto para os seus candidatos. Faz isso, assinando ordem de serviço inócua, porque não existem recursos no Orçamento.

O mais grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é que, em frente ao local onde ele fez o comício, há uma obra com recursos do Governo Federal, que está paralisada: a construção do Centro de Convenções. E hoje a manchete de um dos *blogs* de Teresina, do jornalista Elivaldo Barbosa é: “Governo cancela contrato com a construtora responsável pelo Centro de Convenções”. Deixaram apenas Sua Excelência sair do local, do palanque, para fazer esse anúncio.

Aliás, gostaria de pedir à Anac que analise a situação real do aeroporto de Floriano, cujas obras foram iniciadas pela construtora de ligações familiares com o ex-Governador e estão paralisadas, prejudicando esse aeroporto, de uma maneira muito grave, a cidade e toda a região.

Senador Alvaro Dias ouço, com muita atenção, o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, primeiramente a nossa solidariedade a V. Ex^a. Subscrevemos o inteiro teor do seu pronunciamento, dizendo, desde já, que começamos a sentir a sua ausência. Eu, que o acompanho, há muitos anos, desde que era Deputado Federal, um grande companheiro de Ulysses Guimarães, aprendi a conhecê-lo ainda mais de perto, aqui no Senado Federal. Além da estima pessoal, há a admiração pelo homem público que é, pela postura que adota, pelo comportamento de seriedade e de intransigência em relação à imagem que devemos construir da instituição que representamos. Mas, nesta hora em que faz uma abordagem sobre promessas, promessas eleitoreiras, é bom dizer que teremos que enfrentar uma situação neste País que é de debater e aprovar uma reforma política. Isso é essencial. Mas estamos aprendendo lições nesta campanha que nos autorizam a dizer que não basta a reforma política, é preciso uma reforma no comportamento. Precisamos mudar comportamento, o povo tem que ser mais respeitado. Um governante não tem o direito de desrespeitar o povo como se desrespeita no Brasil há tantos anos. A mentira tornou-se uma arma poderosa, construtora de elevada popularidade, mas essa popularidade é tênue, é eventual, é passageira.

Ocorre que as consequências dela certamente advirão. Infelizmente, quando a sociedade despertar para a realidade e se aperceber de que foi enganada, pode ser tarde. Veja que quando há o despertar as coisas acontecem. No primeiro turno, muitos imaginavam a impossibilidade de vitória de Serra nas eleições, muitos não acreditavam na hipótese do segundo turno. Mas houve um despertar. Repentinamente, a Nação acordou e hoje estamos vivendo uma outra realidade. Certamente, se V. Ex^a estivesse disputando a sua eleição de Senador agora, certamente o resultado seria diferente, porque houve o despertar. Nós estamos verificando pelas pesquisas que este é o momento da ultrapassagem em alta velocidade. Tudo indica que muitos que aqueles que não acreditavam, apostavam na hipótese de vitória, no primeiro turno, da candidata do Governo, hoje, já estão interpretando o processo eleitoral de outra forma, estão admitindo a hipótese de vitória de José Serra. Portanto, Senador Heráclito Fortes, no próximo ano, nós teremos que encarar essa questão da reforma política aprendendo com as lições desta campanha eleitoral, mas temos que continuar trabalhando também para que ocorra uma mudança radical de comportamento dos nossos governantes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Agradeço-lhe, Senador. V. Ex^a tem razão. Aliás, o Piauí, durante todo esse período, foi enganado e, as pessoas, muitas vezes, induzidas a repetir as promessas mentirosas feitas no Estado. Cito, apenas como referência, um episódio em que levaram o nobre Senador paulista Eduardo Suplicy a informar, da tribuna desta Casa – tivemos até um debate acalorado –, a assegurar que havia, no Piauí, na cidade de São Raimundo, um aeroporto internacional, o qual, inclusive, tinha uma linha regular fazendo voos de Petrolina-Teresina-São Raimundo Nonato. Mostramos a ele que não era verdade – eu e o Mão Santa –, mas ele, por questões políticas, não se interessou pelo desmentido.

E aí veio a campanha eleitoral. A Globo sorteou São Raimundo Nonato, Senador Suplicy – não sei se V. Ex^a conhece esse episódio – para fazer aquele programa do Jornal Nacional no Ar. E aí, veja o vexame: o avião não pôde descer em São Raimundo Nonato porque o aeroporto não era internacional, o aeroporto não tinha iluminação noturna e o aeroporto não era sequer homologado. Aí foi um vexame, Senador Suplicy. Tiveram que contratar um teco-teco, um monomotor para levar a equipe de produção da Globo a São Raimundo Nonato para fazer o trabalho.

Quero dizer, Senador Suplicy, que, naqueles dias de campanha, andando pelo sol ardente daquela região, me lembrei muito de V. Ex^a: um homem que construiu uma imagem de seriedade, de conceito, ter sido leva-

do a cometer esse engano, esse erro com o povo do Piauí e nunca ter pedido desculpas aos piauienses por aquele erro cometido.

Mas eu quero dizer que o Presidente Lula tem até motivos para dizer que somos inimigos – não do Piauí, mas dele –, porque, na verdade, Senador Alvaro Dias, existe um fato que está embutido e que a história irá esclarecer: o grande ódio que Sua Excelência tem de quem fez oposição a ele nesta Casa foi a famosa derrota da CPMF.

Isso porque a CPMF, naquele momento, nada mais era do que um teste para colocar, em seguida, a proposta de votação do terceiro mandato. E aquilo o desapontou. E eu fui uma vítima maior do que os senhores que votaram pelo fim da CPMF. Porque eu, naquela época, informado – graças a Deus sou uma pessoa bem informada –, fiz uma denúncia grave de uma campanha feita, Senador Alvaro Dias, pelo Banco do Brasil. Dizia: “Decida pelo três e conte com o banco que é todo seu. O banco da sustentabilidade”. Era uma campanha subliminar que se iniciava exatamente na defesa do terceiro mandato.

E o fato foi tão grave que eu fui ao Tribunal de Contas, através de uma ação popular. O Banco do Brasil retirou as peças e então perdeu o objeto o processo por mim iniciado. Mas eu rememorei. São várias peças; essa é apenas uma. Está aqui. O Presidente Lula já vai – vai me perdoar –, mas eu quero dizer aos brasileiros que tenho a consciência tranquila de que pelo menos contribuí de maneira modesta para que não se fizesse com a Constituição brasileira o que se fez com a Constituição da Venezuela, o que se fez com a Constituição da Bolívia, o que se fez com a Constituição do Equador e o que se fez, com a ajuda do Brasil, com a Constituição da Bolívia, que deu aquele quiprocó todo e o Sr. Zelaya foi hóspede de luxo da Embaixada brasileira por tanto tempo.

Nós lutamos pelo fim do terceiro mandato em respeito a uma Constituição, e aí até justifico esse ódio que Sua Excelência tem e o fato de me incluir no rol dos seus marcados para morrer. Mas Sua Excelência, quando vai ao Piauí e agradece aos piauienses pela derrota imposta a mim e ao Mão Santa, não diz o que os seus Ministros fizeram para conseguir a vitória dos seus sindicatos: uso da máquina escancarado, desvio de recursos, programa do Governo a serviço de candidaturas. Esses fatos serão esclarecidos no seu devido tempo.

Portanto, Sr. Presidente, esses fatos precisam de melhor esclarecimento. Sua Excelência não diz o que usou, o que foi usado e como se procedeu a campanha no Estado, tanto é que o Prefeito de Teresina, recentemente, ao declarar apoio ao candidato Wilson

Martins, disse que o fazia porque o Ministro da Articulação Política, Sr. Alexandre Padilha, assumiu com ele um compromisso de liberação de R\$110 milhões de recursos em verbas para Teresina.

Senador Suplicy me parece que pede um aparte. Com o maior prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito Fortes, pedi para verificar aqui os textos relativos ao noticiário de hoje sobre a presença do Presidente Lula no Piauí. É fato que o Presidente mencionou que Deus escreve certo por linhas tortas ao falar sobre a derrota de dois adversários políticos no Piauí, que, segundo ele, ajudaram a derrubar a CPMF, referindo-se a V. Exª e ao Senador Mão Santa. Porém, eu não encontrei aqui, salvo o fato de V. Exª e o Senador Mão Santa terem sido contrários à prorrogação da CPMF, como também aconteceu com os demais Senadores do PSDB e dos Democratas, palavras que possam ser consideradas ofensivas por parte do Presidente. Ele mencionou que, na avaliação dele, acabar com a CPMF não foi uma boa coisa para o povo pobre. Isso não é uma palavra ofensiva, trata-se de uma opinião. É claro que ela é diferente da de V. Exª, mas ele, ali, avaliou como bom que o povo do Piauí tenha eleito outros Senadores que não aqueles que ajudaram a derrotar a emenda da CPMF. Eu acho que não há, da parte do Presidente Lula, qualquer palavra que possa ser considerada ofensiva de fato. Há, porém, uma reflexão que pode ser feita: é que a ofensa que muitas vezes caracterizou a fala de Senadores que aqui criticaram o Presidente ou seus Ministros, feita de uma maneira bastante pesada, significando ofensas, não ajudou os Senadores a serem bem votados. Isso é algo que pode ser considerado e deve ser objeto de reflexão.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Exª está dizendo que me viu, desta tribuna, ofender algum Ministro do Presidente Lula? Foi isso que entendi?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – O que observei é que, muitas vezes aqui, ouvi de Senadores da oposição palavras que estiveram próximas da ofensa ao Presidente, e isso não ajudou esses Senadores a serem bem votados.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Exª alguma vez ouviu o Senador Marco Maciel ofender o Presidente da República ou algum Ministro?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Não. O Senador Marco Maciel não utilizou de palavras ofensivas...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Isso derruba a tese de V. Exª.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...ao Presidente e aos Ministros. Sou testemunha disso e, inclusive, mencionei esse fato.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou responder a V. Exª, mas, em primeiro lugar, quero fazer um registro à sua elegância. O resultado do primeiro turno dessas eleições produziu em V. Exª algo que lhe deixou muito feliz: V. Exª é sorrisos o tempo todo e passou agora a usar, com esmero, um guarda-roupa de quem está esperando uma grande festa.

Evidentemente que vitória de Presidente não é, porque nós ainda vamos ter segundo turno. Mas que essa eleição do primeiro turno, em algum momento, fez muito bem a V. Exª, isso eu tenho certeza de que fez!

Em segundo lugar, Senador, eu gostaria de ter cuidado ao lhe responder sobre essa informação que V. Exª recebe agora e transmite ao plenário. Eu tenho medo de que sua fonte tenha sido a mesma que o induziu àquele erro sobre o aeroporto de São Raimundo Nonato. Naquele momento, V. Exª leu uma matéria que recebeu de alguém – de um funcionário de um escritório de representação do Piauí em Brasília –, matéria que levou V. Exª a cometer um erro gravíssimo, a faltar, inclusive, com informações verdadeiras à Casa, o que é lamentável para um homem com a sua biografia.

Mas eu queria dizer a V. Exª que é muito fácil saber se eu tratei mal, se eu agredi Ministros. Gostaria que V. Exª, por exemplo, perguntasse ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, que frequentou a minha casa, ou ao Ministro Nelson Jobim se esse tipo de coisa ocorreu. Eu não vou dar uma relação grande de Ministros não, eu ficaria no Ministro Antonio Palocci – V. Exª tem acesso a ele. Mas vou mais além: pergunte à Ministra Dilma Rousseff se eu a tratei mal alguma vez, se eu a recebi mal alguma vez em minha casa. Pergunte, Senador!

Pergunte à Ministra, candidata a Presidente que V. Exª apoia. Pergunte se, pelo menos no caso de um deles, divulguei o teor das conversas e dos assuntos tratados na minha casa.

Portanto, V. Exª, ao insinuar que eu poderia ter, ainda que de longe, agredido a pessoa do Presidente da República e dos seus Ministros, comete uma injustiça. Pergunte à Ministra Dilma Rousseff – tanto pode ser a Dilma das Minas e Energia como a Ministra Dilma da Casa Civil – e pergunte ao próprio Presidente Lula se, naquele período da desestabilização do seu governo por aquele processo disseminado de corrupção em que se falava da governabilidade, se ele não teve, na pessoa do Senador Heráclito Fortes, não um defensor do seu governo, mas um defensor da manutenção das regras do jogo democrático neste País. V. Exª não tem o direito de cometer uma injustiça com um colega.

Está provado que a causa que fez com que o Presidente da República escolhesse, pessoalmente,

os seus cassados, foi, exatamente, a discordância que nós tivemos em respeito à democracia, pela derrubada da CPMF, que era apenas um teste de fundo para, em seguida, se colocar aqui o terceiro mandato. Não adianta tapar o sol com a peneira, meu caro Senador Eduardo Suplicy, esses fatos estão bem claros.

Estou mostrando aqui a V. Ex^a aquela propaganda do Banco do Brasil do três. Ora, três ações por dia... Por que não quatro, cinco ou seis? E o fato foi tão escandaloso que a matéria foi retirada do ar, Senador. Daí para frente, concordo, passei a ser visto como inimigo do governo.

Acho que o governo tem todo o direito de ter suas preferências, de trabalhar pelos seus candidatos, mas não tem o direito de usar os métodos que usou. Por exemplo, era claro para o Brasil inteiro que a preferência do Presidente Lula em São Paulo era eleger o Netinho, que não era do seu partido. Não consegui. No entanto, pelo que eu saiba, não colocou uma máquina poderosa de governo para derrotar os outros candidatos. A diferença é essa, Senador Suplicy.

Agora vou entregar a V. Ex^a, pelo apreço que lhe tenho, uma matéria publicada hoje num *blog*: “Lula dissemina agressões e ninguém reclama com ele”. Diz a matéria:

O professor Fernando Henrique Cardoso tinha razão quando dizia que vivemos uma época do culto à ignorância. O Presidente Lula veio ao Piauí e falou mal de meio mundo, atacou os Senadores Heráclito Fortes e Mão Santa, o candidato a Presidente José Serra, o próprio ex-Presidente Fernando Henrique, de quem foi eleitor, e não faltou petardo nem mesmo para o médico Silvío Mendes, candidato tucano ao governo do Estado. Ele disse que os integrantes do PSDB e de outros partidos opositores são gente do mal. [Gente do mal!]. Estranho que ninguém tenha reclamado com o Presidente pelo excesso de agressividade, sobretudo aqueles que, nos últimos dias, têm voltado suas baterias contra alguns políticos locais. Lula pode? A ignorância justifica.

Pois não, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Heráclito, Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não!

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Gostaria, depois, que V. Ex^a fizesse um simulado de quanto tempo mais necessita...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – ...porque já lhe foi dado o dobro do tem-

po, quarenta minutos. Mas, na verdade, terei o maior prazer em assistir a este debate, em me enriquecer com a presença de V. Ex^a. Só quero ter uma noção de tempo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Vou encerrar. Eu apenas ia dar o aparte, mas a assessoria do Senador Suplicy recomendou que ele não falasse. Quero parabenizar a eficiência da assessoria do Senador Suplicy e lamentar que os milhões de votos que ele teve por São Paulo, a responsabilidade que ele tem de representar São Paulo nesta Casa seja calada por um burocrata. Mas o Partido de V. Ex^a tem essa linha de...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Senador Heráclito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Pois não!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Em 2006, tive 8.897.803 votos, quase nove milhões de votos...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Quantos votos agora teve o Aloysio Nunes?

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...correspondendo a 48% dos votos ou quase um em cada dois votos no Estado de São Paulo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Ganhou por 0,5%. Foi uma vitória fantástica!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Isso ocorreu em 2006. Felizmente, tenho mais quatro anos para aqui estar. Gostaria de dizer que V. Ex^a, em alguns momentos, utilizou-se de palavras que considere ofensivas. Não vou dizer a outras pessoas; V. Ex^a sabe que a seu colega Senador V. Ex^a, sim, pediu-me desculpas privadamente. Mas eu gostaria aqui de registrar: procedimentos dessa natureza não ajudam. Acho que V. Ex^a pode refletir sobre isso. Então, V. Ex^a tem muito tempo à frente pela vida. Está com boa saúde e vai poder refletir bem sobre os caminhos que, muitas vezes, traçamos juntos. V. Ex^a foi do Partido ao qual pertenci um dia, o MDB. V. Ex^a participou das lutas pela democratização. Em muitas ocasiões, agimos conjuntamente, e, mesmo aqui, quando V. Ex^a era do PFL e, depois, do DEM, muitas vezes agimos em cooperação, sobretudo, por exemplo, quando V. Ex^a foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores. Também o fui de 2003 para 2004. Muitas vezes – tenho memória clara sobre isso –, V. Ex^a apoiou ações que realizei no interesse maior da nossa Nação, assim como também pude cooperar com V. Ex^a naquele período e, muitas vezes, na comissão, onde ambos tivemos e temos tido muita dedicação, para não falar das outras, mas especialmente naquela, onde tivemos oportunidade de conviver. Vou lembrar aqui de um episódio: quando fui convidado para realizar uma

viagem ao Iraque, em 2008, e depois ao Timor Leste, também em 2008, a convite do Presidente José Ramos Horta, em ambas as ocasiões, V. Ex^a, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, deu-me todo o apoio, tanto é que pude ali realizar um relato detalhado sobre aquela visita. V. Ex^a foi muito respeitoso, atencioso. Houve momentos em que divergimos: em relação ao Governador Wellington Dias. V. Ex^a foi um crítico veemente das suas ações, e aqui procurei obter informações, sim. Solicitei ao seu governo, a ele próprio, à sua assessoria informações, até porque V. Ex^a aqui fazia afirmações. Solicitei informações para esclarecer; e as li. Às vezes, não pude ter toda a informação, a mais completa possível sobre o Piauí, porque, afinal, sou de São Paulo e não pude estar lá tanto quanto eu gostaria. Gosto muito do Estado do Piauí. Lá, vivi momentos ótimos, e V. Ex^a sabe das visitas que lá fiz. Espero voltar muitas vezes. Quero transmitir a V. Ex^a uma coisa pessoal: por vezes, tive uma relação muito construtiva e respeitosa com V. Ex^a, mesmo que divergindo, como é natural, e gostaria de voltar a ter, nos melhores termos possíveis. V. Ex^a, ainda há poucos dias – e vou citar: domingo passado –, teve uma atitude respeitosa e construtiva comigo. Permita-me transmiti-la aqui, para dar um exemplo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Claro!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a, no debate da Rede Bandeirantes, disse a mim: “Eduardo, sei que a Senadora eleita Marta Suplicy está considerando, como outros...” V. Ex^a mencionou que há 12 Senadores que gostariam de ter o gabinete do Senador Aloizio Mercadante. Mas, conforme o regulamento...

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – A praxe.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...previsto, a praxe... Inclusive, observei que está no Regulamento do Senado de 2006 que os Senadores de uma unidade da federação poderão chegar a um entendimento, os que deixam e os que saem. V. Ex^a, então, muito gentilmente, disse-me: “Nesse caso, havendo uma carta do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora eleita Marta Suplicy ao 1º Secretário – que é V. Ex^a –, isso poderá ser objeto de entendimento, de acordo com as normas do Senado.” Agradeço a V. Ex^a por esse gesto. Já informei a ambos. Então, acredito que, até a próxima semana, um ofício nessa direção chegará. Dou esse exemplo porque minha vontade e disposição, por mais divergências que eu possa ter em relação ao que V. Ex^a diz, seja sobre o Presidente Lula, seja sobre o agora Senador eleito Wellington Dias, que foi Governador do seu Estado, minha intenção é

de aqui ter uma relação de respeito e de construção, mesmo que, por vezes, divergindo severamente, ou assertivamente, como no caso da CPMF. Eu avaliava que seria bom darmos continuidade à CPMF, mas os Democratas e os peessedebistas preferiram que não. Perdemos. Foi por pouco que não conseguimos os 3/5 que a Constituição prevê. E, obviamente, o Presidente Lula, volta e meia, relembra aquele episódio. Ele costuma dizer: “Olha, passei uma dificuldade grande no Senado, nesses oito anos, e gostaria que a Dilma Rousseff, Presidente – porque acreditamos ela vai ganhar a eleição –, tenha margem de apoio no Senado mais confortável do que a que eu tive”. Ele costuma dizer isso. V. Ex^a sabe disso, inclusive, no Piauí, ele o disse. Eu tenho aqui, também, as reportagens de três agências diferentes, que falam do dia do Presidente Lula, hoje, no Piauí. Enfim, eu sei que já estamos ambos abusando da paciência do Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, então aqui encerro. Mas eu disse exatamente o que eu estava pensando, que não queria abusar do direito de aparte.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – O Senador Roberto Cavalcanti é, acima de tudo, um homem generoso e sabe que, depois de 28 anos de tribuna, meu tempo é curto. Então, ele não vai me cercar um minuto a mais, um minuto a menos. Não é isso, Senador Roberto?

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Eu, mais do que nunca, sou grato.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu, hoje, estou me sentindo como aquelas baleias que se perdem na corrente marítima, ali em frente a Copacabana, e que sabem que não retornam mais ao mar. Então, ficam fazendo aquele espetáculo para agradar aos banhistas, sabendo que será o último ato de suas vidas, porque dali não retornarão mais ao oceano.

De forma que eu quero que V. Ex^a me sinta na mesma situação da baleia. Deixe-me dar meus mergulhos na tribuna desta Casa até o último momento.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Eu discordo, porque há uma suposição de que aquelas baleias perderam a cabeça, perderam o rumo, e V. Ex^a jamais perderia o rumo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu perdi o rumo das urnas.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Não, não, não!

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – Eu perdi.

Mas, Senador Suplicy, uma coisa que eu não carrego na vida é ódio. V. Ex^a falou do ex-Governador Wellington Dias. Eu tenho divergências políticas com ele, profundas, pela irresponsabilidade, pela falta de

compromisso, pela maneira como induziu o piauiense a enganar, mas eu, pessoalmente, não tenho nada contra ele. Até uma vez eu disse, aqui, o seguinte: se o Senador Wellington Dias, que é um homem muito bem casado, fosse solteiro – tenho três filhas – e uma filha minha simpatizasse com ele, eu jamais faria nada contra, porque os dois, inclusive, teriam algo em comum: gostar de dormir até tarde. Agora, um governo para ele administrar, eu jamais daria, porque é um desastre!

Eu sei separar bem as coisas. Não tenho ódio. Não daria um governo, não daria uma quitanda. Aliás, ele montou uma *factory* lá no Piauí e ela quebrou. Quer dizer, não administrou uma *factory*. Imagine o PT daquela época, em 2002, que combatia o capital, em que o Deputado Nazareno defendia a renda máxima. Ele montou uma *factory*. Estava lá, descobriram-no com a boca na botija, deu uma confusão danada, mas como, no Brasil, as coisas acabam assim mesmo, não deu em nada, Senador Suplicy.

Eu quero dizer a V. Ex^a o seguinte: uma das saudades que eu vou ter deste Senado é a de V. Ex^a. Agora, eu gostava mais quando V. Ex^a fazia parte daquele cenário unísono, de uma voz única do PT, que combatia a corrupção, que combatia agressões à Constituição.

Esse Suplicy dissidente que eu vejo hoje, às vezes fica rubro de vergonha quando os colegas se envolvem no mensalão, quando os colegas se desviam do caminho que pregou durante tanto tempo e, às vezes, fica triste e cabisbaixo, muitas vezes participando de pronunciamentos emocionados. Eu vejo em V. Ex^a um dissidente, um dissidente no bom sentido. V. Ex^a é um homem que crê nas suas teses e defende as suas teses. Eu o admiro muito por esse aspecto.

Fique certo de que as nossas divergências são bem menores do que os nossos acertos e não se preocupe, porque é muito melhor a nossa posição de duas paralelas que nunca se encontram, mas que estão sempre próximas e se respeitam, do que outras circunstâncias.

Eu tenho certeza de que a V. Ex^a o Brasil pode entregar um cofre. A outros do Partido de V. Ex^a, valham-me Deus e Nossa Senhora! V. Ex^a sabe muito bem disso. Agora, V. Ex^a, não. V. Ex^a é um homem... Por isso, por isso é que não é cotado para ser candidato a vice, a Presidente, e quando quer participar de prévia não deixam. Agora mesmo, poderia ter sido um candidato de consenso ao Governo de São Paulo, mas foi vetado, porque V. Ex^a tem um outro pensamento. V. Ex^a consegue carregar dentro de si aquele ideal da construção do Partido dos Trabalhadores. Embora V. Ex^a não tenha sido um dos fundadores, foi um dos homens que mais...

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Sou fundador do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a foi fundador. Perdão, V. Ex^a foi fundador.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Dez de fevereiro de 1980, no Colégio Sion. Fui fundador do PT.

O SR. HERÁCLITO FORTES (DEM – PI) – V. Ex^a foi fundador, perdão. V. Ex^a não participava do PT naquela época em que o Lula se encontrava aqui, no gabinete, às escondidas com o Petrônio Portella. V. Ex^a é da outra fase. Desculpe-me. Eu preservo tanto a sua biografia, que vou tirar essa parte. V. Ex^a é da outra etapa do PT, aquela que o PT construiu – V. Ex^a, o Airton Soares, aqueles que foram expulsos porque votaram a favor da eleição do Tancredo, contra a ditadura, daquele período. Quero retificar. Eu tenho pavor de macular a biografia das pessoas, mas tenho certeza de que, democrata como V. Ex^a é, em qualquer situação em que eu esteja, terei sempre na sua pessoa um canal aberto ao diálogo. As nossas divergências, a pressão do nosso debate, aqui, começaram quando me senti injustiçado, porque injustiçado era o meu Estado, saindo de V. Ex^a, uma pessoa acreditada, representante de São Paulo, informações não verdadeiras sobre o meu querido Piauí, quando V. Ex^a, de boa fé, acreditou nas informações inverdadeiras que me lhe foram repassadas pelo Governador Wellington Dias.

Agora, imagine, Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a num avião com pouco combustível, tendo de descer no aeroporto de São Raimundo Nonato. O Brasil não aguentaria a sua perda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Como orador inscrito, por permuta com o Senador Papaléo Paes, falará o Senador Geraldo Mesquita, do PMDB do Acre.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, Sr^a Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores, aqui, informalmente, quero revelar que eu já estava sentindo falta da proverbial fala do Senador Heráclito, algo que deixará saudade neste Senado.

Sr. Presidente, nada como um segundo turno numa eleição para Presidente da República, num País tão grande como o nosso! E há muita gente se comprometendo para, já na próxima Legislatura, operar uma reforma que as pessoas – creio que equivocadamente – chamam de reforma política. Prefiro chamá-la de reforma eleitoral, porque se trata de estabelecer ou modificar regras do procedimento eleitoral. Quem sabe não seria saudável se estabelecêssemos a obrigatorie-

dade da realização de um segundo turno em qualquer circunstância, desde que ressalvada a possibilidade de, no primeiro turno, só existirem dois candidatos?

A coisa muda da água para o vinho. No primeiro turno, acompanhamos a candidata oficial do Governo a despejar ufanismo, numa campanha em que o *marketing* tentou mostrar para a população brasileira outro Brasil. E olhe que mudança impressionante! Algo que me espanta, Senador Alvaro Dias, nesse segundo turno, é que algo mudou, porque do ufanismo passamos a uma virulência jamais vista, neste País, numa campanha eleitoral. Eu me espantei. Acho que muita gente, no Brasil, também anda espantada. Por que tanta virulência?

Por vezes – tenho me dado ao trabalho de assistir a programas eleitorais, ao chamado horário eleitoral –, fico estarecido: é muito ódio, é muito rancor. Se a gente perceber bem, olhando com muita atenção, às vezes dá para enxergar a baba escorrendo pelo canto da boca. Primeiro, penso que isso é falta de respeito com o povo brasileiro, que não merece a introdução, no horário político eleitoral, de uma virulência com essa carga mortal, com essa intensidade tão grande. A propaganda eleitoral serve para a discussão de ideias e de projetos, para engrandecermos o nosso País, não para ofensas e baixarias, como temos observado nos últimos dias no horário eleitoral. Pretender ganhar uma eleição com mentiras e ofensas equivale, Senador Roberto, a tentar fazer o povo brasileiro de bobo. E o povo brasileiro não é bobo, já mostrou por diversas vezes isso.

Mentira tem perna curta, Senador Roberto. Vou dar um exemplo que vem da minha terra, o Acre. O Deputado Henrique Afonso, evangélico, foi eleito, por duas vezes, Deputado Federal pelo PT do meu Estado. Pouco tempo atrás, assumiu posições firmes, lutando com unhas e dentes, na sociedade e na Câmara Federal, contra qualquer proposição legislativa que abrigasse a possibilidade da descriminalização do aborto. Vou repetir: o Deputado Henrique Afonso, do meu Estado, duas vezes eleito Deputado Federal pelo PT, posicionou-se contra o aborto claramente, abertamente, defendendo essa sua posição com unhas e dentes. E a defende até hoje, com convicção. E, por conta disso, o PT instaurou um processo de expulsão do Deputado Henrique Afonso. O Deputado Henrique Afonso, hoje, não é mais do PT por conta disso. Foi eleito nas últimas eleições, mais uma vez como Deputado Federal, porém, pelo PV. Por quê? Porque defendia, com convicção, algo que faz parte do programa do PT. Por que negar isso, gente? Por que mentir sobre um fato desse no programa eleitoral, Senador Roberto? É um item programático do PT, da cartilha do PT. E o

Deputado Henrique Afonso foi expulso por causa disso. Olhe que ele não foi o único no País. Tenho notícia de outros Parlamentares...

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Geraldo Mesquita, permita-me um aparte?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Concedo-lhe o aparte, Senadora Fátima.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Geraldo Mesquita, eu não gostaria de entrar nessa discussão, nem de fazer debate, porque já acho um absurdo o que está acontecendo nessa campanha eleitoral.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Também acho.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Foge-se de debater projetos e o que se vai fazer com o País, para debater questões que nem dizem respeito sequer ao Executivo, mas, sim, ao Legislativo. Concordo com V. Exª: é questão do Legislativo. Apenas quero fazer um esclarecimento sobre a situação que V. Exª aponta em relação ao Deputado Henrique Afonso. Participei diretamente dessa situação dentro do PT. Primeiro, quero esclarecer o seguinte: no programa de governo do PT, não há, em momento algum, a questão do aborto. O PT discute essa questão, as mulheres do PT fazem essa discussão há muito tempo. E tiro dessa responsabilidade nossa candidata à Presidência, Dilma Rousseff, porque sua filiação, eu diria, é muito recente no Partido dos Trabalhadores – a filiação dela é de muito pouco tempo, é de antes de assumirmos a Presidência da República –, e essa discussão, no PT, já vem de longa data. É reafirmado, sim, no seu congresso, que essa questão é de saúde pública, de atendimento às mulheres vítimas de aborto. É isso que defendemos no programa de governo do PT. Não é programa de governo para o Governo da República, porque nossa sociedade ainda é muito hipócrita e ainda está muito distante, na realidade, de defender os direitos das mulheres, principalmente o direito à saúde, com atendimento especializado e diferenciado à saúde da mulher. Isto é o que o programa do Partido dos Trabalhadores defende: saúde pública, com atendimento especializado para as mulheres. Nesse programa, está o item referente ao das mulheres vítimas de aborto, que, pela nossa legislação, devem morrer. Quando falamos que defendemos a vida, temos de saber qual é a vida que temos de selecionar. A maior parte das mulheres que fazem o aborto neste País é composta de jovens com idade entre 14 anos e 24 anos, infelizmente. Senador, o que acho que está em jogo mesmo é o financiamento dessa discussão por grandes clínicas de aborto neste País, porque é só quem vejo lucrar com essa discussão estéril que se faz nes-

sa campanha eleitoral. Quanto ao caso do Deputado Henrique Afonso, sua saída do Partido dos Trabalhadores se deu pela forma como ele fez essa discussão publicamente, inclusive de forma desrespeitosa com seus companheiros de Partido no Parlamento. Foi isso o que ocorreu. Sua saída do Partido não se deu pelo fato de ele ter uma divergência quanto ao que está no programa do Partido. Segundo, ele não foi expulso; ele saiu antes. A gente quer esclarecer: ele não foi expulso; ele teve oportunidade de defesa.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Senadora Fátima, o processo de expulsão foi instaurado. Ele saiu em razão do processo de expulsão.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Desse processo, participei diretamente. E o senhor sabe o quanto eu, aqui, encarei as discussões, inclusive, com o Deputado Henrique Afonso. Foram discussões que posso considerar danosas, inclusive para nossas relações partidárias. Ele saiu antes de ser expulso, infelizmente.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Exatamente. Ele saiu do Partido antes de ser expulso. Ele seria expulso por ter as posições dele, que ele defendia.

A Srª Fátima Cleide (Bloco/PT – RO) – Senador Geraldo, é que, no mínimo, deve haver uma coerência de programa para que se possa permanecer no Partido. Do contrário, não é um Partido, é uma anarquia.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Eu trouxe o assunto à baila apenas para pontuar a questão da mistificação – desculpe-me a sinceridade – do fato de a sua candidata tentar desvencilhar-se de um assunto que ela teria de tratar com muita sinceridade no programa eleitoral e na campanha política. Não vejo por que, em uma hora, tem de assumir uma posição e, noutra hora, mistificar aquela posição, tentando induzir o povo brasileiro a considerar que o que acredita hoje, ou pelo menos o que diz acreditar hoje, é o que sempre defendia e aquilo em que sempre acreditou. Trouxe esse assunto apenas para exemplificar o que está acontecendo na campanha eleitoral. Na campanha eleitoral, introduziu-se a mistificação, a mentira deslavada mesmo em nosso País. Mentir, ofender pode significar também medo de perder o poder, inclusive o poder de corromper.

Uma das coisas mais imorais no atual Governo que observo é o modo petista de privatizar. Outra questão que ora se tenta introduzir no debate eleitoral e ora se tenta tirar desse debate é a questão da privatização. O modo petista de privatizar é que me chama atenção: a privatização é feita entre amigos, compadres e apaniguados nas agências, nas empresas públicas, na máquina pública, em detrimento, inclusive,

do grande número de servidores públicos qualificados que poderiam estar nos cargos de direção neste País, nas empresas públicas, nas agências.

Esse aparelhamento do Estado exacerbado me faz lembrar aqui de Waldomiro Diniz, de Delúbio Soares e do próprio Ministro José Dirceu, por quem eu tinha uma curiosidade muito grande – cheguei até a ter admiração por ele. Mas ele me surpreendeu no momento em que se envolveu com essa prática, com essa política tão desastrosa, que levou aos mensalões. Isso me lembra a Erenice, os mensalões e tantas e tantas outras práticas ilícitas deste Governo!

Outra coisa que me assusta muito – salve o segundo turno, porque nele é que surgiu essa discussão, Senador Álvaro! – é o anúncio de que, se eleita, a candidata oficial do Governo contará com esmagadora maioria na Câmara e no Senado. Para mim, os Parlamentares são eleitos para defender os interesses, em primeiro lugar, sobretudo, do povo brasileiro. Se as medidas propostas pelo Governo vão ao encontro do que o povo pede e quer, tudo bem; se não, creio que é hora de os Parlamentares se afinarem com a população brasileira e atuarem com independência.

Pela fala da candidata oficial, o povo brasileiro parece que elegeu um teatro de fantoches, não um Congresso Nacional. Lembro que foi graças a Parlamentares independentes nesta Casa, principalmente, que a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) foi derrotada. Assumo isso com responsabilidade. O povo brasileiro, na sua esmagadora maioria, pedia que o Congresso Nacional rejeitasse a prorrogação da CPMF. Fui um dos que votaram contra essa prorrogação. Um Congresso obediente, nos moldes em que está sendo propalado, teria aprovado a permanência da CPMF, para desgosto do povo brasileiro, inclusive.

A ideia que a propaganda eleitoral do PT passa a todos nós é a de que o Brasil surgiu em 2002 e de que, sem o PT no poder, entraremos num *tsunami* de caos. Isso é sinistro! Isso é algo que o povo brasileiro não precisa ficar ouvindo, é algo que leva a nada. É algo fundado em quê? E logo o PT, que tanto pregou, ao longo dos tempos, a alternância no poder como base do processo democrático, é que faz isso. É esse mesmo Partido que hoje assombra a população, pregando o caos político e administrativo caso não continue no poder. Quem diria! Quem diria! Isso beira a desonestidade. E olha que o processo eleitoral não purifica os desonestos, não. Desonesto agora, desonesto depois. A população tem de ficar atenta a um fato como esse.

Eu já disse, de outra feita, que todo governo tem dado sua contribuição ao País. Lembro aqui da pla-

taforma do Plano Real e da estabilização econômica no País, que foram obras do Governo que antecederam o atual Presidente. Foi graças a essa plataforma que tivemos a possibilidade de avançar em novas conquistas. As coisas são assim, elas vêm em cadeia, elas não surgem da noite para o dia. Na política, não existem messias, não se tira coelho da cartola. Os avanços são frutos de ações e de medidas anteriores. É isso que a população brasileira precisa compreender. É preciso refletir muito sobre isso.

Outra coisa que beira a desonestidade é comparar situações e resultados de épocas diferentes em termos absolutos, como se isso fosse possível. Diz-se: “No ano de 1998, fez-se isso; em 2007, fez-se aquilo”. Ora, há uma distância temporal muito grande. Num período como esse, muita coisa acontece no País, as transformações ocorrem. É, de certa forma, desonesto a gente tentar fazer esse tipo de comparação, de forma absoluta.

Por último, eu queria lembrar o que eu já disse dias atrás: o povo brasileiro é o grande protagonista das transformações que ocorrem neste grande País. E, como protagonista que é, o povo brasileiro tem o dever de entender o que está por trás da marquetagem eleitoral. Quanto mais marquetagem, truques e efeitos na propaganda eleitoral, mais devemos desconfiar do milagre prometido. É muita marquetagem, é muito truque, é muita mágica! Às vezes, fico esperando que o coelho saia da cartola. E isso não ocorre dessa forma.

Iniciei minha fala hoje dizendo que é salutar, é saudável a realização de um segundo turno em qualquer circunstância, porque ele afunila o processo eleitoral, coloca os principais contendores frente a frente. Mas a discussão precisa ser honesta, a discussão precisa ser de propósitos, de ideias, de projetos para este grande País. Não se pode usar o velho artifício de apavorar o povo brasileiro: “Olha, se esse pessoal chegar ao poder, acabou-se o Brasil”. Isso não existe. Isso não existe, e é o que está acontecendo, é a isso que a gente assiste no horário eleitoral, lastimavelmente.

Repito: o povo brasileiro não merece isso. Isso é uma grosseria, uma falta de respeito com o povo brasileiro, que está atento, aguardando que proposições possam levá-lo para cá ou para lá, para que ele possa se posicionar definitivamente e ter certeza absoluta, convicção na hora de dar seu voto. O povo brasileiro tem discernimento, sabe o que está acontecendo. Esse já é um filme passado no País. Já vimos introduzirem o medo, o pavor nas pessoas, pintarem o adversário quase de bandido, de traidor da Pátria. Pelo que a gente observa, isso não está pegando, porque o povo brasileiro não é chegado a esse tipo de baixaria.

Torço para que, ao final desse processo eleitoral, o povo esteja consciente do que representará seu voto, porque é o voto que dirá exatamente como as coisas devem acontecer no nosso País nos próximos quatro anos ou no futuro imediato. Seria muito triste se não nos livrássemos de coisas que pesam sobre todos nós como um carma e se não nos voltássemos para as mil possibilidades que existem pela frente, para realizarmos ainda muitas coisas neste País, tão bonito e tão querido!

Portanto, era isso o que tinha a dizer hoje, Senador Roberto. E torço para que os programas eleitorais, de fato, consigam mostrar à população brasileira propostas e ideias concretas, a fim de que possamos, ao dar nosso voto, definir o melhor caminho para este Brasil.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Geraldo Mesquita Júnior, o Sr. Roberto Cavalcanti deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/ PT – SP) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Tem a palavra agora o Senador Roberto Cavalcanti, do PRB da Paraíba, pelo tempo regimental.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente, o cumprimento da ordem de inscrição.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, manchete do jornal *Correio Braziliense* de domingo, 10 de outubro, resumia com singeleza o pensamento dominante na imprensa escrita, falada e televisiva: “Crise do dólar mudará discurso de candidatos”.

Até hoje, os candidatos Dilma Rousseff e José Serra evitaram uma abordagem mais profunda das propostas que, em última análise, serviriam para oferecer aos eleitores as diferenças decorrentes da escolha de um ou outro.

É lamentável que o aborto tenha se descolado da relevante questão da saúde pública – demanda prioritária no Brasil – para configurar, principalmente na Internet, uma guerra desprovida de sentido que desserve aos eleitores e ao País.

Nessa guerra, perdemos todos, ao deixar passar a possibilidade - que só se repete a cada quatro anos - de, com a força da democracia, redesenharmos o País que sonhamos construir como um legado para as gerações futuras.

O que se tem assistido – e eu alertei quanto ao risco embutido nessa estratégia – é ao acirramento das campanhas. Alimentados por boatos divulgados na

imprensa e na Internet, eleitores de ambos os lados se comportam como torcedores fanáticos em um jogo de futebol, esquecidos de que o que está em disputa é o nosso destino, o destino dos nossos filhos, de nossas famílias, de nossos vizinhos, de nossos amigos, de nossos bairros, de nossas cidades e de nossos Estados, nos próximos quatro ou mais anos.

Com o empobrecimento dos debates, temas fundamentais para o futuro do País são empurrados para baixo do tapete, como se questões de segurança pública, saúde, educação, emprego e renda já tivessem sido completa e satisfatoriamente superadas, como se vivêssemos na Suíça ou na Dinamarca.

Conhecer o que cada candidato pensa e o que pretende fazer sobre cada um desses temas fundamentais é essencial para a decisão pessoal e intransferível do voto de cada um.

Apoiar a escolha no conhecimento detalhado de suas propostas configura um direito básico, elementar e insubstituível do eleitorado brasileiro. Direito esse ameaçado de não ser exercido pelo turbilhão de equívocos que deslocou o foco das questões essenciais para um assunto que tem sido manipulado pelas forças midiáticas, em detrimento do voto consciente.

Mas a vida segue seu curso, e a guerra cambial levada a cabo no planeta - assunto em destaque nos jornais nos últimos dias, pelas consequências ameaçadoras para os produtos exportados pelo Brasil - forçará a recolocação desses temas vitais no centro do debate.

O derretimento do dólar já mobiliza lideranças globais e, pelas suas implicações no bolso do cidadão comum, independentemente do país em que ele habita, mas especialmente para os moradores de países exportadores como o Brasil, abrirá caminho para a retomada desses temas fundamentais.

A supervalorização do real frente à moeda norte-americana poderá pôr em risco a indústria nacional e os empregos arduamente conquistados nos últimos oito anos de crescimento sustentado do Governo Lula.

Construir, desconstruir; vida ou morte. Eu me ative ao episódio fantástico ocorrido nos últimos dias no Chile, referente ao resgate daqueles 33 mineiros que lá estavam, a 700 metros de profundidade. E refletia no sentido das dificuldades, quanto de investimentos foram realizados para que se retirassem aqueles mineiros com vida, que esforços internacionais, que tecnologia foi ali aplicada. Talvez possamos dizer: "simplesmente para resgatar 33 vidas". Porém, 33 vidas é muito. Na verdade, o que se vê nos dias atuais é a não consciência da importância da vida, é a não consciência da manutenção das empresas.

Construir uma empresa é por demais oneroso, custoso, demorado. Destruir uma empresa é rápido. O mal é rápido, o bem é lento. Construir uma reputação é um trabalho insano, de anos e anos. Destruir uma reputação é um *flash*, é um momento, é uma nota na Internet. Nós, brasileiros, temos que atentar para isso.

Essa campanha eleitoral está ganhando um grau de acirramento que destrói o Brasil. São boatos sobre a Petrobras, são boatos sobre a Embraer, são questionamentos que se fazem aqui no tocante à perda da credibilidade e da pujança que o País ocupa.

Então, peço a V. Ex^{as} e às senhoras cidadãs e aos senhores cidadãos que nos escutam que reflitam sobre o valor que o Chile deu ao resgate daqueles 33 mineiros e à importância da vida.

Recentemente, dias atrás, durante esses setenta dias em que aqueles mineiros lá se encontravam, li nos canais de informação que houve um acidente em determinado país no qual uma composição ferroviária impactou um ônibus, e lá morreram mais de 33 pessoas. Então, é muito fácil destruir, e é muito difícil construir.

O fato, Sr. Presidente, é que o dólar tem dado sinais visíveis de fraqueza, e o mundo está preocupado com isso. Cogita-se mesmo que ele esteja morrendo e que precisa, portanto, ser substituído na função de moeda global. Talvez, por isso, seja cada vez mais necessário pensarmos alternativas para a substituição do dólar como moeda internacional.

Algumas ideias têm surgido nesse sentido.

O Presidente do Banco do Povo da China, Zhou Xiaochuan, por exemplo, defende substituir o dólar pelos Direitos Especiais de Saque (DES), do Fundo Monetário Internacional (FMI), uma vez que a moeda de reserva dominante traria maior estabilidade à economia global.

A mesma tese também é defendida por Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia.

Outra ideia surge a partir de um relatório do *Deutsche Bank*, mostrando que um grupo de doze bancos centrais asiáticos começa a adotar políticas monetárias precursoras de uma futura união monetária.

A Ásia conta com um número crescente de acordos comerciais, numa integração parecida com a da Europa em 1992.

Existe um plano - semelhante ao da criação do euro - para uma unidade monetária asiática, precedida pela convergência das taxas de juros nacionais. De acordo com esse relatório, doze moedas - incluindo-se a chinesa, a coreana, a indiana e a australiana - mostram movimentos similares aos das moedas europeias antes da criação do euro em 1999.

A nova moeda asiática poderia competir com o euro, para se tornar o novo padrão monetário internacional.

O Brasil, por sua vez, tem defendido, em alguns foros internacionais, que, gradualmente, passemos a usar moedas nacionais em operações de comércio exterior com os países do Bric – aliás, abordei esse assunto recentemente.

A primeira tentativa nesse sentido pode acontecer com a Rússia.

O tema foi objeto da VI Reunião da Comissão Intergovernamental Brasil-Rússia de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica, realizada nos dias 7 e 8 do corrente, em Brasília.

De acordo com o Embaixador do Brasil em Moscou, Carlos Paranhos, a matéria será encaminhada numa negociação entre os bancos centrais dos dois países, numa reunião ainda em outubro, no Rio de Janeiro.

Para o Governo brasileiro, a medida poderia ter impacto positivo para as nossas exportações, já que o uso de moedas nacionais poderia dar mais confiança ao setor privado e eliminaria a dependência de ambos os países da moeda norte-americana, trazendo mais estabilidade aos valores das moedas dos dois países no comércio multilateral.

A adoção de moedas nacionais, dos Direitos Especiais de Saque - que citei há poucos minutos -, ou mesmo de uma futura moeda asiática como novo referencial para o comércio internacional são algumas das possibilidades que estão sendo discutidas atualmente e que merecem ser debatidas com maior profundidade também aqui, no Senado Federal.

Não é possível, Sr^{as} e Srs. Senadores, que continuemos a conviver, de forma até certo ponto irresponsável e leviana, com a instabilidade monetária atrelada ao dólar, sem discutirmos alternativas viáveis e factíveis!

É fato que a desvalorização da moeda americana vem afetando o rendimento das reservas internacionais e, pior que isso, o resultado das exportações. Isso afeta particularmente países que têm grandes reservas em dólar e são exportadores, como, por exemplo, Brasil e China.

Estima-se que os governos de todo o mundo tenham US\$7 trilhões em reservas e que os ativos negociados pelos mercados cheguem a US\$90 trilhões, segundo o economista Edwin Truman, do Instituto Peterson de Economia Internacional, citado pela BBC Brasil.

É importante destacar, Sr. Presidente, que, em conjunto, os países do Bric têm reservas internacionais calculadas em US\$2,8 trilhões, embora não divulguem a

composição dessas reservas. Estima-se que, no caso da China, a participação dos ativos em dólares chegue a 70% de suas reservas. Essa terá sido, provavelmente, uma das razões pelas quais aquele país fora o autor da proposta de se discutir uma alternativa à moeda americana na primeira reunião do Bric, realizada em junho do ano passado. Em decorrência do que nela se acordou é que vêm sendo desenvolvidos estudos para uma eventual substituição do dólar no comércio entre o Bric, como foi confirmado pelo Embaixador Paranhos, no que se refere às relações Brasil-Rússia.

A substituição do dólar nas transações bilaterais, aliás, já está sendo utilizada nas relações comerciais do Brasil com a Argentina desde outubro de 2008. O sistema adotado permite a liquidação de operações em pesos ou em reais, dependendo dos interesses dos participantes das transações comerciais. Contudo, até a metade de 2009, esse sistema movimentava apenas 3% de todo o comércio entre Brasil e Argentina, segundo o Banco Central do Brasil, o que evidencia, ainda, a preferência pela utilização do dólar.

Nos últimos dias, a guerra cambial colocou os presidencialistas em uma encruzilhada. Segundo os analistas, a se confirmar a necessidade de o Banco Central subir juros até o segundo semestre de 2011 para conter a inflação, a enxurrada de dólares só aumentará, valorizando mais o real e tirando a competitividade das exportações brasileiras, o que significa grave ameaça aos empregos internos.

No início do mês, o Presidente Lula baixou várias medidas para conter a excessiva valorização do real, como a duplicação - de 2% para 4% - do IOF incidente sobre a entrada de dólares; medida logo copiada pela Ásia e que, felizmente, começa a produzir resultados.

Contudo, Sr. Presidente, é nesse quadro que alguns chamam de “a hora da verdade” que o conhecimento das propostas de governo de cada cidadão assume uma conotação dramática.

É nesse momento que também se faz necessário que possamos conhecer a proposta de cada candidato a respeito do tema.

Não podemos nos esquecer de que o próximo Presidente da República dependerá visceralmente do Congresso Nacional, e não é verdade que “por mais que se diga que os candidatos leram livros semelhantes, seus partidos leram livros muito diferentes”, conforme afirmou conhecido economista ao caderno de economia do *Correio Braziliense*.

Ruídos causados por temas que envolvem aborto, união estável entre pessoas do mesmo sexo e controle da mídia reduzem os espaços para que os candidatos aprofundem e expliquem suas iniciativas de governo

e devem ser repelidos em benefício da temática macroeconômica e social.

O assunto do momento no mundo – a guerra cambial, que não pode se tornar uma guerra comercial – pode representar o fio condutor que alçará os temas até então intocados, os tabus como reforma política, tributária, trabalhista, previdenciária, gestão pública e outros, ao lugar privilegiado que já deveriam estar ocupando: o centro do palco dos debates.

É o que esperamos dos candidatos. É o que o Brasil exige dos seus governantes.

Menos que isso, só serve a interesses escusos!

Era isso, Sr. Presidente. É o apelo que faço, para que possamos mudar o foco do debate entre os presidenciais; para que possamos deixar de lado temas que visam tão somente a polemizar, para arrancar das populações suas definições. Na verdade, não assistimos, ainda, entre a candidata Dilma Rousseff e o ex-Governador José Serra, nos diversos canais de televisão e de rádio e em outras organizações, ao debate de temas importantíssimos, como o momento cambial em que vive o Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço a tolerância do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti. V. Ex^a aborda um tema muito relevante, que deve ser objeto de reflexão e provavelmente dos debates entre os candidatos Dilma Rousseff e José Serra, a política cambial, ainda mais diante dos sinais de que tem havido uma valorização significativa do real em relação ao dólar, com efeitos sobre a nossa balança de pagamentos.

Agora, tem a palavra a Senadora Fátima Cleide, do PT de Rondônia, por permuta com o Senador Augusto Botelho.

A SR^a FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, desta tribuna, em primeiro lugar, agradecer – uma vez que é a primeira vez que, pós o primeiro turno, falo desta tribuna – os 225.300 votos que recebi na disputa à reeleição para uma cadeira neste Senado Federal.

Não fui eleita, mas me sinto vitoriosa, Sr. Presidente, porque enfrentei uma campanha em que tudo que está acontecendo no nível nacional aconteceu no meu Estado, e – como já era de se esperar – com muito mais intensidade, uma vez que eu sou a Relatora do PLC nº 122, do qual tanta coisa equivocada se fala neste País.

Mas, não vim aqui, hoje à tarde, para falar do PLC nº 122. Quero dizer que, apesar de toda a cam-

panha difamatória que sofri no meu Estado, houve o enfrentamento que fiz ao poder econômico e ao poder político. Ao poder econômico em especial, Sr. Presidente, porque hoje a compra de votos está até legalizada: quem tem muito dinheiro pode contratar pessoas para trabalhar na campanha. Esse contrato não é fiscalizado por ninguém. As pessoas recebem e ficam em casa. No dia da eleição, vão lá, votam, ou distribuem o dinheiro que receberam.

Infelizmente, nós aprovamos. Aqui, como legisladores, deixamos passar. Espero que o próximo Congresso Nacional possa ter um olhar mais claro sobre essa questão, porque, na realidade, legalizamos agora a compra de votos. Pelo menos, foi o que vi acontecer no meu Estado. Quem tem muito dinheiro contrata 200 mil pessoas para trabalhar. E fica por isso mesmo. Está legalizado, a lei diz que pode contratar. Nós, ao aprovarmos essa questão, pensávamos na proteção ao trabalho, com o contrato de trabalho e tudo o mais. Mas não é bem assim que as coisas acontecem na realidade, no dia a dia, principalmente na periferia deste País.

Disputei, Sr. Presidente, com dois ex-Governadores. Além do poder econômico, há o poder político. Disputei com pessoas que precisavam ter um mandato para poder não ter a Justiça nos seus pés. Por isso, sinto-me vencedora, porque cada um desses votos que recebi foi qualificado, de pessoas que realmente têm opinião no meu Estado. Isso representa 25% do nosso eleitorado. De forma que estou bastante feliz. Fiz a campanha, não fugi ao debate. Inclusive, vim a este plenário para fazer o debate franco e honesto acerca das questões colocadas, da forma como aqui se referiu o Senador Roberto Cavalcanti. Também considero que os temas que estão pautando a campanha eleitoral, nesta eleição de 2010, eles simplesmente estão existindo em função de uma tendência da oposição de não querer discutir o projeto de desenvolvimento para este País, de fato.

Então, Sr. Presidente, quero aqui, além de agradecer, parabenizar também os eleitos de nossa coligação. Parabenizar o Deputado Mauro Nazif, que conseguiu sua reeleição para a Câmara Federal; o Padre Tom, nosso candidato, do Partido dos Trabalhadores, eleito Deputado Federal; os nossos três Deputados Estaduais do PT, o Hermínio, a Epifânia, o Deputado Ribamar, e o Deputado Jesualdo, do PSB, que foram conduzidos à Assembleia Legislativa. Quero também agradecer a toda a minha assessoria, aos meus amigos, aos aliados, aos prefeitos que me apoiaram, em nome do meu Prefeito, da minha capital, Roberto Sobrinho, do Partido dos Trabalhadores, e do Prefeito Laerte Go-

mes, que é Presidente da Associação Rondoniense dos Municípios.

Quero também dizer que o Partido dos Trabalhadores teve um candidato ao Governo do Estado de Rondônia, nosso companheiro Eduardo Valverde, que ficou em terceiro lugar na disputa. E, a partir da definição das eleições, o PT se reuniu em meu Estado e o Diretório Estadual optou por, neste segundo turno, defender a candidatura de Confúcio Moura, que é candidato do PMDB ao Governo do Estado de Rondônia.

Portanto, Sr. Presidente, neste segundo turno, em Rondônia, nós vamos de 13, para a Presidente Dilma, e vamos de 15, com Confúcio Moura, para alternar o poder no Estado de Rondônia e romper de vez com o ciclo de governos truculentos que nós temos no Estado, de péssimas administrações. Eu confio que o Dr. Confúcio fará um governo muito bom, porque, inclusive, na nossa discussão, ele, inicialmente, já aceitou diversos pontos do nosso programa de governo, que foram incluídos imediatamente no seu plano, como as questões relativas à educação, à saúde, à segurança e também à economia do Estado, em que propomos que seja dado fim a uma cobrança antecipada de imposto que existe na fronteira do Estado de Rondônia com Mato Grosso, na cidade de Vilhena.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esta semana é marcada por duas datas que para mim são muito caras: o Dia da Criança, dia 12 próximo passado, e o Dia do Professor, que acontecerá no dia de amanhã. Venho a esta tribuna, neste ambiente de disputa eleitoral, lembrar essas datas.

O dia 12 de outubro é um dia de júbilo, mas também de reflexão sobre as políticas públicas que nós estamos construindo, e devemos continuar avançando, para as nossas crianças, pois a elas está destinado o futuro, que será mais ou menos promissor conforme forem as nossas ações no presente. E esse futuro promissor, Sr. Presidente, está intimamente ligado à educação e às condições que forem oferecidas aos seus profissionais. É a esse tema que quero me referir nesta tarde.

Amanhã é dia 15 de outubro, Dia do Professor, dia que lembra a primeira lei do magistério no Brasil, em 1827. É também um dia para reafirmarmos nossos compromissos com os profissionais da educação brasileira, garantindo um salário digno, plano de carreira e condições dignas para o exercício do magistério.

Nosso País vive de fato um momento especial, um processo eleitoral marcado por críticas pessoais, calúnias, difamações, quase sempre escondido pelo anonimato, nas redes sociais e nos correios eletrônicos. A prática da boataria eleitoral, no passado utilizada no boca a boca, hoje se disseminou em situações que

podem ser cristalizadas em textos da rede mundial de computadores, cujos autores poderão ser facilmente descobertos e denunciados aos tribunais, que os responsabilizarão por seus atos irresponsáveis. Assim espero, Sr. Presidente.

Em que se baseiam esses boatos e essas difamações? Ora, baseiam-se num processo crescente de demonização do Partido dos Trabalhadores. Hoje mesmo já vimos aqui um desfile de afirmações e reafirmações por nós conhecidas há trinta anos, Senador Suplicy. Buscam elas incutir na opinião de milhões de brasileiros e brasileiras o preconceito e a discriminação, e, por aí, construir políticas de segregação e de ódio.

Eu, Sr. Presidente, sou filiada ao Partido dos Trabalhadores, e me orgulho de ser. Entre as qualidades que mais admiro no meu partido estão a diversidade de opinião de nossos militantes e, sobretudo, a unidade de ação em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Mentira após mentira, calúnia após calúnia, os ataques buscam, sempre, tirar do foco das eleições as comparações entre governos e entre propostas para o próximo governo. Voltam-se, antes, para questionamentos sobre a honra e sobre posições pessoais em relação a assuntos polêmicos.

Sr. Presidente, ao assistir ao debate eleitoral, vejo um total desrespeito da oposição ao Congresso Nacional. Ela trata de deliberações que devem ser construídas e legisladas nesta Casa como se fossem decisões monocráticas do chefe do Poder Executivo.

Vivemos, embora na plenitude de nossa democracia, um processo deseducativo, causa e efeito de um vale-tudo pelo poder.

Se fosse interesse da oposição debater politicamente os projetos para o país, deveria elevar o nível do debate e informar a população sobre o que pretende fazer se chegar novamente ao governo.

Do pouco debate político que efetivamente está acontecendo nestas eleições, consolidou-se como tema de emergência nacional o da educação brasileira. Debate, aliás, que tem sido realizado à exaustão nesta Casa, mais ainda agora, quando começam a frutificar as medidas do governo do Presidente Lula em todos os níveis da educação nacional.

Fico feliz em ver o candidato da oposição falando que vai construir escolas técnicas, ainda que, nos governos anteriores, quando tiveram oportunidade de fazer isso, o que fizeram foi – ao contrário – inviabilizar o investimento de recursos públicos no ensino tecnológico.

Tendo recebido um Estado sucateado por uma política que considerava, e ainda considera, o investimento público como gasto e priorizava o investimento

privado – concepção ainda reinante nas políticas da oposição –, o governo do Presidente Lula precisou reconstruir passo a passo a educação brasileira, elaborando, aprimorando e reafirmando consensos entre os movimentos sociais da educação, gestores e governos de toda a Federação, de Municípios e dos Estados.

Com isso, lançou-se em 2007 o PDE, o Plano de Desenvolvimento da Educação, chamado também de PAC da Educação, que implantou definitivamente uma visão sistêmica e integradora da educação nacional. Conforme afirma o próprio PDE: “A relação recíproca entre educação e desenvolvimento só se fixa quando as ações do Estado são alinhadas e os nexos entre elas são fortalecidos, potencializando seus efeitos mútuos. Desse movimento de busca de sintonia das políticas públicas entre si depende a potencialidade dos planos setoriais, inclusive o educacional, que passam, nesses termos, à condição de exigência do desenvolvimento econômico e social, garantindo-se que o todo seja maior que a soma das partes”.

Como vemos, Sr. Presidente, a educação foi elevada pelo governo do Presidente Lula à condição de exigência para o desenvolvimento econômico e social. E o consenso construído em torno da educação envolveu diferentes setores sociais, dos trabalhadores aos empresários, dos professores aos alunos, das escolas privadas às escolas públicas, em todas as regiões, propondo, acompanhando e avaliando a consistência das políticas públicas voltadas para a educação, como o ProUni, a Universidade Aberta, o Fundeb, o Piso Salarial Nacional do Magistério, o Ideb, o Reuni, os Ifet, entre tantas outras iniciativas do Governo Federal. Uma mudança de política em tais dimensões, conquistada por nosso País nos últimos anos, precisa ser consolidada pelo Estado nacional. Eis uma tarefa urgente para o Parlamento.

Quero destacar, Sr. Presidente, em primeiro lugar, o PLC nº 280 de 2009, cujo substitutivo no Senado Federal, de minha autoria, já retornou à Câmara dos Deputados como PL nº 5.395 de 2009, estando com o Relator, Deputado Iran Barbosa, na Comissão de Educação daquela Casa. A aprovação dessa lei deverá consolidar as políticas de formação dos profissionais de educação em todo o País, um passo fundamental para uma educação de qualidade.

Em segundo lugar, temos que nos referir ao Piso Salarial Nacional do Magistério da Educação Básica, uma conquista de muita luta e negociação incansável dos profissionais da educação básica de todo o Brasil. O Piso Salarial Nacional teve sua aplicação, Sr. Presidente, obstruída pelo Supremo Tribunal Federal, que, a pedido de governadores de cinco Estados – a maioria, curiosamente, da oposição –, criou uma grande confu-

são ao cortar o projeto ao meio, transformando o que deveria ser piso em salário mínimo profissional.

Para tentar resolver esse imbróglio, construído por tais “amigos da educação”, o Governo Federal apresentou na Câmara dos Deputados o PL nº 3.776 de 2008, que foi relatado nesta Casa pelo Senador Cristovam Buarque. Quero apelar à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados para que dê celeridade ao encaminhamento do referido projeto de lei, que está aguardando designação de relator.

Sr. Presidente, todas essas políticas para a educação brasileira devem estabelecer um novo patamar de metas e estratégias na busca da universalização com qualidade. Essas metas e as respectivas estratégias para atingi-las deverão estar previstas no próximo plano decenal para a educação brasileira, o novo Plano Nacional de Educação.

O atual PNE termina sua vigência no fim do ano em curso. Com isso, urge que as Casas Legislativas, ao receberem do Poder Executivo a nova proposta de Plano Nacional de Educação, reúnam-se em esforço concentrado para entregá-lo à Nação ainda nesta legislatura.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, estas eleições são decisivas para o rumo que tomarão as políticas públicas no Brasil, principalmente na área da educação.

Mesmo com o balanço altamente positivo das políticas públicas direcionadas à educação no governo do Presidente Lula, é muito grande a distância entre a demanda da população brasileira e as dimensões dos serviços públicos a serem oferecidos. Diferentemente das posições neoliberais, que defendem um Estado mínimo, nosso governo propõe um Estado que tenha condições de atender a todas as demandas sociais.

Para tanto, nosso compromisso é com a continuidade das mudanças que estão transformando o Brasil em uma grande potência mundial a partir do investimento no desenvolvimento social, sustentáculo do desenvolvimento econômico. Só assim poderemos comemorar de verdade futuros Dias das Crianças felizes e Dias dos Professores valorizados. E a continuidade desse projeto, Sr. Presidente, significa eleger Dilma Presidente.

Para isso, amanhã, a nossa candidata estará lançando o seu programa de governo para a educação, para a juventude e para a área da ciência e tecnologia em São Paulo. Para lá acorrerão todos aqueles que defendem a educação pública de qualidade, gratuita, laica e para todos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/ PT – SP) – Muito obrigado. Meus cumprimentos, Se-

nadora Fátima Cleide, por seu trabalho, pela análise que faz. Quero cumprimentá-la também pela campanha que desenvolveu no Estado de Rondônia em defesa de seu mandato, em defesa dos propósitos do Partido dos Trabalhadores.

Passo a palavra agora ao Senador Alvaro Dias, do PSDB do Paraná, invertendo a ordem comigo. S. Ex^a mostrou muita vontade de se expressar agora; então, vou falar em seguida.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço, Senador Suplicy, porque tenho viagem logo a seguir para a cidade de Londrina, onde amanhã estará José Serra, nosso candidato à Presidência da República. Devo lá estar, na minha cidade, para recepcioná-lo.

Inicialmente, Sr. Presidente, Senadora Fátima Cleide, Srs. Senadores, trago o resultado de auditoria, realizada pelo Tribunal de Contas da União, por nossa solicitação, junto às entidades fechadas de previdência complementar, patrocinadas por empresas públicas, que aplicaram recursos na Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop). Uma auditoria sobre a regularidade das aplicações, ausência de prejuízo às entidades.

Esse trabalho foi realizado rapidamente pelo Tribunal de Contas da União. Quero louvar a eficiência do nosso Tribunal de Contas, que tem realmente prestado um grande serviço ao País, fiscalizando, apesar da ausência de recursos humanos suficientes e de instrumentos necessários para uma boa fiscalização das ações do Poder Executivo; e sempre com uma ação de quem governa no sentido de limitar sua capacidade de fiscalizar. Mas tem sido exemplar a atuação do Tribunal de Contas da União, e queremos fazer justiça a esse desempenho.

Nesse caso, ainda não analisamos o relatório, mas já podemos adiantar que, quanto à Petrobras, não houve possibilidade de auditoria por ausência de informações. A Petrobras se recusou a transferir ao Tribunal de Contas da União as informações necessárias para a realização da auditoria.

Diz aqui o relatório do Ministro Campelo:

Quanto à Petrobras, os argumentos apresentados pela empresa para eximir-se de prestar as informações solicitadas não se coadunam com a legislação que rege a matéria e com a jurisprudência desta Corte.

Portanto, a Petrobras argumentou que não poderia, que não tem esse dever de fornecer informações.

Nos termos do art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001, as ações exercidas pelo

órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar, no caso a Previc, não eximem os patrocinadores da responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades das suas respectivas entidades de previdência complementar.

Além disso, nos termos do parágrafo único do art. 63 da Lei Complementar nº 109/2001, os administradores dos patrocinadores são também responsáveis civilmente pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, às suas respectivas entidades de previdência complementar.

Em consonância com o art. 3º da Lei Complementar nº 109/2001, a legislação procurou dotar os patrocinadores de instrumentos adequados para que possam exercer a devida supervisão e fiscalização sistemática sobre suas ações. Portanto, entendemos cabível alertar a Petrobras sobre a necessidade da realização da supervisão e fiscalização sistemática em sua Entidade Fechada de Previdência Complementar, bem como sobre a responsabilidade dos administradores da Petrobras pelos danos ou prejuízos que causarem, por ação ou omissão, à sua entidade de previdência complementar.

Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez, a Petrobras, eu diria não a empresa, mas a direção da Petrobras, os responsáveis pela gestão administrativa da empresa a transformam em verdadeira caixa-preta. Os segredos lá estão guardados a sete chaves. E por quê? Se é uma empresa pública, se é do povo brasileiro, se é a mais importante empresa nacional, por que guardar segredos numa verdadeira caixa-preta? Quais as razões que levam os administradores da Petrobras a se recusarem a fornecer informações ao Tribunal de Contas da União?

Esse fato já foi denunciado quando da instalação da CPI da Petrobras; depois, de forma inusitada, dominada pela maioria governista, resultando na apresentação, por parte da oposição, de 18 representações ao Ministério Público Federal, sem aprofundamento das investigações, porque nos retiramos da CPI antes da sua conclusão, para não avalizarmos uma farsa em curso. Essa foi a razão da postura adotada pela oposição, retirando-se da CPI que requeremos e encaminhando ao Ministério Público, ao Procurador-Geral da República, 18 representações, que, certamente, deram início a inquéritos que estão em curso, em vários pontos do País, já que o Procurador-Geral da República remeteu aos procuradores regionais para a instauração dos inquéritos solicitados nas representações que a oposição

protocolou junto ao Dr. Roberto Gurgel, Procurador-Geral da República.

Quando ouvimos os depoimentos naquela CPI, representantes do Tribunal de Contas alegaram que a empresa se recusava a fornecer informações. Trata-se, portanto, de obstrução do trabalho fiscalizatório. O Tribunal de Contas teve sua função limitada pela ação dos dirigentes da empresa ao se recusarem a fornecer as informações requeridas pelo Tribunal de Contas.

É bom dizer que esse é um procedimento deplorável dos que dirigem, hoje, a Petrobras. Ela foi aparelhada partidariamente, houve um loteamento da empresa entre integrantes da base de apoio do Governo Federal; a capacidade técnica da direção da empresa foi reduzida ou puxada para baixo, já que técnicos qualificados acabaram cedendo espaço a figuras oriundas do sindicalismo nacional ou dos partidos políticos que apoiam o Governo.

Esta é uma realidade: o loteamento de uma empresa fundamental para o desenvolvimento do País e, por consequência desse aparelhamento, sua utilização como ferramenta política em nome de um projeto de poder com objetivos eleitoreiros.

Ainda ontem, declarações do presidente da empresa nos autorizam a afirmar que é tratar-se de uma ferramenta política com objetivos eleitoreiros em nome de um projeto de poder.

Hoje, o Presidente do PSDB, Senador Sérgio Guerra, anunciou a possibilidade, inclusive, de processar o Presidente da Petrobras, em razão das suas afirmativas irresponsáveis, veiculadas, ontem, pela imprensa nacional; afirmações que tiveram por objetivo colocar em dúvida o comportamento do candidato José Serra à Presidência da República.

Sr. Presidente, teremos tempo para debater o processo eleitoral, mas, certamente, é hora de iniciarmos esse debate. Eu gostaria de dizer, desde já, que considero uma façanha a passagem do ex-Governador de São Paulo, José Serra, para o segundo turno das eleições deste ano. Ele venceu uma monumental máquina publicitária, ele superou o aparelhamento do Estado brasileiro, num confronto desigual, que começou na antevéspera, porque, já no período que antecedia a campanha eleitoral, o País era envolvido por uma propaganda indireta, massificadora, por uma publicidade subliminar do Governo, que tentava passar a ideia aos brasileiros que estamos vivendo no paraíso e que a continuidade desse momento mágico dependeria da eleição da indicada do Presidente Lula.

Esse era o objetivo dessa publicidade subliminar e é bom dizer: a publicidade subliminar é mais poderosa do que a propaganda direta. Ela é assimilada pela população, que a recebe sem se aperceber estar-se

influenciando por ela. É devastadora, quando inteligente. Utilizou-se de dinheiro público, através das empresas estatais e de todas as áreas da administração direta e, portanto, indireta também, para a publicidade oficial, com objetivos eleitorais.

Aliás, é bom dizer que também empresas privadas participaram desse massacre publicitário em determinado momento. Nós não temos uma legislação no Brasil. Eu apenas quero dizer que, sim, algumas empresas privadas do sistema financeiro, inclusive a Vale, por exemplo, que foi estatal, que é privada... Em determinado momento, o Presidente Lula, até inteligentemente, criticou a direção da Vale. Depois, se reuniu com ela e, logo a seguir, houve uma publicidade intensa nos veículos de comunicação do País, sustentada, evidentemente, por esse objetivo.

Naquele momento, fiz aqui, desta tribuna, um alerta. Caiu no vazio, até porque não tínhamos providências a adotar, uma vez que não existe legislação que regule esse tipo de publicidade. Aliás, não temos uma legislação para aquilo que chamamos, e a imprensa repetiu isso insistentemente, de pré-campanha eleitoral, porque se antecipou exageradamente a campanha eleitoral, no Brasil, por iniciativa do Presidente da República, que anunciou a sua candidata e com ela passou a percorrer o Brasil, em eventos, inclusive, oficiais.

Não temos eleições primárias no nosso País e, por isso, não há uma legislação que anteceda, que oriente, que estabeleça normas para o período que antecede ao início do processo eleitoral. Aliás, sou defensor das eleições primárias, porque democratizam.

O segundo turno é importante para a democracia e para o País, e estamos verificando isso, Senador Valter Pereira, agora. Como é importante o segundo turno para politizar, para conscientizar, promover o debate, estabelecer parâmetros visíveis de comparação entre um e outro, entre uns e outros, não é? Certamente, as eleições primárias caminhariam, também, na esteira da politização, evitando o cartorialismo partidário que impõem determinadas candidaturas e que existe no nosso País.

Há Partidos organizados, especialmente em determinados Estados, que poucas pessoas comandam. Comandam-nos de cima para baixo, impondo. É uma espécie de coronelismo moderno, travestido de democracia partidária. Algumas pessoas determinam, impõem, lançam nomes, sem ouvir a sociedade. A população não participa de um momento fundamental do processo democrático, que é o da escolha dos candidatos majoritários.

É por essa razão que, no debate da reforma política, não podemos deixar de considerar a alternativa da adoção das eleições primárias também no Brasil,

para repetir esse espetáculo cívico-democrático a que o mundo assistiu quando da eleição de Barack Obama nos Estados Unidos.

Muitas questões devem ser suscitadas do aprendizado dessa campanha eleitoral. Nós aprimoramos a legislação eleitoral, procuramos aprimorá-la, fizemos, aqui, uma minirreforma para reduzir os custos. E a indagação que faço: os custos foram reduzidos? Ao contrário, os orçamentos engordaram. Transferiram-se recursos que, antes, eram utilizados em showmício, em *outdoor*, em brindes, em camisetas, para produções caríssimas de televisão e rádio.

É evidente que não me oponho a produções competentes, mas é preciso evitar que as candidaturas sejam apresentadas à sociedade sob o efeito de mágicas especiais, dos Spielbergs da produção cinematográfica, durante a campanha eleitoral, transformando candidaturas.

Não seria a hora de debater se o horário eleitoral deve ser usado dessa forma ou se deve permitir maior autenticidade? Uma sugestão: os programas, na televisão, deveriam ser realizados ao vivo, com a presença do candidato no estúdio – ele, o seu talento e a sua competência, ou a ausência de talento e de competência –, para não enganar a população. Ou os horários eleitorais na TV não deveriam ser reduzidos e, substituindo esses horários, não deveria haver mais debates oficiais, sob a égide da Justiça Eleitoral, em rede nacional de rádio e televisão, em horário em que todos os brasileiros pudessem assistir? Em vez de um programa eleitoral diário com audiência limitada, teríamos, quem sabe, um ou dois debates semanais com audiência cheia, em rede nacional de TV.

Obviamente, ninguém quer esconder candidatos: manteríamos as inserções nos horários normais da programação de rádio e TV no País, as inserções distribuídas na programação normal, como ocorre hoje, mas aquele horário em bloco, diário, seria substituído por debates que, certamente, possibilitariam uma melhor avaliação da população.

O candidato José Serra cresce, no segundo turno, exatamente em função de ser a disputa, no segundo turno, diferente. No primeiro turno, há um exército. O aparelhamento tem um peso extraordinário. Há um exército de cabos eleitorais, organizados por milhares de candidatos a Deputados estaduais, federais; Senadores e Governadores. No segundo turno, esse exército sai de campo. É evidente que muitos querem ser sócios da vitória deste ou daquele e se apresentam, mas, na realidade, o trabalho pessoal é limitado no segundo turno: o espaço é da comunicação. É o encontro entre um e outro, é o enfrentamento direto, através do rádio, da televisão, da mídia de modo geral,

de entrevistas. Essa é a campanha do segundo turno, que possibilita a prevalência, aí, sim, da qualidade: o candidato que tem melhor postura, tem melhor itinerário a apresentar, melhor biografia, que mostra ter maior experiência administrativa, positivamente comprovada, experiência política, através da disputa de vários pleitos eleitorais, mais ou menos experiência. Há possibilidade, com espaço maior, para a apresentação de suas propostas, oferecendo a oportunidade de avaliação do modelo de gestão que propõem, da visão estratégica de futuro que cada um possui. Ou seja, são parâmetros para uma melhor comparação e, obviamente, uma decisão de voto mais amadurecida. É por isso que sempre afirmamos que o segundo turno seria muito bom para o País, e seria muito bom para a democracia. E certamente a conclusão é que está sendo. São questões preliminares que trazemos a esta tribuna, mas certamente voltaremos a ela para prosseguirmos com esse debate.

Acredito que a presença de José Serra no segundo turno se deve, sobretudo, ao seu talento, à sua competência, porque enfrentou uma máquina monumental de um Estado aparelhado, um verdadeiro exército de cabos eleitorais em ação, e quase que isolado – não isolado, porque teve os seus parceiros, o seu Partido, os aliados –, mas num confronto desigual, isto sim, um confronto desigual. E o que prevaleceu para que chegasse ao segundo turno foi, acima de tudo, a independência do eleitor do Brasil.

Eu não focalizei aqui as pesquisas, o escândalo do resultado das pesquisas eleitorais. Serra enfrentou as pesquisas. Porque é perverso ver, diariamente, na televisão afirmar-se que não haverá segundo turno, e que Dilma vencerá já no primeiro turno. Isto é perverso. Isto é massacrante. Isto é demolidor. Pois bem. O eleitor deu um nó nas pesquisas de opinião pública e levou Serra para o segundo turno. Agora, que prevaleça o seu talento e a sua qualificação para ser Presidente do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Alvaro Dias.

Agora, como estou inscrito, convido o Senador Valter Pereira a presidir a sessão, assim poderemos ver o outro lado, já que o representante do PSDB expressou a opinião do seu Partido, agora ouviremos a opinião do Partido dos Trabalhadores ao ocupar a tribuna.

Senador Valter Pereira, por favor.

O Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Valter Pereira.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezado Senador Valter Pereira, aqui, quero cumprimentar o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Eduardo Dutra, na preparação do programa, que está por ser anunciado, de treze pontos. Ele, ontem, à imprensa declarou:

Não vamos tratar de aborto, liberdade de a mulher decidir sobre seu corpo ou controle social da mídia. No caso do capítulo da democracia, deixamos claro que democracia é democracia, e liberdade de imprensa é liberdade de imprensa e ponto. Sem adjetivações, não há qualquer referência ao controle de mídia.

Quero dizer que considero importante essa defesa simples, feita diretamente ao ponto pelo Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores. Ela é, hoje, da maior relevância, tendo em vista, inclusive, Presidente Senador Valter Pereira, que, no mundo, há um enorme debate a respeito daqueles lugares onde não existe plena democracia ou onde há limitações importantes à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa.

É importante que o programa da nossa candidata Dilma Rousseff destaque treze pontos, fazendo referência à democracia, com a expansão e o fortalecimento das democracias política, econômica e social; ao crescimento com distribuição da renda, avançando na direção daquilo que tem realizado o Governo do Presidente Lula; e a um projeto claro de desenvolvimento. Destaca-se também o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável como quarto ponto. É preciso definir claramente o que é sustentabilidade, que vai acompanhar o desenvolvimento, algo que é de grande relevância, inclusive no diálogo com a Senadora Marina Silva, com os membros do Partido Verde e, sobretudo, com seus eleitores. Outro ponto é a erradicação da pobreza absoluta, o que é fundamental, consistente com os objetivos assinalados na nossa Constituição. Também são ressaltados os direitos dos trabalhadores, bem como as áreas da educação, que tem sido destacada por Dilma Rousseff em suas entrevistas; da ciência e tecnologia; da saúde, com a universalização e garantia de qualidade no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS); das cidades – habitação, saneamento e transportes; da cultura, que muito avançou no Governo do Presidente Lula, com os Ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira, e que ainda precisa avançar mais; da segurança, com o combate ao crime, com a garantia da segurança do cidadão; e da política externa, com a presença ativa e altiva do Brasil no mundo. Quero assinalar que esses treze pontos serão melhor definidos nos próximos dias.

Eu gostaria de, aqui, mais uma vez, sugerir que, nos itens sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, a erradicação da pobreza absoluta e, de maneira consistente, a expansão e o fortalecimento das democracias política, econômica e social, devemos caminhar celeremente na direção da renda básica de cidadania como direito universal de toda a população brasileira, para que todos os brasileiros e brasileiras participem da riqueza da Nação.

Hoje, assinalo que é relevante a afirmação do Presidente Nacional do PT de que “democracia é democracia, e liberdade de imprensa é liberdade de imprensa e ponto”. Quero dizer que há lugares no mundo em que essas aspirações não têm sido inteiramente preenchidas.

Aqui, quero destacar justamente que o Prêmio Nobel da Paz de 2010 foi dado ao professor de Literatura Liu Xiaobo por sua longa e não violenta luta pelos direitos humanos fundamentais na China. Alguns dos porta-vozes do governo chinês têm reclamado de se ter laureado o professor Liu Xiaobo, da China, que está preso há dois anos. Ele já esteve preso em outras ocasiões e está preso, Sr. Presidente, sem que se tenha explicitado exatamente que crime teria cometido. Diz o porta-voz do Ministério de Relações Exteriores, Ma Zhaoxu, que o comitê do Nobel norueguês demonstrou que não respeita o sistema judiciário da China ao conceder o prêmio a um dissidente. Disse mais: “O que eu quero dizer é que, se alguém tenta mudar o sistema político chinês dessa maneira ou frear o avanço do povo chinês, está obviamente cometendo um erro”.

Falo aqui consciente de que sou amigo da China, admirador do extraordinário desenvolvimento havido na China. Conheci a China em maio de 1976, cinco meses antes da morte de Mao Tsé-Tung, e, novamente, tive a oportunidade, por dez dias, de estar na República Popular da China em 2007. Obviamente, fiquei muito impressionado com seu desenvolvimento, mas acho muito importante que esse desenvolvimento econômico, social e tecnológico fantástico seja acompanhado de aberturas do ponto de vista da liberdade de expressão, da liberdade de organização e de um aperfeiçoamento das instituições democráticas.

O professor de Literatura Liu Xiaobo, por meio de sua esposa, a poetisa Liu Xia, que está sob prisão domiciliar, mas que ganhou permissão para visitá-lo no último domingo para lhe comunicar que ele havia ganhado o Prêmio Nobel da Paz, dedicou seu prêmio àquelas pessoas que foram mártires da Praça da Paz Celestial nas manifestações de 1989.

E é muito importante – reitero que falo como amigo e admirador da República Popular da China – que possa o sistema político chinês avançar em direção ao

aperfeiçoamento das suas instituições democráticas e de acordo com, inclusive, muitos membros do Partido Comunista, que têm dito que será importante que se avance nessa direção.

Então, estejam os dirigentes chineses conscientes de que, quando o Presidente Barack Obama, que foi laureado com o Prêmio Nobel da Paz de 2009, e dirigentes de todo o mundo e outros que foram laureados com o Prêmio Nobel, como Desmond Tutu, da África do Sul, cumprimentaram a Noruega, a Academia da Noruega pela escolha, todos estamos falando como amigos da China, que queremos o bem da China. E, certamente, avaliamos que as pessoas que, por meios pacíficos, têm se dedicado a que haja maior liberdade de expressão na China, que haja um aprofundamento da democracia, essas pessoas estão contribuindo positivamente para o aperfeiçoamento daquelas instituições - de maneira, portanto, consistente com aquilo que eu acabo de mencionar no início de minha fala, sobre o quão importante é que a nossa candidata Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores, defenda a liberdade de expressão plenamente, sem adjetivações, assim como que defenda sempre a democracia sem adjetivações, da maneira como ressaltou o Presidente do Partido dos Trabalhadores, José Eduardo Dutra.

Quero também aqui cumprimentar o escritor peruano Mario Vargas Llosa por ter sido laureado com o Prêmio Nobel de Literatura. É muito importante que, aos 74 anos, "pela sua cartografia das estruturas de poder e pelas suas imagens mordazes da resistência, revolta e derrota dos indivíduos", possa a Academia responsável pelo Prêmio Nobel de Literatura ter concedido o prêmio a Mario Vargas Llosa, que ainda hoje concede uma bonita entrevista à *Folha de S. Paulo*, pois ontem, no auditório do jornal, ele disse que o Brasil merecia ter tido um Nobel, destacando que Guimarães Rosa, que viveu de 1908 a 1967, Jorge Amado, de 1912 a 2001, e Euclides da Cunha, de 1866 a 1909, deveriam ter ganhado o Prêmio Nobel de Literatura.

Segundo Vargas Llosa, *Os Sertões*, de Euclides, no qual se baseou para escrever *A Guerra do Fim do Mundo*, permite compreender não só o conflito de Canudos, mas a América Latina. Já Guimarães Rosa, segundo ele, foi prejudicado pela dificuldade de se traduzir a sua obra, enquanto Jorge Amado não teria recebido, segundo ele, o Prêmio Nobel pela característica de escritor popular.

Foi muito significativa a contribuição de Mario Vargas Llosa à literatura latino-americana e mundial, ao publicar, entre outros, *A Guerra do Fim do Mundo*, pela Bertrand, 1984, que foi baseada na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha; *História de Mayta*, de 1987; *A Cidade e os Cães*, de 1977; *Quem Matou Palomino*

Molero?, 1988; *Elogio da Madrasta*; *O Falador*; *A Tia Júlia e o Escrevedor*; *Pantaleão e as Visitadoras*; *Conversa na Catedral*; *Como Peixe na Água: Memórias*; *Lituma nos Andes*; *Os Cadernos de Dom Rigoberto*; *Cartas a um Jovem Romancista*; *A Festa do Chibo*; *A Casa Verde*; *O Paraíso na Outra Esquina*; *Travessuras da Menina Má*; *Israel Palestina: Paz ou Guerra Santa*; *Diário do Iraque*.

Parabéns aos peruanos e a Mario Vargas Llosa, que, junto com Gabriel García Márquez, da Colômbia, faz com que, agora, a América Latina tenha dois laureados com o Prêmio Nobel. Possa o Brasil, em breve, também ganhar o Prêmio Nobel.

E eu gostaria, Sr. Presidente, também, como professor de economia e atento ao que se passa na área econômica, de cumprimentar os professores norte-americanos Peter Diamond, Dale Mortensen e o britânico cipriota Christopher Pissarides, que foram laureados com o Prêmio Nobel de Economia 2010, pelo desenvolvimento de um método de análise dos mercados que explica como as políticas e normas regulatórias afetam o desemprego, vagas de emprego e salários. E eles desenvolveram o modelo que explica como, em muitos mercados, é preciso dinheiro e tempo para encontrar vendedores e compradores.

Os seus estudos nos chamados mercados de busca, os *search markets*, como o mercado de trabalho, mostram que é necessário empregar tempo e recursos econômicos para o encontro da oferta e da procura. "Por que há tantas pessoas sem trabalho se, no mesmo momento, há numerosas ofertas de emprego? Como a política econômica influencia o desemprego? Os premiados deste ano desenvolveram uma teoria que pode ser utilizada para responder a essas questões", diz o Comitê do Prêmio Nobel.

Ressalto que Peter Diamond foi designado pelo Presidente Barack Obama para ocupar o Federal Reserve Board. Entretanto, os republicanos, no Congresso Nacional norte-americano, estariam questionando se ele teria a necessária experiência. Ora, acredito que, certamente, o fato de ele ter se tornado Prêmio Nobel vai contribuir para que logo ele possa ser aceito pelo Congresso norte-americano e, em especial, pelo Senado norte-americano.

Mas, no momento em que tratamos do Prêmio Nobel da Paz e da importância de se assegurar a quem esteja batalhando pela liberdade de expressão liberdade de imprensa... E tem havido muitos apelos por parte de dirigentes de todo o mundo, como do próprio primeiro-ministro japonês Naoto Kan, que disse, no dia de hoje, nesta quinta-feira, que a libertação do Nobel da Paz é muito desejável. "Do ponto de vista da proteção dos direitos humanos, a libertação é dese-

jável” - disse ele ao responder perguntas no comitê orçamentário no parlamento japonês.

Mas, relacionado a esse fato, eu gostaria de ressaltar também, como amigo de Cuba que muito respeita a revolução cubana, o quão importante é assegurar à blogueira cubana Yoani Sánchez o direito não apenas de expressar a sua opinião no seu *blog* Generación Y, mas também o direito de sair de seu país e viajar, tendo em conta que ela tem sido muito convidada para receber prêmios, homenagens e realizar palestras em outros países, inclusive aqui no Brasil. Ressalto que encaminhei à embaixada cubana o convite do comentarista de Jequié, da Bahia, para que ela possa, no dia 26 de novembro, estar no Brasil por ocasião da apresentação feita pelo Sr. Cláudio Galvão, Dado Galvão, dos documentários em que ela aparece dando uma entrevista.

Gostaria, Sr. Presidente, de cumprimentar um cidadão brasileiro muito querido de todos: na próxima semana, no dia 21 de outubro ou no dia 23 de outubro, porque ouvi as duas datas, será o aniversário de Pelé, que completará 70 anos. Pelé é considerado o maior jogador da história do futebol e recebeu o título de Atleta do Século (XX) em 15 de maio de 1981, a partir de uma eleição promovida pelo Jornal francês *L'Equipe*.

Nascido na cidade mineira de Três Corações em 21 de outubro de 1940, filho de Celeste e de João Ramos do Nascimento, jogador de futebol do sul de Minas Gerais, conhecido como Dondinho, Pelé, desde criança, manifestou a vontade de ser jogador de futebol como o pai.

O apelido com que se tornou conhecido originou-se de um episódio relacionado a um goleiro, colega de Dondinho. Em 1943, o pai de Pelé jogava no time mineiro do São Lourenço. Pelé, com apenas três anos, ficou impressionado com as defesas do goleiro da equipe e gritava: “Defende, Bilé!”. As pessoas próximas começaram a chamá-lo de “Bilé”, mas as crianças entenderam que o apelido era “Pelé”.

Em 1945, a família mudou-se para Bauru, no interior de São Paulo. Com 10 anos, Pelé já jogava em times infante-juvenis como o Canto do Rio, o Ameriquinha e Baquinhos. O pai, então, o estimulou a montar o seu próprio time. Chamou-o de Sete de Setembro. Para adquirir material, como bolas e uniformes, os garotos do time chegaram a vender produtos em entradas de cinema e em praças. Pelé trabalhava como engraxate.

Descoberto aos 11 anos pelo jogador Waldemar de Brito, foi convidado a jogar no Bauru Atlético Clube. O mesmo Waldemar o apresentou à Vila Belmiro em 8 de agosto de 1956. “Esse menino vai ser o melhor

jogador de futebol do mundo”, disse Waldemar de Brito naquela data. Assim começou a carreira de Pelé no Santos Futebol Clube, estreando numa partida amistosa cujo resultado foi Santos 7 x 1 Corinthians de Santo André, com um gol de Pelé.

Aos 16 anos, participou de um torneio de quatro equipes europeias e brasileiras. O time em que atuou foi um combinado do Santos e do Vasco da Gama e, em uma das partidas, Pelé fez três gols.

Sua consagração veio na Copa do Mundo da Suécia, em 1958, quando o Brasil foi pela primeira vez campeão mundial. Pelé marcou seis gols. Na Copa do Chile, em 1962, Pelé sofreu uma distensão muscular no jogo contra a Tchecoslováquia e deu adeus ao torneio, deixando Garrincha brilhar.

Pelé participou ainda da Copa de 1966, na Inglaterra, e da Copa de 1970, no México, quando a seleção trouxe para o Brasil a Taça Jules Rimet. Apelidado de “O Rei” pela imprensa francesa, em 1961, criou e aperfeiçoou jogadas que encantaram o mundo: o chute a gol do meio do campo, a tabela nas pernas do adversário, o drible sem bola no goleiro, a paradinha na cobrança do pênalti.

Em 1966, Pelé casou-se com Rosemeri Cholbi, com quem teve três filhos: Kelly Cristina, Edson – o Edinho, goleiro do Santos – e Jennifer. Em 1969, em meio à guerra civil no Congo Belga, as forças rivais declararam uma trégua para que Pelé e o time do Santos Futebol Clube transitassem em segurança entre Kinshasa e Brazzaville.

O milésimo gol de Pelé foi marcado em 19 de novembro de 1969, às 23 horas e 11 minutos, em sua 909ª partida: Vasco da Gama 1 x 2 Santos. Ao ser cercado pelos repórteres, Pelé disse: “Pensem no Natal. Pensem nas criancinhas”. Pelé vestiu uma camisa de número 1000 e deu a volta olímpica no Maracanã.

Ele participou de 115 partidas pela seleção brasileira – 92 oficiais –, marcando 103 gols. O último jogo pela seleção foi no Maracanã, em 18 de julho de 1971: Brasil 2 x 2 Iugoslávia.

Professor de Educação Física pela Faculdade de Educação Física de Santos (Universidade Metropolitana de Santos), fez a última partida pelo Santos em 3 de outubro de 1974: Santos 2 x 0 Ponte Preta.

Transferiu-se para o New York Cosmos em 1975, fechando a maior transação do futebol até o fim dos anos 1970: US\$7 milhões. A última partida pelo time americano foi: New York Cosmos 2 x 1 Santos, no Giants Stadium de Nova York, em 1º de outubro de 1977. Pelé atuou um tempo em cada equipe. Sua despedida definitiva do futebol deu-se aos 37 anos.

No início dos anos 1990, reconheceu duas filhas fora do seu casamento: Flávia Kurtz e Sandra Regina.

Em 1994, casou-se com a psicóloga Assíria Lemos, com quem teve os gêmeos Joshua e Celeste.

Depois que pendurou as chuteiras número 39, Pelé se tornou Embaixador para Ecologia e Meio Ambiente da ONU, em 1992; Embaixador da Boa Vontade pela Unesco, em 1993; para a Educação, Ciência e Cultura, pela Unesco, 1994. Durante o Governo Fernando Henrique, foi Ministro dos Esportes do Brasil, de 1995 a 1998. Recebeu, em 1997, o título de Sir-Cavaleiro Honorário do Império Britânico, das mãos da Rainha Elizabeth 2ª. O título de Maior Futebolista do Século veio em 1999, pelo Unicef, na Áustria, e seguiram-se muitos outros. Em 2000, na conturbada eleição de Melhor Jogador do Século da FIFA, Pelé foi aclamado como o melhor de todos os tempos, à frente do craque argentino Diego Maradona.

Além de jogador de futebol, Pelé gravou CDs e participou de dez filmes.

Na verdade, eu queria completar a informação que eu havia dado aqui. Foram quatro latino-americanos que já ganharam o Prêmio Nobel de Literatura. Além de Mário Vargas Llosa: Gabriel García Márquez, Pablo Neruda (chileno, em 1971) e Gabriela Mistral (1945). Os dois, Pablo Neruda e Gabriela Mistral, receberam Nobéis de literatura e são chilenos. Portanto, o Chile está honrando muito a literatura latino-americana.

Gostaria de aqui dizer que, ainda hoje, conversei com o Presidente do Santos Futebol Clube, meu amigo Luis Álvaro, e ele me informou que Pelé recebeu convites de todo o mundo: da República Popular da China, da Palestina, dos mais diversos países, para que ali fosse comemorar os seus 70 anos. Recentemente, até o Ministro Celso Amorim havia solicitado que o Santos Futebol Clube recebesse o time de jogadores de futebol da Palestina, que permaneceu um tempo treinando ali no Centro de Treinamento Pelé, do Santos Futebol Clube. Eles ficaram ali por duas ou mais semanas, e ali se desenvolveu uma amizade. Daí a razão pela qual a Palestina quis muito que Pelé estivesse lá.

Mas Pelé tomou a decisão de passar o seu aniversário de 70 anos com a família, recolhido com todos os seus filhos, filhas e netos. Acho que isso também é muito compreensível, mas eu tenho certeza de que não apenas os brasileiros e brasileiras que torcem pelo Santos Futebol Clube, como eu próprio, meus filhos, meus netos, mas sobretudo todos os brasileiros que amamos o futebol estaremos homenageando Pelé, seja no dia 21, seja no dia 23, já que eu vi que os dois dias poderiam ser de aniversário de 70 anos dele. Na próxima semana, todos vamos cumprimentá-lo e abraçá-lo pelo exemplo que tem dado como um atleta formidável.

Muito obrigado, Senador Presidente Valter Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Valter Pereira. PMDB – MS)

– Senador Eduardo Suplicy, não poderíamos deixar de nos associar às homenagens que V. Exª presta hoje àquele que, mais do que um jogador que fez carreira no Santos e depois na Seleção brasileira, tornou-se um símbolo para toda a Nação brasileira, especialmente para a juventude, que passou a se inspirar nos seus exemplos de atleta completo e de cidadão exemplar. Portanto, V. Exª fez vários registros, mas esse, indiscutivelmente, está muito próximo de cada jovem, de cada criança, de cada adulto, enfim, de cada cidadão brasileiro.

Tenho certeza de que as homenagens prestadas por V. Exª são as homenagens que brotam do coração de cada um dos senhores parlamentares que têm assento nesta Casa.

Então, convoco V. Exª agora para presidir esta parte da reunião, já que estou inscrito para fazer uso da palavra neste instante. (*Pausa.*)

O Sr. Valter Pereira deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Tem a palavra, então, o Senador Valter Pereira, do PMDB de Mato Grosso do Sul.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, minhas primeiras palavras, depois de um breve recesso, nesta Casa são de congratulações ao governo e ao povo chileno. O desfecho do acidente ocorrido na mina San José, no deserto de Atacama, e, mais do que isso, a conduta exemplar que tiveram durante todo o calvário dos mineiros os tornaram merecedores das mais efusivas homenagens, dos mais frenéticos aplausos. Estou falando, Sr. Presidente, de um acontecimento que tem tudo para se inscrever como o mais emocionante de todos os ocorridos em 2010. O drama que castigou 33 trabalhadores a viverem debaixo da terra por cerca de 69 dias não contagiava apenas a população daquele país, mas toda a comunidade internacional. As emissoras de televisão noticiaram que mais de um bilhão de pessoas acompanhavam atentamente o desenrolar de toda aquela operação que galvanizou as atenções de todo o planeta.

Os mineiros haviam sobrevivido ao desmoronamento, mas tornaram-se pioneiros das toneladas de pedras, de cobre e de terra que fecharam suas passagens e ameaçavam matá-los por inanição e outros fatores decorrentes daquela clausura, que parecia, no começo, um desastre fatal. A postura equilibrada das vítimas revestiu-se de maturidade incomum em eventos

catastróficos como esse. Difícil imaginar, Sr. Presidente, o que mais pode ter influenciado no comportamento dos trabalhadores: o profissionalismo próprio e a confiança no profissionalismo de outros; ou fé em Deus para remover os fragmentos da montanha, indispensáveis à preservação da vida. De qualquer forma, o que se viu na mina de San José foi a maturidade triunfar sobre o caos e a esperança vencer o medo.

Não foi diferente o espírito e as ações das autoridades do Chile. Tão logo noticiou-se o evento, o próprio Presidente Sebastian Piñera passou a coordenar as ações de governo, passou a pilotar todas as medidas de socorro, e o fez com humildade, determinação e com muita competência. Não vacilou em recorrer à ajuda internacional e juntou, aos técnicos chilenos, especialistas da Nasa, a Agência Espacial americana, que passaram a ajudar a desenvolver a cápsula de escape, que, finalmente, teve uma função extraordinária na resolução daquele acidente. Até um engenheiro que dava suporte às tropas americanas no Afeganistão foi destacado para ajudar na operacionalização da broca destinada à perfuração da rocha. Enfim, o governo chileno acreditou e prometeu salvar as vidas que estavam em perigo e conseguiu promover um grande mutirão de solidariedade interna e também internacional. E, nessa mobilização, é preciso reconhecer o extraordinário papel cumprido pelo Presidente Barack Obama, que não claudicou diante do apelo de seu colega chileno e agiu com a presteza que o evento exigia.

Na coluna *Panorama Político*, uma conceituada jornalista de nosso País afirma, sob o título *Viver de minas*, um dado que é relevante para entender toda essa influência que as minas exercem na economia do Chile.

Diz a articulista:

O Chile é um país precavido do ponto de vista fiscal. Há anos tem uma política fiscal responsável e sólida, uma verdadeira política anticíclica que fez o País construir uma reserva extra com o excesso de arrecadação quando o cobre está em alta. As exportações equivalem a 25% do PIB, e dois terços são de commodities. O cobre produz um terço das receitas fiscais do país.

Isso asseverou Mirian Leitão.

Além de ressaltar a cultura de precaução do nosso vizinho, a articulista confere a verdadeira dimensão, a verdadeira importância que têm as minas para a economia chilena. Todavia, ao mesmo tempo em que se realça sua maturidade econômica, é preciso colocar no topo das preocupações a integridade das pessoas e a vida humana. Assim, ao comemorar o sucesso da operação, é preciso iniciar uma grande reflexão sobre as condições de trabalho dos mineiros do Chile e de

outros países. O Chile, país democrático, possibilitou ao mundo acompanhar o desenrolar de todos os fatos com extraordinária transparência. Nisso, inclusive, as autoridades chilenas estão de parabéns. Países há, pelo mundo afora, que se fecham nessas horas e escamoteiam informações. O Chile não.

V. Ex^a hoje fez um pronunciamento desta tribuna com referências à China. Infelizmente, temos notícias circuladas em veículos de comunicação do Brasil e de outros países dando conta de indícios de acidentes que são ocultados pelas autoridades chinesas, o que impede que a comunidade internacional saiba o que realmente ocorre em matéria de segurança de trabalho nas minas daquele país.

O Chile se abriu, e o caso da mina de San José está propiciando ao mundo grandes ensinamentos em muitas frentes: na gestão de riscos, na política de seguro, na área médica, na área psicológica e comportamental, na tecnologia de resgate... Enfim, uma experiência extraordinária que é transmitida para todos os países no momento em que a informação levou ao conhecimento de todo o planeta o que realmente aconteceu e quais as medidas que foram tomadas.

O episódio, na verdade, exige maior radicalismo e prontidão dos governos nas políticas públicas e na regulamentação de atividades econômicas complexas e de alto risco. Segundo a ex-presidente do Chile Michelle Bachelet, o acidente poderia ter sido evitado, vez que vários riscos à vida dos trabalhadores já haviam sido identificados, já haviam sido discutidos, já haviam sido denunciados. Os administradores da mina de San José, todavia, não tomaram as medidas necessárias para evitar os acidentes, para mitigar os riscos.

O Presidente Sebastián Piñera afirmou, hoje, que o que aconteceu na mina de San José não se repetirá nunca mais, pois o governo vai revisar e melhorar a legislação sobre as condições de trabalhos dos mineradores.

Essa reflexão que nós fazemos hoje serve também para o Brasil. O Brasil é um país que hoje desponta no cenário internacional como um grande produtor de petróleo. Estamos vivendo um momento tão importante que nos permitiu comemorar até a autossuficiência, especialmente na exploração de águas profundas.

Brevemente, o Senado da República e a Câmara dos Deputados deverão se debruçar sobre a grande riqueza que já deflagrou a discussão aqui, nesta Casa, que é a do pré-sal. E nessa disputa pelas riquezas, pelas receitas que serão produzidas pelo pré-sal, sinceramente, Sr. Presidente, não vi uma preocupação marcante com relação à poupança para suportar eventuais riscos que essa produção poderá acarretar também em nosso País.

Nós não podemos perder de vista que, há pouco tempo, ainda no mês de abril deste ano, um outro grande acidente ocorreu, na Lousiânia, com uma plataforma de petróleo que pertence à BP – British Petroleum, e que trouxe um desastre ambiental de grande dimensão com a perda de mais de mil barris/dia naquelas águas, trazendo para o debate os riscos que ocorrem também nessas jazidas.

Portanto, neste momento em que ocorre esse outro grande evento, é preciso que o Brasil comece a pensar como fez o Chile para se prevenir para esses grandes eventos.

Ao mesmo tempo que nós cumprimentamos as autoridades e a população chilena, especialmente os familiares e as vítimas, nós queremos concitar a todos para este debate e as autoridades para começarem a planejar as medidas indispensáveis à segurança das pessoas que trabalham em atividades de tamanho risco.

Era essa a nossa mensagem de hoje à tarde. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Solidarizo-me com o cumprimento de V. Ex^a, Senador Valter Pereira, ao governo chileno por essa cooperação que aconteceu por parte das autoridades e especialistas de todo o mundo. Inclusive, conforme V. Ex^a salientou, o Presidente Barack Obama colocou a equipe da Nasa à disposição do governo chileno para ajudar, com muito sucesso, no resgate dos 33 mineiros.

Tem a palavra agora o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal, que, brilhante e mercedemente, foi reconduzido para um novo mandato de oito anos pelos eleitores do Distrito Federal.

Meus cumprimentos a V. Ex^a pelo seu desempenho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Suplicy. Eu venho falar, Senador Suplicy, desse mesmo assunto, Senador Valter, que tem tomado conta do nosso imaginário, da nossa cabeça, dos nossos corações, que é esta operação maravilhosa, assistida por um bilhão de pessoas, de salvamento de 33 mineiros no Chile.

Mas eu venho falar, Senador Suplicy, talvez pela minha obsessão, talvez pela minha mania, talvez pela nota só que eu costume tocar, eu venho falar sobre a nossa insensibilidade, no mundo inteiro...

O Sr. Valter Pereira (PMDB - MS) – Permita-me um aparte, Senador Cristovam. Eu vou ter de me afastar desta sessão, mas eu não poderia fazê-lo sem antes cumprimentar V. Ex^a pelo exuberante resultado que obtive das urnas. Às vezes, a gente analisa o que

aconteceu no País e tem alguns desapontamentos, algumas decepções; mas, em alguns casos, vê-se a justiça se pronunciar como foi a reeleição de V. Ex^a. Indiscutivelmente V. Ex^a representou, com extraordinário brilho, a população do Distrito Federal e recebeu o reconhecimento. V. Ex^a bem disse, aí, às vezes é chamado de o Senador de uma nota só. Só que a nota que V. Ex^a enfatiza é talvez a mais relevante de todas, porque é aquela que abre os caminhos para a verdadeira emancipação de cada cidadão, a verdadeira emancipação de cada indivíduo. Portanto, as minhas homenagens. Associe-me à alegria que, certamente, tomou conta de V. Ex^a e cumprimento a população do Distrito Federal pelo acerto de sua escolha.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Valter, o senhor me criou um problema. Porque depois do seu pronunciamento, eu estou com vontade de descer para guardar só o que o senhor disse. Falando, eu vou poluir essa fala. Eu gostaria muito de guardar esse seu pronunciamento como uma única coisa desta tarde. Muito obrigado, Senador. É muito bom ouvir isso. É muito bom mesmo.

De qualquer maneira, Senador Suplicy, Senador Nery, que fico feliz de tê-lo aqui. Eu estava dizendo que – pela nota só de que o Senador Valter falou – quero falar de outros soterrados. Os soterrados que não provocam nosso sentimento, que não faz com que nós trabalhemos no sentido de tirá-los lá de baixo da escuridão onde estão. Eu falo dos soterrados no analfabetismo. O mundo inteiro olhou, tenso, torcendo e riu contente, emocionado – o mundo inteiro – depois que o último dos chilenos foi retirado lá do fundo daquela mina de San José. Mas, hoje, o mundo inteiro tem 800 milhões de pessoas maiores de 15 anos caminhando na superfície do planeta, mas vivendo num certo grau de escuridão pela incapacidade de decifrar o que está escrito ao redor dele.

Senador Eurípedes o analfabetismo provoca uma escuridão, impede que a pessoa viva plenamente; não falta o oxigênio químico, que dá a vida biológica, mas falta, sim, o estimulante, o combustível da vida intelectual sem a qual é difícil se sobreviver no mundo moderno.

A pessoa que não sabe ler sobrevive do ponto de vista da vida biológica, mas não sobrevive plenamente, porque nós seres humanos somos feitos de uma vida ao nascer e de um nascimento ao entrar na escola; nós nascemos duas vezes. Os outros animais nascem uma única vez biologicamente. Nós nascemos duas: ao sair de dentro da barriga da mãe da gente e ao entrarmos na escola onde vamos começar o nosso desenvolvimento intelectual. Claro que há exceções, pessoas que têm essa capacidade de desenvolvimento

independentemente de escola, mas é muito raro. Claro que existem pessoas analfabetas profundamente sábias e até muitos doutores estúpidos. Mas é muito rara a capacidade de virar um sábio no mundo moderno sem ler tudo aquilo que outros sábios e até alguns não sábios escreveram.

Por isso, eu quero falar hoje, ao mesmo tempo em que homenageio o governo chileno, homenageio os técnicos chilenos, homenageio os socorristas – assim traduzidos na televisão –, chilenos que entraram naquela profundidade para ajudar a sair os que lá estavam. Ao mesmo tempo, manifesto meus cumprimentos a esses. O meu orgulho de ser humano que viu o esforço de um governo, de uma população e do saber da engenharia e da geologia para retirar aqueles que iriam perecer em pouco tempo mais. Ao mesmo tempo em que os homenageio, manifesto o meu orgulho, a minha alegria, porque – talvez pouca gente saiba – sou engenheiro mecânico de formação e não posso deixar de dizer que eu senti orgulho de uma profissão que aliás eu abandonei muito cedo para seguir outra. E como a engenharia é capaz de fazer milagres.

Mas eu quero refletir, Senador José Nery, é sobre o fato de que raramente a tecnologia tem compromisso com o coração; a tecnologia tem compromisso com o bolso, e é isso que nos entristece. Quase todos avanços tecnológicos foram feitos para aumentar lucro de empresas e não alegria dos povos. Até remédios, aparelhos cirúrgicos não são inventados no mundo de hoje pela saúde que trazem, mas, sim, pelo lucro que propiciam às empresas que os inventam e os produzem. Ali, naquele deserto de Atacama, a gente viu a engenharia, a tecnologia a serviço do coração, da emoção, da solidariedade. E é essa tecnologia que já temos que não estamos usando para retirar da escuridão, retirar do soterramento os milhões de seres humanos, 800 milhões [de analfabetos] que há na terra.

O maior engenheiro das letras, pelo menos no século XX, foi Paulo Freire, um brasileiro. E é incrível que, sendo brasileiro esse engenheiro maior de todos das letras, tenhamos, no nosso País, 14 milhões de adultos que não são capazes de decifrar as letras. Não estou falando daqueles outros 30 [milhões] que decifram as letras, entendem as palavras, mas não conseguem captar o sentido de uma frase, de um parágrafo ou de uma página, os chamados analfabetos funcionais. Falo daqueles que não são capazes de entender uma palavra escrita porque não percebem que aquela combinação de símbolos significa palavra. Falo, Senador Suplicy, dos 14 milhões que não conhecem a nossa Bandeira porque não sabem ler Ordem e Progresso. Os 14 milhões que, se a gente mistura essas letras, continuam achando que é a bandeira do

Brasil, embora deixe de ser a bandeira do Brasil se a gente mistura as letras do Ordem e Progresso ou se escreve de trás para a frente.

Quero falar aqui dos nossos mineiros, não os nossos mineiros originados em Minas Gerais; não os nossos mineiros que buscam minérios nos subterrâneos das nossas minas; os nossos mineiros ditos metaforicamente, simbolicamente, os nossos cidadãos, concidadãos, conterrâneos nacionais que estão soterrados na escuridão do analfabetismo. Quero pedir que a gente veja como foi possível um país se juntar, canalizar os recursos necessários. E foram muitos. Vi, não sei onde, que gastaram US\$120 milhões na operação, e tenho certeza de que o povo chileno gastaria 200, 300, 500, 1 bilhão, se fosse preciso, para salvar aqueles 33 mineiros soterrados.

Por que a gente não gasta uma parcela, que não é grande, para salvar os nossos mineiros, para tirar os analfabetos adultos da escuridão, para garantir uma escola boa para nossas crianças, para, quando chegarem aos 15 anos, todas serem capazes de não apenas saber ler mas serem leitoras?

Lembro que ontem foi o Dia Nacional da Leitura, e estamos na Semana Nacional da Literatura, conforme lei originada aqui no Senado, de minha autoria, sancionada pelo Presidente Lula há dois anos.

Nós precisamos tirar do que houve no Chile não apenas a alegria de saber que a tecnologia, que o saber humano, que a engenharia, tudo isso pode ser usado a serviço da emoção, a serviço do bem estar, a serviço da vida, da solidariedade. Temos esperança, portanto, de que não seja uma regra natural absoluta que a ciência e a tecnologia estão comprometidas com o bolso, com o lucro. A ciência e a tecnologia podem ser comprometidas com o deslumbramento de ver pela televisão, no mundo inteiro, 33 pessoas serem salvas – o deslumbramento que nos trouxe a tecnologia da telecomunicação.

Usou-se a tecnologia da engenharia e da geologia para fazer um milagre, o milagre completo de furar um túnel de quase setecentos metros exatamente onde se desejava, colocar aquela cápsula, enfiá-la e retirá-la, enfiá-la e retirá-la até não ter mais ninguém perdido ali dentro. É muito mais fácil alfabetizar catorze milhões do que retirar 33 mineiros do fundo de um poço daqueles; leva mais tempo, mas é mais fácil. Tanto é mais fácil, que nós já temos muito mais milhões que sabem ler do que os milhões que não sabem ler; tanto é mais fácil, que nós já temos quase cinco milhões de brasileiros nas universidades.

Só para comparar, não para defender como estratégia: bastaria que cada universitário alfabetizasse duas pessoas e meia para termos resolvido o proble-

ma do analfabetismo. Isso mostra que os recursos que estão à nossa disposição são grandes. Não custa mais do que trezentos reais alfabetizar um adulto. Trezentos eu disse! Trezentos reais é o custo de alfabetizar uma pessoa. Depois custa mais para fazê-la gostar de ler, ter acesso a livros, ser leitora, aí é outra coisa. Simplesmente alfabetizar, porém, consegue-se com trezentos reais para cada pessoa. Multipliquem isso por catorze milhões e verão que não é um número absurdo o custo de se acabar com o analfabetismo. Divida por quatro, cinco ou seis anos, que é o tempo que esse processo poderia levar, e verão que é muito menos do que estamos gastando com coisas em relação às quais ninguém pergunta de onde vem o dinheiro: hidrelétricas, Copas, Olimpíadas e outras coisas mais. Gasta-se muito com a infraestrutura física da economia sem nenhuma preocupação, mas não se gasta para fazer a infraestrutura intelectual – eu diria até espiritual – de um povo por meio da leitura.

Vamos comemorar, sim, a grande vitória da humanidade, graças aos chilenos, de se retirar 33 mineiros que estavam presos a setecentos metros da superfície, mas vamos fazer um outro esforço também. Vamos tomar a decisão, que nunca um governo tomou no Brasil, de iluminar os catorze milhões que caminham sobre a superfície, mas que vivem na escuridão de não conhecerem o mundo a seu redor; de tomarem um remédio sem saber se é o que devem tomar porque não sabem ler o nome do remédio; de subirem num ônibus sem saberem se vai para onde querem porque não sabem ler o destino daquele ônibus; de não poderem procurar um emprego porque não sabem ler um anúncio no jornal – e se alguém ler para eles, não vão conseguir o emprego porque não sabem ler –; de caminharem em direção ao abismo porque não souberam ler: “Cuidado! Abismo à frente!” – é isto que leva muitos operários da construção a morrerem em acidentes no Brasil: não serem capazes de ler anúncios sobre o risco adiante.

Não temos estatísticas sobre o número de pessoas que morreram por serem analfabetas. Da mesma maneira que sabemos quantas morrem por não usarem o cinto de segurança no automóvel na hora do acidente, não sabemos quantas morrem por não terem o cinto de segurança que a alfabetização assegura ao permitir ler o que acontece ao redor, ao evitar que se tome veneno no lugar do remédio, ao permitir evitar um caminho que leva a um abismo, como nas construções civis.

Se somos capazes de nos alegrar com o salvamento de vidas enterradas, precisamos também cuidar para evitar mortes por causa do analfabetismo e evitar o sacrifício que significa ser analfabeto num

mundo baseado na letra. Não podíamos conviver com 33 homens enterrados debaixo da terra sob o deserto chileno. Como somos capazes de viver tranquilamente quando pessoas – catorze milhões no Brasil – são soterradas, estão soterradas, vivem soterradas pela incapacidade de viverem plenamente num mundo letrado? Como podemos não ficar tristes quando sabemos que essas pessoas não têm as luzes que as letras trazem? A luz do sol faltou àqueles mineiros, a luz das letras falta aos nossos catorze milhões de analfabetos. Vamos cuidar dos nossos mineiros analfabetos como o Chile cuidou dos seus 33 mineiros soterrados. Não custa muito, não tomaria muito tempo se aqui se tomasse a decisão que lá eles tomaram.

Obviamente, lá eles tomaram essa decisão pressionados por todos que estavam preocupados, mas aqui não nos preocupamos com o analfabetismo, e esse é o grande problema. Não há uma pressão no sentido de resolver esse problema. Não há mesmo sentimento, sensibilidade para sofrer por esse problema, como nós sofreremos quando uma pessoa, só uma, está enterrada em uma caverna debaixo da terra.

Nós choramos pelas pessoas perdidas numa caverna – felizmente, choramos –, mas não choramos pelas pessoas perdidas nas ruas das nossas cidades porque não sabem ler os nomes daquelas ruas, porque muitas vezes, Senador Suplicy, têm vergonha de perguntar a alguém que passa o nome da rua para não deixar transparecer que não sabem ler a placa que está ali. Esse é um sofrimento muito forte. É menor do que não ter oxigênio para respirar? É menor, dói menos, mas dói mais longamente.

Nós não temos o direito de comemorar aqui o salvamento dos mineiros chilenos se não fizermos o mesmo com todos os mineiros que temos no Brasil, soterrados de diversas formas. Eu falei da forma mais grave para mim, que é a do analfabetismo, mas há outras também: por falta do remédio para cuidar da saúde; por falta do médico para indicar o remédio; por falta de emprego, o que não permite sobrevivência plena; hoje há também os milhões de soterrados na droga, que é também uma forma de tirar oxigênio, de tirar a vida.

Nós precisamos cuidar dos nossos mineiros, seguir o exemplo do povo chileno. Parabéns ao povo chileno, mas aprendamos com eles que existem outros soterramentos, menos visíveis, menos dramáticos, mas não menos graves.

Era isso, Sr. Presidente, o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos ao Senador Cristovam Buarque.

Manifesto minha solidariedade também, neste cumprimento, ao povo chileno, pela maneira como conseguiu unir tantas pessoas no mundo, que acompanharam aquele formidável resgate presidido pelo Presidente do Chile. O resgate contou com o apoio de pessoas de todo o mundo e de maneira a unir todas as raças, pessoas de todas as origens, de todas as nacionalidades. Foi uma coisa muito bela perceber que, em situações como essa, é possível unir as pessoas em torno de uma causa tão humanitária, de grande relevância, em defesa da vida!

Meus parabéns a V. Ex^a.

Tem a palavra o Senador José Nery, do PSOL do Pará.

De onde são? (*Dirigindo-se às pessoas na galeria.*)

Ah, da Argentina! *Bienvenidos los* visitantes de Argentina, de Itália, de São Paulo e de tantos lugares! *Bienvenidos!* E de Minas Gerais também!

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Eduardo Suplicy, Sr^s e Srs. Senadores, venho à tribuna num momento de grandes definições para o País. Como se sabe, estamos diante do segundo turno das eleições presidenciais, numa disputa que, dia a dia, mostra-se mais acirrada e coloca todo o País em alerta. Por isso, não há melhor momento para apresentar uma avaliação sobre o primeiro turno das eleições presidenciais.

O primeiro turno da disputa eleitoral para Presidente da República envolveu nove candidatos de diferentes matizes ideológicos e programáticos. No decorrer da disputa, tiveram evidência, por razões que dispensam detalhamento, três candidaturas principais: a do ex-Governador José Serra, a da ex-Ministra Dilma Rousseff e a da Senadora Marina Silva.

Representando uma grande coalizão que governou o Brasil pelos últimos oito anos, Dilma apresenta-se como a candidata da estabilidade e do atual Governo. Tem defendido a manutenção da política econômica tão criticada pelo PSOL e não se comprometeu com as bandeiras históricas dos movimentos sociais.

Serra, por sua vez, embora busque representar uma alternativa de mudança, expressa, na verdade, a volta de um modelo ainda mais perverso para o Brasil. Subordinado ao projeto das grandes corporações, os oito anos de Governo dos tucanos foi marcado pelo desmonte do Estado brasileiro e pela incorporação de mecanismos legais que favoreceram os lucros das grandes multinacionais, ao mesmo tempo em que os serviços públicos eram sucateados e abandonados à própria sorte. Ou pior: à sanha imperdoável dos monopólios privados, como no caso da educação superior ou dos planos de saúde.

A candidatura da Senadora Marina Silva poderia ter representado uma ruptura com esse modelo. Tendo como origem uma crítica ao modelo de desenvolvimento em curso no Brasil, a candidatura da Senadora Marina não logrou êxito em diferenciar-se da orientação geral dos grandes projetos em disputa.

Quarto colocado na disputa presidencial, Plínio de Arruda Sampaio, candidato do PSOL, buscou ser o contraponto a uma eleição marcada pela semelhança de projetos.

Entre as propostas mais importantes defendidas pelo ex-Deputado e Presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra), estavam a suspensão e a auditoria da dívida pública, hoje estimada em mais de R\$1 trilhão; a limitação das propriedades em mil hectares e a estatização do sistema de saúde. Plínio defendeu também a entrada do Brasil na Alternativa Bolivariana para as Américas (Alba); uma reforma urbana radical, com a criação do aluguel compulsório, e a reestatização dos setores estratégicos da economia brasileira, privatizada pelos tucanos ao longo dos anos noventa.

Infelizmente, a injusta distribuição de tempo de TV, que privilegia as grandes máquinas partidárias, privou-nos da oportunidade de esmiuçar melhor essas propostas e assim evitar que o PSOL, com sua curta, mas intensa trajetória de contribuições ao País, fosse confundido com pequenas agremiações sectárias que pouco contribuem com o debate político em torno dos problemas mais urgentes do nosso povo.

Além disso, cabe destacar que o PSOL, ao contrário das grandes candidaturas que lideraram as pesquisas ao longo de todo o 1º turno, não aceitou recursos de grandes empresas nacionais ou estrangeiras, mantendo coerência com a proposta de financiamento público de campanha, da qual muitos se dizem defensores, embora amplamente financiados por bancos, empreiteiras e empresas de toda sorte. Basta olharmos a previsão de gastos das principais candidaturas: algo em torno de R\$400 milhões.

Este foi, portanto, Sr. Presidente, um 1º turno que primou pela lamentável semelhança de projetos e propostas e buscou sacramentar a ideia de que não há saídas ao modelo econômico e social das elites, que segrega e exclui milhares de brasileiros e brasileiras há mais de 500 anos.

Felizmente, meu companheiro de partido, Plínio de Arruda Sampaio, soube representar, dentro das evidentes limitações de um partido ainda em construção, o projeto de transformações estruturais construído pelos movimentos sociais e demais lutadores do povo na luta contra todas as formas de opressão e injustiça social.

Ao companheiro Plínio, ao Hamilton, nosso candidato a Vice-Presidente, os mais sinceros parabéns. Junto com Plínio e junto ao Plínio, expresso a todos os militantes do PSOL o nosso profundo agradecimento por terem levado às ruas, às fábricas, aos bairros, às escolas, às igrejas, às universidades, aos sindicatos o projeto que, para nós, representa uma esperança de mudança efetiva na política brasileira.

Ao Plínio, que tão bem representou essa necessidade de mudança histórica, que interpretou e transmitiu com muita sinceridade os melhores sentimentos de uma parcela do povo brasileiro, que acredita na política feita com ética, em defesa dos direitos das pessoas, de valorização do papel do Estado para assim servir aos interesses da sociedade, da comunidade, do povo, e não o Estado a serviço da reprodução dos interesses das elites e daqueles que, infelizmente, em nosso País, financiam as campanhas eleitorais. Ao Plínio, ao PSOL, a todos que lutaram de norte a sul deste País, na Amazônia, no Nordeste, no Centro-Oeste, no Sul e no Sudeste, o reconhecimento de que esta campanha eleitoral foi compreendida nos moldes em que pôde ser feita, nos marcos de um projeto em construção, como é o projeto do PSOL, e demonstra claramente que há um espaço para que a esquerda socialista, popular e democrática venha construir e finalizar os seus tentáculos nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, além da disputa presidencial, o PSOL disputou também os governos estaduais em todos os 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Em alguns casos, como acontece com todos os partidos, o pouco enraizamento que temos em alguns Estados não permitiu que tivéssemos um desempenho melhor, permitindo assim irradiar nossas propostas em cada região do País. Em alguns deles, contudo, o nosso PSOL teve desempenhos excelentes. Cito dois exemplos. No meu querido Estado do Pará, Fernando Carneiro, historiador e dirigente do PSOL não só obteve o terceiro melhor desempenho entre os candidatos do PSOL a governador em todo o País, como também foi fundamental para desfazer a ideia de uma eleição plebiscitária entre o PT e o PSDB que tentaram reproduzir também em nosso Estado. Com propostas firmes e demonstrando profundo conhecimento da realidade do nosso Estado, Fernando Carneiro alcançou mais de 3% dos votos e ajudou o PSOL a se consolidar como alternativa de mudança que começa a nascer a partir de agora.

Outro exemplo da vitalidade do PSOL nessas eleições de 2010 se expressou no Distrito Federal. Aqui, o candidato do PSOL, Toninho Andrade, carinhosamente conhecido como Toninho do PSOL, obteve quase 200

mil votos, o que representou cerca de 15% dos votos nessa eleição no Distrito Federal. Toninho, psicólogo, Presidente do PSOL no Distrito Federal e fundador da CUT, não apenas foi o terceiro colocado nas eleições, com chances reais de chegar ao segundo turno, como também alcançou o maior percentual entre todos os candidatos do PSOL a governador, repetindo aqui o feito de 2006.

Em nome dos meus companheiros Toninho e Fernando Carneiro, quero saudar o desempenho de todos os candidatos do PSOL no País, com especial destaque à reeleição dos Deputados Chico Alencar, o segundo mais votado no Rio de Janeiro, e Ivan Valente, Líder do PSOL na Câmara dos Deputados e digno representante do povo de São Paulo. A permanência desses companheiros, superando todas as dificuldades, para alcançar o coeficiente eleitoral, é uma vitória do PSOL e da esquerda brasileira como um todo.

Mas é verdade, Senador Suplicy, que nem só de vitórias vive o PSOL. Duas grandes guerreiras não obtiveram êxito na disputa eleitoral. A ex-Senadora e Presidente nacional do PSOL, a companheira Heloísa Helena, lutou contra o poder econômico das máquinas partidárias e uma campanha de difamação nunca conhecida na história de Alagoas e não se elegeu ao Senado, muito embora tenha liderado as pesquisas durante quase todo o primeiro turno. Com certeza, o Senado Federal perde em brilho e combatividade sem o retorno da nossa Presidente nacional.

No Rio Grande do Sul, a Deputada Federal Luciana Genro, mesmo alcançando expressivos 130 mil votos, não ultrapassou a barreira do coeficiente eleitoral e, pela primeira vez, após 16 anos como Parlamentar, não conseguiu se eleger.

O PSOL do Rio Grande do Sul, um dos mais fortes e organizados do País, certamente, sentirá essa perda, mas saberá superá-la e, certamente, reconstruirá as condições para conduzir Luciana outra vez à Câmara dos Deputados como uma das Parlamentares mais votadas daquele Estado e uma das mais brilhantes que o Congresso Nacional conheceu.

Sr. Presidente, Senador Suplicy, como é do conhecimento de todos, candidatei-me, no Estado do Pará, a uma vaga na Assembleia Legislativa, dentro de uma estratégia de fortalecimento do projeto partidário do PSOL no Estado do Pará. Mesmo com a extraordinária votação do companheiro Edmilson Rodrigues, Deputado eleito mais votado no Estado do Pará, não alcançamos os votos suficientes para eleger dois Deputados. Também nesse caso as dificuldades estruturais frustraram parte de nossas expectativas. Mesmo assim, tenho convicção de que cumpri importante papel e avançamos

na construção de nosso projeto de enfrentamento às injustiças sociais no Pará e no Brasil.

Sr. Presidente, com certeza, mesmo com a não eleição, entendo que não há nada a lamentar, pois fizemos uma campanha bonita, honesta, limpa e, acima de tudo, inspirada nos ideais socialistas da ética, da luta dos trabalhadores e trabalhadoras, da defesa dos direitos humanos, da defesa dos menos favorecidos e dos marginalizados de toda ordem e na esperança de ajudar a construir um Pará mais justo, mais igualitário, sustentável e democrático.

Quero, neste momento, expressar o meu profundo agradecimento a todos os paraenses que sufragaram o nosso nome na eleição de 2010, em especial dos Municípios de Abaetetuba, Belém, Barcarena, Viseu, Portel e de todos os Municípios paraenses que nos ajudaram a ter um desempenho, colocando-nos na primeira suplência da chapa do PSOL à Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Aliás, Sr. Presidente, foi do Estado do Pará que veio uma feliz surpresa. Nossa candidata ao Senado, a ex-Vereadora de Belém, professora e militante das causas sociais no nosso Estado, a companheira Marinor Brito, foi eleita Senadora com mais de 727 mil votos. É uma conquista que esperamos ser confirmada pela validade da Lei da Ficha Limpa já nessas eleições, o que manterá o Estado do Pará com ao menos uma representação de esquerda e socialista no Senado Federal.

Nessa questão, Sr. Presidente, a palavra está com o Supremo Tribunal Federal, que deverá se pronunciar o mais rápido que puder para dizer se vale para estas eleições a lei que aprovamos aqui no Congresso Nacional, estabelecendo critérios de elegibilidade para os candidatos às eleições parlamentares. A nosso ver, deve, sim, ter validade para as eleições de 2010.

Não resta qualquer dúvida quanto à necessidade e à urgência de parâmetros que ajudem o povo brasileiro a escolher melhor seus representantes, colocando e permitindo que as chapas para as diversas disputas sejam compostas por pessoas que preencham critérios políticos, de idoneidade, de seriedade. Aqueles que têm mais folha corrida na polícia e na Justiça do que currículo para apresentar não podem continuar disputando eleições no nosso País. Esperamos uma palavra decisiva e importante do Supremo Tribunal Federal, que deve decidir o quanto antes, para não ficar nenhuma dúvida quanto ao processo que se estabeleceu em nosso País, tendo em vista que essa lei já produziu muitos efeitos, inclusive fazendo com que boa parte do eleitorado brasileiro tenha se fixado em critérios mais rigorosos para escolher seus representantes.

Com a palavra o Supremo Tribunal Federal, que deve responder ao anseio de milhões de brasileiros que querem ver a política sendo exercitada com ética, com

cidadania, com direitos e, sobretudo, que fichas-sujas não tenham o direito de representar o nosso povo, seja no Parlamento, seja nos cargos do Poder Executivo.

Mas também, Sr. Presidente Eduardo Suplicy, no Estado do Amapá, o PSOL também elegeu um Senador, o companheiro Randolfe Rodrigues, professor, Presidente do PSOL, no Amapá e ex-Deputado Estadual. É o mais jovem Senador eleito no Brasil e o mais votado da história daquele Estado, com 203 mil votos. Símbolo de luta, de compromisso com os mais pobres, da luta contra todo o tipo de opressão, da luta em defesa da educação das populações tradicionais da Amazônia, Randolfe, com certeza, dará uma grande contribuição, no Senado Federal, a um projeto popular e socialista, com a sua conhecida combatividade e responsabilidade com os rumos do nosso País.

Expresso aqui, Sr. Presidente, a certeza de que ter no Senado Federal, entre os 81 Senadores, dois professores com as qualidades, os compromissos, a história, a trajetória de Randolfe e Marinor Brito é a certeza de que os bons embates em prol da luta por ética na política e defesa de um projeto de mudanças e transformações sociais para o nosso País, da defesa do meio ambiente na Amazônia, da defesa dos interesses dos trabalhadores e trabalhadoras, da luta por um programa popular e socialista para o Brasil.

Tenho certeza de que, no próximo período, os embates e os debates nesta Casa maior do Poder Legislativo brasileiro contarão com a inteligência, com a tenacidade, com o compromisso, com a determinação, com a vontade e sobretudo os movimentos sociais terão nesses dignos representantes da Amazônia, dos Estados do Pará e do Amapá, alguém que aqui representará, com muito vigor e com muita força, essa luta por mudança e por transformações em nosso País.

Sr. Presidente, a respeito da postura do Senador eleito Randolfe Rodrigues, queria, ao final, tornar pública uma nota que lançou hoje, esclarecendo uma notícia veiculada em vários jornais do País no dia de hoje. Na nota, o Senador eleito Randolfe Rodrigues afirma que não declarou voto na candidata Dilma e disse claramente da sua postura contrária ao projeto representado pelo ex-Governador José Serra.

Disse ter com o projeto de José Serra, na verdade, a mais absoluta oposição e declarou as suas divergências históricas, programáticas com a candidata Dilma Rousseff.

Diz o Senador eleito Randolfe Rodrigues: “Esclareço que, em nenhum momento, este Senador eleito pelo PSOL do Amapá deu declarações públicas de voto na candidata petista Dilma Rousseff”. Randolfe afirma que aguarda e seguirá a orientação da Executiva Nacional do PSOL, que se reunirá amanhã, dia 15 de outubro,

em São Paulo, para definir a política do Partido com relação ao pleito de 31 de outubro.

O Senador Randolfe tem clareza do que está em disputa neste processo e afirma que não deu nenhuma declaração pública, refutando, então, as informações que foram veiculadas pela imprensa brasileira.

Por último, Sr. Presidente, quero encerrar este pronunciamento falando justamente sobre este segundo turno das eleições presidenciais. Daqui a duas semanas, os brasileiros e brasileiras terão de escolher quem governará o País pelos próximos quatro anos. Infelizmente, nenhuma das candidaturas que disputam o segundo turno tem identidade com as propostas do PSOL. Por isso, a direção nacional do Partido, que se reúne amanhã, em São Paulo, com o companheiro Plínio de Arruda Sampaio, deverá tomar uma decisão levando em conta essa situação.

Isso não significa, porém, que o PSOL considere os projetos em disputa idênticos. Sabemos as diferenças que se expressam entre o projeto tucano e o projeto da coalizão liderada pelo PT e pelo PMDB. Mas é importante assinalar que, em algumas áreas, especialmente em relação a alguns programas sociais, bem como a política externa brasileira, essas diferenças são nítidas em relação às duas candidaturas que disputam a eleição presidencial em segundo turno, no dia 31 de outubro. Contudo, é provável que o PSOL defina-se pela neutralidade e pela independência neste segundo turno, deixando aos militantes, aos eleitores, aos apoiadores e simpatizantes do PSOL a reflexão e uma decisão muito particular que cada um deve tomar, pensando naquilo que possa representar o melhor ou pior para o nosso País.

Portanto, essa é uma decisão que pertence aos brasileiros e brasileiras que acreditam no trabalho, na luta, no projeto político defendido pelo Partido Socialismo e Liberdade.

Colabora para esta conclusão a escalada conservadora que transformou o segundo turno da disputa eleitoral em uma luta para afirmar princípios religiosos e de fé, que em nada contribuem para a administração dos principais problemas do País e, muitas vezes, poluem o debate em torno de avanços civilizatórios que queremos conquistar.

Por isso, registro aqui que o PSOL será oposição a qualquer dos candidatos que disputem este segundo turno, buscando fazer avançar a resistência popular e construindo, nas lutas sociais, um projeto alternativo para o Brasil, o Brasil socialista e democrático

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Meus cumprimentos, Senador José Nery.

Minha homenagem também à luta do PSOL e de pessoas nesse Partido que batalharam pelas ideias

nas quais acreditam, desde Plínio de Arruda Sampaio, V. Ex^a, Toninho do PSOL, Ivan Valente, Chico Alencar, Heloísa Helena, Randolfe Rodrigues, Luciana Genro, no Rio Grande do Sul, e no próprio Estado de V. Ex^a, o Pará, a candidata ao Senado,...

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Marinor Brito.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Marinor Brito, e tantos outros que V. Ex^a mencionou em seu pronunciamento.

Espero que todos aqueles que votaram em Plínio de Arruda Sampaio possam muito bem refletir sobre quais candidatos estão mais próximos dos ideais de maior justiça e igualdade em nosso País, para a sua decisão no segundo turno. Obviamente, a minha recomendação é a nossa candidata Dilma Rousseff, mas vamos respeitar as decisões que o PSOL vier a tomar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – O Senador Geraldo Mesquita Júnior apresentou os **Requerimentos nºs 820 e 821, de 2010**, solicitando licenças para se ausentar dos trabalhos da Casa a fim de participar, como membro titular da Representação Brasileira do Parlamento do Mercosul, do V Curso Anual de Direitos Humanos – CADH, na Cidade de Joinville, Santa Catarina, e para participar de audiência pública para a elaboração do Informe Anual sobre a Situação dos Direitos Humanos nos Estados Partes do Mercosul, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, em Buenos Aires, Argentina.

Nos termos do art. 41 do Regimento Interno, a Presidência defere os presentes Requerimentos.

São os seguintes os Requerimentos deferidos:

REQUERIMENTO Nº 820, DE 2010

Requeiro nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar do V Curso Anual de Direitos Humanos – CADH, como membro titular de Representação Brasileira do Mercosul, a realizar-se entre os dias 19 e 21 do corrente na cidade de Joinville, Santa Catarina. – Senador **Geraldo Mesquita Junior**.

REQUERIMENTO Nº 821, DE 2010

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar de Audiência Pública para elaboração do “Informe Anual sobre a Situação dos Direitos Humanos nos Estados Partes do Mercosul”, da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do Mercosul, a

realizar-se na cidade de Buenos Aires, Argentina, no próximo dia 25 de outubro de 2010.

Informo que estarei ausente do País no período de 24 a 26 de outubro do corrente ano para participar do referido evento. – Senador **Geraldo Mesquita Júnior**.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada, “O Homem que se diz

uma bomba”, publicada na revista *Veja* em sua edição de 21 de julho de 2010.

A matéria destaca que Demetrius Felinto, ex-funcionário do Palácio do Planalto, afirma que o governo escondeu imagens das câmeras de segurança que comprometem a candidata petista Dilma Rousseff.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O HOMEM QUE SE DIZ UMA BOMBA

**Demetrius Felinto,
ex-funcionário do
Palácio do Planalto,
afirma que o governo
escondeu imagens
das câmeras
de segurança que
comprometem a
candidata petista
Dilma Rousseff.**

DANIEL PEREIRA

Veja 21/07/2010

Há sete meses o técnico de informática Demetrius Sampaio Felinto se comunica com gabinetes de senadores, conversa com autoridades do governo e mantém contatos com o comitê de campanha do PT oferecendo-se para revelar ou para não revelar, dependendo do interlocutor, uma história explosiva. Segundo ele, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República escondeu as imagens que comprovam uma controversa reunião entre a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira e a então ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff. Na ocasião, a petista teria pressionado a secretária a encerrar uma investigação do Fisco sobre a família do presidente do Congresso, o senador José Sarney. A ordem, se verdadeira, configuraria um crime grave praticado pela candidata do PT à Presidência. Dilma, porém, sempre negou a existência do encontro, confirmado em detalhes pela ex-secretária da Receita no ano passado. Como não havia testemunhas da reunião, a única maneira de esclarecer a controvérsia seria recorrer às imagens do circuito interno de TV do Palácio do Planalto. Mas o serviço de segurança da Presidência informou que as fitas haviam sido apagadas — e o caso foi dado como encerrado, diante da impossibilidade de descobrir quem estava com a verdade. Isso agora pode mudar.

Responsável pelo sistema de câmeras do Palácio do Planalto até meados do ano passado, Demetrius Felinto garante que as imagens existem. Ele mesmo teria feito uma cópia de segurança dos arquivos e guardado o material em um computador instalado no Palácio do Planalto. O vídeo mostraria, com data, hora e local, o que há quase dois anos Dilma Rousseff estaria tentando esconder: o momento exato em que Lina Vieira chega ao Palácio, dirige-se ao 4º andar, entra no gabinete da ministra, onde permanece por algum tempo, e, depois, faz o caminho de volta. De acordo com a ex-secretária da Receita, a reunião na qual Dilma lhe pediu que interferisse na investigação sobre a família Sarney ocorreu na manhã de 9 de outubro de 2008. O Gabinete de Segurança Institucional assegurou que o sistema apaga os arquivos a cada trinta dias e, por isso, não havia mais como acessar os vídeos gravados

na data da suposta reunião. “Isso não é verdade”, garantiu Demetrius Felinto em entrevista a VEJA. “O vídeo gravado está no Palácio do Planalto. Ele mostra que a ex-secretária esteve lá na Casa Civil.”

O problema do homem que se apresenta como uma bomba prestes a explodir é que para contar ou omitir o que sabe ele exige algumas compensações. VEJA manteve quatro contatos com o técnico de informática. No primeiro, em 12 de maio passado, ele pediu a uma amiga, a psicóloga Marizia Bonifácio, que ligasse para a redação da revista, em São Paulo. Forneceu sua identidade, detalhes do trabalho que exercia no Palácio do Planalto e disse que tinha o vídeo mostrando o exato momento em que Lina Vieira entrava e saía do gabinete da ministra Dilma Rousseff. Demetrius também contou que, por saber demais, estava sendo perseguido e “tinha medo de ser morto pelo PT”. Por fim, queria saber quanto a revista pagaria pela história. Informado de que VEJA não compra informação, o técnico pediu um tempo para pensar sobre a possibilidade de conceder uma entrevista e encerrou a ligação.

Dias depois, o contato foi feito com o comitê de campanha da candidata petista Dilma Rousseff, em Brasília. A história foi repetida. Dessa vez, comprometendo-se a manter silêncio sobre o que diz saber, Demetrius pediu um emprego. Uma funcionária do comitê solicitou a ele que enviasse seus dados pelo correio eletrônico. Demetrius, que estava desempregado havia oito meses, foi contatado cinco dias depois por uma empresa prestadora de serviços ao Senado. A partir daí, o técnico de informática desapareceu. Em 23 de junho, VEJA conseguiu localizá-lo pelo telefone. Ele reclamou que sua situação pessoal continuava complicada, mas concordou em marcar um encontro em que narraria detalhes de tudo o que sabia. Na ligação, que durou três minutos e dezoito segundos, parecia preocupado: “Queria contar tudo, mas tenho muito medo. Medo de não conseguir mais emprego. Medo de acontecer alguma coisa mais grave comigo”. Dez minutos depois, Demetrius ligou de outro aparelho, explicando que aquele número era mais seguro. A conversa, dessa vez, durou dezesseis minutos e 54 segundos:

Brasil

SEM REGISTRO

O general Jorge Félix, chefe do Gabinete de Segurança Institucional: segundo ele, as fitas são apagadas a cada trinta dias

Você tem uma cópia desse vídeo? Fiz uma cópia para me resguardar. Está num computador dentro do próprio Planalto. Tenho acesso a ele na hora que quiser.

Você está disposto a contar tudo? A história envolve uma candidata à Presidência. Eu estou doente, sofrendo de síndrome do pânico por causa de tudo isso. Tenho muito medo de contar e me prejudicar ainda mais. Quem vai dar emprego a alguém envolvido em um escândalo desses?

Demetrius agendou um encontro para o dia seguinte. Horas depois, desmarcou. Diante da insistência da reportagem, enviou uma mensagem eletrônica: "Em que vocês podem me ajudar? Vão me arrumar emprego?". O técnico de informática foi contratado por uma empresa que presta serviços ao Senado Federal, a A7 Telecom, dias depois desta entrevista. Ele está lotado na Secretaria de Telecomunicações e recebe um salário de 1 285 reais. No dia 1º de julho, VEJA procurou-o pela terceira vez. Demetrius ficou nervoso ao ser abordado pelos jornalistas: "Lembra daquilo que eu te falei? Naquela mesma semana que você me ligou, eu vim fazer uma entrevista e comecei a trabalhar. Estou há oito meses desempregado. Um escândalo como esse aí, eu garanto para você, estou na rua de novo. Eu não vou me envolver", disse.

Mas você disse que tinha uma cópia do vídeo. É, mais ou menos.

Está em um computador no Palácio do Planalto? Está em algum lugar. (...) Agora, me tira do foco. Porque tem como vocês recuperarem tudo o que vocês querera, da mesma forma que eu falei na época para o general (Jorge Félix) que tinha condições.

Você conversou com o general Félix pessoalmente? Conversei pessoalmente. Não sei se você entende de informática, mas na informática nada se destrói. Então, há condições de você recuperar. É pegar os HDs, levar para uma empresa especializada e pedir para recuperar. Só isso.

E isso foi feito?

Na época foi mandado um arquivo para São Paulo e o cara lá falou que estava visualizando tudo direitinho.

Foi recuperado então? Foi.

Demetrius deixou o Palácio do Planalto depois de a ex-secretária Lina Vieira revelar, em agosto, o polêmico encontro com Dilma Rousseff. O técnico era contratado por uma empresa terceirizada, a Telemática. Após o escândalo, foi orientado a se esconder no Rio de Janeiro. Oficialmente, estava fazendo um curso. Ex-funcionário da extinta Siderbrás, Demetrius conta que, para manter o silêncio sobre as fitas, recebeu a garantia de que quando retornasse do "curso" seria contratado pelo governo. "Ele ficou trancado em um hotel durante um mês, sendo pressionado para ficar calado e esperando que resolvessem sua questão funcional. Mas nada disso aconteceu", confirma a psicóloga Marizia Bonifácio. Depois disso, segundo ela, Demetrius decidiu contar o que sabia, mas precisa-

AMIGA E TERAPEUTA

Marizia Bonifácio: "Ele ficou trancado em um hotel durante um mês, pressionado para ficar calado"

De: Senador Brasília [mailto:senbrasil@brasil.senado.gov.br]
 Enviada: qua 23/12/2009 00:00
 Para: Sen. Arthur Virgílio Neto; Sen. Heráclito de Sousa Fortes; Sen. Marco Antônio Perillo;
 Sen. Serys Marty Silhessarenko; Sen. Alvaro Dias; Sen. Eduardo Azeredo
 Assunto: Denúncia

Exmo. Sr. Senador,

 tenho no _____

Fui o responsável pelo sistema de câmeras e controle de acesso do Palácio do Planalto em Brasília.

A empresa Telemática juntamente com a Casa Civil, "armou o circo" para fazer com que tudo pudesse parecer um simples incidente de imagens apagadas, mas não foi o que realmente ocorreu. Sob a promessa de fazer minha reintegração no governo federal [ex-Siderbrás -

Hoje, desempregado, humilhado, fugido e profundamente decepcionado com o desenrolar dos fatos, estou disposto a contar tudo que eu sei, inclusive com provas, para que não seja mais um escândalo que possa ficar impune.

Atenciosamente

Demetrius Sampaio Felinto

E-MAIL AO CONGRESSO
Em dezembro passado, Demetrius mandou uma mensagem aos senadores narrando o que ele chamou de "circo" da Casa Civil para ocultar as imagens e se oferecendo para contar toda a verdade. Depois, assustado, recuou

IDAS E VINDAS *O senador Alvaro Dias pediu à Polícia Legislativa para investigar o caso. Em depoimento, o técnico de informática não desmentiu as informações, mas negou que tivesse mandado a mensagem eletrônica. O e-mail, porém, saiu de sua conta pessoal*

va de alguma compensação. Antes dos contatos com a revista, ainda de acordo com a terapeuta e amiga, Demetrius recorreu a vários senadores. De fato, em 23 de dezembro do ano passado, o técnico encaminhou um mesmo e-mail a vários parlamentares no qual diz que a Telemática "armou um circo" com a Casa Civil para convencer a opinião pública de que as imagens haviam sido de fato apagadas. "Sob a promessa de fazer a minha reintegração no governo federal, tentaram me calar. Hoje, estou disposto a contar tudo o que sei, inclusive com provas, para que não seja mais um escândalo que possa ficar impune", escreveu no texto.

A mensagem foi divulgada pelo senador Alvaro Dias. Assustado, Demetrius negou à Polícia Legislativa do Senado a autoria do e-mail, culpou colegas de trabalho, mas não desmentiu o teor das informações. "Depois disso, ele passou a receber ameaças e desenvolveu síndrome do pânico", conta a terapeuta, lembrando que o governo ameaçou processá-lo com base em uma cláusula contratual de trabalho que prevê confidencialidade. Consultora jurídica da Telemática, a advogada Norma Novaes disse que Demetrius deixou a empresa porque os trabalhos no Planalto haviam sido concluídos e confirmou que os contratos exigem sigilo das partes envolvidas, o que a impediria de comentar a polêmica sobre o destino das imagens captadas. "Já houve no passado uma tentativa dele (Demetrius) de chantagear a empresa", disse a representante da Telemática. O GSI se limitou a ratificar que as imagens não existem. Já a A7 Telecom informou que Demetrius foi selecionado através de um banco de currículos e está em período de experiência na companhia. Por enquanto, mostra-se um profissional correto, competente e cumpridor de suas atribuições — e ainda encarnando o papel de uma enigmática bomba ambulante: "Se fiz cópia? Claro. Era uma obrigação minha", reafirmou a VEJA na última quinta-feira. Demetrius Felinto pode estar desesperado ou ter outras motivações para narrar essa história. Mas, pelo que ele já revelou até agora, sua narrativa precisa ser apurada pelas autoridades competentes, sob pena de o enredo causar mais danos debaixo do tapete do que à luz do dia. ■

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no âmbito das políticas públicas existem vários temas que representam especial desafio aos governantes. Quero tratar, no dia de hoje, de um desses temas difíceis que é a questão das políticas voltadas à juventude brasileira.

A estrutura do governo em nosso País está montada em função das grandes áreas temáticas, segundo viés bastante tradicional. Existem ministérios para cuidar da saúde, da educação, do trabalho, do planejamento, da economia, e por aí vai. Cada um deles tem suas ações definidas, sua ótica própria na elaboração de políticas públicas e sua tradição de gestão particular.

Entretanto determinadas políticas públicas exigem um tratamento que atravessa mais de um desses campos temáticos. Quando afirmo que a construção de uma política voltada especificamente à juventude é um grande desafio, na realidade estou me baseando no fato de que hoje os problemas específicos que afligem nossa juventude exigem um trabalho multidisciplinar coordenado e colaborativo, o que, por vezes, parece ultrapassar a capacidade de gestão disponível no aparato de governo.

Há algum tempo, a solução para tratamento desses temas multidisciplinares tem sido a criação de secretarias especiais encarregadas de coordenar o esforço dos diferentes ministérios. Entretanto, é necessário que esses órgãos se tornem o verdadeiro espaço no qual se estabeleçam as políticas públicas e não apenas o lugar de juntar pedaços de ações já existentes nos diferentes ministérios.

Sou, portanto, contrário a políticas costuradas à moda do Frankenstein. O produto final, nesses casos, dificilmente atende às necessidades dos brasileiros.

Por que deve existir uma política pública específica para a juventude brasileira? As pesquisas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE vêm mostrando uma radical mudança na composição por idade da população brasileira. A participação percentual da faixa etária entre 15 e 29 anos, que atingiu seu máximo no ano 2000, vem caindo paulatinamente desde então. A população brasileira está envelhecendo e o censo de 2010 deve consolidar a tendência de liderança da faixa etária entre 30 e 59 anos, com crescimento cada vez mais consistente do grupo com idades superiores aos 60 anos.

Essa faixa que hoje vai dos 30 aos 59 anos tem sua qualidade de vida pautada pelas políticas públicas voltadas à juventude de 20 anos atrás. E o que damos aos jovens de hoje vai se refletir na qualidade de vida do grupo majoritário da população brasileira daqui a

20 anos, quando representarão em torno de 40 a 45% da população total.

Cuidar da juventude nos dias de hoje, portanto, é cuidar do bem estar de nosso País daqui a 20 anos.

Políticas específicas para a juventude são bastante recentes na história brasileira, segundo a publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea intitulada “Juventude e Políticas Sociais no Brasil”, coordenada pelos pesquisadores Jorge Abrahão de Castro, Luseni Maria de Aquino e Carla Coelho de Andrade.

A Constituição de 1988 deu o pontapé inicial a considerar crianças e jovens como sujeitos de direitos, o que implica a necessidade de atenção especial do Estado.

As primeiras formulações de políticas públicas voltadas propriamente à juventude datam de 2005. A criação da Secretaria Nacional da Juventude é o marco dessa mudança de foco. Entretanto, grande parte do que ela vem fazendo é pouco mais do que costurar ações preexistentes que já vinham sendo desenvolvidas no âmbito dos ministérios.

Como resultado disso, da falta de inovação e das limitações de gestão, a juventude brasileira segue sendo a vítima preferencial da violência urbana, especialmente homicídios e acidentes de trânsito. Trinta e sete por cento do total de mortes são de jovens, 93% dos quais rapazes, que apresentam 78% das causas por esses motivos externos.

Dezenove por cento do grupo entre 18 e 24 anos registra dependência de álcool, contra 12% das outras faixas etárias. Trinta por cento dos casos de Aids, transmitida principalmente pela via sexual, estão no grupo de 15 a 29 anos. Vinte e seis e meio por cento das vítimas fatais e 37% das vítimas não fatais de trânsito são jovens.

Mesmo com o avanço da renda do brasileiro, 30% dos jovens vivem em famílias com renda familiar *per capita* de menos de meio salário mínimo e mais 53% estão em famílias com renda entre meio salário e dois salários mínimos. Mais de 12% da juventude está na faixa de pobreza extrema.

No quesito educação, pouco menos da metade da população entre 15 e 17 anos está no ensino médio, sendo que 44% ainda não concluíram o ensino fundamental. No estrato entre 18 e 24 anos, menos de um terço da população está na escola e apenas 13% estão no ensino superior. As principais causas de abandono da escola nessas faixas etárias são busca de trabalho para os homens e gravidez para as mulheres.

O encaixe do jovem no mercado de trabalho também tem sido em situação precária, em postos de menor qualificação, com salário menor e, em muitas

das vezes, sem carteira assinada. Metade dos jovens entre 18 e 24 anos que trabalham não têm essa garantia legal.

O Programa Nacional de Jovens – Projovem já teve várias formas diferentes desde seu primeiro lançamento em 2005, e posteriores remodelações em 2007 e 2008. Essa colagem de programas dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Educação, do Trabalho e Emprego e da própria Secretaria Nacional da Juventude, ligada à Presidência, contudo, ainda não conseguiu resultados que nos permitam afirmar que temos finalmente uma política social competente para a juventude brasileira.

De fato, acabam representando pouco mais do que uma extensão do Bolsa Família. Dentro daquela projeção do crescimento populacional que citei há pouco, se seguirmos exclusivamente com políticas do tipo do Bolsa Família, teremos a maior parte de população brasileira profundamente dependente do governo para o atendimento de suas necessidades básicas daqui a 20 anos.

O que queremos é evitar a reedição histórica do “pão e circo” que determinou a decadência do Império Romano exatamente quando tudo parecia estar indo bem.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é necessário dispor de uma variedade maior de ações voltadas à juventude, consolidada em uma política pública sustentável no longo prazo. Um desafio intelectual e de gestão se apresenta à nossa geração. Precisamos avaliar melhor os resultados alcançados até o momen-

to e apresentar críticas e sugestões aos governantes atuais, nas esferas federal, estadual e municipal do poder público, visando o aperfeiçoamento das políticas públicas e das instituições encarregadas de sua aplicação.

A simples repetição de políticas preexistentes e a criação de órgão públicos de coordenação sem expressão e peso real na formulação de políticas públicas não são capazes de resolver nossos problemas.

Infelizmente as inúmeras secretarias da juventude, criadas à moda de imitação da estrutura do Governo Federal dentro de Estados e Municípios, apresentam também resultados pífios, diante do tamanho do problema.

Enquanto não conseguirmos posicionar o problema da juventude brasileira em lugar central nas preocupações públicas, não como um viés de polícia, mas com uma visão política de longo prazo, continuaremos comprometendo nosso futuro até o ponto em que pode se tornar irreversível a tendência à decadência.

E, sem dúvida nenhuma, cabe ao Parlamento brasileiro encaminhar esse debate e avaliar as soluções propostas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy. Bloco/PT – SP) – Nada mais havendo a tratar, damos por encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 58 minutos.)

**SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507**, ADOTADA EM 05 DE OUTUBRO DE 2010 E PUBLICADA NO DIA 06 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “**INSTITUI HIPÓTESES ESPECÍFICAS DE SANÇÃO DISCIPLINAR PARA A VIOLAÇÃO DE SIGILO FISCAL E DISCIPLINA O INSTRUMENTO DE MANDATO QUE CONFERE PODERES A TERCEIROS PARA PRATICAR ATOS PERANTE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE IMPLIQUEM FORNECIMENTO DE DADO PROTEGIDO PELO SIGILO FISCAL**”:

LEGISLATORES	EMENDAS
Deputada Alice Portugal – PC do B	005
Deputado Arnaldo Faria de Sá – PTB	001
Deputado Carlos Alberto Leréia – PSDB	006, 008
Deputado Fernando Melo – PT	002, 012, 014, 016, 018, 020
Deputado Geraldo Magela – PT	007
Deputado Jovair Arantes – PTB	004, 011, 013, 015, 017, 019
Deputado Luiz Carlos Hauy – PSDB	010
Deputado Onyx Lorenzoni – DEM	009
Deputado Paes Landim – PTB	003
Deputado Walter Feldman – PSDB	021

SSACM

Total de Emendas: 021

MPV-507

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00001

DATA 13/10/2010	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 2010
--------------------	---

AUTOR Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB SP	Nº PRONTUÁRIO 337
--	----------------------

TIPO				
1 (X) SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGOS 1º, 2º, 3º, 4º e 6º	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
--------	--------------------------------	-----------	--------	--------

TEXTO

Suprimam-se os arts. 1º, 2º, 3º, 4º e 6º da Medida Provisória.

JUSTIFICATIVA

Antes da promulgação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001, consolidou-se na jurisprudência do Pretório Excelso a impossibilidade de se editar medida provisória cujo conteúdo resultasse na imposição de normas penais que criassem ou ampliassem figuras típicas penais, ou implicassem no endurecimento de sanções. Abria-se exceção apenas para comandos que se revestissem de caráter mais benéfico para os alcançados, conforme se lê no seguinte trecho do acórdão prolatado no âmbito do RE 254818-9/PE, relatado pelo ministro Marco Aurélio:

"O que importa, contudo, é que todos os fundamentos aventados para vedar a medida provisória em matéria penal dizem respeito às normas penais que criam ou ampliam tipos ou lhes exarcebam a pena, hipóteses a que, conforme o sistema, se pode razoavelmente estender aquelas que, de qualquer outro modo, beneficiam a pretensão punitiva em detrimento da liberdade.

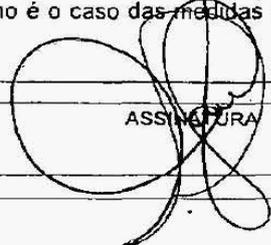
Não, porém, as normas de Direito Penal que, ao contrário, abolem crimes ou lhes restringem o alcance, extingam ou abrandem penas ou ampliem os casos de isenção de pena ou de extinção da punibilidade: em síntese, as leis penais mais favoráveis à liberdade que à pretensão punitiva.

O **distínguo**, repita-se, quando não está expresso, decorre, nos autores invocados, do raciocínio desenvolvido, que logicamente não alcança a edição por medida provisória da norma penal mais benéfica."

Com a aprovação de novo regime jurídico para a edição de medidas provisórias, a discussão se pacificou também no direito escrito. De acordo com a alínea b do inciso I do § 1º do art. 62 da Carta, introduzido pela aludida EC 32/2001, restou expressa a vedação de que se cuide, por medida provisória, de matéria atinente a direito penal, de forma ainda mais radical do que aquela que já se produzia no âmbito da doutrina e da jurisprudência, vez que não se pode mais abordar o assunto, por meio do instrumento de que se cuida, sequer para a introdução de normas penais de caráter mais liberal.

A discussão que se trouxe a lume cabe, perfeitamente, no campo do direito administrativo disciplinar. Malgrado diferenças que se possam traçar entre um e outro ramo do direito, não há dúvida de que a convergência ontológica entre a configuração de delitos administrativos e a delimitação de figuras típicas penais justifica de forma plena a atribuição de tratamento semelhante, no que diz à proteção quanto à abordagem de tema da espécie por meio de instrumento jurídico revestido de extrema excepcionalidade, como é o caso das medidas provisórias. Invoque-se, em favor da tese, o seguinte excerto:

ASSINATURA



APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 13/10/2010	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 2010
--------------------	---

AUTOR Deputado Arnaldo Faria de Sá PTB SP	Nº PRONTUÁRIO 337
--	----------------------

TIPO				
1 (X) SUPRESSIVA	2 () SUBSTITUTIVA	3 () MODIFICATIVA	4 () ADITIVA	5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA	ARTIGOS 1º, 2º, 3º, 4º e 6º	PARÁGRAFO	INCISO	ALINEA
--------	--------------------------------	-----------	--------	--------

"Mais importante do que lucubrar sobre a natureza jurídica do direito administrativo disciplinar, porém, é estabelecer o campo e as possibilidades de sua intervenção. Embora substantivamente distinto do direito penal, como antes ressaltado, o direito administrativo disciplinar apresenta certas coincidências morfológicas com a intervenção penal. A fragmentariedade da intervenção é comum a ambos os ramos do direito, em face da missão de tutela de bens jurídicos própria das duas formas de atuação. Destarte, apesar das 'curvas de diferença' existentes entre os modos do direito, pode-se trazer para o âmbito do direito administrativo disciplinar uma noção cunhada especificamente para aplicação no seio do direito penal: o de *intervenção minimamente necessária*." (O direito administrativo no âmbito do Ministério Público: contributo à compreensão crítica de seus institutos e conceitos, artigo assinado por Luciano de Faria Brasil, disponível em www.mp.rs.gov.br).

É preciso, por fim, advertir quanto à eventual incidência, na MP de que se cuida, da norma estatuída pelo § 11 do art. 62 da Constituição. Por motivos que talvez se situem no estranho teor desse dispositivo, o Congresso Nacional não vem se empenhando como deveria na edição de regras destinadas a disciplinar o efeito de medidas provisórias não apreciadas. É possível que essa mesma previsão constitucional venha motivando a base governista a evitar a discussão de tema dessa natureza. Assim, pode-se esperar, caso o teor da medida aqui alcançada não sofra modificações, que punições disciplinares sejam aplicadas e consolidadas por força da aplicação de dispositivos que não foram e não serão apreciados pelo Congresso Nacional, resultado que se mostra absolutamente repulsivo.

Com base nesses extensos e mais do que suficientes argumentos, pede-se, em nome da Justiça, que os nobres Pares respaldem integralmente a presente emenda supressiva.

ASSINATURA

MPV-507

00002

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Modifique-se o § 2º do art. 3º desta Medida Provisória, passando a ter o seguinte texto:

“§ 2º O acesso sem motivo justificado de que trata o caput deste artigo acarretará a penalidade de demissão, destituição de cargo em comissão, ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria, em caso de reincidência.” (NR)

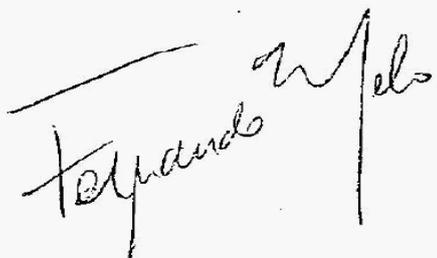
Justificativa

A aplicação de pena de demissão pela simples impressão de dados acessados imotivadamente é desproporcional ao prejuízo acarretado pela ação. Com efeito, se o acesso imotivado tiver originado prejuízo maior, como o previsto no artigo 2º ou a violação de sigilo fiscal, já há previsão legal para a aplicação dessa pena mais severa.

Ademais, os termos “cópia ou qualquer forma de extração”, pela impossibilidade de sua verificação, possibilitam que todo e qualquer acesso imotivado seja apenado com a demissão do servidor. A existência de lápis e papel na mesa do servidor já seria suficiente para a extração dos dados protegidos e ocorrência desse tipo dificilmente poderia ser comprovada. Por isso, tal hipótese de agravamento de pena tem alcance insuficiente e tornaria assimétrica a base penal correspondente.

Isso exposto, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010



MPV-507

00003

PROPOSIÇÃO		CLASSIFICAÇÃO		
MPV 507/2010		<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input checked="" type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA		
AUTOR: Deputado Paes Landim		PARTIDO: PTB	UF: PI	PÁGINA:
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	3º	2º		
<p>O parágrafo 2º ao artigo 3º da Medida Provisória nº 507/2010, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 3º</p> <p>§ 1º</p> <p>§ 2º Não configura acesso imotivado aquele realizado por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil no exercício de suas atribuições legais.</p> <p>..... (NR)</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>O ajuste na redação do dispositivo se faz necessário devido não caber a previsão de demissão, destituição ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria de servidor público, no caso de acesso sem motivo justificado, visto que, se o servidor se utilizar indevidamente do acesso restrito às informações protegidas por sigilo fiscal, já estando prevista sua punição com pena de demissão, destituição de cargo em comissão, ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria, no artigo 2º da presente MP 507/2010.</p> <p>O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil por suas atribuições legais e constitucionais necessita acessar rotineiramente os sistemas informatizados da Receita Federal do Brasil, de forma a tornar mais eficaz sua ação no combate ao contrabando, ao descaminho e à sonegação fiscal.</p>				
Brasília, 8 de outubro de 2010		 Assinatura		

MPV-507

00004

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA MODIFICATIVA Nº

Modifique-se o § 2º do art. 3º desta Medida Provisória, passando a ter o seguinte texto:

“§ 2º O acesso sem motivo justificado de que trata o caput deste artigo acarretará a penalidade de demissão, destituição de cargo em comissão, ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria, em caso de reincidência.” (NR)

Justificativa

A aplicação de pena de demissão pela simples impressão de dados acessados imotivadamente é desproporcional ao prejuízo acarretado pela ação. Com efeito, se o acesso imotivado tiver originado prejuízo maior, como o previsto no artigo 2º ou a violação de sigilo fiscal, já há previsão legal para a aplicação dessa pena mais severa.

Ademais, os termos “cópia ou qualquer forma de extração”, pela impossibilidade de sua verificação, possibilitam que todo e qualquer acesso imotivado seja apenado com a demissão do servidor. A existência de lápis e papel na mesa do servidor já seria suficiente para a extração dos dados protegidos e ocorrência desse tipo dificilmente poderia ser comprovada. Por isso, tal hipótese de agravamento de pena tem alcance insuficiente e tornaria assimétrica a base penal correspondente.

Isso exposto, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010



Deputado Jovair Arantes

PTB/GO

MPV-507

00005

PROPOSIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MPV 507/2010	() SUPRESSIVA () SUBSTITUTIVA (x) ADITIVA () AGLUTINATIVA () MODIFICATIVA

AUTOR: Deputada Alice Portugal		PARTIDO: PCdoB	UF: BA	PÁGINA:
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	3º	3º		

A Medida Provisória nº 507/2010 no seu artigo 3º passa a vigorar acrescido do parágrafo § 3º com a seguinte redação:

Art. 3º

§ 1º O acesso a informações protegidas por sigilo fiscal será disciplinado pelo órgão responsável pela guarda da informação sigilosa.

§ 2º O acesso sem motivo justificado de que trata o caput deste artigo acarretará a penalidade de demissão, destituição de cargo em comissão, ou cassação de disponibilidade ou aposentadoria:

I - se houver impressão, cópia ou qualquer forma de extração dos dados protegidos;

II - em caso de reincidência.

§ 3º Não configura acesso imotivado aquele realizado por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil no exercício de suas atribuições legais.

Art. 4º

Art. 5º

Art. 6º (NR)

JUSTIFICATIVA

O Auditor-Fiscal da Receita Federal, pelas características de suas atribuições, legalmente e constitucionalmente previstas, necessita acessar, rotineiramente, para o bom exercício de suas funções, informações cadastrais e econômico-fiscais, fundamentais para uma efetiva atuação do órgão, visando coibir as infrações fiscais e de comércio exterior. É de ressaltar que, qualquer uso indevido será punido nos termos do artigo 2º desta MP. A medida, embora que se justifique como forma de segurança do cidadão, não deve, por outro lado, tornar-se um elemento que dificulte a ação fiscal de combate à sonegação fiscal e à prática de outros delitos como o contrabando e o descaminho.

Alice Portugal
Assinatura

Brasília, 08 de OUTUBRO de 2010

MPV-507

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 13/10/2010	proposição Medida Provisória nº 507
---------------------------	---

autor CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB/GO)	nº do prontuário 53415
---	----------------------------------

1 Supressiva 2. Substitutiva 3. Modificativa 4. Aditiva 5. Substitutivo global

Página 1/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
-------------------	---------------	------------------	---------------	---------------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 507, DE 2010

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, no afã de estabelecer medidas para proteger o sigilo fiscal dos contribuintes, acaba por adotar medida demasiado gravosa.

Com efeito, a outorga de procuração por instrumento público corresponde à modalidade de outorga de poderes cercada da maior formalidade possível.

Além disso, os poderes deverão ser conferidos por instrumento público específico, o que implica uma procuração por instrumento público para cada ato que se pretenda praticar perante órgãos da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

A medida fará com que a obtenção de dados pelos contribuintes — dados esses por vezes essenciais para a tutela de seus direitos, como a informação dos alegados débitos que impedem a obtenção de certidão negativa de débito ou da equivalente certidão positiva com efeito de negativa — se torne demorada e demasiado onerosa. Com efeito, o instrumento público deverá ser redigido por tabelião com fé pública, o que implicará a necessidade de o contribuinte ou seu representante legal se deslocar até um tabelionato ou de solicitar a presença do tabelião. Além disso, o instrumento público nem sempre é redigido imediatamente. Por fim, o instrumento público representará um custo bastante significativo em emolumentos (especialmente, quando se recorda que cada ato específico demandará um instrumento público de mandato).

Todas essas dificuldades representarão sérios e graves prejuízos para o próprio contribuinte que se deseja tutelar.

Não bastasse isso, a medida prevista no artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, vai na contramão de qualquer procedimento de simplificação e desburocratização e da presunção de boa-fé nas relações entre o fisco e o contribuinte. Veja-se, por exemplo, que, atualmente, a procuração que o contribuinte outorga para o advogado representá-lo em juízo sequer exige firma reconhecida, quanto mais instrumento público.

Por fim, a medida não assegura a proteção efetiva ao contribuinte, na medida em que também o instrumento público pode ser objeto de falsificação.

Por todas essas razões, sugere-se a supressão do artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, com os respectivos parágrafos.

PARLAMENTAR

CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB/GO)

MPV-507

00007

PROPOSIÇÃO		CLASSIFICAÇÃO		
MPV 507/2010		<input type="checkbox"/> SUPRESSIVA <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA <input checked="" type="checkbox"/> ADITIVA <input type="checkbox"/> AGLUTINATIVA <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA		
AUTOR: DEP. GERALDO MAGELA		PARTIDO: PT	UF: DF	PÁGINA:
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p>A Lei 10.593 de 06 de dezembro de 2002 passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>Art. 5º Ficam criadas as Carreiras:</p> <p>I – Auditoria da Receita Federal do Brasil, composta exclusivamente pelo cargo de nível superior de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil;</p> <p>II – Técnico-Tributária da Receita Federal do Brasil, composta pelo cargo de nível superior de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil;</p> <p>III - Técnico-administrativa da Receita Federal do Brasil, composta pelo cargo de nível intermediário de Assistente Técnico Administrativo do Ministério da Fazenda.</p> <p style="text-align: center;">JUSTIFICATIVA</p> <p>A Receita Federal do Brasil conta com mais de 30.000 servidores em seus quadros, 80% destes alocados em uma única carreira: Auditoria da Receita Federal. O restante sequer compõe uma carreira própria e pertencem ao quadro geral do Ministério da Fazenda. Esse acúmulo em torno de uma única carreira encerra uma série de problemas estruturais que podem, inclusive, resultar em crises que extrapolam a própria instituição.</p> <p>Os recentes escândalos que abafaram de forma drástica a imagem da instituição foram ensejados por analistas tributários e agentes administrativos. Entretanto, não foi possível fazer a correta separação da sua origem para que a solução proposta por esta MP 507 pudesse contemplar os agentes que deram ensejo aos problemas que macularam a Receita Federal e a própria candidatura à presidência da República. Como não é possível distinguir o destinatário das medidas, todos são atingidos por ela, independentemente de terem concorrido para o problema ou não.</p> <p>Essa desestruturação, presente na Receita Federal, recentemente foi matéria de VEJA (setembro de 2010), quando as repórteres Malu Gaspar e Gabriele Jimenez descreveram o caos que acomete o Órgão pela falta de estruturação de suas carreiras: <i>"No Brasil, há uma dicotomia, já que existem carreiras fortes e eficientes, especialmente na área econômica (como as ligadas ao Banco Central ou ao Tesouro Nacional), e áreas bastante rudimentares (como a Receita Federal, onde, segundo o próprio corregedor-geral do órgão, se instalou um "balcão de negócio" para compra e venda de dados sigilosos dos contribuintes). Onde faltam carreiras estruturadas e com promoções definidas pelo mérito, a possibilidade de ingerência política é ainda maior."</i> (Não grifado no original).</p> <p>Dessa forma, o que se propõe com esta emenda é estruturar a Receita Federal. Alocar cada cargo em sua respectiva carreira é medida urgente e necessária que confere organização ao Órgão, respeito aos seus servidores e à sociedade.</p>				
Brasília, 13 de outubro de 2010		 ----- Assinatura		

MPV-507

00008

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 13/10/2010	proposição Medida Provisória nº 507			
autor CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB/GO)			nº do prontuário 53415	
1 <input checked="" type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global				
Página 1/2	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

EMENDA A MEDIDA PROVISÓRIA Nº. 507, DE 2010**EMENDA ADITIVA**

Inclua-se, no art. 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, o seguinte novo parágrafo:

“Art. 5º.

§ . O disposto neste artigo também não se aplica ao contribuinte com inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ que, por instrumento público, renuncie à proteção ao seu sigilo fiscal prevista no *caput* deste artigo.”

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, no afã de estabelecer medidas para proteger o sigilo fiscal dos contribuintes, acaba por adotar medida demasiado gravosa.

Com efeito, a outorga de procuração por instrumento público corresponde à modalidade de outorga de poderes cercada da maior formalidade possível.

Além disso, os poderes deverão ser conferidos por instrumento público específico, o que implica uma procuração por instrumento público para cada ato que se pretenda praticar

perante órgãos da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

A medida fará com que a obtenção de dados pelos contribuintes — dados esses por vezes essenciais para a tutela de seus direitos, como a informação dos alegados débitos que impedem a obtenção de certidão negativa de débito ou da equivalente certidão positiva com efeito de negativa — se torne demorada e demasiado onerosa. Com efeito, o instrumento público deverá ser redigido por tabelião com fé pública, o que implicará a necessidade de o contribuinte ou seu representante legal se deslocar até um tabelionato ou de solicitar a presença do tabelião. Além disso, o instrumento público nem sempre é redigido imediatamente. Por fim, o instrumento público representará um custo bastante significativo em emolumentos (especialmente, quando se recorda que cada ato específico demandará um instrumento público de mandato).

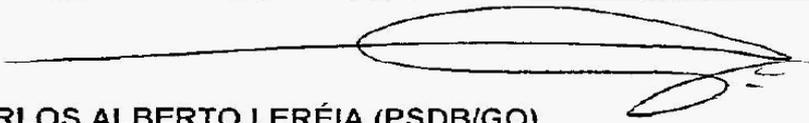
Todas essas dificuldades representarão sérios e graves prejuízos para o próprio contribuinte que se deseja tutelar.

Não bastasse isso, a medida prevista no artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, vai na contramão de qualquer procedimento de simplificação e desburocratização e da presunção de boa-fé nas relações entre o fisco e o contribuinte. Veja-se, por exemplo, que, atualmente, a procuração que o contribuinte outorga para o advogado representá-lo em juízo sequer exige firma reconhecida, quanto mais instrumento público.

Por fim, a medida não assegura a proteção efetiva ao contribuinte, na medida em que também o instrumento público pode ser objeto de falsificação.

Para evitar tais prejuízos, a presente emenda introduz um procedimento alternativo, em que, aquele contribuinte que renunciar à proteção de seu sigilo fiscal prevista no artigo 5º da Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010, renúncia essa veiculada mediante instrumento público, não precisará se submeter à exigência posta neste dispositivo.

PARLAMENTAR



CARLOS ALBERTO LERÉIA (PSDB/GO)

MPV-507

00009

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

data 6/10/2010		Proposição Medida Provisória nº 507/2010		
Dep. <i>Onyx Lorenzoni</i> / DEM / RS			Autor RS	
Nº do protocolo				
1. <input type="checkbox"/> supressiva 2. <input type="checkbox"/> substitutiva 3. <input type="checkbox"/> modificativa 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva 5. <input type="checkbox"/> substitutivo global				
Página	Artigo 7º	Parágrafo	Inciso	Alinea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º da Medida Provisória nº 507/2010 e renumere-se o art. 7º original para art. 8º:

"Art. 7º Aplica-se o disposto nesta Medida Provisória ao superior hierárquico do servidor público, ou a qualquer autoridade, de quaisquer dos Poderes da União, que determinarem ou de qualquer forma participarem, por ação ou omissão, da prática das condutas previstas nos arts. 1º a 3º."

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por objetivo determinar que as punições previstas na Medida Provisória possam ser aplicadas ao superior hierárquico do servidor público, ou a qualquer autoridade, de quaisquer dos Poderes da União, que determinarem ou de qualquer forma participarem, por ação ou omissão, da prática das condutas previstas nos arts. 1º a 3º.

Essa determinação de punição para as autoridades com certeza evitará que servidores públicos sejam pressionados por superiores hierárquicos ou por qualquer outra autoridade pública para que pratiquem as condutas vedadas na própria Medida Provisória.

PARLAMENTAR

Dep.

DEM

MPV-507

00010

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

06-10-2010	proposição MP 507, de 5 de outubro de 2010
------------	--

autor DEP. LUIZ CARLOS HAULY	n.º do prontuário 454
--	--------------------------

1 Supressiva 2. substitutiva 3. () modificativa 4. aditiva Substitutivo global

Página	Artigo	Parágrafos	Inciso	alínea
TEXTO / JUSTIFICAÇÃO				

EMENDA ADITIVA

A Medida Provisória passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

Art. Fica criada a Controladoria-Geral, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, como objetivo de incrementar a transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

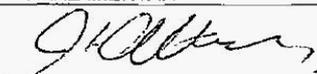
Parágrafo único. A Controladoria-Geral encaminhará, trimestralmente, relatório de suas atividades para a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Senado Federal.

JUSTIFICATIVA

Recentes denúncias de violação de sigilo fiscal no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, devidamente comprovadas, exigem a criação de um órgão de controle, de modo que o cidadão não fique vulnerável e os fatos sejam devidamente apurados.

Deste modo, é de suma importância a criação de uma Controladoria-Geral no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

PARLAMENTAR


DEP. LUIZ CARLOS HAULY PSDB-PR-

MPV-507**00011****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo nesta Medida Provisória:

Art. O art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil e em caráter privativo:

a) constituir, mediante lançamento, o crédito tributário dos tributos e contribuições;

b) elaborar e proferir decisões em processo administrativo-fiscal, ou delas participar, bem como em processos de consulta, restituição ou compensação de tributos e contribuições e de reconhecimento de benefícios fiscais; e

c) examinar a contabilidade de sociedades empresarias, empresários, órgãos, entidades, fundos e de contribuintes em geral, não se lhes aplicando as restrições previstas nos arts. 1.190 a 1.192 e observado o disposto no art. 1.193, todos do Código Civil

§ 1º - Incumbe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e ao Analista-Tributário da Receita Federal

do Brasil, resguardado o disposto no **caput** deste artigo:

I – em caráter privativo:

a) ~~atuar no~~ exame de matérias e processos administrativos;

b) executar procedimentos de fiscalização relativos ao controle aduaneiro praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à apreensão de mercadorias, livros, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados;

c) auditar a rede arrecadadora quanto ao recebimento e repasse dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

d) supervisionar as atividades de orientação ao contribuinte.

II – em caráter geral, exercer as demais atividades inerentes à competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º - Observado o disposto neste artigo, o Poder Executivo regulamentará as atribuições dos cargos de Auditor-Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

Justificativa

A presente emenda busca suprimir restrições artificiais ao aproveitamento do potencial de trabalho dos Analistas-Tributários na Aduana, cujas formação e exigência de ingresso no cargo – ambos de nível superior – vêm sendo mal aproveitadas.

As referidas restrições atributivas não refletem a realidade existente na Instituição e, por isso mesmo, não atendem ao interesse público, ao visarmos uma Aduana ágil, eficiente e que otimiza o aproveitamento do seu quadro de servidores.

Não há nenhuma razão em favor do bom andamento dos serviços do

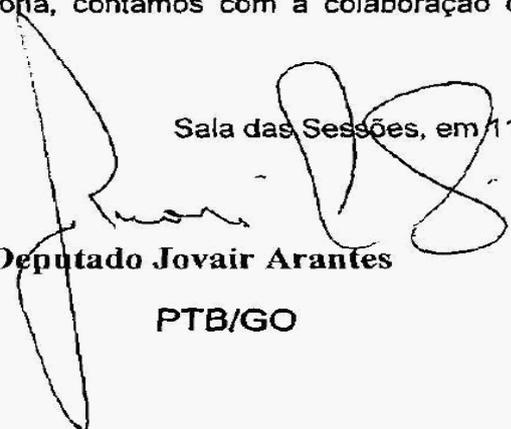
Órgão que justifique tanto embaraço ao trabalho dos Analistas-Tributários, integrantes que são da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, de, por exemplo, examinarem a contabilidade de uma empresa.

Como exemplo da necessidade de aproximação da lei com a realidade: os Analistas-Tributários, tal como já vêm fazendo há muito tempo, executam procedimentos ~~de fiscalização relativos ao controle aduaneiro~~. Reconhecer essa realidade, além de imperativo de justiça e de segurança jurídica, significa, em síntese, agilizar os inúmeros processos que demandam, há alguns anos, uma tramitação mais célere.

A definição objetiva, e não restritiva, dos respectivos espaços de atuação diz respeito não só aos servidores integrantes da carreira de Auditoria, mas, por afastar conflitos e racionalizar a atuação da Receita Federal, é de relevante interesse público.

Isso exposto, por entender que o aperfeiçoamento e fortalecimento da administração pública, em especial da administração tributária, representa o objetivo principal desta Medida Provisória, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010.



Deputado Jovair Arantes

PTB/GO

MPV-507**00012****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo nesta Medida Provisória:

Art. O art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil e em caráter privativo:

- a) constituir, mediante lançamento, o crédito tributário dos tributos e contribuições;
- b) elaborar e proferir decisões em processo administrativo-fiscal, ou delas participar, bem como em processos de consulta, restituição ou compensação de tributos e contribuições e de reconhecimento de benefícios fiscais; e
- c) examinar a contabilidade de sociedades empresarias, empresários, órgãos, entidades, fundos e de contribuintes em geral, não se lhes aplicando as restrições previstas nos arts. 1.190 a 1.192 e observado o disposto no art. 1.193, todos do Código Civil

§ 1º - Incumbe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e ao Analista-Tributário da Receita Federal

do Brasil, resguardado o disposto no caput deste artigo:

I – em caráter privativo:

a) atuar no exame de matérias e processos administrativos;

b) executar procedimentos de fiscalização relativos ao controle aduaneiro praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à apreensão de mercadorias, livros, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados;

c) auditar a rede arrecadadora quanto ao recebimento e repasse dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

d) supervisionar as atividades de orientação ao contribuinte.

II – em caráter geral, exercer as demais atividades inerentes à competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º - Observado o disposto neste artigo, o Poder Executivo regulamentará as atribuições dos cargos de Auditor-Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

Justificativa

A presente emenda busca suprimir restrições artificiais ao aproveitamento do potencial de trabalho dos Analistas-Tributários na Aduana, cujas formação e exigência de ingresso no cargo – ambos de nível superior – vêm sendo mal aproveitadas.

As referidas restrições atributivas não refletem a realidade existente na Instituição e, por isso mesmo, não atendem ao interesse público, ao visarmos uma Aduana ágil, eficiente e que otimiza o aproveitamento do seu quadro de servidores.

Não há nenhuma razão em favor do bom andamento dos serviços do

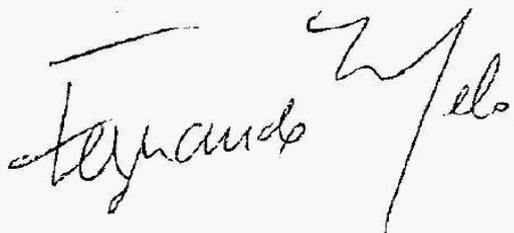
Órgão que justifique tanto embaraço ao trabalho dos Analistas-Tributários, integrantes que são da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, de, por exemplo, examinarem a contabilidade de uma empresa.

Como exemplo da necessidade de aproximação da lei com a realidade: os Analistas-Tributários, tal como já vêm fazendo há muito tempo, executam procedimentos de fiscalização relativos ao controle aduaneiro. Reconhecer essa realidade, além de imperativo de justiça e de segurança jurídica, significa, em síntese, agilizar os inúmeros processos que demandam, há alguns anos, uma tramitação mais célere.

A definição objetiva, e não restritiva, dos respectivos espaços de atuação diz respeito não só aos servidores integrantes da carreira de Auditoria, mas, por afastar conflitos e racionalizar a atuação da Receita Federal, é de relevante interesse público.

Isso exposto, por entender que o aperfeiçoamento e fortalecimento da administração pública, em especial da administração tributária, representa o objetivo principal desta Medida Provisória, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Fernando Pellegrino". The signature is written in a cursive, flowing style with a prominent flourish at the end.

MPV-507**00013****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo nesta Medida Provisória:

“Art. - O art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

.....

.....

§ 1º -

.....

II - controlar a arrecadação e verificar a regularidade de recolhimentos de tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - efetuar preparo, instrução e análise, inclusive declarar revelia e preempção, ou emitir pareceres, em relação aos processos a que se refere o inciso I, alínea “b”, deste artigo, ou em quaisquer outros submetidos a julgamento em instância administrativa;

IV - efetuar a verificação física, a retenção e a guarda de mercadorias, livros, arquivos, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados, inclusive mediante elaboração de relatório e lavratura de termos;

V - participar da revisão de declarações, intimar o sujeito passivo e requerer diligências;

VI - efetuar o atendimento e a orientação ao sujeito passivo;

- VII - efetuar vigilância e repressão a ilícitos tributários, inclusive aduaneiros;
- VIII - participar de procedimentos de auditoria da rede arrecadadora de receitas federais; e
- IX - elaborar estudos técnicos e tributários.” (NR)

Justificativa

A presente emenda busca suprimir restrições artificiais ao aproveitamento do potencial de trabalho dos Analistas-Tributários, cujas formação e exigência de ingresso no cargo – ambos de nível superior – vêm sendo mal aproveitadas.

As referidas restrições atributivas não refletem a realidade existente na Instituição e, por isso mesmo, não atendem ao interesse público, ao visarmos uma Administração Tributária ágil, eficiente e que otimiza o aproveitamento do seu quadro de servidores.

Não há nenhuma razão em favor do bom andamento dos serviços do Órgão que justifique tanto embaraço ao trabalho dos Analistas-Tributários, integrantes que são da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, de, por exemplo, examinarem a contabilidade de uma empresa.

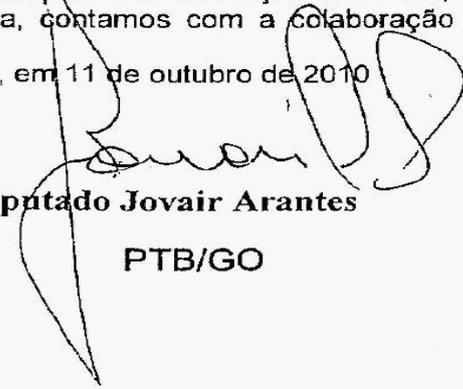
Como exemplo da necessidade de aproximação da lei com a realidade: os Analistas-Tributários, tal como já vêm fazendo há muito tempo, lavram pareceres em processos administrativos-fiscais, sem poder assiná-los. Reconhecer essa realidade, além de imperativo de justiça e de segurança jurídica, significa, em síntese, agilizar os inúmeros processos que demandam, há alguns anos, uma tramitação mais célere.

Ainda de acordo com esta emenda, possibilita-se aos Analistas-Tributários da RFB efetuarem a retenção e a guarda de mercadorias em situação irregular. Isso é importante porque ante um ilícito tributário, as ações do Estado têm de ser imediatas. Não se pode limitar a atuação de uma importante parcela dos agentes do Fisco Federal.

A definição objetiva, e não restritiva, dos respectivos espaços de atuação diz respeito não só aos servidores integrantes da carreira de Auditoria, mas, por afastar conflitos e racionalizar a atuação do Fisco Federal, é de relevante interesse público.

Isso exposto, por entender que o aperfeiçoamento e fortalecimento da administração pública, em especial da administração tributária, representa o objetivo principal desta Medida Provisória, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010



Deputado Jovair Arantes

PTB/GO

MPV-507

00014

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo nesta Medida Provisória:

“Art. - O art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º

.....

.....

§ 1º –

.....

II - controlar a arrecadação e verificar a regularidade de recolhimentos de tributos ou contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - efetuar preparo, instrução e análise, inclusive declarar revelia e perempção, ou emitir pareceres, em relação aos processos a que se refere o inciso I, alínea “b”, deste artigo, ou em quaisquer outros submetidos a julgamento em instância administrativa;

IV - efetuar a verificação física, a retenção e a guarda de mercadorias, livros, arquivos, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados, inclusive mediante elaboração de relatório e lavratura de termos;

V - participar da revisão de declarações, intimar o sujeito passivo e requerer diligências;

VI - efetuar o atendimento e a orientação ao sujeito passivo;

- VII - efetuar vigilância e repressão a ilícitos tributários, inclusive aduaneiros;
VIII - participar de procedimentos de auditoria da rede arrecadadora de receitas federais; e
IX - elaborar estudos técnicos e tributários." (NR)

Justificativa

A presente emenda busca suprimir restrições artificiais ao aproveitamento do potencial de trabalho dos Analistas-Tributários, cujas formação e exigência de ingresso no cargo – ambos de nível superior – vêm sendo mal aproveitadas.

As referidas restrições atributivas não refletem a realidade existente na Instituição e, por isso mesmo, não atendem ao interesse público, ao visarmos uma Administração Tributária ágil, eficiente e que otimiza o aproveitamento do seu quadro de servidores.

Não há nenhuma razão em favor do bom andamento dos serviços do Órgão que justifique tanto embaraço ao trabalho dos Analistas-Tributários, integrantes que são da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, de, por exemplo, examinarem a contabilidade de uma empresa.

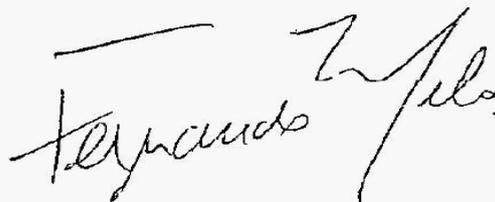
Como exemplo da necessidade de aproximação da lei com a realidade: os Analistas-Tributários, tal como já vêm fazendo há muito tempo, lavram pareceres em processos administrativos-fiscais, sem poder assiná-los. Reconhecer essa realidade, além de imperativo de justiça e de segurança jurídica, significa, em síntese, agilizar os inúmeros processos que demandam, há alguns anos, uma tramitação mais célere.

Ainda de acordo com esta emenda, possibilita-se aos Analistas-Tributários da RFB efetuarem a retenção e a guarda de mercadorias em situação irregular. Isso é importante porque ante um ilícito tributário, as ações do Estado têm de ser imediatas. Não se pode limitar a atuação de uma importante parcela dos agentes do Fisco Federal.

A definição objetiva, e não restritiva, dos respectivos espaços de atuação diz respeito não só aos servidores integrantes da carreira de Auditoria, mas, por afastar conflitos e racionalizar a atuação do Fisco Federal, é de relevante interesse público.

Isso exposto, por entender que o aperfeiçoamento e fortalecimento da administração pública, em especial da administração tributária, representa o objetivo principal desta Medida Provisória, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010



MPV-507**00015****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e ~~disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.~~

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo nesta Medida Provisória:

Art. O art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º - São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil e em caráter privativo:

I - constituir, mediante lançamento, o crédito tributário dos tributos e contribuições; e

II - elaborar e proferir decisões decorrentes de litígio, em processo administrativo-fiscal, bem como em processos de consulta ou restituição de tributos e contribuições e de reconhecimento de benefícios fiscais; e

§ 1º - Incumbe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e ao Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, resguardado o disposto no caput deste artigo:

I - em caráter privativo:

a) atuar no exame de matérias e processos administrativos;

b) executar procedimentos de fiscalização, inclusive os relativos ao controle aduaneiro, para verificar o cumprimento das obrigações tributárias pelo sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à apreensão de mercadorias, livros, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados;

c) examinar a contabilidade de sociedades empresarias, empresários, órgãos, entidades, fundos e de contribuintes em geral, não se lhes aplicando as restrições previstas nos arts. 1.190 a 1.192 e observado o disposto no art. 1.193, todos do Código Civil;

d) auditar a rede arrecadadora quanto ao recebimento e repasse dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

e) supervisionar as atividades de orientação ao contribuinte.

II – em caráter geral, exercer as demais atividades inerentes à competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º - Observado o disposto neste artigo, o Poder Executivo regulamentará as atribuições dos cargos de Auditor-Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

Justificativa

A presente emenda busca suprimir restrições artificiais ao aproveitamento do potencial de trabalho dos Analistas-Tributários, cujas formação e exigência de ingresso no cargo – ambos de nível superior – vêm sendo mal aproveitadas.

As referidas restrições atributivas não refletem a realidade existente na Instituição e, por isso mesmo, não atendem ao interesse público, ao visarmos uma Administração Tributária ágil, eficiente e que otimiza o aproveitamento do seu quadro de servidores.

Não há nenhuma razão em favor do bom andamento dos serviços do Órgão que justifique tanto embaraço ao trabalho dos Analistas-Tributários, integrantes que são da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, de, por exemplo, examinarem a contabilidade de uma empresa.

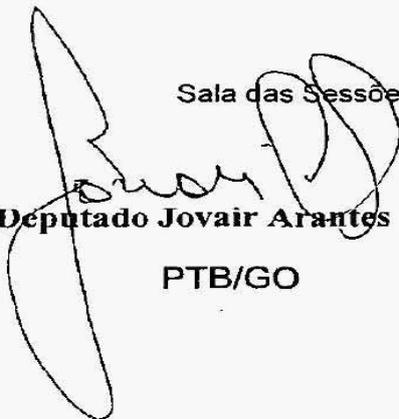
Como exemplo da necessidade de aproximação da lei com a realidade: os Analistas-Tributários, tal como já vêm fazendo há muito tempo, lavram pareceres em processos administrativos-fiscais, sem poder assiná-los. Reconhecer essa realidade, além de imperativo de justiça e de segurança jurídica, significa, em síntese, agilizar os inúmeros processos que demandam, há alguns anos, uma tramitação mais célere.

Ainda de acordo com esta emenda, possibilita-se aos Analistas-Tributários da RFB efetuarem a retenção e a guarda de mercadorias em situação irregular. Isso é importante porque ante um ilícito tributário, as ações do Estado têm de ser imediatas. Não se pode limitar a atuação de uma importante parcela dos agentes do Fisco Federal.

A definição objetiva, e não restritiva, dos respectivos espaços de atuação diz respeito não só aos servidores integrantes da carreira de Auditoria, mas, por afastar conflitos e racionalizar a atuação do Fisco Federal, é de relevante interesse público.

Isso exposto, por entender que o aperfeiçoamento e fortalecimento da administração pública, em especial da administração tributária, representa o objetivo principal desta Medida Provisória, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010.



Deputado Jovair Arantes

PTB/GO

MPV-507**00016****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, o seguinte artigo nesta Medida Provisória:

Art. O art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º - São atribuições dos ocupantes do cargo de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil no exercício da competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil e em caráter privativo:

I - constituir, mediante lançamento, o crédito tributário dos tributos e contribuições; e

II - elaborar e proferir decisões decorrentes de litígio, em processo administrativo-fiscal, bem como em processos de consulta ou restituição de tributos e contribuições e de reconhecimento de benefícios fiscais; e

§ 1º - Incumbe ao Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e ao Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil, resguardado o disposto no caput deste artigo:

I – em caráter privativo:

a) atuar no exame de matérias e processos administrativos;

b) executar procedimentos de fiscalização, inclusive os relativos ao controle aduaneiro, para verificar o cumprimento das obrigações tributárias pelo sujeito passivo, praticando todos os atos definidos na legislação específica, inclusive os relativos à apreensão de mercadorias, livros, documentos, materiais, equipamentos e assemelhados;

c) examinar a contabilidade de sociedades empresárias, empresários, órgãos, entidades, fundos e de contribuintes em geral, não se lhes aplicando as restrições previstas nos arts. 1.190 a 1.192 e observado o disposto no art. 1.193, todos do Código Civil;

d) auditar a rede arrecadadora quanto ao recebimento e repasse dos tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

e) supervisionar as atividades de orientação ao contribuinte.

II – em caráter geral, exercer as demais atividades inerentes à competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 2º - Observado o disposto neste artigo, o Poder Executivo regulamentará as atribuições dos cargos de Auditor-Fiscal da Secretaria da Receita Federal do Brasil e Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil.

Justificativa

A presente emenda busca suprimir restrições artificiais ao aproveitamento do potencial de trabalho dos Analistas-Tributários, cujas formação e exigência de ingresso no cargo – ambos de nível superior – vêm sendo mal aproveitadas.

As referidas restrições atributivas não refletem a realidade existente na Instituição e, por isso mesmo, não atendem ao interesse público, ao visarmos uma Administração Tributária ágil, eficiente e que otimiza o aproveitamento do seu quadro de servidores.

Não há nenhuma razão em favor do bom andamento dos serviços do Órgão que justifique tanto embaraço ao trabalho dos Analistas-Tributários, integrantes que são da Carreira Auditoria da Receita Federal do Brasil, de, por exemplo, examinarem a contabilidade de uma empresa.

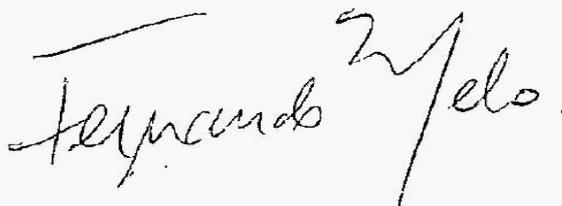
Como exemplo da necessidade de aproximação da lei com a realidade: os Analistas-Tributários, tal como já vêm fazendo há muito tempo, lavram pareceres em processos administrativos-fiscais, sem poder assiná-los. Reconhecer essa realidade, além de imperativo de justiça e de segurança jurídica, significa, em síntese, agilizar os inúmeros processos que demandam, há alguns anos, uma tramitação mais célere.

Ainda de acordo com esta emenda, possibilita-se aos Analistas-Tributários da RFB efetuarem a retenção e a guarda de mercadorias em situação irregular. Isso é importante porque ante um ilícito tributário, as ações do Estado têm de ser imediatas. Não se pode limitar a atuação de uma importante parcela dos agentes do Fisco Federal.

A definição objetiva, e não restritiva, dos respectivos espaços de atuação diz respeito não só aos servidores integrantes da carreira de Auditoria, mas, por afastar conflitos e racionalizar a atuação do Fisco Federal, é de relevante interesse público.

Isso exposto, por entender que o aperfeiçoamento e fortalecimento da administração pública, em especial da administração tributária, representa o objetivo principal desta Medida Provisória, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010

A handwritten signature in black ink, reading "Fernando Melo". The signature is written in a cursive, flowing style. The first name "Fernando" is written in a larger, more prominent script, and "Melo" is written in a smaller, more compact script to its right. There is a small flourish above the "Melo" part of the signature.

MPV-507**00017****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos nesta Medida Provisória:

“Art. Fica criado o Adicional de Atividade Especial – AAE, devido aos integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal:

- I – que exerçam atividades penosas ou de risco de vida;
- II – que estejam em exercício em unidades remotas ou de difícil acesso; ou
- III – que estejam em exercício em localidades cujas condições de vida justifiquem sua concessão.

§ 1º O AAE terá valor correspondente a 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o subsídio do cargo ocupado pelo servidor.

§ 2º Haverá permanente controle sobre as atividades e unidades enquadradas no caput deste artigo.

§ 3º O direito à percepção do AAE pelo servidor cessará quando não mais presentes as condições que justificaram sua concessão

§ 4º Os termos, condições e limites para concessão do AAE serão estabelecidos em regulamento específico, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação desta Medida Provisória.”

“Art. O art. 2º-E da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º-E.

.....

- V – adicional de atividade especial – AAE; e
VI – parcelas indenizatórias previstas em lei (NR)"

Justificativa

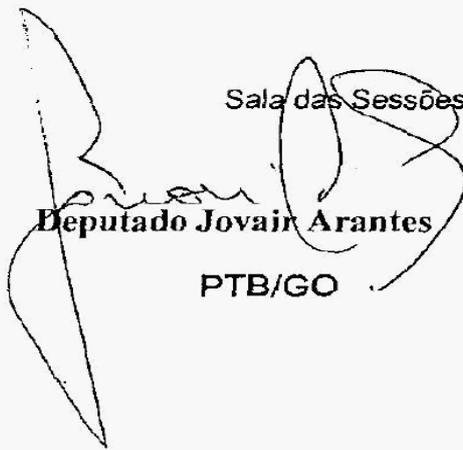
A Secretaria da Receita Federal do Brasil tem sob sua responsabilidade a administração tributária e aduaneira. Por isso, ela está presente em diversos pontos do país, e alguns deles estão situados em locais remotos, como zonas de fronteira, ou que oferecem péssimas condições de vida para os servidores que lá estejam em exercício. Também, a Receita Federal necessita de servidores para atuar em atividades penosas ou que oferecem alto risco de vida, como é o caso da vigilância e repressão aduaneiras.

Nesse contexto, o Órgão tem encontrado dificuldades para estimular o deslocamento e permanência de servidores nesses locais e atividades. Geralmente, aqueles que se encontram nas condições aqui citadas demandam constantemente remoção para outras unidades, seja pela via administrativa ou judicial, o que faz com que haja a necessidade constante de reposição de pessoal. A freqüência com que ocorre essa reposição tem prejudicado a boa continuidade dos trabalhos nas unidades atingidas.

A criação do Adicional proposto pela presente Emenda serviria como um importante estímulo para os servidores permanecerem nestas unidades ou atividades. O montante pago teria um caráter indenizatório para os que exercem atividades penosas ou de risco, ou compensatório para os que têm as suas despesas elevadas ao residir em locais remotos, de difícil acesso ou com custo de vida elevado. Cabe ressaltar que a adoção do AAE não representaria uma elevada despesa para os cofres públicos, dado o pequeno percentual de servidores pertencentes aos cargos de Analista-Tributário e Auditor-Fiscal da Receita Federal que se encontram nas condições exigidas para a sua concessão. Essa medida, portanto, contribuiria significativamente para um melhor desempenho da Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão essencial para o funcionamento do Estado, a um custo baixo.

Isso exposto, por entender que o aperfeiçoamento e fortalecimento da administração pública, em especial da administração tributária, representa o objetivo principal desta Medida Provisória, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010



Deputado Jovair Arantes

PTB/GO

MPV-507**00018****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos nesta Medida Provisória:

“Art. Fica criado o Adicional de Atividade Especial – AAE, devido aos integrantes da Carreira Auditoria da Receita Federal:

- I – que exerçam atividades penosas ou de risco de vida;
- II – que estejam em exercício em unidades remotas ou de difícil acesso; ou
- III – que estejam em exercício em localidades cujas condições de vida justifiquem sua concessão.

§ 1º O AAE terá valor correspondente a 50% (cinquenta por cento), incidente sobre o subsídio do cargo ocupado pelo servidor.

§ 2º Haverá permanente controle sobre as atividades e unidades enquadradas no caput deste artigo.

§ 3º O direito à percepção do AAE pelo servidor cessará quando não mais presentes as condições que justificaram sua concessão

§ 4º Os termos, condições e limites para concessão do AAE serão estabelecidos em regulamento específico, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da data de publicação desta Medida Provisória.”

“Art. O art. 2º-E da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 2º-E.
.....

- V – adicional de atividade especial – AAE; e
VI – parcelas indenizatórias previstas em lei (NR)”

Justificativa

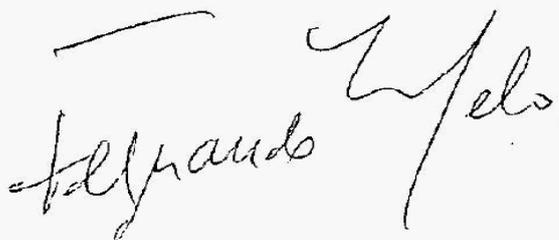
A Secretaria da Receita Federal do Brasil tem sob sua responsabilidade a administração tributária e aduaneira. Por isso, ela está presente em diversos pontos do país, e alguns deles estão situados em locais remotos, como zonas de fronteira, ou que oferecem péssimas condições de vida para os servidores que lá estejam em exercício. Também, a Receita Federal necessita de servidores para atuar em atividades penosas ou que oferecem alto risco de vida, como é o caso da vigilância e repressão aduaneiras.

Nesse contexto, o Órgão tem encontrado dificuldades para estimular o deslocamento e permanência de servidores nesses locais e atividades. Geralmente, aqueles que se encontram nas condições aqui citadas demandam constantemente remoção para outras unidades, seja pela via administrativa ou judicial, o que faz com que haja a necessidade constante de reposição de pessoal. A frequência com que ocorre essa reposição tem prejudicado a boa continuidade dos trabalhos nas unidades atingidas.

A criação do Adicional proposto pela presente Emenda serviria como um importante estímulo para os servidores permanecerem nestas unidades ou atividades. O montante pago teria um caráter indenizatório para os que exercem atividades penosas ou de risco, ou compensatório para os que têm as suas despesas elevadas ao residir em locais remotos, de difícil acesso ou com custo de vida elevado. Cabe ressaltar que a adoção do AAE não representaria uma elevada despesa para os cofres públicos, dado o pequeno percentual de servidores pertencentes aos cargos de Analista-Tributário e Auditor-Fiscal da Receita Federal que se encontram nas condições exigidas para a sua concessão. Essa medida, portanto, contribuiria significativamente para um melhor desempenho da Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão essencial para o funcionamento do Estado, a um custo baixo.

Isso exposto, por entender que o aperfeiçoamento e fortalecimento da administração pública, em especial da administração tributária, representa o objetivo principal desta Medida Provisória, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010



MPV-507**00019****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal:

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos nesta Medida Provisória:

"Art. Os prazos de prescrição das ações disciplinares decorrentes da aplicação desta lei começam a correr da data da ocorrência das respectivas infrações." (NR)"

JUSTIFICATIVA

O § 1º do artigo 142 da Lei nº 8.112/90 disciplina que o prazo prescricional de infrações funcionais cometidas por servidores públicos tem início a partir da data na qual é conhecida a infração.

A aplicação dessa previsão às hipóteses elencadas pela MP 507/2010, que não constituam ilícito penal, traria extrema insegurança ao servidor, criando a necessidade de formação de arquivos nos quais traria a memória de todos seus atos envolvendo dados protegidos pelo sigilo fiscal. De igual modo, todos os processos administrativos fiscais, hoje arquivados por 5 (cinco) anos após seu encerramento, passariam a ser arquivados pelos anos de vida de todos os servidores que dele participaram, para que não se percam com sua eliminação a comprovação da motivação de atos envolvendo dados protegidos por sigilo.

Dessa forma, além do enorme montante de documentos que se acumularão indefinidamente, não se concebe que servidores que infrinjam a norma penal tenha maior segurança jurídica que aqueles que cometem somente infrações administrativas.

Em face do exposto, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010.



Deputado Jovair Arantes

PTB/GO

MPV-507**00020****MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507, DE 5 DE OUTUBRO DE 2010.**

Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.

EMENDA ADITIVA Nº

Inclua-se, onde couber, os seguintes artigos nesta Medida Provisória:

"Art. Os prazos de prescrição das ações disciplinares decorrentes da aplicação desta lei começam a correr da data da ocorrência das respectivas infrações." (NR)"

JUSTIFICATIVA

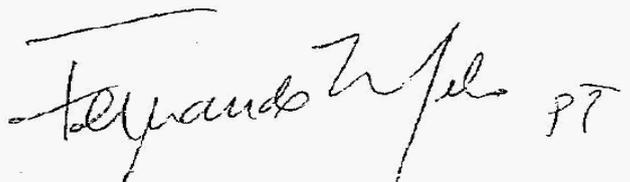
O § 1º do artigo 142 da Lei nº 8.112/90 disciplina que o prazo prescricional de infrações funcionais cometidas por servidores públicos tem início a partir da data na qual é conhecida a infração.

A aplicação desse previsão às hipóteses elencadas pela MP 507/2010, que não constituam ilícito penal, traria extrema insegurança ao servidor, criando a necessidade de formação de arquivos nos quais traria a memória de todos seus atos envolvendo dados protegidos pelo sigilo fiscal. De igual modo, todos os processos administrativos fiscais, hoje arquivados por 5 (cinco) anos após seu encerramento, passariam a ser arquivados pelos anos de vida de todos os servidores que dele participaram, para que não se percam com sua eliminação a comprovação da motivação de atos envolvendo dados protegidos por sigilo.

Dessa forma, além do enorme montante de documentos que se acumularão indefinidamente, não se concebe que servidores que infringem a norma penal tenha maior segurança jurídica que aqueles que cometem somente infrações administrativas.

Em face do exposto, contamos com a colaboração dos nobres e ilustres pares na aprovação da presente emenda.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 2010.



Fernando Collor PT

MPV-507

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

00021

DATA 13/10/2010		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507/2010		
AUTOR DEP. WALTER FELDMAN PSDB			Nº PRONTUÁRIO 397	
TIPO 1 () SUPRESSIVA 2 () SUBSTITUTIVA 3 () MODIFICATIVA 4 (x) ADITVA 5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL				
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
	-	-	-	-
TEXTO				
<p>Inclua-se, onde couber, o seguinte dispositivo na MP nº 507, de 5 de outubro de 2010:</p> <p>Art. X. Os contribuintes serão informados sobre o acesso aos seus dados cadastrais e fiscais nos sistemas eletrônicos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e do Serviço Federal de Processamento de Dados, observado o seguinte:</p> <p>I - a Secretaria da Receita Federal do Brasil enviará mensagem eletrônica pela rede mundial de computadores, especificando dia, hora e unidade do órgão em que foi realizado o acesso, identificação do servidor responsável e natureza dos dados acessados;</p> <p>II - o contribuinte deverá se cadastrar para receber a mensagem eletrônica, informando à Secretaria da Receita Federal do Brasil seu endereço eletrônico;</p> <p>III - a mensagem eletrônica será enviada:</p> <p>a) em até 360 (trezentos e sessenta) dias, nos casos em que essa comunicação ofereça riscos à integridade física do servidor responsável ou à eficácia das investigações e diligências relacionadas com o acesso aos dados;</p> <p>b) em até 120 (cento e vinte) dias, nos casos em que o acesso aos dados seja realizado com prévia autorização do Secretário da Receita Federal do Brasil e no desempenho de atividade fiscalizadora;</p> <p>c) imediatamente, nos demais casos;</p> <p>IV - o envio da mensagem eletrônica nos termos da alínea 'a' do inciso III deste artigo somente ocorrerá por solicitação do Secretário da Receita Federal do Brasil à autoridade judiciária, que poderá dispensar a identificação do servidor responsável quando em risco sua integridade física.</p> <p>§ 1º A Secretaria da Receita Federal do Brasil editará os atos para disciplinar o disposto neste artigo.</p> <p>§ 2º O disposto neste artigo produzirá efeitos em 180 (cento e oitenta) dias após a vigência desta lei.</p>				
JUSTIFICAÇÃO				
<p>A Constituição de 1988 foi a grande responsável pela implantação da democracia em nosso País. Após anos de autoritarismo, o Texto Magna passou a ser o sustentáculo dos direitos e garantias fundamentais, destacando-se a defesa da dignidade (art. 1º, III) e da privacidade (art. 5º, X e XII) do cidadão. Ofereceu, ainda, as balizas para a atuação dos órgãos públicos, que deverão atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e</p>				
ASSINATURA				
13,10,10				

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 13/10/2010		PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 507/2010		
AUTOR DEP. WALTER FELDMAN			PSDB	Nº PRONTUÁRIO 397
TIPO				
1 () SUPRESSIVA		2 () SUBSTITUTIVA		3 () MODIFICATIVA
				4 (x) ADITIVA
				5 () SUBSTITUTIVO GLOBAL
PÁGINA	ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA

publicidade (art. 37, *caput*).

Visando dar concretude a tais fundamentos da vida democrática, estamos submetendo ao crivo das Sras. e Srs. Parlamentares a presente emenda aditiva à Medida Provisória nº 507, de 5 de outubro de 2010. O objetivo é obrigar a Secretaria da Receita Federal do Brasil a informar aos contribuintes os acessos a seus dados cadastrais e fiscais.

Essa comunicação será realizada por meio de mensagem eletrônica remetida através da rede mundial de computadores, na qual o cidadão será informado sobre o dia, a hora e a unidade do órgão em que foi realizado o acesso, a identificação do servidor responsável e a natureza dos dados acessados.

Como regra geral, o contribuinte será imediatamente comunicado sobre o acesso a seus dados fiscais e cadastrais. Porém, nos casos em que o servidor esteja no desempenho de atividade fiscalizadora, o prazo para a remessa da mensagem eletrônica será de 120 dias, devendo o acesso ser previamente autorizado pelo Secretário da Receita Federal do Brasil.

Além disso, quando a comunicação ao contribuinte colocar em risco a integridade física do agente do fisco ou a eficácia das investigações ou diligências, o Secretário da Receita Federal do Brasil poderá solicitar ao Poder Judiciário um prazo de até 360 dias para enviar a mensagem, podendo o juiz decidir ainda pela dispensa da identificação do servidor responsável quando essa informação puder expor a riscos pessoais.

Com isso, entendemos que a emenda é capaz de estabelecer um ponto de equilíbrio entre a proteção dos direitos fundamentais do cidadão e a outorga de poderes às autoridades fazendárias. O combate à sonegação fiscal não será prejudicado; pelo contrário, os agentes do fisco atuarão em um ambiente de maior transparência e, portanto, agirão com mais legitimidade no desempenho das suas funções. Os contribuintes, por seu turno, serão protegidos de eventuais abusos e desvios, o que garantirá, na prática, os mandamentos constitucionais anteriormente mencionados.

Assim, contamos com apoio dos Nobres Pares para a sua aprovação.

13/10/10	ASSINATURA 
----------	--

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-PSDB - Núria Demarchi** (S)

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdír Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final: 12/05/2008
Prazo prorrogado: 22/11/2008
Prazo prorrogado: 01/07/2009
Prazo prorrogado: 21/02/2010
Prazo prorrogado: 02/09/2010
Prazo final prorrogado: 01/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI) ^(12,19)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,20)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Tasso Jereissati (PSDB-CE) ^(5,28,30)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,19)	1. Paulo Paim (PT-RS) ^(22,31,33)
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,21)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(25,35)
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23,34,36)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
VAGO (32)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
21. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
30. Em 10.03.2010, o Senador Tasso Jereissati é designado membro titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (OF.Nº 10/10-GLPSDB)
31. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
32. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
33. Em 08.04.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Ofício nº 25/2010 - GLDBAG).
34. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
35. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
36. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- ** . Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.
- *****. Prorrogado até 01.11.2010 através do Requerimento nº 746, de 2010, lido em 04.08.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo prorrogado: 02/05/2010

Prazo final prorrogado: 11/11/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

****. Prorrogado até 11.11.2010 através do Requerimento nº 431, de 2010, lido em 28.04.2010.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ^(1,9)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Gilvam Borges (PMDB-AP) ⁽⁷⁾	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Indicações das Lideranças.

2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).

3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).

4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

9. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo prorrogado: 17/07/2010
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiofficio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
 2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
 3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
 4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).
- *. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 330311176
E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) ^(4,6)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(3,7)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
 3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
 6. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.
 7. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).

2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).

3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽³⁾

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(1,5)

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
 5. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

**8) VIII CONFERÊNCIA DAS PARTES DE REVISÃO DO TRATADO
SOBRE A NÃO-PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES**

Finalidade: Representar o Senado Federal na VIII Conferência das Partes de Revisão do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), que acontece em maio de 2010, na sede das Nações Unidas.

(Requerimento nº 391, de 2010, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, aprovado em 29.04.2010)

Número de membros: 3

MEMBROS

Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾

Notas:

1. Designado o Senador Inácio Arruda em 19.05.2010.

**9) ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS
DA AUDITORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁ**

Finalidade: Acompanhar os resultados das apurações da Auditoria Geral do Estado do Pará na Administração do Governo daquele Estado.

(Requerimento nº 550, de 2010, do Senador Mário Couto, aprovado em 22.06.2010)

Número de membros: 5 titulares e 3 suplentes

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)

(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL
PRAZOS¹**

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³
REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - PLS 166/2010 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010, que reforma o Código de Processo Civil.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-GERAL: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO ELETRÔNICO: Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)

RELATOR-PARCIAL - PARTE GERAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - PROCESSO DE CONHECIMENTO: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS ESPECIAIS: Senador Almeida Lima (PMDB-SE)

RELATOR PARCIAL - CUMPR. SENTENÇAS E EXECUÇÃO: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Designação: 09/07/2010

Instalação: 04/08/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Antonio Carlos Júnior (DEM)	2. Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Marconi Perillo (PSDB)	3. Senador Cícero Lucena (PSDB)
Senador Papaléo Paes (PSDB)	4. Senador Alvaro Dias (PSDB)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Regis Fichtner (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Almeida Lima (PMDB)	2. Senador Valdir Raupp (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)	3. Senador Francisco Dornelles (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁾	2. Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(1,3)
PTB	
Senador Romeu Tuma	1. Senador Gim Argello
PDT	
Senador Acir Gurgacz	1.

Notas:

1. Designados membros do Bloco de Apoio ao Governo os Senadores Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, titulares, e Inácio Arruda e Augusto Botelho, suplentes, conforme ofício lido na sessão deliberativa de 03.08.2010.

2. Em 4.8.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 102/2010-GLPMDB), em substituição ao Senador Renan Calheiros.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

3. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

*. Instalada a Comissão, eleitos o Presidente e o Vice-Presidente e designados o Relator-Geral e os Relatores-Parciais, conforme o Of. nº 001/2010-CRCPC, lido na sessão deliberativa ordinária de 04.08.2010.

**CALENDÁRIO ORIGINAL DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 166, DE 2010,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

PRAZOS

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS: 02 a 27.08.2010 (art. 374, III)
RELATÓRIOS PARCIAIS: 30.08 a 26.10.2010 (art. 374, IV)¹
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 27.10 a 25.11.2010 (art. 374, V)¹
PARECER FINAL: 26.11 a 22.12.2010 (art. 374, VI)¹**

¹ Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 747, de 2010, em 04.08.2010.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 33033511

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ⁽¹¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽³⁴⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³³⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽²⁸⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁰⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁸⁾	3. Paulo Paim (PT) ^(11,41,94,105)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(37,93,104)	4. VAGO ^(36,107,113,121)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽³⁵⁾	5. VAGO ^(29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁰⁾	6. VAGO ^(4,39,81,82,83,84,87,95)
César Borges (PR) ⁽³¹⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³²⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(56,59,109)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(64,67,88,92,100,101)
Gerson Camata (PMDB) ^(54,70)	3. Hélio Costa (PMDB) ^(3,60,97,98)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁶³⁾	4. VAGO ^(2,60,80,85,86,91)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,53,69,117,120)	5. Edison Lobão (PMDB) ^(9,65,71,96,99)
Pedro Simon (PMDB) ^(57,62)	6. Regis Fichtner (PMDB) ^(1,60,108,115)
Renan Calheiros (PMDB) ^(58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁴⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ^(43,102,103,118,119)
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,50)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁹⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁴⁶⁾
Níura Demarchi (PSDB) ^(52,106,111,114)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴³⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁴⁸⁾
Jayme Campos (DEM) ^(13,51,76,79,89,90)	6. José Bezerra (DEM) ^(5,45,110,116)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁴⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²³⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁷⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁶⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²⁴⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴²⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,42)
Gim Argello ⁽⁴²⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴²⁾

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
92. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
93. Em 29/03/2010, o Senador Tião Viana deixou de integrar a Comissão (Of. 12/2010-GLDBAG).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (OF. GSALFN nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
96. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
97. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

98. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 51/2010).
99. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 47/2010).
100. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
101. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
102. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
103. Em 13.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 33/2010).
104. Em 1º.06.2010, o Senador Roberto Cavalcanti deixa de compor a Comissão como membro suplente e é designado como membro titular em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 34/2010-GLDBAG)
105. Em 1º.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 35/2010-GLDBAG).
106. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
107. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
109. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
112. Senador Garibaldi Alves encontra-se licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 049/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 55/10-GLPSDB).
115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 110/2010)
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
118. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
119. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
120. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
121. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
VAGO ^(10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ^(7,15)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
15. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,78,104)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (27,117)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. VAGO (31,32,108,113,120)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Valter Pereira (PMDB) (51,93,101)
Gilvam Borges (PMDB) (9,52,88,91,95,96)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Regis Fichtner (PMDB) (6,56,111,115)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80,102,118,119)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80,110)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Gerson Camata (PMDB) (55,94,103)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Níura Demarchi (PSDB) (46,107,112,114)	4. José Bezerra (DEM) (4,40,109,116)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85,92,97)
Flexa Ribeiro (PSDB) (20,66,100,105,106)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22,98,99)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (Of. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no Of. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (Of. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o Of. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Em 26.03.2010, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. nº 17/10-GLPSDB).
93. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
94. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
95. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
96. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
97. Em 06.05.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 033/10-GLPSDB).
98. Em 11.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 36/10-GLPSDB).
99. Em 19.05.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 38/10-GLPSDB).
100. Em 25.05.2010, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 39/10-GLPSDB).
101. Em 26.05.2010, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 77/2010).
102. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 76/2010).
103. Em 26.05.2010, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 78/2010).
104. Em 01.06.2010, o Senador Antônio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 033/2010-GLDBAG).
105. Em 16.06.2010, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 40/10-GLPSDB).
106. Em 01.07.2010, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 48/10-GLPSDB).
107. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
108. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
109. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
110. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
112. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 048/2010-GLDBAG).
114. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 53/10-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

115. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 103/2010).
116. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
117. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
118. Em 18.08.2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 125/2010).
119. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(10,11)
VAGO ^(2,17)	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽³⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(6,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾
PMDB	
VAGO ^(8,18)	1. VAGO ^(7,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽⁹⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
3. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
6. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. n° 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. n° 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDDB n° 162/2009-GLPMDDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
16. Vago, em 25.05.2010, em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
17. Em 25.05.2010, vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo não pertencer mais à Comissão.
18. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR) (13,23)

VICE-PRESIDENTE: VAGO (13,18)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (7)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,4,20)
Papaléo Paes (PSDB) (11,17,19)	2. VAGO (2,9,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (5,22)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (6,14,15)	1. VAGO (3,21)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. João Durval (PDT) (12)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
4. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
7. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
18. Em 11.05.10, vago em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
19. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).
20. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
21. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
22. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
23. Conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010, o Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB) ^(5,6)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
4. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
5. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Papaléo Paes não pertencer mais à Comissão de Assuntos Sociais (Of. nº 36/10-GLPSDB).
6. Em 01.06.2010, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (OF. Nº 081/2010-PRES/CAS).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹⁰¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Shessarenko (PT) (31,71,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (1,15,17,34,116)
Eduardo Suplicy (PT) (31)	3. Marcelo Crivella (PRB) (39)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,30,75)
VAGO (31,111,113,120)	5. César Borges (PR) (32,44)
Tião Viana (PT) (36,44,87,88,89,100)	6. Marina Silva (PV) (19,35,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (58,67)
Almeida Lima (PMDB) (57,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (59,66,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (61,68,96,99,106,107)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (56,64,78)
Francisco Dornelles (PP) (62,68)	4. Hélio Costa (PMDB) (5,69,76,103,104)
Valter Pereira (PMDB) (3,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (45,60,63)
Edison Lobão (PMDB) (9,18,55,65,102,105)	6. Neuto De Conto (PMDB) (2,68,115,119)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (50)	1. Efraim Morais (DEM) (42)
Demóstenes Torres (DEM) (47)	2. Adelmir Santana (DEM) (41)
Jayme Campos (DEM) (43,82,85,97,98)	3. Níura Demarchi (PSDB) (51,110,117,118)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Bezerra (DEM) (4,52,112,114)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (48)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,49)
Alvaro Dias (PSDB) (28,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (27)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (26)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (24,70)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,74,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (40)	1. Gim Argello (46,108,109)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
27. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
31. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
36. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
40. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Eptácio Cafeteira.
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
42. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
48. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
75. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
100. Em 29.03.2010, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of.13/10-GLDBAG).
101. Em 30.03.2010, o Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
102. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
103. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
104. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 52/2010).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

105. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 45/2010).
106. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
107. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
108. Em 19.05.2010, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello(OF. GLPTB nº 063/2010).
109. Em 26/05/2010, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 64/2010/GLPTB).
110. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
111. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
112. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
113. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 050/2010-GLDBAG).
114. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (OF. GLDEM nº 055/2010), em substituição ao Senador José Agripino.
115. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
116. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
117. Em 17.08.2010, vaga cedida temporariamente ao PSDB enquanto durar a licença do Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 057/10 - GLDEM).
118. Em 18.08.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of.63/2010-GLPSDB).
119. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
120. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Shessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. VAGO (3)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 006/10/CCJ).

3. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Fátima Cleide (PT-RO) (92,106)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (74,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (31,81,89,93,94)	1. VAGO (1,36,109)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) (31,126)	2. Gim Argello (PTB) (37,96,100)
Fátima Cleide (PT) (31)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,34)
Paulo Paim (PT) (31,47,66)	4. José Nery (PSOL) (33)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (30,67,94,95)
VAGO (38,76,78,80,96,116,120,132)	6. João Ribeiro (PR) (30,71)
VAGO (35,85,86,87,98,101,108)	7. Marina Silva (PV) (30,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (56)	1. Romero Jucá (PMDB) (55)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,57,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (55,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (54,102,105,111,112)	3. Pedro Simon (PMDB) (55)
VAGO (64,107,127,129)	4. Neuto De Conto (PMDB) (58,125,131)
Gerson Camata (PMDB) (60)	5. Valdir Raupp (PMDB) (62)
VAGO (5,9,61,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,63,118)
VAGO (53,65)	7. VAGO (59,110)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Níura Demarchi (PSDB) (4,50,115,119,121)	1. Gilberto Goellner (DEM) (48,113,114,128,130)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,43)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Jayme Campos (DEM) (46,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Morais (DEM) (52)
João Faustino (PSDB) (13,49,117,122,123,124)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,44)
Adelmir Santana (DEM) (45)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (26)	7. Cícero Lucena (PSDB) (29,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (22,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (28,68,73,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (25)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (24)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,51)	1. João Vicente Claudino (51)
Romeu Tuma (51)	2. Mozarildo Cavalcanti (51)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
47. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
52. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
53. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009-GLPTB).
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010, conforme Of. nº 014/2010/CE, lido na sessão deliberativa ordinária de 9 de março de 2010.
107. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
108. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
109. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
110. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).

111. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
112. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
113. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
114. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
115. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
116. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
117. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
118. O Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 708 e 709, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
119. Em 15.07.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador Raimundo Colombo ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
120. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).
121. Em 15.07.2010, a Senadora Níura Demarchi é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PSDB pelo DEM (Of. 54/10-GLPSDB).
122. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
123. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de titular ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. Nº 051/10-GLDEM).
124. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. nº 59/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
125. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
126. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.
127. Em 18/08/2010, a Senadora Selma Elias é designada membro titular do PMDB na Comissão (OF.GLPMDB nº 124/2010).
128. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
129. Vago em virtude de a Senadora Selma Elias ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Neuto de Conto, a partir de 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
130. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
131. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
132. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (7,16,23,25)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,17)	2. Flávio Arns (PSDB) (16,17,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,20)	1. VAGO (7)
VAGO (22)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (15)	3. VAGO (14)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,13)
Marco Maciel (DEM) (10)	2. VAGO (10)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5,24)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (9,18)
Eduardo Azeredo (PSDB) (9)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,11)
PDT	
Cristovam Buarque (7,12)	1. VAGO (12)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
14. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

16. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
22. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
23. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
24. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
25. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão de Educação, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 051/2010-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB) (6,7)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (5)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
VAGO (3,4)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
 2. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 3. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 4. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. nº 32/10-GLDEM).
 5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
 6. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
 7. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
- *. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (22)	1. Fátima Cleide (PT) (21)
Marina Silva (PV) (7,22,43,45)	2. César Borges (PR) (25)
Alfredo Nascimento (PR) (24,55,60)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (20)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (26)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (38,47,48,49,54,59)	1. Romero Jucá (PMDB) (38)
Hélio Costa (PMDB) (38,56,57)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,39)
VAGO (40,50,53,58)	3. Almeida Lima (PMDB) (38)
Valter Pereira (PMDB) (38)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (38)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (32,61,62,64,65)	1. Adelmir Santana (DEM) (29)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,34,63)
Heráclito Fortes (DEM) (30)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,28)
Eliseu Resende (DEM) (35)	4. Jayme Campos (DEM) (9,31,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,17)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,33)	1. Sérgio Zambiasi (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
22. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
25. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
32. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
34. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
55. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
56. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
57. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 056/2010).
58. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
59. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
60. Em 04/05/2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 29/2010-GLDBAG).
61. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
62. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
63. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
64. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.
65. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
9. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Jefferson Praia (PDT-AM) ^(4,12,16)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
Jefferson Praia (PDT) ^(10,15)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. VAGO ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
VAGO ^(13,14,17)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
 2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
 3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
 4. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
 5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
 6. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
 7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
 8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
 10. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
 11. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
 12. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 13. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
 14. Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão (Of. nº 88/2010/CMA).
 15. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, por cessão (Of. nº 95/2010/CMA).
 16. Em 08.06.2010, o Senador Jefferson Praia é designado Relator da Subcomissão (Of. nº 95/2010/CMA), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
 17. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **.. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: VAGO ^(2,11,13)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. VAGO ^(3,9)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ⁽⁸⁾	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,12)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
8. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

9. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12036).
10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
11. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
12. Vago em 11.05.10 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM).
13. Vago em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. nº 32/10-GLDEM, de 11.05.10).
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- ** . Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

Leitura: 10/05/2010

Instalação: 13/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Jefferson Praia (PDT)
Delcídio Amaral (PT)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,2)	1. Kátia Abreu (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Mário Couto (PSDB)

Notas:

- Em 08.06.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco da Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. nº 88/2010/CMA).
 - Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.
- *. Em 10.05.2010, lido o Of. 66/10-CMA, que comunica a aprovação do Requerimento nº 20, de 2010 - CMA, que cria esta Subcomissão Temporária.
- ** . Em 13.05.2010, lido o Of. 75/2010-CMA, que comunica a instalação da Subcomissão, a eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. VAGO (19,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Shessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
Gilvam Borges (PMDB) (41,44,76)	1. VAGO (37,74)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
Regis Fichtner (PMDB) (35,43,80)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
VAGO (34,68,72,75)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
VAGO (10,12,33,77)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (2,25,78,81)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. João Faustino (PSDB) (16,47,60,62,79)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. GLPMDB nº 205/2010).
73. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
74. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
75. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
76. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
77. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
78. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
79. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 57/10-GLPSDB).
80. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 104/2010).
81. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

**PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE
E DO IDOSO**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁰⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) ^(39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,73)	2. Marina Silva (PV) ^(38,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,75)
Paulo Paim (PT) ^(47,94,99)	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴³⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(22,41,50,72,106)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶¹⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶⁴⁾	3. Hélio Costa (PMDB) ^(2,95,96)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,63)
Regis Fichtner (PMDB) ^(4,100,102)	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,62,92,93,97,98)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,54)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁸⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,51)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,57)	3. João Faustino (PSDB) ^(23,27,56,101,103,104,105)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁷⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁵⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁶⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁹⁾
PDT	
Patrícia Saboya ^(32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque ^(20,31,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento n° 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB n° 205/2010).
94. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. GSALFN n° 1/2010, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
95. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
96. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 054/2010).
97. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. n° 1/2010-GSGB).
98. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 60/2010).
99. Em 01.06.2010, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 036/2010-GLDBAG).
100. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
101. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
102. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB n° 105/2010).
103. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. n° 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
104. Em 04.08.2010, o DEM cede a vaga de suplente ocupada pelo Senador José Bezerra ao PSDB (OF. N° 051/10-GLDEM).
105. Em 4.8.2010, o Senador João Faustino é designado membro suplente na Comissão em vaga cedida pelos Democratas (Of. n° 60/2010-GLPSDB), em substituição ao Senador José Bezerra.
106. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (S/PARTIDO) (11)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).
11. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽³⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,2)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ⁽⁶⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).
5. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos n°s 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
6. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Shessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
VAGO (18,90,92,98)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. VAGO (22,81)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54,94,97)
Gilvam Borges (PMDB) (53,76,79,85,86)	2. Hélio Costa (PMDB) (29,50,82,84)
Regis Fichtner (PMDB) (45,91,93)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (47,64,89)
Edison Lobão (PMDB) (43,80,83)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (34,87,88,95,96)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB (4)	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Shessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Alofizio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcício Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
80. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
81. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 01.04.2010 (Of. nº 1/2010 - GSALFN, de 1/04/2010 - DSF de 07/04/10 p. 12098).
82. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
83. Em 06.04.2010, o Senador Edison Lobão é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 46/2010).
84. Em 13.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 057/2010).
85. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
86. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
87. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
88. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
89. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 74/2010).
90. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
91. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
92. Em 15.07.2010, o Senador Belini Meurer é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ideli Salvatti (Of. 052/2010-GLDBAG).
93. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 106/2010).
94. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
95. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
96. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
97. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
98. Vago, em virtude do pronunciamento do Senador Belini Meurer na sessão do Senado de 06.10.2010.

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 8:30HS - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58,67,72)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (26)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,28)
Serys Shlessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (38,48,55,57,68,70)	1. VAGO (43,62)
Valter Pereira (PMDB) (1,46)	2. Pedro Simon (PMDB) (47)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,45)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (44)	4. Gerson Camata (PMDB) (42,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Bezerra (DEM) (33,65,66)	1. Gilberto Goellner (DEM) (35,63,64,69,71)
Marco Maciel (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (30,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,37)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,36)
Lúcia Vânia (PSDB) (17)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (21)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,18,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (19,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (34)	1. Mozarildo Cavalcanti (34)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,39)	1. João Durval (15,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
18. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
19. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
32. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
33. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
38. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).

46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).
62. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 30.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 31.03.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
63. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
64. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
65. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
66. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
67. Vago (art. 88, § 5º), em virtude de o Senador Neuto de Conto ter se afastado do exercício do mandato nos termos do art. 39, II - RISF.
68. O Senador Neuto de Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.
69. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
70. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).
71. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).
72. Em 06.10.2010, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 79/2010-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(77,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽¹⁹⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(19,71)
VAGO ^(18,63,67,70,75)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,20)
Augusto Botelho (S/PARTIDO) ^(17,25,49,87)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(23,60,61,62,65)
César Borges (PR) ^(22,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(40,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(34,43,86,90)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(36,38)
Gerson Camata (PMDB) ^(39,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(35,41)
Valter Pereira (PMDB) ^(37,50)	4. Regis Fichtner (PMDB) ^(42,48,81,85)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ^(29,77,79,88,89)	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,32)
José Bezerra (DEM) ^(30,80,84)	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽²⁶⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³¹⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,28)
Jayme Campos (DEM) ^(8,10,27,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) ^(24,82)
João Faustino (PSDB) ^(16,53,55,64,66,83)	5. Mário Couto (PSDB) ^(15,56)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(12,56)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹³⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹³⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹⁴⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,33)	1. Sérgio Zambiasi ^(33,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
14. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
15. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
18. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
19. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
26. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
34. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
35. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
38. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
39. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
40. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
75. O Senador Sadi Cassol deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
76. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
77. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se por 123 dias, a partir de 05.05.2010, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
78. Em 18.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. Nº 037/10-GLDEM).
79. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à Comissão (OF. Nº 037/10-GLDEM).
80. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

81. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

82. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).

83. Em 16.07.2010, o Senador João Faustino é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 56/10-GLPSDB).

84. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.

85. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 111/2010).

86. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

87. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme o OF. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.2010.

88. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05.09.2010.

89. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

90. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(5,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB) ^(13,14)	2. VAGO ^(6,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(10,11)	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(3,12)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

5. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).

6. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).

8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).

9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

10. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).

11. Vago em 18.05.2010 em virtude de o Senador Gilberto Goellner não pertencer mais à CRA (OF. Nº 037/10-GLDEM).

12. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

13. O Senador Neuto De Conto afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 5 de agosto de 2010.

14. O Senador Neuto de Conto reassumiu o exercício do mandato em 1º.10.2010 (OF. INT. GSNC nº 40/2010, lido na sessão de 05.10.2010).

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - IRRIGAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Finalidade: Avaliar, no prazo de noventa dias, as razões do descumprimento do inciso I do art. 42 do Ato das Disposições Transitórias, que estabelece que, durante vinte e cinco anos, a União aplicará vinte por cento dos recursos destinados à irrigação na região Centro-Oeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 11/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. César Borges (PR)
Delcídio Amaral (PT)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. Gerson Camata (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	
Jayme Campos (DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	
PTB	
	1. Romeu Tuma

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner.

*. Em 11.05.2010, lido o Of. nº 101/2010-CRA, que designa os membros da Subcomissão.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) (63,78)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (20)
Renato Casagrande (PSB) (21)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Alfredo Nascimento (PR) (18,69)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,42)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,45)	4. João Ribeiro (PR) (19,44)
Maioria (PMDB, PP)	
Hélio Costa (PMDB) (34,65,66)	1. Valter Pereira (PMDB) (35)
Leomar Quintanilha (PMDB) (38,64,72)	2. Romero Jucá (PMDB) (39)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,36,43,48,59,60,67,68)
Valdir Raupp (PMDB) (37,46)	4. Regis Fichtner (PMDB) (2,53,56,58,61,73,74,76)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (28,70,71,79,80)
Demóstenes Torres (DEM) (3,25)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Bezerra (DEM) (6,12,24,75,77)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (26)	4. Kátia Abreu (DEM) (23)
Cícero Lucena (PSDB) (15)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (14,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,29)	6. Papaléo Paes (PSDB) (17,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (16,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,14,47)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (31)	1. Fernando Collor (31)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
16. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).

43. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
44. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
61. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).
63. Em 31.03.2010, o Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão.
64. O Senador Lobão Filho deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Edison Lobão, em 01.04.2010 (DSF de 06/04/10 p. 11774).
65. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010 (Of. s/n, de 31/03/10 - DSF de 08/04/10 p. 12551).
66. Em 06.04.2010, o Senador Hélio Costa é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 50/2010).
67. Vago em virtude de o Senador Geovani Borges não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Gilvam Borges, em 22.04.2010 (Of. nº 1/2010-GSGB).
68. Em 28.04.2010, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 60/2010).
69. Em 05.05.2010, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (OF nº 30/2010-GLDBAG)
70. O Senador Gilberto Goellner licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 05.05.2010 (Requerimento nº 438/2010, aprovado na sessão de 04.05.2010).
71. Em 11.05.2010, o Senador Jorge Yanai é designado membro suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (OF. GLDEM nº 32/2010).
72. Em 26.05.2010, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 73/2010).
73. Em 26.05.2010, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 75/2010).
74. Vago em virtude de o Senador Paulo Duque ter deixado o exercício do mandato, devido ao retorno do titular, Senador Regis Fichtner (comunicação lida na sessão não deliberativa de 14 de julho de 2010).
75. O Senador José Agripino licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 15.07.2010 (Requerimentos nºs 706 e 707, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
76. Em 03.08.2010, o Senador Regis Fichtner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 112/2010).
77. Em 3.8.2010, o Senador José Bezerra é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 055/2010-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
78. Em 01.09.2010, o Senador Roberto Cavalcanti foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Of. nº 124/2010-CCT).
79. Vago em virtude de o Senador Jorge Yanai ter deixado o exercício, devido ao retorno do titular, Senador Gilberto Goellner, em 05/09/2010.
80. Em 05.10.2010, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 061/10-GLDEM).

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO ⁽³⁾		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
VAGO ⁽¹⁵⁾		2. Ideli Salvatti (PT-SC) ^(16,19)	
VAGO ⁽¹⁾		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁸⁾		4. Augusto Botelho (S/PARTIDO-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
VAGO ⁽¹⁴⁾		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾	
VAGO ⁽¹⁷⁾		4. VAGO ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)			
VAGO ⁽⁹⁾		1. VAGO ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹²⁾		2. VAGO ⁽¹⁰⁾	
VAGO ⁽¹¹⁾		3. VAGO ⁽⁸⁾	
VAGO ⁽⁷⁾		4. VAGO ⁽⁷⁾	
VAGO ⁽⁷⁾		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

Atualização: 06/10/2010

Notas:

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJIRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.
5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Wellington Salgado de Oliveira deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Hélio Costa.
15. O Senador João Pedro deixou o exercício do mandato em 31.03.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. A Senadora Ideli Salvatti licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 704 e 705, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).
17. O Senador Paulo Duque deixou o exercício do mandato em 14.07.2010, em virtude do retorno do titular, Senador Regis Fichtner.
18. O Senador Augusto Botelho comunicou sua desfiliação do PT, conforme Of. 273/10-GSABOT, lido na sessão de 05.08.10.
19. A Senadora Ideli Salvatti reassumiu o mandato em 06.10.2010, conforme Of. 047/2010-GSISAL, lido na sessão de 06.10.2010 e publicado na mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
VAGO ^(4,5)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
VAGO ^(2,12,13)
PDT
Patrícia Saboya (CE) ^(6,8,9)
PR
Magno Malta (ES) ^(1,7,10)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) ⁽¹¹⁾
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 29/04/2010

Notas:

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
 3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
 4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.
 5. Vago em virtude de o Senador Wellington Salgado de Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Hélio Costa, em 01.04.2010.
 6. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
 7. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
 8. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
 9. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
 10. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
 11. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
 12. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
 13. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.
- *. Em Sessão Solene do Congresso Nacional, realizada em 09.03.2010, foram agraciadas na 9ª Premiação do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz as senhoras Andréa Maciel Pachá, Clara Perelberg Steinberg, Cleuza Pereira do Nascimento, Maria Augusta Tibiriçá Miranda e Leci Brandão da Silva; recebeu homenagem especial a Senhora Maria Lygia de Borges Garcia e homenagem in memoriam a Senhora Fani Lerner.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 14 titulares

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

1ª Designação: 23/03/2010

MEMBROS
PMDB
DEM
Adelmir Santana (DF)
PSDB
João Tenório (AL) ⁽²⁾
PT
Tião Viana (AC) ⁽³⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽⁵⁾
PDT
Patrícia Saboya (CE) ⁽⁴⁾
PR
César Borges (BA)
PSB
Antonio Carlos Valadares (SE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ)
PSOL
José Nery (PA)
PSC
Mão Santa (PI)
PV
Marina Silva (AC) ⁽¹⁾

Atualização: 27/04/2010

Notas:

1. A Senadora Marina Silva foi designada titular do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. Ext. GSMS 00085/2010, lido em Plenário em 31.03.2010.
 2. O Senador João Tenório (PSDB-AL) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, conforme Of. nº 23/2010-GLPSDB, lido em Plenário em 07.04.2010.
 3. O Senador Tião Viana (PT-AC) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 022/2010-GLDPT, lido em Plenário em 08.04.2010.
 4. A Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 05/2010-LPDT, lido em Plenário em 14.04.2010.
 5. O Senador Gim Argello (PTB-DF) foi designado membro do Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes, conforme Of. nº 056/2010-GLPTB, lido em Plenário em 20.04.2010.
- *. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 27/04/2010. Nesta mesma reunião, o Conselho escolheu os empresários José Alencar Gomes da Silva, Jorge Gerdau Johannpeter e João Claudino Fernandes para receberem o Diploma; e o Senhor José Ephem Mindlin para ser homenageado in memoriam.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Markezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR) ⁴	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS) ²	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Emanuel Fernandes (PSDB-SP) ³	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 13.05.2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Eliseu Padilha foi eleito Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

³ O Deputado Emanuel Fernandes foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em Reunião Ordinária realizada em 03/03/2010.

⁴ O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Rubén Martínez Huelmo (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendoza Unzain (Py)

**Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul**

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)
Presidente:
Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2º Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 01, de 2007 – CN

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
 Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
 Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTE
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC) ¹⁷
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELDIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO (DEM) ^{6 16}
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTE
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. ANTÔNIO ROBERTO (PV/MG) ¹⁵

(Atualizada em 05.08.2010)

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGMP, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.2.09, e o OF/GAB/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

¹⁵ Indicado conforme Of. PV nº 067/10/LIDPV, de 17.03.2010, do Líder do PV-CD, lido na Sessão do SF de 22.03.2010

¹⁶ O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 08.07.2010 (Requerimentos nºs 702 e 703, de 2010, aprovados na sessão de 07.07.2010).

¹⁷ O Senador Neuto De Conto afastou-se, nos termos do art. 39, inciso II, do Regimento Interno, para assumir o cargo de Secretário Executivo de Articulação Nacional do Estado de Santa Catarina, a partir de 5-8-2010.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Eduardo Azeredo ¹

Vice-Presidente: Emanuel Fernandes

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> GUSTAVO FRUET ² PSDB-PR	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u>
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EMANUEL FERNANDES PSDB-SP	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 13.05 .2010)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Senador Eduardo Azeredo assumiu a presidência em 23.03.2010, conforme alternância estabelecida na 1ª reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001.

² O Deputado Gustavo Fruet passou a exercer a Liderança da Minoria na Câmara dos Deputados, conforme Of. nº 41/2010/SGM da Câmara dos Deputados, datado de 23 de março de 2010.



Edição de hoje: 266 páginas

OS: 2010/14915